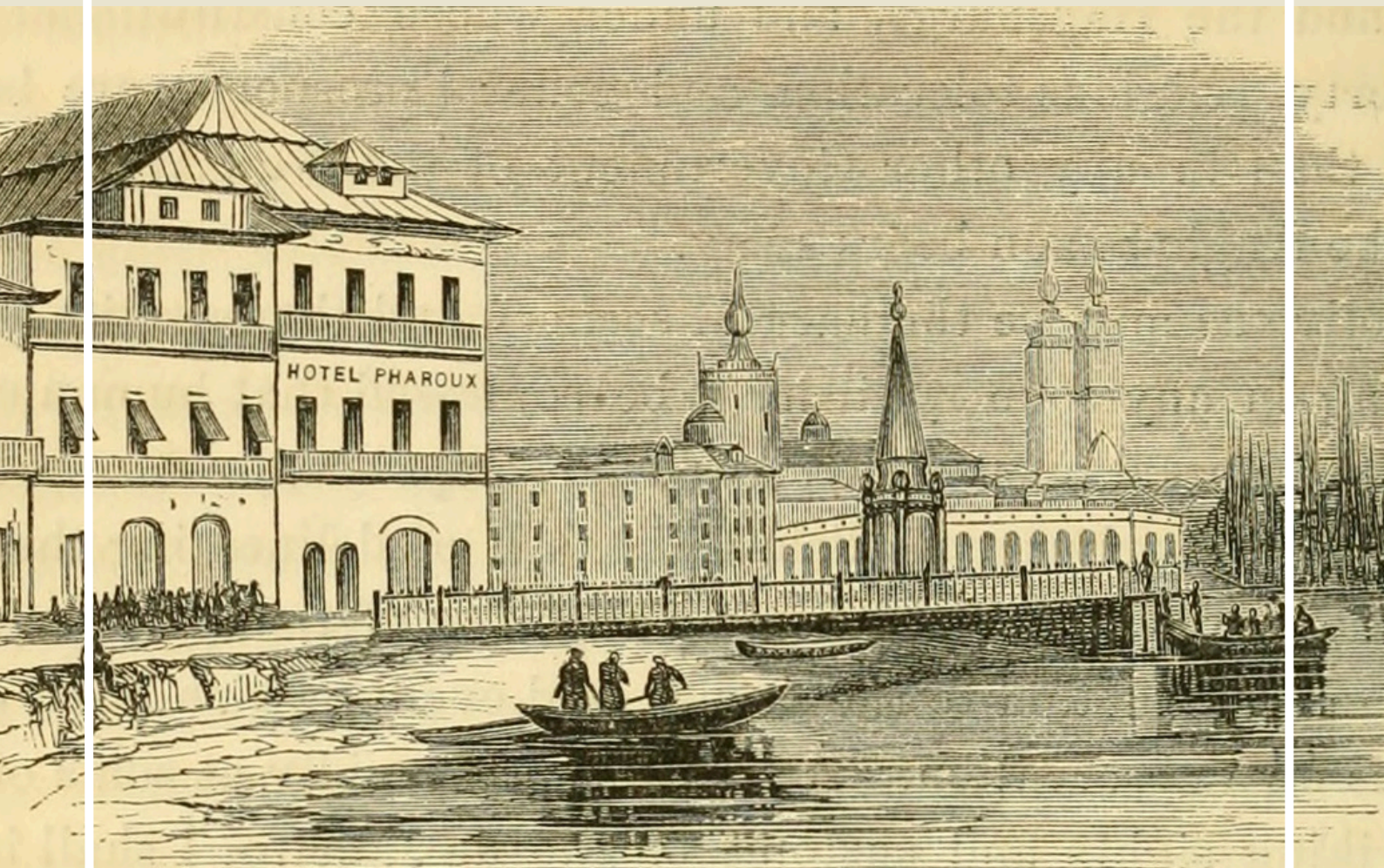


REVISTA HISTORIADOR

N. 17 | Dezembro 2024 | ISSN 2176-1116

ESTADO, SOCIEDADE E INSTITUIÇÕES NO BRASIL DOS SÉCULOS XIX E XX



Orgs. Mateus Rezende de Andrade
e Jônatas Marques Caratti

Revista Historiador – n. 17 (2024)

Porto Alegre – RS

ISSN – 2176-1116

Revista Historiador – ISSN 2176-1116

Número 17 – Dezembro de 2024

DOSSIÊ

Estado, sociedade e instituições no Brasil dos séculos XIX e XX

Organização:

Mateus Rezende de Andrade (UFJF) e Jônatas Marques Caratti (UFRGS)

Revisão:

Ana Beatriz Siqueira Bittencourt, Glauce de Souza Luz e Ismael Wolf

Edição de capa, layout e diagramação:

Ana Beatriz Siqueira Bittencourt

Créditos da imagem da capa:

Brazil and the Brazilians - Portrayed in historical and descriptive sketches (1857).

Internet Archive Book Images, no restrictions, via Wikimedia Commons.

Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Brazil_and_the_Brazilians_-_portrayed_in_historical_and_descriptive_sketches_\(1857\)_\(14755763836\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Brazil_and_the_Brazilians_-_portrayed_in_historical_and_descriptive_sketches_(1857)_(14755763836).jpg). Acesso em: 26 dez. 2022.

Equipe Editorial

Editores-chefes

Ismael Wolf (PPGH-UNIRIO)

Carlos Augusto Rohr Trojaner (UAb-Lisboa)

Conselheiro editorial

Marcos Faber (FAPA)

Revisões, avaliações e outras produções técnicas

Ana Beatriz Siqueira Bittencourt (PPGHC-UFRJ)

Glauce de Souza Luz (PPGH-UNIRIO)

Ismael Wolf (PPGH-UNIRIO)

Edição e diagramação gráfica

Ana Beatriz Siqueira Bittencourt (PPGHC-UFRJ)

Edição de website

Carlos Augusto Rohr Trojaner (UAb-Lisboa)

Redes sociais

Ana Beatriz Siqueira Bittencourt (PPGHC-UFRJ)

Ismael Wolf (PPGH-UNIRIO)

Maiores informações em: <http://www.revistahistoriador.com.br>
Contato: editor@revistahistoriador.com.br; revistahistoriador@gmail.com

Porto Alegre – RS

2024

SUMÁRIO

Apresentação

Mateus Rezende de Andrade e Jônatas Marques Caratti..... 5

ARTIGOS (Dossiê)

Estado, sociedade e instituições no Brasil dos séculos XIX e XX

“Os açoites do Dragão”: revolução como uma rebelião cósmica na leitura de Edmund Burke por José da Silva Lisboa

Leonardo Amaral da Cruz Oliveira..... 7

A alfabetização segundo os preceitos de escolarização da imprensa periódica em Pouso Alegre, MG

Daniel Aparecido da Costa.....31

Estrada de Ferro D. Pedro II, Cristiano Otoni e o escravismo envergonhado (1852-1865)

Welber Luiz dos Santos.....50

Gertrudes e Olegária: miradas sobre a participação feminina no movimento social abolicionista em Pernambuco (1884-1888)

Adriana Santana e Arthur Danillo Castelo Branco de Souza.....70

Os primeiros anos do cinema permanente em Pirapora, norte de Minas Gerais, c. 1912-1914

Jailson Martins Lopes, Daniel Venâncio de Oliveira Amaral e Fábio Santana Nunes.....92

Gustavo Barroso e a modernidade escravista em “O Culto da Saudade”

Alexandre Alves de Sousa Moreira.....114

Representações da escravidão nas narrativas orais e escritas de Pedro Braga

Valdir Macedo Neto e Pedro Victor Silveira Ferreira.....135

Os investimentos diplomáticos dos Estados Unidos para a prática da editoração e a mediação de Manuel Pinto de Aguiar para o intercâmbio com os USIS no Brasil e na Bahia (1958-1961)

Larissa Penelu Bitencourt Pacheco.....156

Ler nas entrelinhas: a análise do discurso como ferramenta teórica e metodológica para a interpretação de documentos sensíveis

Camila da Silva Portela.....181

RESENHA

LANGFUR, Hal. **Adrift on an Inland Sea: Misinformation and the Limits of Empire in the Brazilian Backlands**. Stanford: Stanford University Press, 2023. 437 p., ISBN 978-1-5036-3396-4.

“No sertão, tudo são dúvidas”: Império, instituições e território na formação do Brasil

Mateus Rezende de Andrade.....195

APRESENTAÇÃO

O dossiê *Estado, Sociedade e Instituições no Brasil dos séculos XIX e XX*, publicado neste mais recente número da *Revista Historiador*, oferece uma reflexão ampla e diversificada sobre as relações entre sociedade e Estado, investigando as continuidades e rupturas que moldaram a formação social e institucional do país. Os artigos reunidos exploram dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais, revelando as complexidades dos períodos analisados e contribuindo para diálogos historiográficos que superam abordagens convencionais.

A capa deste volume apresenta uma ilustração do livro *Brazil and the Brazilians - portrayed in historical and descriptive sketches* (1857), de Daniel P. Kidder e James C. Fletcher. Reconhecida por suas descrições do Brasil oitocentista, a obra não apenas documenta paisagens e personagens do período, mas também lança luz sobre representações culturais e institucionais que ajudam a compreender a formação de identidades nacionais. A escolha dessa imagem reflete o objetivo do dossiê de conectar materialidades e discursos que moldaram o Brasil ao longo de sua história.

Entre os espaços emblemáticos que ilustram essas interações, destaca-se o antigo Hotel Pharoux, localizado na Praça Quinze, no Rio de Janeiro. Esse local, que foi um ponto de encontro social e diplomático, encapsula dinâmicas sociais e políticas, representando tanto a continuidade quanto a transformação nas relações entre indivíduos, grupos sociais e o Estado. Após encerrar suas atividades, suas instalações abrigaram outras instituições até ser demolido para dar lugar a uma avenida. Esse percurso simboliza como as materialidades e os usos dos espaços podem refletir as dinâmicas sociais e políticas que marcaram a trajetória do Brasil, frequentemente mediadas por lugares e personagens emblemáticos que ajudam a compreender a complexidade das relações sociais no tempo.

Os artigos que abrem o dossiê exploram, sob diferentes perspectivas, as relações entre Estado, sociedade e instituições no Brasil do século XIX, contribuindo para um entendimento mais plural da história social, política e institucional do país. Ao analisarem a Imprensa Régia, a imprensa periódica, as ferrovias e os clubes abolicionistas, esses textos evidenciam como a interação entre materialidades — mesmo as intangíveis — e práticas sociais ajudou a moldar as dinâmicas do período, revelando tanto a fluidez quanto a resistência das instituições.

Outros textos avançam para a transição entre os séculos XIX e XX, com ênfase em memórias coletivas, práticas culturais e tensões sociais como lentes interpretativas para compreender mudanças e continuidades. Eles abordam, por exemplo, a inserção de cinemas em Pirapora (MG) como espaços de modernidade, os discursos de Gustavo

Barroso que conectam patrimônio cultural e modernidade escravista, e as narrativas orais de Pedro Braga, que preservam memórias da resistência e do sofrimento dos escravizados. Tais abordagens revelam a plasticidade das relações entre tradição e modernidade e a resiliência das comunidades diante das transformações sociais.

Por fim, os últimos artigos ampliam a análise para a segunda metade do século XX, com foco nas culturas políticas e discursivas que moldaram o Brasil em momentos decisivos de manutenção ou restauração da ordem democrática. Seja na investigação sobre os investimentos diplomáticos norte-americanos em práticas editoriais no Brasil, seja na análise dos documentos sensíveis produzidos durante a ditadura militar, esses textos mostram como os discursos foram utilizados tanto como ferramentas de poder quanto como meios de ressignificação histórica.

Ao reunir perspectivas tão diversas e complementares, este dossiê busca incentivar novas investigações sobre as relações entre Estado, sociedade e instituições no Brasil. Desejamos a todos os leitores uma leitura proveitosa e desafiadora, que os convide a refletir sobre as complexidades do passado e suas conexões com o presente, explorando perspectivas locais, transnacionais e globais.

Com os melhores cumprimentos,
Mateus Rezende de Andrade e Jônatas Marques Caratti

28 de Dezembro de 2024.



“OS AÇOITES DO DRAGÃO”: REVOLUÇÃO COMO UMA REBELIÃO CÓSMICA NA LEITURA DE EDMUND BURKE POR JOSÉ DA SILVA LISBOA

"THE DRAGON'S SCOURGES": REVOLUTION AS A COSMIC REBELLION IN EDMUND BURKE'S INTERPRETATION BY JOSÉ DA SILVA LISBOA

Leonardo Amaral da Cruz Oliveira¹

RESUMO

Este artigo apresenta uma reflexão sobre o prefácio de *Extratos das obras econômicas e políticas de Edmundo Burke* (1812), produção intelectual de José da Silva a partir de metodologias da história intelectual. É explorada a interligação entre autoridade intelectual e política no Antigo Regime, destacando no papel de Silva Lisboa como censor e diretor da *Imprensa Régia* a partir da sua formação ilustrada na Universidade de Coimbra. Também se busca identificar no prefácio dos *Extratos* a mobilização de gêneros e tópicos literários, apontando para formas de comunicação política que permita apurar a relação entre a formação ilustrada de Silva Lisboa e sua crítica à Revolução Francesa.

Palavras-chave: Iluminismo; História Intelectual; Conservadorismo; José da Silva Lisboa; Edmund Burke.

ABSTRACT

This paper presents a reflection on the preface of *Extratos das obras econômicas e políticas de Edmundo Burke* (1812), an intellectual work by José da Silva Lisboa, based on methodologies of intellectual history. It explores the interconnection between intellectual and political authority in the *Ancien Régime*, highlighting Silva Lisboa's role as a censor and director of the *Imprensa Régia*, stemming from his Enlightenment-based education at the *Universidade de Coimbra*. The article also aims to identify, in the preface of the *Extratos*, the use of literary genres and themes, pointing to forms of political communication that refine the relationship between Silva Lisboa's Enlightenment education and his critique of the French Revolution.

Keywords: Enlightenment; Intellectual History; Conservatism; José da Silva Lisboa; Edmund Burke.

¹ Leonardo Amaral da Cruz Oliveira é licenciado em História pela Universidade Federal Fluminense (2021), Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFF (PPGH-UFF), e pesquisador do Grupo Companhia das Índias Núcleo de História Ibérica e Colonial na Época Moderna, sob orientação do Prof. Dr. Renato Júnio Franco. O artigo apresentado é fruto do desenvolvimento da pesquisa de mestrado, intitulada "Liberdade, Moralidade e Política na Produção Intelectual de José da Silva Lisboa (1798-1832)". O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro — FAPERJ; Processo de nº 202.349/2024. Contato: leonardo.cruz_@outlook.com

INTRODUÇÃO

Os *Extratos das obras econômicas e políticas de Edmund Burke* (1812) são uma tradução de José da Silva Lisboa (1756-1835), que procurou adaptar uma seleção de textos de Edmund Burke (1729-1797)¹ com o objetivo de transmitir, ao contexto luso-brasileiro, o alerta de Burke contra os ideais da Revolução Francesa, levando em conta as particularidades locais. Considerando as referências de uma história popular negacionista² que destaca Burke e Silva Lisboa como figuras centrais do chamado “liberal-conservadorismo”,³ a análise dessa obra, na qual as ideias políticas de ambos dialogam, permite inferir a natureza do liberalismo e do conservadorismo propostos por eles.

Uma investigação sobre o contexto de publicação da obra também permite elucidar dinâmicas relevantes da circulação de ideias no século XIX. A publicação dos *Extratos* ocorreu quando Silva Lisboa já exercia, há quatro anos, a função de censor (“PROVIZÃO”, 1958) e ocupava o cargo de diretor da Imprensa Régia (KIRSCHNER, 2009, p. 7). A vigilância do debate intelectual nesse período revela a interligação entre autoridade intelectual e política, sendo o trabalho de censor uma expressão concreta dessa relação. Para compreender como Silva Lisboa atuou para promover seus projetos e ideais políticos, busca-se apresentar os contornos do repertório intelectual ilustrado de José da Silva Lisboa a partir de sua defesa da relevância das obras de Edmund Burke para o Império Luso-Brasileiro, conforme exposto no prefácio dos *Extratos*. Além disso, propõe-se delinear aproximações e distanciamentos entre as ideias políticas de ambos.

Para isso, utiliza-se o ferramental metodológico da história intelectual, disciplina que se desenvolveu a partir da análise da documentação oriunda de “tempos de incerteza sobre

¹ Este artigo enfocará apenas a primeira edição dos *Extratos*. Embora existam outras duas edições (1821 e 1822) publicadas em Lisboa, sigo a historiadora Rosemary Saraiva da Silva na opinião de que as edições lisboetas foram elaboradas sem conhecimento de José da Silva Lisboa (cf. SILVA, 2018, p. 322–328). Dessa forma, incluir as três edições exigiria um escopo maior do que pretendido para esta reflexão.

² Aqui, entende-se que a história pública envolve a prática da história fora do ambiente acadêmico, sendo realizada por historiadores profissionais em contextos como museus, arquivos e projetos comunitários, com o objetivo de engajar e educar o público, mantendo rigor acadêmico. Em contraste, a história popular é mais ampla e inclui narrativas que não seguem necessariamente métodos acadêmicos, com ênfase maior em memórias e evidências anedóticas, direcionada para mídias de massa. Enquanto a história pública é mais institucionalizada e voltada para um público academicamente interessado, a história popular tende a ser informal, descentralizada e, por vezes, de teor consumista e sensacionalista. Cf. ASHTON E KEAN (2009); HO (2007); LENIHAN (2022); RYMSZA-PAWLOWSKA (2017); FEA (2013).

³ Recentemente, *think-tanks* da chamada “Nova Direita” têm reivindicado a figura de José da Silva Lisboa para construir uma narrativa que localiza a origem do pensamento liberal-conservador no Brasil na época imperial, sugerindo sua continuidade até os dias atuais. Essa perspectiva sugere que tal pensamento estaria presente desde a época imperial e marcaria a identidade do Brasil como um “país liberal-conservador” desde sua fundação. Tais argumentos podem ser encontrados nas produções da Brasil Paralelo (BRASIL PARALELO, 2021, 2023a, 2023b, 2023c), nas publicações da revista do Instituto Mises (ALMEIDA, 2018; SILVEIRA; CARVALHO, 2013), nos sites do Instituto Liberal (BERLANZA, 2024) e do jornal *Gazeta do Povo* (ALVES, 2019; GARSCHAGEN, 2016).

o futuro, em que as pessoas estão buscando alternativas ao ceticismo, cinismo e esquemas utópicos para o fim da história ou a construção de sociedades quase perfeitas” (WHATMORE, 2015, p. 25). Quentin Skinner, no artigo *Meaning and Understanding in the History of Ideas* (1969), propõe uma abordagem que entende a relação entre linguagem e prática política como mútua, na qual o contexto histórico e material opera como balizador das disputas políticas, ao passo que o desdobramento dessas disputas reorganiza as balizas intelectuais da reflexão conceitual sobre experiências políticas (SKINNER, 1969, p. 47–49). Assim, o contexto funciona como um “arcabouço” [*framework*] no qual ideias e práticas políticas podem ser compreendidas e legitimadas. A recuperação desse “vocabulário normativo” proporciona uma compreensão mais ajustada da ação política, considerando as limitações impostas às possibilidades vislumbradas pelos sujeitos históricos (SKINNER, 1996, p. 10–11).

Já J.G.A. Pocock, em *Linguagens do Ideário Político*, enfatiza a análise histórica baseada na linguagem e no contexto, diferenciando “linguagem” (sistema estruturado e coletivo) de “parole” (atos de fala individuais). A linguagem oferece regras compartilhadas, enquanto a *parole* reflete expressões pessoais dentro desse sistema. O historiador deve dominar diversas linguagens para interpretar e reconstituir pensamentos históricos, mas sua interpretação sempre será mediada por sua própria linguagem. Atos de fala revelam discursos políticos e ajudam a compreender como enunciações específicas refletem estruturas linguísticas e contextos sociais, possibilitando a análise da evolução do discurso político em momentos históricos. Assim, Pocock distingue linguagens institucionais, mais autoritativas, e retóricas, mais flexíveis, que enriquecem o estudo histórico. Pocock argumenta que a leitura dos textos e a análise das polêmicas entre os autores permitem estabelecer hipóteses sobre as linguagens políticas empregadas, revelando como as ideias se desenvolvem e se transformam dentro de um sistema mais complexo de significados e convenções (POCOCK, 2013, p. 69-74). No caso de José da Silva Lisboa, deve-se perpassar pelas linguagens da teologia natural, da economia política, da república das letras e da censura.

Nesse sentido, o historiador Jeremy Adelman critica a premissa de que o fim dos impérios globais foi ocasionado pela nova ordem constitucionalista, argumentando que isso obscurece outras opções políticas concorrentes, como a continuidade imperial. No caso dos impérios ibéricos, o pioneirismo na colonização resultou na adaptação de instituições antigas que, embora historicamente significativas, se mostraram ineficientes em novos contextos. O Reformismo Ilustrado português, por exemplo, emerge entre os séculos XVIII e XIX, oriundo dessa necessidade de adaptação (ADELMAN, 2009, p. 61–69). Para Adelman, a historiografia do período revolucionário é, portanto, marcada por teleologias que exaltam o constitucionalismo e preveem a decadência dos impérios, impedindo a compreensão das

escolhas políticas que contribuiriam para a perpetuação ou o declínio dos impérios (ADELMAN, 2009, p. 69–71).

A conclusão de Adelman aponta para a necessidade de expansão das categorias do Reformismo Ilustrado, levando em consideração trajetórias como a de José da Silva Lisboa, que desafiam premissas a respeito do sentido dos conceitos das “luzes” e do “liberalismo” no século XIX (OUTRAM, 2019, p. 3; PAQUETTE, 2009a, p. 386–388). A história intelectual, portanto, propicia uma metodologia que será mobilizada neste artigo a fim de identificar “a linguagem política do Império Luso-Brasileiro” (NEVES, 1999, p. 231–233) e, pela especificidade da experiência do Império nos trópicos, delinear as estratégias retóricas de Silva Lisboa no prefácio dos *Extratos*, em que um panorama das obras de Edmund Burke é apresentado a uma audiência lusa, objetivando racionalizar a manutenção da dinastia dos Bragança no poder como sustentáculo do progresso civilizacional e baluarte do liberalismo (SIMAL, 2015, p. 30–36).

Entretanto, o historiador Merio Scattola (1962–2015) forneceu um contraponto importante à metodologia proposta por Skinner: embora as alterações que a publicação de *Meaning and Understanding* suscitou na disciplina de história intelectual tenham renovado os estudos de história das ideias, essas transformações ainda se concentravam na análise do conteúdo do discurso político. Scattola, então, se direciona às formas de comunicação política de uma comunidade de discurso. Essas formas são definidas por uma “comunidade de citações” realizadas na produção de partidos intelectuais em uma dada disputa e que, por intermédio de um conjunto de referências citadas na mesma proporção e sequência, constituem uma identidade que é social e literariamente marcada. As questões particulares de cada grupo e as formas específicas de organizar essas questões com suas respostas correspondentes são expressas em uma linguagem assumida como padrão (SCATTOLA, 2017, p. 561–562).

Nesse ínterim, um diálogo entre as propostas de Skinner e Scattola aplicado ao prefácio dos *Extratos* viabiliza uma apreensão dos conceitos que fazem parte de uma “constelação de valores”, que operam como “pontos de ancoragem” do projeto político de José da Silva Lisboa (FARR, 1989, p. 32–33; MAIFREDA, 2012, p. 99–100). Por meio dessa abordagem, notou-se que Silva Lisboa apresenta um diálogo entre referências das mitologias grega e latina, do teatro, da medicina e da teologia para construir uma percepção da revolução como uma doença contagiosa, degenerativa, de origem e efeitos cósmicos. Isso, por sua vez, revela uma extrapolação da crítica à Revolução Francesa conforme elaborada por Edmund Burke, indicando a severidade aplicada pelo Império Luso-Brasileiro no combate à circulação de ideias disruptivas.

SILVA LISBOA ENCONTRA BURKE

Edmund Burke é comumente considerado o fundador do conservadorismo devido à sua crítica à Revolução Francesa em suas *Reflexões Sobre a Revolução na França* (1790). Nelas, expressa sua preferência por um modelo societal orgânico, em detrimento daquilo que chamava de modelos “artificiais” ou “mecânicos”, que, a seus olhos, eram característicos dos revolucionários. Burke, então, se tornaria conhecido por advogar pela preservação da tradição e da religião como elementos fundamentais da prática e do pensamento político em uma época de crítica radical às convenções do Antigo Regime. Ao fim do século XIX, essas características seriam mobilizadas por historiadores e políticos conservadores anglo-americanos para forjar uma unidade do pensamento burkeano que teria gestado, de forma pioneira, o conservadorismo moderno (JONES, 2019, p. 1–2, 8-11; FLORENZANO, 1997, p. 47-57), prática que o historiador Quentin Skinner chamaria de “antecipação” de ideias contemporâneas em vestígios de autores mais antigos — indicando uma coerência fundamental em uma “doutrina” política. (SKINNER, 1969, p. 11-18).

A fim de evitar esse equívoco, é necessário reconstituir a trajetória dos agentes investigados neste trabalho. Começando por Edmund Burke, sua ascensão política foi possibilitada pelo patrocínio de Charles Watson-Wentworth, o Lorde Rockingham (1730–1782). Burke desenvolveu uma estreita relação com Rockingham, líder do partido dos Whigs na Grã-Bretanha, atuando como seu secretário particular (DWAN; INSOLE, 2012, p. 18–21; FITZPATRICK; JONES, 2017, p. 5–6; JONES, 2019, p. 1–3). Seu reconhecimento na política cresceu a ponto de se tornar um membro proeminente dos Whigs e um colaborador próximo de Rockingham. A morte de Rockingham deixou Burke sem um patrono, levando-o a uma posição isolada no governo. Apesar disso, alcançou vitórias legislativas significativas, tais como a regulação da Companhia das Índias Orientais e da imigração irlandesa. Embora tenha sido prolífico em escrever ensaios, cartas e discursos, foi com as *Reflexões sobre a Revolução na França* (1790) que Burke se tornou um “autor clássico” da política (SILVA, 2018, p. 282–285).

A recepção de Burke na Europa e no mundo, todavia, foi marcada mais pela sua crítica severa à Revolução Francesa do que pelas questões políticas internas da Inglaterra e Irlanda, que eram seus principais temas de discussão. Dessa forma, Burke recebeu as mais variadas classificações, porque as balizas mobilizadas por seus leitores — um reformismo cauteloso e a desconfiança da democracia — eram amplas demais, permitindo incluir muitos intérpretes e criando, assim, a ilusão de uma tradição burkeana posterior, da qual José da Silva Lisboa é frequentemente considerado um integrante (FITZPATRICK; JONES, 2017, p. 7; JONES, 2019, p. 7–8; SILVA, 2018, p. 138–150; WHATMORE, 2019).

Entretanto, por que publicar Edmund Burke em português? Na dedicatória dos *Extratos*, podem ser encontrados sinais de um arranjo político no qual a crítica de Burke à Revolução Francesa contribuiria para a sustentação das estruturas imperiais. Silva Lisboa menciona o incentivo de d. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755–1812) à publicação da tradução (LISBOA, 1812). O primeiro encontro entre ambos ocorreu no ano de 1790, quando Silva Lisboa viajou a Portugal sob licença de suas funções como deputado da Mesa de Inspeção da Bahia (KIRSCHNER, 2009, p. 23–24). Essa oportunidade iniciou uma relação amistosa entre ambos, marcada pelo interesse em projetos reformistas para o Império, que visassem amparar sua constituição política com as novas ideias das discussões ilustradas.

A biblioteca particular de d. Rodrigo incluía livros de autores do iluminismo britânico e escocês, como Edward Gibbon, Adam Smith, John Locke, David Hume, John Milton, Alexander Pope e um exemplar das *Reflexões sobre a Revolução na França*, de Burke — entre outros volumes dedicados à análise do cenário político francês, que certamente instigaram sua decisão acerca da transferência da corte ao Rio de Janeiro (SILVA, 2018, p. 228–231).

Entretanto, mesmo que d. Rodrigo tivesse o livro de Burke em mãos, não se sabe se foi esse exemplar que Silva Lisboa utilizou para sua tradução (SILVA, 2018, p. 232).⁴ Por exemplo, antes do recurso à tradução de Burke por Silva Lisboa, d. Rodrigo enviou ao Conde de Resende, José Luís de Castro (1744–1819), exemplares do *Mercúrio Britânico, ou Notícias Históricas e Críticas sobre os Negócios Atuais*, por J. Mallet du Pan, que continha excertos de textos de Burke. A tradução para o português foi publicada em agosto de 1798, no mesmo ano do texto original. Esta teria sido a primeira de algumas iniciativas de d. Rodrigo para combater ideais revolucionários por meio do patrocínio de produções intelectuais (*Ibid.*, p. 280–281).

As controvérsias políticas no Brasil tornariam os patrocínios de produções críticas a ideias revolucionárias mais frequentes. A Conjuração Baiana, iniciada em 1798, trouxe preocupações acentuadas para a estabilidade da dominação portuguesa na América. Primeiro, a percepção profundamente negativa que as elites locais tiveram da Revolução Haitiana, devido à proeminência de lideranças negras nos conflitos contra os colonizadores, implicou na resignação quanto à permanência da estrutura monárquica, viabilizando uma saída reformista em vez de uma revolucionária (VILLALTA, 2000, p. 18–30, 109–116).

Em seguida, a situação de carestia e aumento de impostos havia gerado uma insatisfação em relação ao Estado que transpassava barreiras sociais (*Ibid.*; MAXWELL, 1999, p. 161–172). Em julho de 1797, uma representação de autoria anônima foi endereçada a d.

⁴ Quanto ao material utilizado para a tradução de Silva Lisboa, existem trechos dos *Extratos* que foram copiados ou adaptados de um compilado de Burke, de produção anônima em dois volumes, intitulada *The beauties of the late Right Hon. Edmund Burke* (1798).

Rodrigo, então chefe da Secretaria de Marinha e Negócios Estrangeiros, e à rainha Maria I (1734–1816). Nela, as denúncias se concentravam em duas áreas principais: nas taxas impostas aos “gêneros da terra” e nos pagamentos realizados para a aferição de pesos, inspeção da qualidade dos produtos que chegavam ao porto de Salvador e nos despachos diversos que confirmavam esse procedimento e autorizavam sua comercialização.

Segundo a denúncia, o valor exigido em impostos e pelas atividades de escritvães, rendeiros e almotacéis ultrapassava em muito a soma de 20 contos de réis, custo que era repartido entre os comerciantes que chegavam ao porto — além das eventuais multas de 6 mil réis ou mais, que surgiam no processo de fiscalização. Estas multas, alegavam os comerciantes, eram motivadas pelas amizades de funcionários do porto com senadores da câmara (“REPRESENTAÇÃO”, 1797, f. 110–117). Com a irrupção das revoltas, a atenção de d. Rodrigo foi redirecionada para o uso da força na repressão aos revoltosos (COUTINHO, 1799) e para o combate às ideias revolucionárias em duas frentes: pela circulação de livros e panfletos que “denunciassem os crimes e abusos” da Revolução Francesa (COUTINHO, 1798) e pela investigação das inclinações políticas de estrangeiros e portugueses que, saindo da Europa, viessem a aportar em Salvador (COUTINHO, 1801).

A “EXTRAÇÃO” DAS IDEIAS DE BURKE

É em vista desse cenário de reação que o incentivo à tradução de Burke por Silva Lisboa deve ser compreendido. A data da publicação, 1812, marca a conclusão de um período prolífico na produção intelectual de Silva Lisboa, coincidindo com a transferência da capital do Império para o Rio de Janeiro. Em 1808, ano da chegada da Coroa Portuguesa ao Brasil, José da Silva Lisboa foi dispensado da Mesa de Inspeção da Bahia para ser nomeado censor régio (“PROVIZÃO”, 1958). O estabelecimento imperial no Brasil pressupunha a viabilidade da publicação de decretos e despachos a partir da nova capital, o que levou à fundação de uma Imprensa Régia, na qual Silva Lisboa foi nomeado diretor. Nesse contexto, Percy Smythe, o Lorde Strangford (1780–1855), que colaborou com d. Rodrigo de Sousa Coutinho na transferência da capital para o Rio de Janeiro, indicou publicações inglesas a serem traduzidas e publicadas pela Imprensa Régia, como foi o caso dos textos de Edmund Burke (KIRSCHNER, 2009, p. 154–155; LISBOA, 1812).

Aproveitando-se de seus direitos como censor e diretor da Imprensa Régia, Silva Lisboa articulou a publicação de cinco livros que tratavam da possibilidade de o Império Luso-Brasileiro assumir o protagonismo no “teatro político” ao emular as ideias inglesas (KIRSCHNER, 2009, p. 160–161). Essas obras incluem três de sua autoria: *Observações sobre o comércio franco do Brasil* (1808), *Observações sobre a prosperidade do estado pelos liberais princípios da nova legislação do Brasil* (1810) e *Observações sobre a franqueza*

da indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil (1810); além de duas traduções: o *Compêndio da obra da Riqueza das Nações*, de Adam Smith (1811), elaborada por seu filho Bento da Silva Lisboa (1793–1864), e os *Extratos das obras políticas e econômicas de Edmund Burke* (1812).

A importância da censura na escolha de autores como Burke pode ser observada já no título da obra. A palavra “extratos” sugere a intenção de organizar e adaptar os diferentes gêneros literários produzidos por Edmund Burke. Como censor, Silva Lisboa desempenhava a tarefa de tutela cultural e intelectual do reino, buscando refinar, purificar e ajustar tanto as produções nacionais quanto as estrangeiras aos interesses do Estado. No contexto luso-brasileiro, isso significava opor-se aos “abomináveis princípios franceses” e aos “pervertidos filósofos” da Revolução (KIRSCHNER, 2009, p. 154–156). Por outro lado, o cargo de censor oficial, embora não oferecesse muitos benefícios, tornava-se atrativo por possibilitar avanços dentro da corte (SILVA, 2018, p. 233–239).

Vale ressaltar que o conceito de tradução no período de Silva Lisboa diferia significativamente da compreensão atual. Naquela época, o tradutor tinha liberdade de omitir, alterar e acrescentar elementos ao texto original, de forma a ajustá-lo às diretrizes dos censores e garantir que fosse recebido de acordo com os padrões desejados pelo público leitor (SILVA, 2018, p. 258–271). Tendo em vista a maneira com que Silva Lisboa empreendeu sua tradução de Burke, além de excertos das *Reflexões sobre a Revolução na França* (1790), os *Extratos* contêm textos das seguintes obras de Edmund Burke: trechos de duas cartas reunidas na publicação *Letters on a Regicide Peace* (1796), especificamente as “Observações sobre o Gênio e Caráter da Revolução Francesa, e sobre a Necessidade de Guerra contra a Fação Usurpadora”, e “Pensamentos sobre a Proposta de Paz entre Inglaterra e França”. Também há uma *Apologia*, que é a tradução de *Letter to a Noble Lord* (1796), em que Burke se defende das acusações de que teria buscado, gananciosamente, receber uma pensão da Coroa Britânica. Por fim, é possível identificar trechos que foram copiados de uma coletânea de textos de Burke, de autoria anônima, intitulada *The beauties of the late Right Honorable Edmund Burke*, publicada em 1798 (cf. SILVA, 2018, p. 303).

A estratégia dos censores consistia em empurrar os adversários para o campo do inadmissível, privando-os da “luz pública”. Para isso, era essencial que o censor compreendesse a relação entre mensagem e meio, uma vez que a intervenção no texto (ou sua proibição) dependia de sua capacidade de prever as diversas interpretações e apropriações que poderiam surgir. No caso de textos permitidos, cabia à censura estabelecer sua interpretação autorizada. Nesse sentido, o historiador Rui Tavares sintetiza a operação censória afirmando: “a censura (bem como a propaganda) é uma forma de intervir sobre as memórias do

passado e de reconfigurar as narrativas através das quais ela sobrevive” (TAVARES, 1999, p. 136–146).

Assim, a censura operava simultaneamente como um mecanismo de defesa das decisões da Coroa e uma ferramenta para legitimar as convicções políticas do censor por meio das instituições oficiais, conferindo às disputas políticas um caráter de debate intelectual e destacando o papel de homens ilustres na promoção da “instrução e ordem pública” (LISBOA, 1812). Consequentemente, identificar e publicar a essência do pensamento de Burke em português está intrinsecamente ligado à autocompreensão de Silva Lisboa como participante ativo da “república das letras”. Ele percebia como seu dever zelar para que “as luzes não desapareçam da Europa” (LISBOA, 1804, p. VII). O ideal dessa *república* pressupunha que os intelectuais fossem dotados de uma erudição ampla, abrangendo variados temas, para que estivessem sempre preparados para defender o bem comum no debate intelectual, transcendente a fronteiras religiosas, sociais e nacionais (DASTON, 1991, p. 374–375; FUMAROLI, 1988, p. 129–133, 2018, loc. 8.18, 10.44, EPUB).

A república das letras era uma imagem vívida entre a chamada “Geração de 1790”, composta por luso-brasileiros formados em Coimbra após as reformas pombalinas. Essa geração desempenhou um papel crucial na modernização do Império Luso-Brasileiro e na contenção das ideias republicanas e revolucionárias (CAROLINO, 2014, p. 192–196; MAXWELL, 1999, p. 173–184). Para intelectuais como José da Silva Lisboa, mobilizar sua formação acadêmica significava legitimar a continuidade da monarquia portuguesa e refutar outros bacharéis de Coimbra que haviam optado por trajetórias revolucionárias.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que deu continuidade ao reformismo do Marquês de Pombal (1699–1782), foi um articulador fundamental na mobilização de intelectuais alinhados à Coroa. Sua visão consistia em propor a racionalização das estruturas imperiais, enfatizando a necessidade de uma política ilustrada, caracterizada pela racionalização administrativa e fortalecimento econômico, como meio de preservar os domínios ultramarinos (CAROLINO, 2014, p. 198–200; MAXWELL, 1999, p. 185–186).

Segundo Silva Lisboa, a *república das letras* contribuiria para “o progresso da cultura do espírito” (LISBOA, 1812, p. XIX), mas somente “enquanto os monumentos da virtude e sabedoria da antiga Senhora do Mundo [a Europa] sustentarem o gosto da Literatura polida”. A manutenção da leitura e do estudo dos clássicos, ainda que possam ser considerados ultrapassados pelos “modernos escritores de crédito”, faz parte da “educação liberal”, que, sem desculpas, todo erudito deveria possuir (LISBOA, 1804, p. VII–VIII).

A ideia da educação liberal é um componente do que o crítico literário Amedeo Quondam denominou de “longo classicismo”, uma permanência da apreciação e estudo da literatura clássica na Europa ao longo do Antigo Regime. No contexto do classicismo, a “forma”

abrangia tanto a aparência quanto a estrutura, enquanto “liberal” significava “autogoverno”, relacionado a virtudes éticas e estéticas, como prudência e generosidade, que eram essenciais para a “forma de viver” do príncipe e do nobre da época. O conceito de “forma” é importante, a liberdade a qual a educação erudita almejava era uma liberdade *segundo* uma forma, um propósito (QUONDAM, 2013, p. 234–235).

Já Marc Fumaroli (1932-2020) explica que o ideal de *república das letras* deriva da expressão latina *respublica literaria*, mencionada pela primeira vez durante o Concílio de Constança (1414-1418), convocado pelo imperador Sigismundo (1368-1437) para encerrar o Grande Cisma do Ocidente. A preocupação com a unidade da *respublica christiana* era especialmente pronunciada como causa urgente por um conjunto de diplomatas, chanceleres e secretários, responsáveis por preservar as “boas letras” da documentação eclesiástica. A importância deste grupo foi descrita pelo veneziano Francesco Barbaro (1398-1454) como uma *utilitas communis*, articulando um conceito de Cícero (106-43 a.C.) e apropriado por Agostinho de Hipona (354-430) para tratar das atividades que contribuíam ao “bem comum” — ou seja, o tipo de bem que seria de maior importância que outros, em razão de seus benefícios alcançarem a sociedade como um todo, gerando, assim, uma ordenação de bens. Nesse caso, a *respublica literaria* seria, portanto, uma síntese das definições das cidades terrena e divina discutidas na *Cidade de Deus* (426): uma sociedade unida tanto pela busca do sumo bem, que é o próprio Deus, quanto pela busca do bem comum. Se as *respublicae literaria et christiana* fossem uma moeda, a *respublica literaria* seria o anverso. Dessa forma, o adjetivo *literaria*, à maneira agostiniana, pressupunha tanto a erudição dos cidadãos dessa república quanto a natureza do bem comum que os une no mesmo amor pelas letras, em prol do benefício geral. Em suma, a *respublica literaria* é uma comunidade de estudiosos unidos pelo amor comum ao conhecimento e pelo compromisso com o bem comum, definido em termos da busca pela verdade e do avanço do conhecimento. Nos tempos de Silva Lisboa, contudo, enquanto o ideal de amor às letras e o avanço do conhecimento se manteve, a noção de *respublica literaria* já se havia divorciado da noção da *respublica christiana* (FUMAROLI, 1988, p. 137–140).

Nesse caso, é necessário ponderar sobre os parâmetros de seleção das ideias de Burke e sua adaptação, quando julgado necessário, para que os distanciamentos entre Burke e Silva Lisboa não impedissem o uso da autoridade do pensador britânico na luta contra o “mal comum”: a Revolução. Elementos que estão presentes nas *Reflexões* e constituem a compreensão burkeana de sociedade, como a teologia natural e a importância dos costumes e da economia política para a civilização (cf. POCOOCK, 1987, p. XLIV) também aparecem nos *Extratos*, como se verá adiante. Entretanto, nesse breve texto de Silva Lisboa se

encontram distanciamentos que derivam de ampliações ou distensões de argumentos burkeanos.

Entre esses distanciamentos, destaca-se a leitura política da situação Europa, como evidenciado na comparação entre a tradução de Silva Lisboa e o original de *Reflexões sobre a Revolução na França*.⁵ Nelas, Burke argumenta que os franceses desconhecem a moderação. A “fanática” democracia francesa, segundo ele, expropriava tudo de todos, sobretudo daqueles que possuíam propriedades úteis e pertenciam às ordens superiores. Para Burke, o caminho da reforma era preferível ao da revolução, como exemplificado pela Declaração de Direitos da Revolução Gloriosa de 1688 — um documento que ele elogia como “cheio de sabedoria, moderação e prudência”. Esse modelo contrastaria fortemente com a Constituição francesa e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que Burke considera radicais e destrutivas (BURKE, 2014, p. 31–35).

No prefácio dos *Extratos*, Silva Lisboa distingue dois tipos de liberdade com base em uma declaração do Conde de Mirabeau (1749–1791), feita em um discurso na Assembleia Nacional em 1789. Nesse discurso, Mirabeau defende o poder de decisão política do povo, citando o exemplo inglês, no qual o povo poderia exigir do rei a dissolução do parlamento caso não se sentisse representado por seus membros. Por essa razão, a Inglaterra seria “essa ilha famosa, esse inesgotável foco de grandes exemplos, essa terra clássica dos amigos da liberdade”. No caso francês, entretanto, Mirabeau considerava que o povo estaria ao lado do parlamento (MOUNIER et al., 1875, p. 242–243).

Nos *Extratos*, Silva Lisboa utiliza a frase de Mirabeau para diferenciar a “liberdade regulada” ou “liberdade à inglesa” da “liberdade desenfreada” ou “liberdade à francesa”. Ecoando a noção de forma presente no longo classicismo, Lisboa afirma que as obras de Burke confirmam a superioridade inglesa. Os traços de uma “liberdade dentro da forma”, perceptíveis na Inglaterra, conferem maior vigor ao país, sustentando seus territórios e sua marinha como “baluartes da Razão”. Essa segurança, fruto de uma política racionalmente regulada, contrasta com as consequências destrutivas da liberdade à francesa (LISBOA, 1812, p. XII–XIII).

Além disso, Silva Lisboa elogia a liberdade regulada inglesa por ter produzido estadistas como Aristides (c. 530 – c. 462 a.C.), Fabrício (fl. séc. III a.C.) e Cincinato (c. 520 – c. 430 a.C.). Esses líderes, mesmo quando detentores de um poder quase absoluto, mantiveram uma conduta moderada e austera, sendo exemplos de virtude cívica. Os revolucionários franceses, ao contrário, afastavam-se desses paradigmas clássicos de virtude (LISBOA, 1812, p. XVII–XVIII).

⁵ A edição usada para comparação é BURKE, E. **Reflexões sobre a revolução na França**. Tradução: José Miguel Nanni Soares. 1ª edição ed. São Paulo: Edipro, 2014.

Outro ponto em comum é a admiração e referência em textos clássicos, especialmente os latinos. Nas *Reflexões*, Burke lamenta o quanto o reverendo Richard Price (1723-1791) tinha se tornado um “teólogo político”, trazendo perturbação ao espaço do sagrado ao fazer de seu púlpito uma plataforma política da violenta revolução. Em um lamento irônico, Burke cita a quarta das *Sátiras* (c. séc. II d. C.) de Juvenal (c. 55 – c. 127), em que a farrá e boa vida de nobres implica na violência aplicada ao povo: “Gostaria que ele tivesse devotado às asneiras todo o tempo que ele empregou à violência” (CARVALHO, 2018, p. 134).

Ainda no tema do longo classicismo, apreciação de clássicos na produção de José da Silva Lisboa é evidente. No prefácio dos *Extratos*, as citações de autores latinos são predominantes. Na epígrafe da folha de rosto, aparece uma referência ao poema *De rerum natura* (c. 50 a. C.), de Lucrécio (c. 99 – c. 55 a. C.). Silva Lisboa cita alguns dos primeiros versos do terceiro livro do poema:

e, tal como as abelhas nos vales floridos tudo libam,
assim também nós nos teus escritos, ó preclaro,
colhemos todos os teus ditos de ouro, de ouro e digníssimos de sempiterna
vida (LUCRÉCIO, 2015, p. 141).

Nesses versos, Lucrécio inicia um longo elogio a Epicuro (341 a.C. – 270 a.C.), afirmando que ele e seus leitores se alimentam dos conselhos do filósofo e, ao aplicá-los, constroem uma vida rica e abundante — assim como as abelhas extraem o néctar das flores para produzir o dourado e doce mel. A reprodução desses versos na folha de rosto dos *Extratos* sugere uma intenção análoga por parte de Silva Lisboa em relação aos textos de Edmund Burke. Ele convida o leitor a apreciar o que haveria de mais valioso e enriquecedor no pensamento do autor irlandês.

Além disso, Silva Lisboa faz menção à *Ars poetica* (c. 19 a.C.) de Horácio (65 a.C. – 8 a.C.) para reforçar seu argumento sob outra perspectiva: a da estética. Horácio alerta que um artista que desconsidera a forma pode criar algo ridículo e desprezível, como se, ao esculpir uma “mulher formosa na parte superior, acabasse num hediondo peixe preto” (HORÁCIO, 2005, p. 55; cf. LISBOA, 1812, p. XIV). Silva Lisboa utiliza essa metáfora para contrastar o pensamento de Burke com as ideias revolucionárias. Enquanto Burke representa uma construção coerente e harmoniosa, as ideias revolucionárias, embora possam parecer inicialmente atraentes, terminam em deformidades e resultados horrendos.

Por isso, é incompreensível para Silva Lisboa que alguém possa enxergar nobreza no espírito revolucionário. Ele recorre à oitava das *Sátiras* (c. séc. II d.C.) de Juvenal (c. 55 – c. 127), na qual o poeta latino ironiza a busca por reconhecimento baseada na linhagem nobre, em vez do mérito pessoal. Juvenal ridiculariza esse comportamento, comparando-o ao erro de chamar “cães ociosos, por sarna longeva” de “tigres, panteras, leões” apenas porque

eles latem alto demais (CARVALHO, 2018, p. 184; LISBOA, 1812, p. XIV–XV). Para Silva Lisboa, o apreço de alguns pela Revolução reflete esse mesmo engano: um fascínio gerado pelo barulho e pela aparência, que oculta a verdadeira natureza desprezível do movimento revolucionário.

A apropriação de literatura clássica por Silva Lisboa não se limita às citações explícitas; ela também permeia sua forma de descrever o espírito revolucionário. No prefácio dos *Extratos*, ao mencionar o Conde de Mirabeau pela primeira vez, Silva Lisboa o caracteriza como “um dos corifeus [...] no Teatro Político” (LISBOA, 1812, p. XII–XIII). A referência ao teatro grego reforça a tipologia do espírito revolucionário. No contexto da tragédia grega, o corifeu era o líder do coro, posicionado de costas para a orquestra, com sua voz projetada contra a parede posterior do palco para ecoar junto às vozes dos atores e do coral, influenciando a audiência (BECKERS; BORGIA, 2009). Ao associar Mirabeau à figura do corifeu, Silva Lisboa sugere que as lideranças intelectuais tinham um papel estratégico na Revolução: elas davam o tom para o discurso revolucionário, ampliando suas ideias para que ecoassem entre as massas. No entanto, essa metáfora teatral carrega uma crítica implícita, pois o “teatro político” revolucionário, com seu tom calculado e sua retórica amplificada, encobre a falta de substância e a natureza caótica da Revolução.

Para Silva Lisboa, a política se assemelha a um teatro, onde os papéis são constantemente reinterpretados, mas a essência permanece a mesma. “A sociedade civil, após convulsões políticas, sempre volta a se compor de ricos e pobres, nobres e plebeus, bons e maus, quem manda e quem obedece. A cena será renovada, e apenas os atores mudarão”, afirma, apoiando-se em um discurso de Petílio Cerial (c. 30 – c. 83), registrado nas *Histórias* (IV, 74) de Tácito (56 – c. 120). Nesse discurso, proferido para tranquilizar os gauleses durante a Revolta dos Batavos, temerosos de represálias romanas, Cerial declara que “perdurarão os vícios enquanto perdurarem os homens” (LISBOA, 1812, p. XVIII–XIX; TÁCITO, 1896, p. 227–229).

Essa perspectiva reflete a visão de Silva Lisboa de que as estruturas sociais são intrínsecas à natureza humana e inevitáveis, independentemente das revoluções ou mudanças de governo. Assim, em seu entendimento, não é a destruição dessas estruturas que deve ser buscada, mas sua gestão. Os “novos atores” que surgem no palco político precisam de um bom diretor, alguém que compreenda e respeite o “roteiro já prescrito pela natureza”. Esse diretor seria o estadista prudente, capaz de guiar a sociedade em conformidade com os preceitos de uma ordem regulada, como defendida por Silva Lisboa e por Edmund Burke, em oposição ao caos da liberdade revolucionária.

A conclusão de Silva Lisboa é que os revolucionários seriam péssimos candidatos para dirigir a cena política, pois, para ele, tratava-se de “inovadores” cujo objetivo principal era

“perverter as Leis fundamentais da Sociedade Civil”. Em contraste, a Inglaterra representava um exemplo de boa condução política. Silva Lisboa observa que até mesmo Mirabeau, o corifeu da “Perfídia Gálica”, reconheceu que os ingleses haviam vencido as “maquinações do Opressor das Gentes” (LISBOA, 1812, p. XII).

A descrição dos revolucionários como maquinadores que buscam trazer inovações destrutivas à cena política remonta à forma como Salústio (86 a.C. - 36 a.C.) caracteriza os conjuradores em *A Conjuração de Catilina* (c. 43 a.C.). Segundo Salústio, a conjuração era um fenômeno peculiar, pois configurava um novo crime contra as instituições políticas romanas (SALÚSTIO, 2015, IV.4; XXXVII.3). Esse crime, por sua natureza, dependia de articulações secretas ou “maquinações” (SALÚSTIO, 2015, XVIII.7; XXIV.2; XXVI.5), cuja verdadeira dimensão só se tornava clara no momento de sua execução. Essa característica conferia à conjuração um elemento de surpresa, essencial para o sucesso da trama (cf. MAQUIAVEL, 1994, p. 316–318; SALÚSTIO, 2015).

Para Silva Lisboa, os revolucionários franceses agiam de maneira análoga aos conjuradores descritos por Salústio: operavam em segredo, desafiando as normas estabelecidas, e buscavam subverter a ordem por meio de ações abruptas e disruptivas. Essa analogia reforça a rejeição de Silva Lisboa às revoluções como um todo, visto que elas se baseiam em maquinações que comprometem a estabilidade das instituições, em contraste com a política regulada e prudente defendida por ele e exemplificada no modelo inglês.

Ao discutir a possibilidade de sucesso da Revolução, Silva Lisboa afirma que os próprios revolucionários inevitavelmente sucumbiriam a ações autodestrutivas. Evocando uma célebre frase do contrarrevolucionário genebrino Jacques Mallet du Pan (1749-1800) compara a Revolução ao mito de Saturno, que devora seus próprios filhos (cf. PAN, 1793, p. 63). Essa é uma analogia que evidencia sua visão de que a dinâmica revolucionária é inerentemente destrutiva, mesmo para seus líderes.

Nesse contexto, Silva Lisboa recorre à tópica literária da teomaquia, um tema clássico que engloba conflitos entre divindades ou seres divinos, frequentemente associados a disputas pelo poder e pela autoridade no âmbito mitológico. A teomaquia caracteriza-se por atos de conquista e lutas pelo domínio no reino divino, muitas vezes vinculados a narrativas cosmogônicas que descrevem a formação do universo e as relações entre os deuses (WALTON, 2008, p. 52).

Seguindo a alusão à mitologia grega, Silva Lisboa apresenta Jean-Paul Marat (1743–1793) e Maximilien Robespierre (1758–1794) como figuras equivalentes aos Titãs que, após serem expulsos do Monte Ótris pelos deuses olímpicos, tentaram recuperar seu prestígio e autoridade. Da mesma forma que os filhos de Saturno foram consumidos por seu progenitor, Marat e Robespierre foram devorados pelo próprio movimento revolucionário que os havia

gestado. Para Silva Lisboa, esse destino inevitável simboliza a natureza destrutiva das revoluções, que, ao destruir suas bases e estruturas, acabam consumindo seus principais articuladores (LISBOA, 1812, p. XIII–XIV).

Essa analogia mitológica amplia a crítica de Silva Lisboa, atribuindo à Revolução um caráter de tragédia clássica, em que a luta pelo poder e a quebra da ordem estabelecida resultam em destruição mútua e colapso. Com a referência aos Titãs e a Saturno, Silva Lisboa reforça a ideia de que os revolucionários, ao buscarem subverter as estruturas políticas tradicionais, repetem ciclos históricos de autodestruição, refletidos tanto na mitologia quanto na história recente da França.

Burke e Silva Lisboa também recorrem a textos da Bíblia Sagrada para criticar a Revolução. Em Burke, por exemplo, as mudanças abruptas implementadas pelos revolucionários são descritas como contrárias à ordem natural e, portanto, fadadas ao colapso. Ele compara essas ações à história de Nadabe e Abiú, que, ao utilizarem “fogo estranho” em uma cerimônia de purificação do tabernáculo, desrespeitaram as normas sagradas e foram consumidos por suas próprias ações (Levítico 10). Para Burke, a Revolução é um erro de “liturgia política”; a ruptura com os processos políticos tradicionais resulta em desordem e destruição (BURKE, 2014, p. 104).

A formação intelectual de Silva Lisboa ajuda a contextualizar sua crítica à Revolução e suas conexões com a teologia natural. Apesar de sua origem modesta, Silva Lisboa superou barreiras sociais e ascendeu à elite do Antigo Regime. Em 1774, ingressou na Universidade de Coimbra com o objetivo inicial de seguir carreira eclesiástica, mas mudou de direção durante seus estudos sob a condução do botânico e químico Domingos Vandelli (1735–1816). Formou-se em direito canônico e filosofia, construindo uma amizade duradoura com Vandelli baseada em interesses comuns, especialmente em economia política (KIRSCHNER, 2009, p. 19–37). Sua formação foi moldada pelas reformas dos Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772, que pretendiam substituir o legado jesuítico por currículos voltados à filologia, línguas orientais e direito natural (UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1773a, p. 242; 1773b, p. 33; cf. BEATO, 2020; ROGERSON, 2008). A inclusão da cadeira de matemática ministrada por Vandelli complementava seus estudos em filosofia natural (ARAÚJO, 2014, p. 81–104).

Nos *Extratos* (LISBOA, 1812, p. XI–XIV), Silva Lisboa traça paralelos entre a Revolução e narrativas bíblicas de caos e desordem. Ele compara os revolucionários ao Dragão de Apocalipse 12:1–17 e à Serpente que introduziu a desordem na Criação em Gênesis 3:1–24. Para ele, assim como a rebelião de Satanás trouxe sofrimento ao cosmos, a Revolução desestabilizou a ordem social, refletindo o caos na Criação. A descrição desse processo por Silva Lisboa utiliza uma tópica literária do Antigo Oriente Próximo que seria nomeada no

século XIX pelo historiador Hermann Gunkel (1862-1932) com o conceito de *chaoskampf*, “batalha contra o caos”. Essa tópica literária, uma categoria dentro do amplo tema da teomaquia, explora conflitos entre forças divinas e o caos cósmico, geralmente representado por monstros ou forças desordenadas. O *chaoskampf* reflete a luta para restaurar a ordem frente ao caos, tanto no plano divino quanto no social (RACKLEY, 2015, p. 1, 5–14; WALTON, 2008, p. 49). Silva Lisboa compara os revolucionários aos pecadores que trouxeram o dilúvio à Terra (Gênesis 6–9), e Burke, a Noé, cuja sabedoria seria uma arca de justiça. Para ele, o pensamento político de Burke representa uma luz restauradora, capaz de renovar a “esperança do Orbe depois do dilúvio de doutrinas falsas” (LISBOA, 1812, p. XIII).

Além disso, embora os textos de Burke sejam considerados o remédio ideal para o mal revolucionário, é necessário estar atento às “maquinações do Opressor das Gentes” por meio de seus servos. Um exemplo disso seria Thomas Paine (1737-1809), que, segundo Silva Lisboa, representava um grande perigo para a Inglaterra. Paine se apresentava como um “iluminado e iluminante”, mas, tal como Satanás se disfarça de “anjo de luz” (2 Coríntios 11:14), ele enganava os ingleses, levando-os a consumir “o pomo da falsa liberdade e igualdade”. Ao fazer isso, Paine faria com que a Inglaterra perdesse o “paraíso” que desfrutava, seguindo o mesmo caminho de Adão e Eva, que, ao desobedecerem a Deus no capítulo 3 de Gênesis, foram expulsos do Éden (LISBOA, 1812, p. XIV–XV).

A “doce influência da verdadeira Religião” (LISBOA, 1822, p. VI) é vista como um remédio contra o esoterismo da Revolução, e sua primeira manifestação aparece no texto do prefácio, com as tópicas do Antigo Testamento. A segunda manifestação é a “Ciência Prática da Administração e Política Ortodoxa”, que, segundo Silva Lisboa, foi iluminada por Burke (LISBOA, 1812, p. XV). Para ele, existe uma “imutável Ordem Social” (*Ibid.*) derivada de uma ordenação ontológica do cosmos, que ele descreve como a “geral economia da Criação” (LISBOA, 1804, p. 97–98). Para explicar esse conceito, Silva Lisboa recorre à etimologia da palavra “economia”, que significa “lei da casa”. Assim, ele afirma que essa “sábua Economia do Criador” rege tanto o mundo físico quanto o moral por meio de leis “símplices, fecundas, que lhe dão ordem, harmonia, beleza e perpetuidade”. O conhecimento dessas leis é o que ele chama de Ciência e prática de Economia (LISBOA, 1804, p. 34–35). Ele considera que a economia estuda as leis que estruturam a ordem social, abrangendo tanto a “sociedade familiar” dos pais com seus filhos e empregados, unidos pela autoridade natural do senhor que os sustenta, quanto a “sociedade civil”, cuja unidade se baseia num território determinado, com o objetivo de garantir a segurança mútua pela autoridade maior do soberano (*Ibid.*, p. 35–36). A economia, no contexto familiar, é chamada de Economia Doméstica, e, no âmbito da sociedade civil, Economia Política. Silva Lisboa acredita que poucos pensadores se comparam a Isaac Newton (1643-1727), Edmund Burke e, especialmente, Adam

Smith (1723-1790) na contribuição para a Economia Política, pois esses autores foram os maiores entendidos da “geral economia da criação” (LISBOA, 1804, p. VII–VIII, 34–35, 97–98, 1812, p. XIII). O elogio a Burke entre os economistas britânicos deve-se à sua desconfiança em relação a mudanças abruptas, que, para ele, poderiam prejudicar a ordem cósmica e trazer males maiores do que aqueles já conhecidos (FITZPATRICK; JONES, 2017, p. 6; JONES, 2019).

Aprofundando o tema da economia política, Silva Lisboa afirma que os “Direitos do Homem” só podem ser alcançados por meio de uma “Regência Paternal”, ao contrário do que defendem aqueles a quem chama de “especuladores metafísicos ou maquiavelistas” (LISBOA, 1812, p. XVI). A temática da regência paternal está presente no *Tratado de Economia Política* (1615) de Antoine Montchrestien (1575-1621), o primeiro livro a ter “economia política” no título (MAIFREDA, 2012, p. 171–182). Nele, Montchrestien argumenta que o rei deveria ter uma “economia política patronal” [*l'économie politique patronale*] e governar racionalmente o reino, assim como um pai governaria racionalmente o lar, a fim de que aqueles sob sua autoridade possam viver ordeiramente dentro de uma boa ordem. No reino, isso significava trazer ordem às camadas mais baixas da sociedade, referidas como “o terceiro estado” (MONTCHRÉSTIEN, 1970, p. 17–18, 59–61). É nesse sentido que Silva Lisboa denomina sua tradução como “extratos das obras *econômicas* e políticas”: os textos de Burke seriam fundamentais para a manutenção da “economia”, isto é, da boa ordem do Império Luso, ameaçada pelas ideias revolucionárias.

Para Silva Lisboa, os homens de Estado são como servos de um pai que, diligentemente, busca manter a casa em ordem — e o mais eficiente a se fazer, quando se tem um bom pai, é, primeiramente, obedecer às suas ordens, assim como os súditos devem obedecer ao soberano que governa com justiça. Em segundo lugar, deve-se atentar para problemas que possam afetar a casa e que eventualmente o senhor não perceba, como o “miasma e sutil veneno” da anarquia revolucionária, que já circulava por todo o mundo (LISBOA, 1812, p. X–XI, XVI). É por meio dessa apropriação da teoria miasmática — segundo a qual se acreditava que as doenças eram causadas pela circulação de “maus ares” (KANNADAN, 2018; MASTROMAURO, 2011, p. 2–7) — que se compreende a razão de Silva Lisboa chamar a Revolução de “mal francês” (LISBOA, 1812, p. X–XI).

Dado o potencial destrutivo da Revolução, desde os níveis mais sutis, no âmbito social, até os impactos de ordem universal e metafísica, para Silva Lisboa é imprescindível valorizar o conhecimento de homens de Estado como Burke: suas reflexões são como a mão do mítico Rei Midas, “um gênio tão feliz, que doura tudo que toca”. Citando uma expressão usada por Edward Gibbon (1737-1794) em *Declínio e Queda do Império Romano* (1776-1789), Silva Lisboa afirma que em Burke “se concentram a sabedoria das eras [*wisdom of*

ages]”. Isso significa que suas ideias foram provadas pelo tempo e permaneceram de pé, tal como a longevidade do Império Romano narrada por Gibbon — e prova disso seria o próprio Gibbon afirmar que concordava com Burke na crítica à Revolução (LISBOA, 1812, p. XIX)⁶. Aqui, percebe-se um distanciamento entre Burke e Silva Lisboa. Enquanto o político irlandês fundamentava a estabilidade política nos conceitos de tradição e bem comum, que testam os acordos e convenções políticas circunstanciais para testar sua validade no decorrer do tempo (BOURKE, 2015, p. 696-697), para o publicista baiano, é a autoridade e retidão moral do soberano que sustentam a ordem política. Poder-se-ia concluir, então, que a ênfase de Burke na tradição reforçaria uma sociedade hierarquizada, Silva Lisboa caminharía na direção em que a tradição é derivada da ordem social.

Quanto à receptividade com os textos de Burke seriam lidos, Silva Lisboa parece esperar que se repitam no Brasil as mesmas críticas que Burke teria recebido na Inglaterra: “declamador, defensor de notórias corrupções dos governos, contraditório a seus antigos princípios, e vendido à Corte” (LISBOA, 1812, p. XVII). Essa discussão se deu em razão de, em 1796, Burke ter escrito sua apologia quanto ao recebimento de uma pensão da Coroa Britânica, como prêmio por sua crítica a ideias revolucionárias e seu impacto desde a publicação das *Reflexões*. Nessa apologia, Burke se justifica como merecedor de tais rendimentos, uma vez que a pensão seria um reconhecimento oficial de seus anos de trabalho e dedicação virtuosa à política (FLORENZANO, 1997, p. 42; POCOCK, 1987, p. XII). Silva Lisboa concorda com a justificativa de Burke, e, dada a tamanha importância da militância do irlandês contra a Revolução, não haveria problema algum que uma pensão do governo lhe fosse destinada. Ao invés de denotar algum comprometimento da parte de Burke, Silva Lisboa repete Burke, e argumenta que, na verdade, essa era uma forma de justo reconhecimento do Estado àqueles que contribuíam para a manutenção da boa ordem (LISBOA, 1812, p. XXI–XXII). Não seria despropositado pensar que Silva Lisboa também qualificava seu próprio trabalho como ministro de Estado sob essa perspectiva.

CONCLUSÕES

Quando se estabelece uma genealogia política, como aquela que classifica Edmund Burke e José da Silva Lisboa como “pais” do liberal-conservadorismo, presume-se que as ideias liberais e conservadoras dialogam naturalmente entre si. Essa premissa é também

⁶ A referência em Gibbon para “sabedoria das idades” é GIBBON, E. **Declínio e queda do império romano**. Tradução: José Paulo Paes. Edição de bolso ed. Rio de Janeiro: Companhia de Bolso, 2005, loc. 82.5. EPUB. Já a declaração de que Gibbon concorda com a crítica de Burke à Revolução Francesa, cf. GIBBON, E. **Memoirs of My Life and Writings**. Disponível em: <<https://www.gutenberg.org/ebooks/6031/pg6031-images.html>>. Acesso em: 15 set. 2024.

estendida aos intelectuais que constroem as ideias políticas que fundamentariam os movimentos em questão. Entretanto, uma análise da apropriação que Silva Lisboa fez das *Reflexões* de Burke indica que, mesmo quando existem possibilidades de diálogo, estas carregam tensões relacionadas ao contexto de recepção de novas ideias, demonstrando como o contexto funciona como um “arcabouço” no qual ideias e práticas políticas podem ser compreendidas e legitimadas.

Isso torna-se evidente ao perceber que a crítica elaborada por Burke aos ideais da Revolução Francesa enfatizava a rejeição de procedimentos estabelecidos pela história e tradição política francesa. Já a crítica de Silva Lisboa extrapola o argumento de Burke, atribuindo às *Reflexões* o papel de abordar problemas interpretados como de ordem natural e cósmica no contexto da realidade local, contribuindo para a construção de uma fama de Burke que desloca as *Reflexões* do restante de sua produção intelectual.

A partir de uma pesquisa que considera a produção intelectual em seu contexto histórico, renunciando a abordagens que busquem classificá-la com base em critérios definidos a priori, a história intelectual avança no sentido de entender os sujeitos históricos como agentes ativos nas ideias em debate, e não como meros receptores passivos. Dessa forma, novos sentidos são produzidos para tópicos que, sendo novas ou já amplamente discutidas, ganham significados distintos para os sujeitos e os grupos inseridos em disputas particulares, conferindo-lhes novas formas de pensar e agir no mundo. No caso de José da Silva Lisboa, a organização de referências modernas e clássicas, teológicas, jurídicas e filosóficas, católicas e protestantes, levanta questionamentos sobre as premissas relacionadas à circulação de ideias no fim do Antigo Regime. Como Silva Lisboa obteve acesso às obras de Burke? O fato de sua tradução se propor a ser um “resumo autorizado” implica que ele era apenas influenciado por essas ideias ou que produziu algo novo? A apresentação e defesa das ideias de Burke, a partir de um conjunto de referências tão eclético, poderia ser lida como ilustrada, ainda que com um tom fortemente contrarrevolucionário?

Ao compreender que a circulação de obras e novas ideias ultrapassa limites sociais, nacionais e confessionais, a tradução de Silva Lisboa produziu novas perspectivas sobre Edmund Burke e sua produção. A erudição moderna de Silva Lisboa contra a Revolução sugere que contrarrevolução e ilustração não são sinônimas. A ideia de que o iluminismo é uma força que conduz inexoravelmente a regimes constitucionalistas e democracias liberais tem sido amplamente revisada. Contudo, é necessário direcionar mais atenção às racionalizações de poderes autoritários. As ideias de Silva Lisboa, que vinculam a liberdade a uma condução moralista da sociedade e que justificam o *status quo* recorrendo tanto à tradição quanto às novas ciências, indicam que regimes repressivos também podem se modernizar, elaborando novas formas de restringir contestações e lutas por direitos políticos.

REFERÊNCIAS

- ADELMAN, J. Iberian Passages: Continuity and Change in the South Atlantic. In: **The Age of Revolutions in Global Context, c. 1760-1840**. Londres: Palgrave Macmillan, 2009. p. 59–82.
- ALVES, P. H. **Existe conservadorismo além de Olavo de Carvalho e Bolsonaro**. Gazeta do Povo. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/existe-conservadorismo-alem-de-olavo-de-carvalho-e-bolsonaro-cspgqtde3rx0ypapgiw5a8rri/>>. Acesso em: 1 dez. 2024.
- ARAÚJO, A. C. **O Marquês de Pombal e a Universidade**. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.
- ARMITAGE, D.; SUBRAHMANYAM, S. (EDS.). **The age of revolutions in global context, c. 1760-1840**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2010.
- ASHTON, P.; KEAN, H. (EDS.). **People and their Pasts**. Londres: Palgrave Macmillan, 2009.
- BEATO, S. C. O ensino do Hebraico em Portugal e o seu lugar na humanitas universitária. **Revista de História da Sociedade e da Cultura**, n. 20, p. 381–395, 2020.
- BECKERS, B.; BORGIA, N. The acoustic model of the Greek theatre. **PROHITEC**, p. 1115–1120, 2009.
- BOURKE, R. **Empire and Revolution: the Political Life of Edmund Burke**. Princeton: Princeton University Press, 2015.
- BRASIL PARALELO. **Liberalismo e conservadorismo: de lados opostos a aliados contra a esquerda**. Disponível em: <<https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/liberalismo-e-conservadorismo-de-lados-opostos-a-aliados-contra-a-esquerda>>. Acesso em: 6 set. 2024b.
- BRASIL PARALELO. **O embate ideológico: liberalismo versus conservadorismo**. Disponível em: <<https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/liberalismo-e-conservadorismo-diferencas-de-pensamento-e-a-uniao-no-conservadorismo-liberal>>. Acesso em: 6 set. 2024c.
- BRASIL PARALELO. **O que é conservadorismo e como ele chegou ao Brasil**. Disponível em: <<https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/guia-do-conservadorismo-no-brasil-principais-ideias-historia-feitos-e-nomes-que-sao-referencia>>. Acesso em: 6 set. 2024a.
- BRASIL PARALELO. **O Que É Liberalismo? Economia; Políticas e Sua História**. Disponível em: <<https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/o-que-e-liberalismo>>. Acesso em: 6 set. 2024.
- BURKE, E. **Reflexões sobre a revolução na França**. Tradução: José Miguel Nanni Soares. 1ª edição ed. São Paulo: Edipro, 2014.
- BURSON, J. D.; LEHNER, U. L. (EDS.). **Enlightenment and Catholicism in Europe: A Transnational History**. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2014.
- CAROLINO, L. M. Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, a ciência e a construção do império luso-brasileiro: a arqueologia de um programa científico. Em: **Formas do Império: Ciência, Tecnologia e Política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX**. São Paulo: Paz e Terra, 2014. p. 191–221.
- CARVALHO, R. N. B. DE. **Difficile est saturam bene vertere: os desafios da tradução poética e uma versão brasileira das Sátiras de Juvenal**. Tese de Doutorado—Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2018.
- CELESTINO, G. From Conciliation to Threat: Silva Lisboa, Viscount of Cairu, and the Luso-Brazilian Empire in 1821. **Bulletin of Latin American Research**, v. 41, n. 2, p. 227–240,

2022. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/blar.13262>>. Acesso em: 1 dez. 2024.

COUTINHO, R. de S. **Aviso expedido ao conde de Aguiar participando que o príncipe regente manda recomendar muito particularmente, que examine com a maior severidade a conduta de todos os indivíduos que passam de Portugal para a Bahia, e quais sejam suas opiniões religiosas e políticas**. Lisboa: [s.n.], 12/03/1801. 1 p., Orig. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1289268/mss1289268.pdf. Acesso em: 21 ago. 2024. Localização: Manuscritos - I-31,27,012.

COUTINHO, R. de S. **Ofício a Fernando José de Portugal remetendo exemplares de um impresso traduzido para o português sobre os crimes e desmandos da Revolução Francesa, para que ele os faça circular na Bahia**. Lisboa: [s.n.], 25/08/1798. 1 p., Orig. Biblioteca Nacional. Localização: II-33,29,070.

COUTINHO, R. de S. **Carta régia e ofício a Fernando José de Portugal sobre o castigo a dar aos sediosos da Bahia**. Queluz: [s.n.], 22/12/1798. 2 doc. (2 p.), Orig. Biblioteca Nacional. Localização: Manuscritos - II-34,02,017. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mssp0000528/mssp0000528.pdf. Acesso em: 20 ago. 2024.

DASTON, L. The Ideal and Reality of the Republic of Letters in the Enlightenment. **Science in Context**, v. 4, n. 2, p. 367–386, 1991.

DWAN, D.; INSOLE, C. (EDS.). **The Cambridge Companion to Edmund Burke**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

FARR, J. Understanding conceptual change politically. In: **Political Innovation and Conceptual Change**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. p. 24–49.

FEA, J. **Why Study History? Reflecting on the Importance of the Past**. Grand Rapids: Baker Academic, 2013.

FITZPATRICK, M. (EDITOR); JONES, P. **The Reception of Edmund Burke in Europe**. Londres: Bloomsbury, 2017.

FLORENZANO, M. Burke: “A man for all seasons”. **Revista Brasileira de História**, v. 17, n. 33, p. 32–69, 1997. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/001009628>>. Acesso em: 27 nov. 2024.

FUMAROLI, M. The Republic of Letters. **Diogenes**, v. 36, n. 143, p. 129–152, set. 1988.

FUMAROLI, M. **The Republic of Letters**. Tradução: Lara Vergnaud. 1. ed. New Haven: Yale University Press, 2018.

GARRARD, G. **Counter-Enlightenments**. 1. ed. Londres: Routledge, 2004.

GARSCHAGEN, Bruno. **História e tradição do conservadorismo brasileiro**. Gazeta do Povo. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/colunistas/bruno-garschagen/historia-e-tradicao-do-conservadorismo-brasileiro-7njvfrupreizmy62d0tcigk9/>>. Acesso em: 1 dez. 2024.

HO, S. Blogging as Popular History Making, Blogs as Public History: The Singapore Case Study. **Public History Review**, v. 14, 31 ago. 2007.

HOMENAGEM A JOSÉ DA SILVA LISBOA, o Visconde de Cairu (1756-1835) – Instituto Liberal. Disponível em: <<https://www.institutoliberal.org.br/blog/pensadores/homenagem-a-jose-da-silva-lisboa-o-visconde-cairu-1756-1835/>>. Acesso em: 1 dez. 2024.

HORÁCIO. Arte Poética. Em: **A Poética Clássica**. Tradução: Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, 2005. p. 55–68.

- ISABELLA, M. **Southern Europe in the Age of Revolutions**. Princeton: Princeton University Press, 2023.
- JONES, E. **Edmund Burke and the Invention of Modern Conservatism, 1830-1914: An Intellectual History**. Oxford: Oxford University Press, 2019.
- KANNADAN, A. History of the Miasma Theory of Disease. **ESSAI**, v. 16, n. 1, p. 41–43, 1 abr. 2018.
- KIRSCHNER, T. C. **José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu: Itinerários de um ilustrado luso-brasileiro**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2009.
- LEHNER, U.; PRINTY, M. **A Companion to the Catholic Enlightenment in Europe: 20**. Leiden: Brill, 2013.
- LENIHAN, R. The Public Good of Digital (Academic) History. **Public History Review**, v. 29, p. 185–194, 6 dez. 2022.
- LEWIS, E. F.; PERUGA, M. B.; JAFFE, C. M. (EDS.). **The Routledge Companion to the Hispanic Enlightenment**. 1. ed. Londres: Routledge, 2019.
- LISBOA, J. DA S. **Extractos das obras politicas e economicas de Edmundo Burke**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1812.
- LISBOA, J. DA S. **Extractos das obras politicas e economicas do grande Edmund Burke**. Lisboa: Nova Impressao da Viuva Neves e Filhos, 1822.
- LISBOA, J. DA S. **Principios de economia politica, para servir de introdução á tentativa economica - do author dos Principios de direito mercantil**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1804.
- LUCRÉCIO. **Da natureza das coisas**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2015.
- MAIFREDA, G. **From Oikonomia to Political Economy: Constructing Economic Knowledge from the Renaissance to the Scientific Revolution**. Farnham: Ashgate, 2012.
- MAQUIAVEL, N. **Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio**. Sérgio Bath. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 1994.
- MASTROMAURO, G. C. Surtos epidêmicos, teoria miasmática e teoria bacteriológica: instrumentos de intervenção nos comportamentos dos habitantes da cidade do século XIX e início do XX. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, p. 1–13, 2011.
- MAXWELL, K. **Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MONTCHRÉSTIEN, A. DE. **Traicté de l'œconomie politique - l'économie politique patronale**. Genebra: Slatkine Reprints, 1970.
- MOUNIER, J. J. et al. Discussion de diverses motions relatives au renvoi des ministres et au rappel de Necker, lors de la séance du 16 juillet 1789. **Archives Parlementaires de la Révolution Française**, v. 8, n. 1, p. 242–244, 1875.
- NEVES, G. P. DAS. A linguagem política do Império luso-brasileiro: Portugal e Brasil no final do século XVIII e início do XIX. Em: **Nuevas perspectivas teóricas y metodológicas de la Historia intelectual de América Latina**. Frankfurt / Madrid: Vervuert; Iberoamericana, 1999. p. 231–249.
- OUTRAM, D. **The Enlightenment**. 4. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- PAN, J. M. D. **Considérations sur la nature de la Révolution de France et sur les causes qui en prolongent la durée**. Bruxelas: [s.n.], 1793. Disponível em: https://books.google.com.br/books?redir_esc=y&id=ITFfAAAAcAAJ&q=saturne#v=onepage&q&f=false.

PAQUETTE, G. (ED.). **Enlightened Reform in Southern Europe and its Atlantic Colonies, c. 1750–1830**. 1. ed. Farnham: Ashgate, 2009b.

PAQUETTE, G. José da Silva Lisboa and the Vicissitudes of Enlightened Reform in Brazil, 1798–1824. In: **Enlightened Reform in Southern Europe and its Atlantic Colonies, C. 1750–1830**. Farnham: Ashgate, 2009a. p. 362–388.

POCOCK, J. G. A. Introduction. In: **Reflections on the Revolution in France**. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 1987.

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Edusp, 2013.

PROVIZÃO de nomeação de censor régio. Em: **Perfil de Cayrú**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1958. p. 46.

QUONDAM, A. **Rinascimento e classicismi: forme e metamorfosi della modernità**. Bologna: Il mulino, 2013.

RACKLEY, R. **Kingship, struggle, and creation: the story of Chaoskampf**. Dissertação de Mestrado— Birmingham, University of Birmingham, dez. 2015.

REPRESENTAÇÃO dos habitantes da capitania da Bahia queixando-se dos abusos e extorsões dos contratadores de impostos, ofício dos mesmos a Rodrigo de Sousa Coutinho, pedindo encaminhar a representação a Sua Majestade. Bahia: [s.n.], 15/07/1797. 2 doc. (15 p.), Cópia. Biblioteca Nacional. Localização: II-33,21,120

ROGERSON, J. W. Early Old Testament Critics in the Roman Catholic Church – Focusing on the Pentateuch. In: **Hebrew Bible, Old Testament - The History of Its Interpretation: From the Renaissance to the Enlightenment**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2008. p. 837–850.

RYMSZA-PAWLOWSKA, M. J. **History Comes Alive: Public History and Popular Culture in the 1970s**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2017.

SALÚSTIO. **A conjuração de Catilina**. Tradução: Adriano Scatolin. São Paulo: Hedra, 2015.

SCATTOLA, M. Natural Law (Part I): The Catholic Tradition. Em: **The Routledge Companion to Sixteenth Century Philosophy**. Londres: Routledge, 2017. p. 561–579.

SILVA, R. S. DA. **Edmund Burke e Silva Lisboa: escritos políticos, diferentes leituras**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2018.

SIMAL, J. L. Letters from Spain: The 1820 Revolution and the Liberal International. In: **Mediterranean Diasporas: Politics and Ideas in the Long 19th Century**. Londres: Bloomsbury Academic, 2015.

SKINNER, Q. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SKINNER, Q. Meaning and Understanding in the History of Ideas. **History and Theory**, v. 8, n. 1, p. 3–53, 1969.

SORKIN, D. **The Religious Enlightenment: Protestants, Jews, and Catholics from London to Vienna**. Princeton: Princeton University Press, 2018.

TÁCITO. **The History of P. Cornelius Tacitus Translated Into English: With an Introduction and Notes, Critical and Explanatory**. Tradução: Albert William Quill. Londres: John Murray, 1896, v. 2.

TAVARES, R. Lembrar, esquecer, censurar. **Estudos Avançados**, v. 13, n. 37, p. 125–154, dez. 1999.

TUCKER, A. Historiographic Revision and Revisionism: The evidential difference. In: KOPEČEK, M. (Ed.). **Past in the Making: Historical revisionism in Central Europe after 1989**. CEUP collection. Budapest: Central European University Press, 2008. p. 1–14.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. **Estatutos da Universidade de Coimbra do Anno de 1772, Que Contém os Cursos das Sciencias Naturaes e Filosoficas**. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1773a., v. 3.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. **Estatutos da Universidade de Coimbra do Anno de 1772, Que Contém o Curso Theologico**. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1773b. v. 1.

VILLALTA, L. C. **1789-1808: O império luso-brasileiro e os brasis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WALTON, J. H. Creation in Genesis 1:1-2:3 and the Ancient Near East: order out of disorder after “Chaoskampf”. **Calvin Theological Journal**, v. 43, n. 1, p. 48–63, 2008.

WHATMORE, L. IN I. H. S. OF E. AND A. S. R. **What Is Intellectual History?** 1ª edição, Ed. Malden: Polity Press, 2015.

WHATMORE, R. **The End of Enlightenment**. 25 nov. 2019.



A ALFABETIZAÇÃO SEGUNDO OS PRECEITOS DE ESCOLARIZAÇÃO DA IMPRENSA PERIÓDICA EM POUSO ALEGRE, MG, NO SÉC. XIX

LITERACY ACCORDING TO THE EDUCATIONAL PRINCIPLES OF THE PERIODICAL PRESS IN POUSO ALEGRE, MG, BRAZIL, IN THE 19TH CENTURY

Daniel Aparecido da Costa¹

RESUMO

Este trabalho se propôs a compreender como a alfabetização era abordada pela imprensa periódica em Pouso Alegre, Minas Gerais, ao longo do século XIX, bem como analisar quais eram os preceitos de escolarização defendidos e propostos por esses meios de comunicação. A metodologia utilizada para este trabalho consistiu na análise dos jornais: *Pregoeiro Constitucional*, *O Pouso-Alegrense* e *O Mineiro*, todos editados e publicados na cidade de Pouso Alegre. A análise deste material se justifica pela capacidade de tais meios de comunicação de influenciar na formação de opiniões ou na tomada de decisões de seus leitores e ouvintes. As análises possibilitaram entender que autores e nações estrangeiras influenciaram as discussões educacionais abordadas pelos jornais. Nestas exposições, os livros eram vistos como peças importantes na viabilização da escolarização e no processo de formação dos alunos e professores. Sendo a leitura apontada como um dos meios que auxiliaria no processo de formação das crianças e adultos. Deste modo, a alfabetização e escolarização foram consideradas em diversos momentos pelos jornais como fontes de regeneração social, meios para o progresso moral e civilizatório.

Palavras-chave: alfabetização; jornais; Pouso Alegre.

ABSTRACT

This study investigates how literacy was addressed by the periodical press in Pouso Alegre, Minas Gerais, Brazil, throughout the 19th century, and examines the educational principles promoted by these publications. The methodology employed in this article involves analysing three newspapers: *Pregoeiro Constitucional*, *O Pouso-Alegrense*, and *O Mineiro*, all published in Pouso Alegre. This examination is justified by the potential of these publications to shape public opinion and influence decision-making among their readers. The analysis reveals that foreign authors and foreign countries significantly impacted the educational debates featured in these newspapers. In these discussions, books were highlighted as crucial tools for advancing education and training both students and teachers. Reading was recognized as a key method for educating children and adults alike. Consequently, literacy and schooling were frequently presented by these newspapers as vital sources of social regeneration and as mechanisms for moral and civilizational progress.

Keywords: literacy; newspapers; Pouso Alegre.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Bruno Bontempi Júnior. Integra o Grupo de Pesquisa: "História da Educação: sujeitos, instituições e práticas (Brasil, séculos XIX-XX)". Contato: danielcosta_02@hotmail.com



INTRODUÇÃO

Este artigo propõe uma análise sobre a forma como a alfabetização e a escolarização foram abordadas pela sociedade pouso-alegrense ao longo do século XIX. Para isto, a imprensa periódica tornou-se uma fonte importante para compreender este processo, uma vez que fornece não apenas uma narrativa dos fatos, indicações das escolas existentes, mas também a forma como a alfabetização e a escolarização eram abordadas pela sociedade do período. Todavia, cabe situar Pouso Alegre e a sua integração no cenário mineiro e nacional ao longo do período imperial antes de abordarmos as fontes.

A cidade de Pouso Alegre localiza-se na região sudeste do país, no interior do estado de Minas Gerais, tendo a sua formação historicamente vinculada ao processo de mineração da Província Mineira. Segundo Delfino (2010, p. 33), a partir da abertura das primeiras estradas, tornou-se possível o estabelecimento dos primeiros ranchos, vendas, estalagens e povoados que viabilizaram a mobilidade dos viajantes que se direcionavam para a região das minas.

O povoamento foi se estruturando gradualmente junto “às estradas tortuosas que compunham o Caminho Velho, primeira via de comunicação que ligou o Sul do Brasil aos sertões das Minas” (DELFINO, 2010, p. 33). Em 1810, o vilarejo foi elevado a condição de freguesia pelo Bispado de São Paulo. E em 13 de outubro de 1831, ocorreu a elevação a vila, e esteve relacionada:

A ampla concessão de sesmarias, oferecidas às antigas famílias, remanescentes do ouro, que ocuparam o Vale do Rio Verde, em virtude do crescimento regional ocasionado pelas propícias possibilidades de se fazer fortunas pela dedicação no negócio de víveres, fez com que em poucos anos, o povoado conseguisse reunir condições mínimas para pleitear ao governo da província, sua emancipação política, o que implicaria no seu desmembramento do termo de Campanha (DELFINO, 2010, p. 38).

De fato, Pouso Alegre teve um papel participativo na dinâmica mercantil interprovincial, se caracterizando no abastecimento à praça da corte (DELFINO, 2010, p. 38). Segundo as estimativas propostas por Delfino (2010), tendo por base o censo realizado em 1826, Pouso Alegre contava com 6.490 habitantes. Já no final do século XIX, o total de habitantes era de 22.004. Delfino (2010) indica que a aceleração no crescimento populacional se explicava tanto pela expansão mercantil interprovincial quanto pela facilidade de acesso aos grandes centros comerciais, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Foi também ao longo do período imperial que a instrução passou a ser pensada mais sistematicamente. A Constituição Imperial de 1824, tratava em seu art. 179, sobre o estabelecimento da instrução primária e gratuita para todos os cidadãos. De acordo com Faria Filho (2000), com a independência houve o fortalecimento da ideia de que a



construção do Estado Nacional deveria utilizar a instrução como uma das principais estratégias civilizatórias do povo brasileiro.

A instrução possibilitaria arregimentar o povo para um projeto de país independente, criando também as condições para uma participação controlada na definição dos destinos do país. Na verdade, buscava-se constituir, entre nós as condições de possibilidade de governabilidade, ou seja, as condições não apenas para a existência de um Estado independente, mas também, dotar este Estado de condições de governo. Dentre essas condições, uma das mais fundamentais seria, sem dúvida, dotar o Estado de mecanismo de atuação sobre a população. Nessa perspectiva, a instrução como um mecanismo de governo permitiria não apenas indicar os melhores caminhos a serem trilhados por um povo livre, mas também evitaria que esse mesmo povo se desviasse do caminho traçado (FARIA FILHO, 2000. p.137).

A instituição escolar assume a função de auxiliar no projeto civilizatório delineado pelos representantes do Estado.

A instrução cumpria — ou deveria cumprir — um papel fundamental, que permitia — ou deveria permitir — que o Império se colocasse ao lado das “Nações Civilizadas”. Instruir “todas as classes” era, pois, o ato de difusão das Luzes que permitiam romper as trevas que caracterizavam o passado colonial; a possibilidade de estabelecer o primado da Razão, superando a “barbárie” dos “Sertões” e a “desordem” das Ruas; o meio de levar a efeito o espírito de Associação, ultrapassando as tendências localistas representadas pela Casa; além da oportunidade de usufruir os benefícios do Progresso (MATTOS, 1987, p. 259).

Compreende-se que a busca por normatizar a instrução surge como uma resposta à alfabetização que ocorria em diferentes ambientes, “tais como a própria casa e grupos informais” (COOK-GUMPERZ, 1991, p.37). Sendo a escolarização vista como uma resposta à alfabetização popular já existente e frequentemente associada às causas radicais (COOK-GUMPERZ, 1991, p. 37).

A escolarização foi considerada um “meio de trazer a alfabetização popular para o controle de sistemas escolares públicos” (COOK-GUMPERZ, 1991, p. 39). Neste processo, Estado e Igreja “afastando-se ou aproximando-se, produziram e efetivaram projetos educacionais variados no decorrer do século XIX e primeiro decênio do atual” (BITTENCOURT, 1993, p. 16).

O objetivo maior da escolarização em massa, portanto, era controlar a alfabetização e não promovê-la; controlar tanto as formas de expressão quanto o comportamento que acompanha a passagem em direção à alfabetização. O desenvolvimento da escolarização pública passou a basear-se na necessidade de atingir uma nova forma de treinamento social (COOK-GUMPERZ, 1991, p. 40).



A preocupação com a organização da instrução resultou na aprovação da Lei de 15 de outubro de 1827, quando foi estabelecida uma primeira regulamentação oficial com a finalidade de normatizar a instrução no país. Já em 1834, ocorreu a promulgação do ato adicional, concedendo maior autonomia às províncias brasileiras. Sendo um dos efeitos dessa lei a possibilidade de as províncias organizarem o seu sistema escolar. Em Minas Gerais a Lei n.º 13, de 28 de março de 1835 foi a responsável por regular a instrução primária e o provimento de professores.

Segundo Faria Filho (2004, p. 528), na província mineira ocorreu uma alta rotatividade dos presidentes de província, que acabou acarretando uma cultura administrativa marcada pela descontinuidade, refletindo diretamente sobre a educação. Tanto que, ao longo do século XIX, diversas foram as leis e regulamentos publicados com o intuito de normatizar o ensino. Mas, não devemos concluir que estas dificuldades impediram o desenvolvimento da instrução primária no Brasil Imperial.

Cabe ressaltar que, apesar da aparente descentralização legal, nem todas as áreas da educação ficaram livres da influência ou controle do governo central.

Havia o controle pela subordinação dos presidentes de províncias aos ditames ao governo imperial, lembrando que estes eram nomeados pelo poder central e a educação era totalmente dependente de seu poder. Desta forma, o governo imperial possuía uma determinada garantia de uniformidade educacional através de um corpo coeso de políticos que, em princípio, deveriam ser fiéis seguidores das determinações do centro do poder.

Esta obediência pode ser apreendida pela legislação de cada província que variou pouco, podendo-se perceber uma quase total submissão aos princípios do Município da Corte, mesmo quando adotavam medidas excepcionais, próprias das particularidades de cada região (BITTENCOURT, 1993, p. 65).

Para os fins deste trabalho, analisou-se a imprensa periódica em busca de compreensão sobre como a alfabetização e a escolarização foram abordadas na sociedade pouso-alegrense. Como meio de comunicação, os jornais possuíam a potencialidade de chegar até os leitores e ouvintes influenciando na formação de opiniões ou na tomada de decisões, além de exercer funções educadoras.

Muitos destes periódicos seguiam o princípio Iluminista de “veicular valores e ideias visando educar o público leitor dentro de um projeto civilizatório” (JINZENJI, 2012, p. 155). Deste modo, ao elegerem determinado assunto como importante a ser publicado, estavam cumprindo uma função social.

Segundo Pallares-Burke (1998), os meios de comunicação disseminaram e organizaram informações, criaram “valores, atitudes e ideias sobre uma multiplicidade de



temas, e, pois, quer queiram ou não, influenciam seus leitores, ouvintes e espectadores” (PALLARES-BURKE, 1998, p. 145.).

Fortemente influenciada pelos preceitos iluministas, a imprensa no século XIX buscava transformar mentes arcaicas em ilustradas, estabelecendo, assim, para si um importante papel no processo civilizatório, chegando a ser referida “como o meio mais eficiente e poderoso de influenciar os costumes e a moral pública, discutindo questões sociais e políticas” (PALLARES-BURKE, 1998, p. 147).

Assim, entende-se que a alfabetização como um fenômeno socialmente construído (COOK-GUMPERZ, 1991, p. 11), sendo inseparável do contexto histórico e das circunstâncias de sua estruturação, não se resumindo a simples capacidade de ler e escrever.

Alfabetização, refere-se à capacidade para criar e compreender mensagens impressas, bem como às mudanças trazidas por esta capacidade. Contudo, ao mesmo tempo, ela conota uma avaliação da utilidade desta capacidade. Vemos que a alfabetização não pode ser julgada separadamente de alguma compreensão das circunstâncias sociais e tradições históricas específicas que afetam o modo como esta capacidade enraíza-se numa sociedade (COOK-GUMPERZ, 1991, p. 29).

Desta forma, recorrerá a uma noção ampliada de alfabetização e escolarização, visto que, diferentes instituições e espaços podem ter exercido ações educativas sobre a população pouso-alegrense. Ou seja, nem sempre estes processos ficaram restritos ao espaço escolar.

A ALFABETIZAÇÃO E A ESCOLARIZAÇÃO SEGUNDO OS PRECEITOS DA IMPRENSA PERIÓDICA

Sabe-se que as normatizações publicadas ao longo do século XIX tinham o intuito de regular o desenvolvimento da alfabetização na província. Entretanto, esse processo não ficou restrito ao espaço escolar, tão menos às discussões legislativas. Tanto a alfabetização, quanto a escolarização, enquanto processos culturalmente construídos, foram apropriadas e representadas de diversas formas pelos sujeitos que compunham a sociedade pouso-alegrense.

Assim, partilha-se da compreensão de Cook-Gumperz (1991), de que a mudança ocorrida a partir do século XVIII não foi de um total analfabetismo para a alfabetização:

Mas sim de uma multiplicidade dificilmente estimada de alfabetizações, de uma ideia *pluralista* acerca da alfabetização como um conjunto de diferentes habilidades relacionadas com a leitura e escrita para muitas diferentes finalidades e seções da população de uma sociedade, até uma noção de *alfabetização escolar* única, standardizada, do século vinte (COOK-GUMPERZ, 1991, p. 34).



No ano de 1890, o Brasil possuía cerca de 80% da população analfabeta (KREUTZ, p.2000, p. 353), sendo os discursos veiculados pelos impressos destinados a uma parcela restrita de leitores da sociedade do período. Todavia, como aponta Pallares-Burke (1998, p.150), deve-se levar em conta a possibilidade de pessoas, apesar de analfabetas, não serem imunes à ação educativa dos jornais e de outras matérias impressas. Isto porque, segundo a autora, “a prática de leitura em voz alta, quer no âmbito doméstico, quer no público, era nessa época muito difundida e valorizada” (PALLARES-BURKE, 1998, p. 150).

Deste modo, entende-se que ocorreram apropriações intelectuais de projetos de alfabetização de outros pensadores, ou até mesmo, de outras nações, buscando uma solução para enfrentar os problemas existentes na escolarização em Pouso Alegre. Uma das primeiras publicações que traz assuntos relacionados à alfabetização foi encontrado no jornal “Pregoeiro Constitucional”, que era de propriedade do padre José Bento Leite Ferreira, sendo o primeiro jornal “a ser lançado no sul de minas e o sexto da província” (SOUZA, 2007, p. 87).

Na publicação, defendeu a ideia de que a leitura possibilitaria aos sujeitos terem contato com novos conhecimentos e doutrinas, indicando a importância da alfabetização para formar pessoas esclarecidas. Segundo a publicação:

Maravilhosa tem sido a influencia do jornalismo em nosso paiz; entretanto pequena porção de gente, ou jaz, ainda involta em um resto de trevas, ou não vê mais que distantes, e passageiros clarões da verdade; maravilhosa, dizemos, por que se tem desenvolvido com uma rapidez sem exemplo entre as pessoas, que se applicão a leitura; porém o diminuto restante dos cidadãos, que não lêem, ou por falta de tempo, ou por escassez de meios, ou por inaptidão intelectual, e por conseguinte pouco podem aproveitar-se do raro contacto com pessoas illustradas, são difficilmente accessiveis ás novas doutrinas, que eles ouvem aqui, e ali, sem que d’ellas possam formar um systema de conhecimentos; outros afastados de todo o comercio de homens esclarecidos, inteiramente dados ao trabalho dos bosques, e campos talvez nem fação idéa do que seja Constituição. Tempo virá, em que a instrucção penetrará os mesmos bosques, e campos [...] (Jornal Pregoero Constitucional, Pouso Alegre, 1 de dezembro de 1830, n. 25, p. 1-2)².

A leitura é entendida pelo impresso como meio que possibilitaria aos leitores e ouvintes terem contato com novos conhecimentos. Assim, “ler é instruir e a instrução ilumina” (CHARTIER; HEBRARD, 1995, p. 348). Sendo que, aqueles que ouviam estariam sendo prejudicados por não conseguirem sistematizar estes conhecimentos.

A alfabetização é vista como uma virtude, da qual uma pessoa que sabia ler e escrever era vista como alguém “capaz de emitir um julgamento bom ou razoável, já que o

² Optou-se por manter a ortografia presente nas fontes.



gosto e o julgamento de uma pessoa alfabetizada dependiam do acesso a uma tradição escrita” (COOK-GUMPERZ, 1991, p. 12). Assim, o desenvolvimento da alfabetização “significou uma nova divisão da sociedade, entre os educados e os não-educados (ou escolarizados e não-escolarizados)” (COOK-GUMPERZ, 1991, p. 40).

O caráter iluminista foi outra característica da publicação. Ficando evidente quando o jornal utiliza-se das expressões “trevas” e “clarões”. Sendo que as pessoas envolvidas nas trevas eram aquelas que não sabiam ler, e os clarões se transcreviam em breves momentos que ouviam a leitura de algum trecho. Possivelmente, ditadas pelas leituras em voz alta em ambientes públicos, não ficando alheios à ação informativa e educativa do periódico. Contudo, fez-se uma crítica ao conhecimento adquirido por meio da oralidade, pois resultaria em um conhecimento fragmentado e “distorcido” da realidade do texto.

Entre os anos de 1835 e 1870, a cidade de Pouso Alegre não contou com a presença de Jornais locais, reaparecendo apenas em 1873, com a circulação de *O Mineiro*. O memorialista Amadeu de Queiroz, em seu livro, “A História de Pouso Alegre e sua imprensa”³, explica que, o hiato de quase setenta anos ocorreu por fatores políticos e sociais. Todavia, os fatores que levaram a cidade a passar por um hiato de jornais podem ter sido múltiplos, não ficando restrito aos fatores expostos pelo autor.

Na segunda metade do século XIX, um dos primeiros impressos periódicos a circular pela cidade de Pouso Alegre foi *O Mineiro*, fundado por Polycarpo Teixeira de Almeida Queiroz, de caráter liberal, tendo por intuito reorganizar o partido político liberal pouso-alegrense e revidar as medidas conservadoras adotadas pelos opositores políticos. Mas, ao longo de suas publicações, esse jornal se debruçou sobre outros assuntos, como a escolarização.

[...] Uma imprensa, senhores, enquanto cordata, é um poderosíssimo instrumento de civilização do povo. Dizem alguns escriptores notáveis, que a experiência tem demonstrado que os papéis públicos, (os jornaes) eram um dos melhores meios do dirigir a opinião, acalmar seus arrebatamentos, fazer calar a mentira e os rumores artificiaes pelos quaes os inimigos do Estado exploram seus máus desígnios.

Nos papeis públicos a instrucção pôde descer do governo ao povo, ou remontar do povo ao goveno: em ambos os casos, melhor se julga o curso da opinião, e melhor se obra de accordo com ella.

Se o vapòr, applicado como agente impulsor de locomoção, approxima as distancias, dotando o commercio do mundo com um auxiliar tão poderoso, que não conhece mais barreiras, pois que percorre os mares mais reconditos, e as selvas dos continentes: transpõe montanhas inacessiveis, e penetra até no seio da terra, o que dizemos da sublime invenção de Gutemberg! Oh! Senhores permitti que use d’uma imagem, que o dispor

³ QUEIROZ, Amadeu. **A história de Pouso Alegre e sua imprensa**. Pouso Alegre: Art’s Gráfica e Editora, 1998.



uma metáfora – a imprensa é na locomotiva do pensamento e o poderoso instrumento do commercio e das ideias. (O MINEIRO, Pouso Alegre, 16 nov. 1873, p. 3-4).

A matéria acima possibilita entender que o caráter iluminista presente no discurso dos impressos não ficou restrito ao início do século XIX. Assim como na publicação do “*Pregoeiro Constitucional*”, o periódico ressalta a importância dos jornais como meio de influenciar na opinião, formação moral e costumes do período. Retomando a discussão realizada por Cook-Gumperz (1991), percebe-se que havia uma ideia “pluralista” acerca da alfabetização, competindo a diferentes instâncias realizá-la.

Outro aspecto destacado foi o papel civilizador e moralizador cumprido por este meio de comunicação, uma vez que poderia romper com as barreiras naturais, levando conhecimentos aos mais remotos locais, contribuindo para o progresso da província mineira. Além de influenciar na formação de opiniões. Segundo Cook-Gumperz (1991, p. 360), havia a defesa por leituras edificantes, com caráter moralizador, que contribuíssem para uma “literatura popular sadia”.

Em outra publicação, o jornal *O Mineiro* pautou-se na crença de que a razão seria capaz de alterar características do passado. Ao longo da matéria apresenta a sua opinião sobre as vantagens da escolarização, trazendo sempre elementos que remetem a uma abordagem iluminista do assunto:

A instrução é a fonte perenne do bem e da liberdade.
De um centro de trevas não pode emanar a luz.
A felicidade sorvida na grande fonte da instrução, será a mais perfeita e duradoura.
O sol vivificador da instrução, é o foco brilhante d'onde partirão alfim essas scintelas luminosas que se chamam, liberdade, segurança individual e fraternidade. [...]
[...] E a luta da luz com as trevas, do obscurantismo com a illustração do seculo XIX, enfim com os tradicções carrunchosas dos seculus volvidos.
Derramemos, pois, prodigamente a instrução pelo povo, e preza a Deus que o movimento civilizador se faça sempre crescente, n'este paiz que tanto carace de luzes. (O MINEIRO, Pouso Alegre, 1 fev. 1874, p. 1).

Na concepção de outro periódico, *O Pouso-Alegrense*⁴, a disseminação da alfabetização deveria ser difundida por todos aqueles que tivessem condições. Assim:

[...]queremos que o povo comprehenda ser a instrução publica o unico movel das revoluções sociaes. Queremos finalmente que todos os membros da nação brasileira façam seu officio. Os mais fortes operem sobre os mais fracos a estabelecer-se o equilíbro.

⁴ Este Jornal era de propriedade de José Luís Campos do Amaral Junior e Antônio Branco dos Santos, funcionou entre julho de 1880 a agosto de 1881. Caracterizou-se como um periódico literário, comercial e noticioso.



[...] Incitamol-o, despeitando em nossos concidadãosinhos, desde as primeiras lições, o sentimento mais nobre do cidadão, - o amor da patria. Incitamol-o ao estado; lembremos-lhes que encontrará mil tropeços; mas que a tal inteligencia humana, por mais bem disposta, não produz fructus, senão quando fecundada pelo estudo, pela experiência e pela meditação. Façamos lhes conhecer que a nobreza e a riqueza são muitas vezes o esconderijo dos veios e da ignorância; que a legitima nobreza louvável orgulho devem existir no homem colocado por si em honrosa posição social. (O POUSO-ALEGRENSE, Pouso Alegre, 11 jul. 1880, p. 2).

A disseminação da instrução é apresentada pela fonte como forma de superar entraves e alcançar o progresso. Ocorre uma defesa da ideia de que a instrução deveria ser ofertada a uma parcela maior da sociedade. Mas, com ressalvas de que:

O professor primário forma bons cidadãos antes que homens de letras; para isto temos os cursos superiores, ou ainda o esforço proprio, baseado na educação physica e moral, e ajudado pelas noções que houver recebido da intellectual, que deve ser mais elementar que scientifico (O POUSO-ALEGRENSE, Pouso Alegre, 13 set. 1880, p. 1).

Seria através da disseminação regulada que todas as classes poderiam contribuir na construção da nação. Ou melhor, seria essa disseminação condição necessária para os sujeitos se reconhecerem como membros de uma nação. As matérias também deixam a entender que havia uma baixa frequência escolar. Este fator era compreendido como um problema, uma vez que, a escolarização das crianças era tida como solução para instituir a ordem, o progresso, a reforma moral e o amor à pátria.

Assim, a alfabetização era “considerada como parte do cimento social que ajudava a garantir a estabilidade social e a adesão às normas sociais e políticas cultivadas” (SOLTOW; STEVENS, 1981, p. 85, *apud* COOK-GUMPERZ, 1991, p. 44). A escolarização possibilitaria alcançar a estabilidade social necessária para o progresso do país. Uma vez que, “a alfabetização levou ao crescimento de uma cultura comum que era parte do movimento em prol da mudança social” (COOK-GUMPERZ, 1991, p. 39).

Isto não significa que todas as classes deveriam chegar ao mesmo estágio de escolarização, apenas que deveriam ser inseridas neste meio, como forma de atingir estágios mais avançados de civilização. Desta forma, “o Estado Nacional concebeu diferentes níveis de ensino e saberes diferenciados para as diversas classes sociais, conforme prescrições do pensamento liberal” (BITTENCOURT, 1993, p. 74).

As publicações mostram um projeto estendido de cima para baixo, onde a classe senhorial deveria zelar pela inserção dos demais, garantindo a moralidade, a ordem e a prospecção da civilização. Houve a defesa de uma transmissão seletiva de conhecimento.

Segundo Cook-Gumperz (1991, p. 40), esta alfabetização universal foi construída sobre diferentes concepções de escolarização, cada qual, direcionada a diferentes setores



da sociedade. Sendo o objetivo maior “controlar a alfabetização e não promovê-la; controlar tanto as formas de expressão quanto o comportamento que acompanha a passagem em direção a alfabetização” (COOK-GUMPERZ, 1991, p. 40).

A alfabetização aliou-se a um processo de ensino-aprendizagem que salientava características comportamentais e morais, com a capacidade de decodificar símbolos escritos como um objetivo importante, mas secundário. As preocupações dos reformadores escolares foram levadas avante com um novo ímpeto, já que o estabelecimento do poder moral da alfabetização como um autoaperfeiçoamento promovido pela escola proporcionava uma base sobre a qual outros usos da escolarização poderiam ser envolvidos (COOK-GUMPERZ, 1991, p. 40-41).

No Brasil, o ensino primário enfrentou dificuldades em seu processo de estruturação. Sendo que, algumas delas como o “número de anos destinado a este grau de ensino, idades apropriadas e organização de classes, horas de estudo, também diferiam mesmo após o estabelecimento da escola seriada, organizada nos grupos escolares do período republicano” (BITTENCOURT, 1993, p. 32).

Segundo Bittencourt (1993, p. 36-37), o ensino primário gratuito esteve presente no discurso democratizante das elites principalmente a partir dos anos 70 do século XIX. Surgindo discussões onde apresentavam a escola e o seu caráter regenerador, instrumento de moralização do povo. Assim, havia a distinção entre um ensino mais elementar destinado a população em geral e o secundário.

Entre nós, o secundário representava, igualmente, um meio de preservar privilégios e manter a separação entre a elite identificada com o mundo branco europeu e o restante da população, composta de mestiços, negros e índios. Eram cursos reservados a alunos em condições econômicas favoráveis, conservando-se, sempre como um curso pago. A aceitação tranquila pelos políticos brasileiros de um ensino elementar gratuito e, ao contrário, as dificuldades em estabelecer um ensino secundário grátis, fato que só ocorreu após 1945, comprova a natureza elitista do curso, criado para atender as classes dirigentes, além de ser um curso exclusivamente reservado aos jovens do sexo masculino (BITTENCOURT, 1993, p. 58).

Nas matérias tem sido reforçada a compreensão de que era necessário formar cidadãos que compreendessem e respeitassem as leis. Essa visão apresenta como vários setores se preocuparam em fixar características que possibilitariam à população se converter em nação. Mas, qual era o referencial que inspirava as discussões apresentadas pelos impressos, ou as reformas adotadas pelo Estado?

As publicações feitas pelos periódicos possibilitam entender que grande parte deste projeto “civilizatório” teve como inspiração os modelos e autores europeus. Destacando a capacidade internacional em estruturar um projeto educacional exitoso.



É raro o menino da Saxonia que não frequente escolas. Na Dinamarca o ensino publico está muito adiantado.

No Grão-Ducado de Nassau não havia em 1867 um só cidadão que não soubesse ler.

Nos sete primeiros annos em que vigorou o ensino compulsorio no Grão-Ducado de Balen, o numero dos criminosos foi reduzido a metade; confirmando este resultado o dito do celebre poeta portuguez, há pouco tempo roubado ás letras e a nossa admiração: Abrir escolas é fechar cadeias. [...]

[...] Na Suissa a aprendizagem fôra obrigatoria em dezoito cantões; e as vantagens colhidas n'elles, fez com que essa sensata republica adoptasse um addictivo á constituirão estendendo-o a todo o paiz. [...]

[...] Na Inglaterra, os conselhos escolares tem o arbítrio de estabelecer o ensino obrigatorio nas localidades, que julgarem convenientes.

As faltas as aulas, na Áustria, são punidas com uma severidade draconiana: além das multas e prisões entre os paes ou tutores, o certificado de instrucção é uma condição necessária para o casamento.

[...] Tambem entre nos foi estabelecido no Município Neutro, Minas-Gerais, Pernambuco, Paraná, Pará etc.; porém nunca teve execução (O POUSO-ALEGRENSE, Pouso Alegre, 22 de ago. 1880, p. 1).

Para o jornal “*O Mineiro*” o País acompanhava como espectador o movimento ocasionado pela disseminação da instrução popular:

Ao passo que a Suissa, a Inglaterra, a Bélgica, a Alemanha e o grande colosso do continente Americano, gozam da felicidade que lhes da a instrucção, ha longa data semeada nos povos que as constituem: o nosso paiz, estacionario pela ignorância, vê, maravilhado, succederem-se os inventos e melhoramentos, filhos da instrucção e illustração popular (O MINEIRO, Pouso Alegre, 1 fev. 1874, p. 1).

As fontes apresentam que o progresso destas nações estava associado à disseminação da alfabetização. Em contraponto, apresentam as dificuldades enfrentadas pelo governo imperial para a difusão da escolarização.

A estatistica geral do Império, vai provando, com um evidencia assustadora, o quanto foi descuidada em todas os tempos a civilisadora instrucção das classes pobres.

É admimiravel que hajam povoações onde só um décimo dos habitantes sabe ler!

[...] A grande massa popular no Brazil desconhece seus direitos e sobre tudo seus deveres.

A ignorância é o centro obscuro d'onde parte o atrazo do Brazil [...].

[...] N'um paiz como o nosso, tão atardado na civilisação, as leis mais bem concebidas, são praticamente impotentes em seus efeitos, por que sua applicação é quasi sempre despresada pelas autoridades que as não querem fazer valer, ou pela falta de instrucção do supremo legislador, que é o povo.

Uma medida aconselhada pelo estudo, prudência e sabedoria, faz-se lei, com o consentimento de uma assemblea illustrada é calmamente discutida n'outra assemblea de homens, cujos conhecimentos e serviços os elevaram ás eminências do poder legislativo: esta assemblea approva-a; é sancionada em fim pelo poder competente: mas o seu resultado pratico nulificado pela indifferença dos administradores da justiça, ou pela ignorancia brutal do povo que a devia manter!



Não ha lei, authoridade, ou forma de governo que possa felicitar homens ignorantes de seus direitos e deveres sociaes. (O MINEIRO, Pouso Alegre, 1 fev. 1874, p. 1).

As nações europeias são citadas como um exemplo a ser seguido. A escolarização foi vista como meio para alcançar o desenvolvimento social. Assim, os indivíduos que utilizavam dos impressos posicionavam-se em defesa da escolarização, argumentando que consistiria na medida necessária para operar as modificações na sociedade. Seria por meio desse padrão instrutivo que o país se colocaria ao lado das nações estrangeiras, promovendo o desenvolvimento econômico e social. Alfabetizar seria o meio para criar relação entre o governo e a sociedade, unificar padrões sociais, garantir a adesão à ordem pública, além de imprimir hábitos e costumes dos países considerados civilizados.

Esta idealização sobre o modelo europeu de alfabetização deve ser analisada com cuidado. Os autores Chartier e Hébrard (1995, p. 373), apontam que regiões como a de Pás-de-Calais, França, no final do século XIX, com o aumento da população passam por problemas em garantir a escolarização das crianças. Afirmam também que “além disso, continua crescendo o número dos que faltam na escola devido ao trabalho no campo, à pesca ou às atividades industriais” (CHARTIER; HEBRARD, 1995, p. 373).

Outro aspecto a ser destacado foi que, “nos primeiros oitenta anos do século passado, os países europeus também se debatiam diante da necessidade da expansão do ensino elementar. Não havendo nenhum modelo ‘pronto’ a ser copiado”. Sendo que, “O- ensino elementar obrigatório e gratuito se efetivou apenas com a IIIª República de Jules Ferry, a partir das leis de 1882” (BITTENCOURT, 1993, p. 35).

A partir da segunda metade do século XIX no Brasil, os recenseamentos tornam-se mais recorrentes, e com isto passa a ter uma melhor compreensão dos quadros de distribuição populacional e de escolarização. Baseados nos resultados desses levantamentos, os periódicos traçam discussões analisando o quadro educacional nacional em tom de descontentamento.

Um dos poucos fatos que irritavam nossas elites governamentais, como ocorre ainda nos dias anuais, eram os dados estatísticos. O número dos alfabetizados brasileiros, (quando comparados aos países "civilizados", incluindo, no final do século XIX, a Argentina e Chile. Constrangiam nossos políticos. Era uma realidade que impedia o Brasil de ser considerado como "igual" perante os países europeus e os Estados Unidos (BITTENCOURT, 1993, p. 39).

Fica claro que as altas taxas de analfabetismo desagrava parcela da população que sustentava a crença de que a instrução seria a base para que a população reconhecesse seus direitos e deveres. Assim, as taxas de alfabetização, “são vistas como indicadores de



saúde da sociedade e como um barômetro do clima social” (COOK-GUMPERZ, 1991, p. 11).

O reconhecimento da linguagem escrita seria uma das formas de criar relações entre o governo e a sociedade. Estender a instrução à população era visto como possibilidade de adesão à ordem pública, além de imprimir hábitos e costumes dos países considerados civilizados. O baixo índice de alfabetização comprometeria a efetivação da legislação. Pode-se argumentar, também, que o desenvolvimento da escolarização era visto como importante para a integração da sociedade e necessário para o desenvolvimento do Estado e todo o seu quadro burocrático.

Para os jornais, a lei, enquanto linguagem legal, não conseguia interferir na linguagem social, devido ao seu não reconhecimento. A ordenação imposta pelo conjunto de atribuições ficava limitado a uma pequena parcela alfabetizada da sociedade. Assim, o “desenvolvimento do Estado moderno repousa sobre a maior familiaridade com o texto escrito. É por meio dele que cada vez mais são transmitidas as vontades da autoridade pública” (CHARTIER, 1991, p. 25, *apud* INÁCIO, 2003, p. 14).

Como forma de superar os obstáculos, os jornais apresentam possíveis soluções ao analfabetismo e às baixas taxas de alfabetização brasileira. As reformas propostas pelos periódicos eram fundamentadas, em diversos momentos em exemplos estrangeiros. A obrigatoriedade da educação foi um dos vários assuntos tratados pela legislação.

Si os povos os mais cultos do velho mundo adoptam o ensino obrigatorio como o único meio de arrancar da ignorância á milhares de crianças, cujos paes analphabetos sustentam o fatal principio de que assim como ele vivem sem ler nem escrever também viverão seus filhos: o que dever-se-ha fazer em paiz novo e atrazado como é, infelizmente, o nosso?

Quem conhecer nossa sociedade o sinceramente quizer reformala, não pode a este respeito ter opinião diferente da que defendemos que a sociedade aceita geralmente.

É mister, porém que a obrigatoriedade seja uma realidade e que não fique simplesmente na lei, como vai acontecendo em Minas ou ao menos nas regiões do sul (O MINEIRO, Pouso Alegre, 22 mar. 1874, p. 1).

A obrigatoriedade é justificada como meio de superar o analfabetismo. A matéria assinala que a legislação determinava o ensino como obrigatório, mas, na verdade, não era executada, dando indícios de que nem os legisladores acabavam por cumprir a normatização instituída.

O caráter simbólico dado à obrigatoriedade do ensino foi destacado pela historiografia da educação. Muitos pesquisadores apontam que, apesar de ser prevista pela legislação, a frequência obrigatória das crianças em idade escolar não ocorria. Alguns dos fatores apontados são os baixos investimentos na área, a inconstância na fiscalização, o não



reconhecimento da sociedade da escolarização, o baixo número de escolas, o trabalho infantil, a distância entre a escola e a população, sobretudo a população rural, entre outros (INÁCIO, 2003; VEIGA, 2008). Sobre a obrigatoriedade do ensino, Bittencourt (1993), destaca:

Ainda no Império, em muitas províncias, decretou-se a obrigatoriedade da instrução primária, detalhando-se as multas para os pais de famílias ou tutores que não cumprissem as determinações legais. Evidentemente, tratava-se de legislação que ficou restrita aos papéis oficiais, medida que correspondeu a uma atitude predominante, durante todo o período estudado. Existiam as leis, mas pouco se fazia, efetivamente, para difundir a educação letrada escolar. Havia um descompasso entre a magnitude das propostas relativas ao ensino primário e sua realização efetiva (BITTENCOURT, 1993, p. 34).

Outros pontos são destacados pelos jornais, tais como a formação do magistério e a importância da sua valorização, métodos de ensino e ferramentas pedagógicas. Propostas que buscavam discutir a superação das dificuldades encontradas pela escolarização nacional e local. Para o jornal, *Pouso-Alegrense*, o quadro profissional que estava responsável por ministrar o ensino era mal preparado:

A maior parte das cadeiras de professores são ocupadas por pessoas incapazes, desconhecedores dos preceitos mais comensuráveis da pedagogia e seguidores perseverantes dos métodos caducos que se dirigem exclusivamente à memória das crianças. São nomeadas para os cargos de inspetores pessoas incompetentes; as aulas correm sem inspeção; os compêndios mal escolhidos, quando é sabido que o livro é o complemento do mestre; criam-se cadeiras secundárias dispensáveis, e as matérias necessárias são esquecidas (O POUSO-ALEGRENSE, Pouso Alegre, 18 jul. 1880, p. 1).

Além do reduzido número de escolas e da baixa capacitação, fatores como a baixa remuneração são apontados como agravantes sobre o desenvolvimento da educação:

O professorado luta, com todas as dificuldades, porque em relação ao encargo é elle pessimamente remunerado, mui principalmente em nossa província onde o professor de primeira categoria percebe o vencimento de 760\$000 reis, ainda sujeito ao aluguel da casa escolar, e ao custeio da aula. 760\$000 reis!!
O que lhe chega ao menos para sua subsistência, e também da sua família?
Não é possível!
[...] E ainda: com tal ordenado como poderá elle instruir-se, se nem lhe é possível a assignatura de jornaes, quanto mais a compra de livros que lhe enriqueçam de saber, que o ponnhão a par do adiantamento desejado?! (O POUSO-ALEGRENSE, Pouso Alegre, 13 set. 1880, p. 1).

A diversidade de compêndios, foi destacado como outro problema, já que por não possuírem um padrão eram tidos como prejudiciais na formação dos alunos:



A má escolha de compêndios e pessima distribuição do ensino, e até a falta de bons métodos tornão-as uma instuição de luxo, uma ostentação governamental.

A diversidade dos compêndios, o ensino individual, hoje reconhecido só útil no seio da família, e sobretudo a falta de um horário, que regularise a distribuição das disciplinas são a prova d'isso.

A diversidade dos compendios, muitas vezes desuniformes na orthographia e contradictorios nas doutrinas, obriga o professor a vacillar cada instante, estabelecendo confusão e a falta da confiança que elle deve inspirar em seus educandos; e finalmente a insubordinação nascida do descontentamento.

Poucos e uniformes em tudo deverião ser os livros adoptados; commentados pelo professor deverião ser as lições, e a tal ponto que quando houvesse a passagem de uma para outra, ficasse a consciência de que nada mas ali restava para aprender.

Deste modo o alumno recebería luz sobre todos os ramos do ensino, e acostumar-se-hia a considerar tudo analyticamente (O POUSO-ALEGRENSE, Pouso Alegre, 13 set. 1880, p. 1).

Ao longo das matérias destacam a realidade dos professores como sendo frágil, recebendo pouco reconhecimento pelo trabalho que desenvolviam. A má remuneração também é citada como um contratempo para sua formação e manutenção no cargo, além de tornar o cargo pouco atraente.

De acordo com Bittencourt (1993, p. 244), a formação dos professores era um assunto recorrente no período, ocorrendo a defesa da necessidade de cursos destinados à formação dos docentes. Entretanto, a instalação das Escolas Normais, instituições destinadas à formação do magistério, enfrentou diversos problemas. Tanto que “nos anos 80 estavam instaladas 24 Escolas Normais em todo o território brasileiro” (BITTENCOURT, 1993, p. 244).

Estas instituições “foram criadas esparsamente e caracterizaram-se por um funcionamento descontínuo, dependentes de escassos recursos orçamentários” (BITTENCOURT, 1993, p. 245). Formando anualmente um número reduzido de normalistas:

Em 1885, nas 24 Escolas Normais oficialmente instaladas, estavam matriculados 3.067 alunos, 1.749 do sexo feminino e 1.318 do masculino, sendo difícil computar o número de alunos que terminavam o curso. Considerando que, na mesma época, existiam 8.064 escolas elementares onde estudavam ou estavam matriculados 226.084 alunos, é flagrante a defasagem entre o número de professores formados pelas Escolas Normais e as necessidades das escolas primárias (BITTENCOURT, 1993, p. 245).

Também cabe destacar que, “a política clientelista esteve presente nas nomeações nas transferências e nas exonerações” (BITTENCOURT, 1993, p. 247). Assim:

A política clientelista resolvia parcialmente o problema de provimento dos cargos, nomeando interinamente apadrinhados. As exigências quanto à qualificação eram, na prática, ignoradas e a questão da formação dos



professores das escolas de primeiras letras foi sendo constantemente protelado argumentando-se que faltavam verbas (BITTENCOURT, 1993, p. 248).

Sobre os compêndios, as matérias sustentavam a ideia de que eram mal escolhidos, apresentando uma grande diversidade, além de não obedecerem às regras ortográficas do período. A diversidade deste material simbolizava um entrave para a uniformização no sistema de ensino. Além de prejudicar a organização das atividades ministradas pelo professor e o desenvolvimento da leitura e da escrita do aluno.

O livro escolar era tido como uma das peças-chaves para a viabilização da escolarização. No processo de constituição de um sistema formal de educação, o livro foi concebido “como objeto a ser utilizado pelo professor” (BITTENCOURT, 1993, p. 247). Isto por conter o conteúdo a ser transmitido aos alunos, como, também, a metodologia de ensino a ser utilizada pelo professor em sala. Assim:

O livro didático possuía dois discursos que se integravam: um texto no qual estavam expostos de maneira sistematizada e simplificada, os conteúdos explícitos da disciplina e um outro, o discurso pedagógico construído por questionários, resumos, exercícios variados que indicavam como o conhecimento deveria ser apreendido pelos alunos (BITTENCOURT, 1993, p. 290).

De modo que, “o livro do mestre serviria sobretudo, para suprir as deficiências dos docentes mal preparados, recrutados de maneira pouco rigorosa devido à ausência de cursos especializados em sua formação” (BITTENCOURT, 1993, p. 22). A adoção de um conjunto uniforme de manuais significava um maior controle por parte do Estado do saber a ser ensinado em sala, além de racionalizar o tempo, resolver o problema da indisciplina e gerar melhores resultados.

Neste processo, a leitura foi apresentada como mais uma das importantes ferramentas pedagógicas na formação dos alunos:

Os estudos tem por fim formar, não só homens especiaes, mas antes de tudo — inteligentes e virtuosos. É necessário, pra chegar a este fim o estudo das letras.

A leitura de bons livros antigos e modernos, diz Descartes, é como uma conversação com os - homens de bem dos séculos passados; é uma conversação escolhida porque os tutores não deixaram em suas obras sinão o melhor de seus pensamentos.

É preciso pois, que o mancebo medite os chefes d'obra litterarios de todos os tempos: deste modo é que aprendera a reflexionar, à escrever e a falar; e ahi que bebera os mais nobres sentimentos, o amor da verdade, do bello e do bom. (O MINEIRO, Pouso Alegre, 22 mar. 1874, p. 1).

Temos a defesa de uma leitura regulada, moralizadora que destinada ao aluno, se tornaria fonte e instrumento de aprendizado. Há uma crença na força mágica do livro, no



poder edificante da leitura (CHARTIER; HEBRARD, 1995). Segundo Bittencourt (1993, p. 52), “as discussões sobre os métodos de alfabetização e material mais adequado tornaram-se bastante intensas a partir dos anos 70, estendendo-se pelo século XX”. Dessa maneira, ocorre uma alteração na compreensão sobre a formação das crianças, passando a preconizar meios que instigassem o sujeito à reflexão em detrimento daqueles pautados na memorização de conteúdo (BITTENCOURT, 1993).

A permanência da concepção iluminista do caráter poderoso da palavra impressa contada na literatura escolar, pode ser percebida pelo cuidado constante com que as elites intelectualizadas tiveram no processo de construção dessa produção cultural. Para os intelectuais que se dedicaram aos projetos educacionais, o livro escolar deveria condicionar o leitor, refrear possíveis liberdades frente à palavra escrita/impressa.

CONCLUSÃO

Pode-se dizer que havia um embate entre o *real* e o *imaginado*, no qual o real apresentava-se como o retrógrado e o imaginado, como modelo que possibilitaria alcançar novos e melhores padrões de escolarização. Cabendo destacar que:

Inicialmente, não era a escolarização que promovia a alfabetização, mas o contrário. A alfabetização levou ao crescimento de uma cultura comum que era parte do movimento em prol da mudança social. Assim, o vínculo da alfabetização à escolarização, em seu início, não era uma causa, mas uma consequência histórica do desenvolvimento da alfabetização popular (COOK-GUMPERZ, 1991, p. 39).

Na França, em fins do século XIX, estavam ocorrendo tentativas de aclimatar a literatura à escola. Este movimento foi denominado de “*pedagogização da literatura*” por Chartier e Hébrard (1995, p. 406). Deste modo, compreendeu-se que pontos das discussões que ocorreram na Europa também foram abordados pelas publicações locais, dando destaque à importância dos materiais impressos para a formação dos alunos e dos professores.

A leitura foi defendida pelos jornais como um dos meios que auxiliaria o processo de formação das crianças. O livro era visto como peça importante na viabilização da escolarização, tanto que havia manuais destinados a professores e a alunos, assegurando o domínio do conteúdo básico a ser transmitido pelo professor e a ideologia desejada pelo sistema de ensino aos alunos (BITTENCOURT, 1993, p. 25).

O livro didático independente da condição do professor no transcorrer do século XIX, transformou-se em uma ferramenta de trabalho indispensável na sala de aula. O aperfeiçoamento técnico na fabricação do livro e a possibilidade de ser consumido por um número cada vez maior de alunos



aliados à continuidade de uma precária formação do corpo docente fizeram do livro didático um dos símbolos da cultura escolar, um depósito privilegiado do saber a ser ensinado (BITTENCOURT, 1993, p. 283).

A apropriação do livro possibilitou à instituição escolar divulgar um saber homogêneo entre os alunos. Criou também uma forma de comunicação, o conhecimento pela escrita (BITTENCOURT, 1993, p. 314). De modo que a escolarização foi considerada como a solução para diversos problemas sociais e econômicos enfrentados no período.

O desenvolvimento de um sistema nacional de educação pública, bem como de um padrão nacional de alfabetização, significou que as escolas se transformaram num dos principais canais para a transmissão seletiva do conhecimento. (COOK-GUMPERZ, 1991, p. 50).

Por fim, a defesa dos impressos periódicos foi enfática em aspectos que relacionassem a escolarização como fonte de regeneração social, meio para o progresso moral e civilizatório. Assim, a “alfabetização escolarizada” diferenciou dos usos rotineiros de leitura e escrita. De tal modo, o que era ensinado “não mais era parte de uma cultura comum local, de modo que as pessoas comuns tinham menos controle sobre os produtos de sua própria cultura” (COOK-GUMPERZ, 1991, p. 43).

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, C. **Livro didático e conhecimento histórico**: uma história do saber escolar (tese de doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 1993.
- CHARTIER, Anne-Marie; HÉBRARD, J. **Discursos sobre a leitura (1880-1980)**. São Paulo: Ática, 1995.
- COOK-GUMPERZ, J. **A construção social da alfabetização**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- DELFINO, L. L. **A família negra na freguesia de São Bom Jesus dos Mártires: incursões em uma demografia de escravidão no sul de Minas (1810-1873)**. Dissertação (Mestrado) –Departamento de Pós-Graduação em História, ICH/UFJF, Juiz de Fora, 2010.
- FARIA FILHO, L. M. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: _____. (Org.). **Educação modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- _____. A instrução elementar no século XIX. In: LOPES, E. M.; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- _____. Processo de escolarização no Brasil: algumas considerações e perspectivas de pesquisa. In: MENEZES, M. C. (Org.). **Educação, memória, história: possibilidades, leituras**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.



INÁCIO, M. S. **O processo de escolarização e o ensino de primeiras letras em Minas Gerais (1825-1852)**. 2003. 232f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

JINZENJI, M. Y. O papel da imprensa periódica no processo de escolarização em Minas Gerais no século XIX. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 3, n. 1, ago. 2012, P. 151 - 166.

KREUTZ, L. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, E. M.; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MATTOS, I. R. **O tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1987.

O MINEIRO. Pouso Alegre. Edições de 1873 e 1874.

O POUSO-ALEGRENSE. Pouso Alegre. Edições de 1880.

PALLARES-BURKE, M. L. G. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 104, 1998, p. 144-161.

PREGOEIRO CONSTITUCIONAL. Pouso Alegre. Edição de 1830.

QUEIROZ, Amadeu. **A história de Pouso Alegre e sua imprensa**. Pouso Alegre: Art's Gráfica e Editora, 1998.

SOUZA, F. J. de O. Discursos impressos de um padre político: análise da breve trajetória d' O Pregoeiro Constitucional. **Almanack Braziliense**, n. 5, 2007.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. **Almanach Sul Mineiro**. Campanha: Tipografia do Monitor Sul Mineiro, 1884.

VEIGA, C. G. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Rev. Bras. Educ.** v.13, n.39, 2008.



ESTRADA DE FERRO D. PEDRO II, CRISTIANO OTONI E O ESCRAVISMO ENVERGONHADO (1852-1865)

D. PEDRO II RAILROAD, CHRISTIANO OTTONI AND A SHAMEFUL SLAVERY (1852-1865)

Welber Luiz dos Santos¹

RESUMO

O âmbito da construção da *Estrada de Ferro Dom Pedro II* configurou-se como um canteiro de obras para a modernização viária do Império. Nas questões do debate público e do nível do discurso de estado e empresarial (neste caso confundidos como uma mesma instância), a omissão de certas informações foi uma ferramenta sistematicamente utilizada. Ao ser construída em ambiente de conflito entre os modelos britânico e americano, a ferrovia da Corte trocou os primeiros pelos segundos, sob a intervenção de Cristiano Benedito Otoni, presidente da *Companhia Estrada de Ferro Dom Pedro II*. Ao utilizar de justificativas puramente técnicas e morais, Otoni omite as razões sociais para a troca de paradigma técnico-construtivo. Propomos que o contexto entre as décadas de 1850 e 1860, portanto entre 1831 e 1888, de forte apelo internacional – sobretudo britânico – para a abolição dos escravismos americanos, configura-se por tentativas de apagamento do uso de mão de obra escrava nas obras da *EFDPII* sob a direção técnica e tecnológica de engenheiros da Virgínia, capital dos estados confederados (1861-1865) contemporaneamente à edificação da linha da serra entre Belém (Japeri) e Barra do Piraí (1859-1865).

Palavras-chave: ferrovia; Cristiano Otoni; segunda escravidão.

ABSTRACT

The construction of the *Estrada de Ferro Dom Pedro II* was framed as a pivotal project for the modernization of the Empire's transportation infrastructure. In the context of public discourse and the intertwined state and corporate narratives, the systematic omission of certain information became a prevalent strategy. Amidst the competing influences of British and American railroad models, the Court's railroad adopted the latter under the leadership of Cristiano Benedito Otoni, the president of the *Companhia Estrada de Ferro Dom Pedro II*. Otoni employed purely technical and moral justifications for this shift, deliberately overlooking the social implications that accompanied the change in the technical and construction paradigm. We argue that the period between the 1850s and 1860s, particularly from 1831 to 1888, was marked by significant international pressure—especially from Britain—for the abolition of slavery in the United States. This context reveals attempts to obscure the use of slave labour in the construction of the *Estrada de Ferro Dom Pedro II (EFDPII)*. This was particularly evident under the technical and technological guidance of engineers from Virginia, the capital of the Confederate states during the American Civil War (1861-1865), coinciding with the construction of the mountain line between Belém (Japeri) and Barra do Piraí (1859-1865).

Keywords: railroad; Cristiano Otoni; second slavery.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Membro do Núcleo de Estudos Oeste de Minas da Associação Brasileira de Preservação Ferroviária (NEOM-ABPF) e do Núcleo de Pesquisas Impérios e Lugares no Brasil (ILB), da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).
Contato: wel.oestedeminas@gmail.com



INTRODUÇÃO

Quando Cristiano Otoni (1811-1896) assumiu a vice-presidência da Companhia Estrada de Ferro Dom Pedro II (CEFDPII), em 1855, deparou-se com um contrato de construção já firmado entre o estado imperial e o empreiteiro de Callow Hill, Edward Price (1805-1871). Tal condição trazia dificuldades de ordem legal e operacional, já que impedia a própria companhia de estabelecer seus próprios parâmetros para o contrato de empreitada inicial para a construção de sua estrada. Otoni publicizou sua insatisfação com o inglês² Price e seus engenheiros – Charles Edward Austin (1819-1893) e Samuel Bayliss (1821-1898) – em várias ocasiões, tanto em textos coevos (cf. OTONI, 1859; CEFDPII, 1928) quanto em sua autobiografia. A relação do engenheiro da Marinha do Brasil com os britânicos foi marcada por conflitos, desconfiança e acusações graves.

Para compreendermos o contexto, precisamos voltar a 1852, momento crucial para as definições sobre o destino do projeto brasileiro de estrear no novo mundo da expansão do capitalismo industrial e seus desdobramentos, como o surto ferroviário global desde a década de 1820. Como proposta legislativa, a ferrovia da Corte derivava do Decreto-Lei nº 101, de 31 de outubro de 1835, que propunha a ligação do Rio de Janeiro com o Rio Grande do Sul e a Bahia, portanto, com o norte e o sul do território do Império. Como concessão, estreou no contrato do privilégio de Thomas Cochrane a partir de 1840. No entanto, sua efetivação como companhia – instância administrativa – e estrada – instância operacional – viria apenas após a promulgação da Lei nº 641, de 26 de junho de 1852, cujo texto apresentava o dispositivo da garantia de juros sobre o capital. Além desses pontos, sua realização dependeu de eventos ocorridos em Londres entre 1853 e 1854.

Nesse ínterim, o cenário da América do Norte vinha desenvolvendo um modelo técnico e tecnológico ferroviário independente e diverso do britânico, apesar de derivado deste, com clara diferenciação cultural ferroviária. Tal desenvolvimento será utilizado mais tarde por Cristiano Otoni como justificativa para defenestrar os britânicos e seu contrato em globo e substituí-los por engenheiros americanos com contratos em séries de preços específicos. Inclusive, se fássemos nossa pesquisa nos textos oficiais de Estado, nos relatórios da Companhia Estrada de Ferro Dom Pedro II (CEFDPII), nos periódicos coevos e na autobiografia de Otoni, poderíamos propor que as razões técnicas e prejuízos financeiros advindos do contrato Price seriam as únicas razões para a mudança de paradigma na edificação da Estrada de Ferro Dom Pedro II (EFDPII). Essas afirmações são verificáveis e

² O termo “britânico/a” será preferido a “ingl[ê]s/a”, exceto quando o adjetivo pátrio “ingl[ê]s/a” for particularmente aplicável. Tanto personagens quanto companhias da Grã-Bretanha que atuaram no Brasil e, que em alguns textos são denominados como “ingleses”, nem sempre o são. Por exemplo, Thomas Cochrane, que foi concessionário inicial da EFDPII, era chamado de “inglês” em documentos legislativos, mas era natural de Madras e filho de pais escoceses.



legítimas, porém, configuram uma fração dos motivos objetivos da companhia e subjetivos de Cristiano Otoni. Objetivos da companhia, no sentido em que a empresa ferroviária se constrói sob as ações aqui relatadas; subjetivos de Cristiano Benedito Otoni, no sentido em que o vice-presidente, depois presidente, da Companhia Estrada de Ferro Dom Pedro II conseguiria imprimir suas preferências e visões de mundo no projeto.

Este artigo tem como objetivo indicar as meias-verdades de Otoni como principal personagem na direção da CEFDP II e as contradições fundamentais no desenvolvimento do Estado e da sociedade brasileiros através do empreendimento de maior vulto do Segundo Reinado, a estrada de ferro da Corte do Rio de Janeiro. Ao contrariar a tendência do governo de manter os britânicos a cargo de construir as seções seguintes da estrada, substituindo-os por profissionais advindos dos Estados Unidos da América, Cristiano Otoni trocava o contrato em globo britânico, que restringia a mão de obra a jornaleiros livres, pelos contratos americanos em série, mais permissivos no sentido de ampliar a utilização de mão de obra escrava.

FERROVIA, ESCRAVISMO E CONECTIVIDADE

O desenvolvimento das estradas sobre trilhos foi um processo de maior duração e maior complexidade do que a historiografia clássica brasileira apresenta, e não cabe discutir neste espaço.³ Nos referiremos aqui diretamente ao que podemos considerar como estradas sobre trilhos modernas, portanto, as estradas sobre trilhos de caráter público. Assim, objetivamente, referimo-nos às obras de infra e superestrutura de transporte sobre trilhos apresentadas pelos britânicos no decorrer da década de 1820, sobretudo as *Stockton & Darlington* e *Liverpool & Manchester*, ferrovias essas que são consideradas modelos do que viriam a ser as estradas de ferro que conhecemos, sobretudo a *Liverpool & Manchester Railway*. São essas estradas sobre trilhos, a *Stockton & Darlington*, no vale do Rio Tee, e a *Liverpool & Manchester*, no vale do Rio Mersey, sobretudo a segunda, que estabeleceram os parâmetros para o que verificamos como o paradigma desse tipo de meio de transporte até o século XXI. Parece-nos importante estabelecer um breve esforço etimológico sobre os variados termos referentes a estradas sobre trilhos antes de continuarmos.

Devido ao processo de mudança da utilização da pedra e da madeira para o uso do ferro como matéria dos trilhos das estradas por trilhos (*rail ways*), ao chegar a outras línguas, entre elas as românicas, *railway* tornou-se *ferrocarril* (espanhol), *chemin de fer* (francês), *cale ferată* (romeno), *strada ferrata* (italiano) ou caminho/estrada de ferro

³ Os principais trabalhos de referência no grande tema ferrovias no período imperial brasileiro, considerados clássicos e dignos de menção: MATOS, 1974; EL-KAREH, 1980; SAES, 1981; COSTA, 1976.



(português) e ferrovia (pelo menos em português e italiano). Na língua alemã, essa lógica se repete em *eisenbahn*: *eisen* (ferro), *bahn* (trilho, caminho, curso, estrada). Em russo, temos *zheleznaya doroga* (ferro) estrada). Apenas para ficar em alguns exemplos mais próximos. Recorri a esses para ilustrar grosseiramente como a etimologia de *railway* correu por várias línguas latinas e a pelo menos um exemplo de como se deu em outra língua germânica, o alemão, e a uma eslava, o russo. É fundamental que se compreenda que, historicamente, estradas sobre trilhos não tinham relação automática com a produção de ferro em larga escala, como a revolução industrial em *continuum* permitirá automatizar na consciência coletiva.

Na língua inglesa, o fator ferro não dominou o radical, o prefixo ou o sufixo do termo que designa os caminhos sobre trilhos das estradas de ferro modernas de longo percurso, mas houve uma alternativa que passou a ser muito utilizada nos Estados Unidos da América: *rail road/railroad*, palavra que nunca encontramos em textos referentes às ferrovias de língua inglesa exteriormente à América. De fato, ao consultar o *Concise Oxford English Dictionary* e o *Collins Dictionary*, ambos alimentaram essa suspeita, ao registrarem que o verbete “*railroad*” se refere ao “termo norte-americano para ferrovia” (SOANES; STEVENSON, 2004) ou “a palavra usual dos EUA para ferrovia” (COLLINS DICTIONARY, s.d.), respectivamente.

Entendemos que, a partir da sedimentação das companhias e suas respectivas estradas, no Brasil, foi-se criando um hábito de chamar as *rail way/railway* de “estrada[s] de ferro”, mais do que de “caminho[s]”, como aparece às vezes, na documentação, como uma forma do português brasileiro para o que, em Portugal, se convencionou chamar, mesmo, de “caminhos [de ferro]”. Sinônimos, porém, geográfica e culturalmente demarcados. Assim, a partir daqui, utilizaremos “estrada[s] de ferro” ou “ferrovia[s]”, de acordo com a conveniência ou o contexto.

É fundamental compreendermos que as estradas de ferro, a partir do modelo britânico da década de 1820, converteram-se em surto global. Na década seguinte, já era possível observar a expansão ferroviária em uma constante acelerada, inclusive, no Atlântico Oeste. Se nos EUA desde 1829, de forma definitiva, a partir do estabelecimento da *Baltimore & Ohio Railroad* e congêneres, tanto no Norte/Nordeste quanto no Velho Sul (MARRS, 2009), é interessante notar que a ilha de Cuba, ainda colônia espanhola, estreou a construção de ferrovias sob os padrões americanos, em crescente desenvolvimento, fora dos Estados Unidos da América (ZANETTI e GARCÍA, 1998).

A primeira tentativa conhecida no território do Império do Brasil foi bastante precoce. Em 1827, um tal Carlos (Charles) Grace, inglês, requereu junto às autoridades permissão



para uma “*rail way*” que ligasse a Corte à Serra de Itaguaí. O requerente propunha o nome de *Iron Rail Way* para o empreendimento, que demandaria o capital de 4 mil contos de réis (COIMBRA, 1974, p. 49). Entretanto, seu projeto não obteve sucesso.

De qualquer modo, ainda em 1835 – sob a regência de Diogo Antônio Feijó –, Bernardo Pereira de Vasconcelos (deputado geral por Minas Gerais), Manoel Paranhos da Silva Veloso (deputado geral por São Pedro do Rio Grande do Sul) e José Florindo de Figueiredo Rocha (deputado geral pela Bahia) apresentaram o projeto de lei para uma ou mais ferrovias que conectassem a corte do Rio de Janeiro com as províncias a sul e a norte. O projeto foi convertido no Decreto-Lei nº 101 (DL 101), de 31 de outubro de 1835.

Dentro da perspectiva do DL 101, em 1838, foi apresentado requerimento do major “italiano” Cesar Cadolino com o objetivo de construir uma “ferro-via” que partiria de São Cristóvão com destino à vila/cidade de São João del-Rei, cabeça da Comarca do Rio das Mortes na província de Minas Gerais (SANTOS, 2021, p. 122ss). No entanto, o primeiro contrato de concessão a ser assinado apresentava o objetivo de conectar a Pavuna, Corte do Rio de Janeiro, e a cidade de Resende, na porção sul do Vale do Paraíba Fluminense, sendo esse privilégio outorgado ao médico homeopata escocês Thomas Cochrane (1805-1873) (SANTOS, 2021, p. 122ss).

Tendo caducado por duas vezes, o privilégio de Cochrane foi renovado pela última vez em janeiro de 1849. Sem conseguir reunir o capital mínimo necessário e sob pressão do Estado imperial para apresentar os planos de seu intento, o escocês concessionário reclamava da ausência de garantia de juros em seu contrato. De certa forma, essa exigência de Cochrane foi atendida, porém não da forma que ele vislumbrava. A Lei nº 641, de 26 de junho de 1852 (L641), oferecia em um de seus artigos a garantia de 5% de juros sobre o capital, porém o então concessionário deveria participar da concorrência pública sob edital de 4 de outubro do mesmo ano para acessá-la. O impasse era claro, Thomas Cochrane detinha o privilégio para a estrada de ferro da Corte e, ao executar seu projeto, anularia os efeitos do edital de outubro; porém, se a garantia de juros era fundamental, deveria abdicar de sua concessão para concorrer com os outros proponentes:

Em 20 do mesmo mês e ano apresentaram propostas, além do Sr. Dr. Cochrane, os Srs.:

1º. João Baptista da Fonseca e Teófilo Benedito Otoni, obrigando-se a organizar a companhia para construir a estrada de ferro sem garantia de juros;

2º. Visconde de Barbacena, pedindo 4% de garantia para o capital empregado, obrigando-se a organizar uma companhia para levar a efeito a estrada de ferro;



3º. Joaquim José Teixeira Leite, Caetano Furquim de Almeida e Carlos Teixeira Leite para: o mesmo fim, pedindo 4 ½ % de garantia (FIGUEIRA, 1908, p. 11).

Tal edital, devido à insistência do escocês em não se desfazer do privilégio de 1849, terminou sem efeito. Porém, a caducidade definitiva desse privilégio declarada em 15 de janeiro de 1853 levou à abertura de novo edital em 9 de fevereiro. Na concorrência deste surgiram apenas o nome do mesmo escocês e do Visconde de Barbacena, Felisberto Caldeira Brant Pontes (1802-1906).

O dilema de Cochrane e as consequências de seus adiamentos, somado à perda de interesse da parte de outros potenciais concorrentes levaram a Estrada de Ferro Dom Pedro II a uma condição paradoxal: uma ferrovia que era tardia em relação aos primeiros movimentos para sua existência e que foi prematura nos termos em que acabou por ser executada. Paralelamente ao edital da Corte, havia em Londres uma legação (conselho) para deliberar sobre mesmo assunto, sob a autoridade do ministro plenipotenciário Sérgio Teixeira de Macedo (1809-1867). Em ofício de julho de 1853, o ministro Macedo informava que a concessão seria “dada” por ele aos capitalistas britânicos “Barão Goldsmid, Alderman Thompson, membro do parlamento, e Mr. King (os três agentes financeiros do governo imperial britânico), Mr. Hope, Mr. Kater, Mr. Kennard e mais outro” (FIGUEIRA, 1908, p. 11). Entre julho e setembro de 1853, muitos foram os acontecimentos em torno do assunto na praça de Londres. Algumas mudanças na composição dos concessionários, a aprovação dos estatutos da companhia que eles encabeçariam e, por fim, a rescisão do contrato justificada pela Guerra da Crimeia (Guerra do Oriente)⁴.

As frustrações do Estado imperial em sua intenção de instalar no território do Império do Brasil uma estrada de ferro, portanto, o atraso em dotar o Rio de Janeiro e o Brasil de uma estrutura modernizante em surto mundial, levou a uma atitude visceral por parte do gabinete conservador sob a liderança do Marquês do Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão (1801-1856). Sem um concessionário ou uma companhia concessionária para a construção e administração de uma ferrovia, contratou o próprio governo brasileiro a construção do trecho que partiria do Rio de Janeiro até Belém (Japeri), entrada da Serra de Santana, trecho estabelecido como primeira seção. Assim, entrou em cena o contrato em globo com o empreiteiro Edward Price, assinado a 9 de fevereiro de 1855. Cabe destacar, também, que a ferrovia de Mauá – Estrada de Ferro de Petrópolis – seria mais um fator a catalisar essas decisões, mas este é um assunto para outra oportunidade.

⁴ Conflito iniciado com a declaração de guerra do sultão otomano a 16 de outubro de 1853, e se prolongou até 1856, que envolvia o Império Otomano, o Reino Unido, a França e o Reino da Sardenha como aliados contra o Império Russo.



Até que o contrato de empreitada para erguer a estrutura ferroviária entre Rio e Belém fosse resolvido, a única coisa estabelecida desde 1840 e que permaneceria imutável era o nome da ferrovia e da eventual companhia que a administrasse: Dom Pedro II. Entre as frustrações da concessão de Cochrane, dos editais de outubro de 1852 e fevereiro de 1853 e do breve contrato de concessão londrina, em 1855 foi incorporada a Companhia Estrada de Ferro Dom Pedro II, pela complementaridade dos decretos imperiais n.º 1598 e 1599, ambos de 9 de maio, com o repasse das obrigações contraídas em Londres com Edward Price e a aprovação dos estatutos.

A diretoria formada em agosto contava com Cristiano Benedito Otoni; Jeronimo José Teixeira Junior, Visconde do Cruzeiro (1830-1892); Roberto Jorge Haddock Lobo (1817-1869); Alexandre Joaquim de Siqueira (1814-1872); João Baptista da Fonseca; Luiz Peixoto de Lacerda Werneck (1824-1886); Ignacio da Cunha Galvão (1821-1906); José Jorge da Silva (1810-1880); João Baptista Vianna Drummond, Barão de Drummond (1825-1897); Domingos José de Campos Porto; Joaquim Marques Baptista de Leão; Domingos Theodoro de Azevedo Paiva (1801-ND); Antônio Martins Lage; Antônio Pereira Leitão (1809-1888) e Joaquim Alexandre Manso Saião (1817-1895).

A nomeação do presidente da CEFDPIL era atribuição do governo, cargo oferecido a João Pereira Darrigue de Faro (Visconde do Rio Bonito), que o rejeitou. Cristiano Otoni tomou a frente da diretoria como vice-presidente e logo elevou-se a presidente (OTONI, 1983, p. 78-9). A CEFDPIL possuía uma configuração *sui generis*, diferente do programado desde sua idealização e o formato de concessão contratado com Cochrane. Como uma companhia por ações sob tutela do estado imperial, também se caracterizava por profunda administração burocrática. Essa condição deixava Otoni de mãos atadas em várias circunstâncias em que, segundo ele mesmo,

[a] deliberação e a execução, as grandes e as pequenas questões, uma emissão de ações, a nomeação do engenheiro chefe ou a escolha de um contínuo ou a compra de uma vassoura, tudo ficou dependente da maioria de votos da diretoria [...] e quando exigisse cada um quinhão igual na administração, como era seu direito, seria infalível a desordem, máxime estando todos cegos quanto ao mecanismo que iam pôr em ação (OTONI, 1983, p. 80).

Otoni teria aceitado a nomeação definitiva como presidente após orçada a segunda seção, que era o maior desafio técnico da estrada e o maior desafio administrativo e contábil da companhia. Entre suas exigências, Cristiano Otoni colocava que era mister:

1º Contratar **de preferência engenheiros americanos**, conhecedores das grandes linhas de fortes declives, nos Alleghanys; 2º Não empreitar obras, sem estudos definitivos e orçamentos prévios, concluídos sob a nossa



direção; 3º Proscrever o contrato em globo e adjudicar as construções por séries de preços específicos; 4º Abrir concorrência em hasta pública (OTONI, 1983, p. 81 – grifo nosso).

As contas sob o contrato em globo dos britânicos, de fato, eram danosas aos cofres. O próprio texto do contrato e os dados dos relatórios no cumprimento de cláusulas agressivas por parte do contratado formavam um cenário pouco promissor para a sobrevivência da empresa.

Segundo os relatórios da CEFDPPII, os primeiros dias da maior estrada de ferro do Brasil, pelo viés da diretoria, não eram nada melhores do que um caos. O texto forma uma imagem de grande descaso e arrogância por parte dos construtores britânicos. A décima primeira página do primeiro relatório chega próximo a um insulto ao bom senso do cliente. Os engenheiros da Marinha chamados a realizar cálculos estimativos sobre o que havia sido comprado para as obras, Major T. S. Paranhos e Coronel F. Carneiro Campos, entregaram um relatório em que se alcançou o valor de 612:830\$767 (seiscentos e doze contos, oitocentos e trinta mil e setecentos e sessenta e sete réis), sendo que a quantia paga aos empreiteiros, referente a este material, chegava a £84.014 (oitenta e quatro mil e quatorze libras esterlinas) que, no câmbio do dia, representavam 742 contos de réis, uma diferença superior a 130 contos.

O contrato não apenas impedia punição aos empreiteiros, permitia-lhes onerar ainda mais os cofres da companhia em seu artigo 14. Assim, o engenheiro em chefe, Charles E. Austin, conseguiria o direito a pagamentos complementares para alcançar a quantia de £116.049, o que aproximava de 1.025 contos de réis.

A insistência de Otoni na contratação de engenheiros dos Estados Unidos sob formas diferentes de contrato era muito bem justificada pela experiência vivida com o contrato em globo dos britânicos e os prejuízos por eles causados. Outro ponto da justificativa de troca de paradigmas, do ponto de vista técnico, era o fato de que a proposta britânica para vencer a serra entre Belém e Barra do Piraí seria a utilização de uma estrutura de patamares com máquinas fixas, denominada funicular, muito mais onerosa tanto para edificar quanto para operar. Assim, a experiência dos americanos para construir ferrovias que venciam as fortes rampas nas montanhas *Allegheny* e *Blue Ridge*, nos Montes Apalaches, em simples aderência⁵ mostrava-se um argumento com forte apelo junto à diretoria.

Entretanto, há um motivo não declarado na distinção entre o contrato com os ingleses/britânicos e o contrato com os americanos: a aplicação de mão de obra escrava de forma sistemática, mesmo que velada. Cristiano Otoni era conhecido por sua posição liberal

⁵ “Linha em que o peso da locomotiva, mesmo nas rampas, é suficiente para produzir a necessária aderência ao trilho, capaz de permitir o deslocamento, sem necessidade de auxílio de cremalheiras, trilho central, cabos e outros sistemas” (DNIT, 2016, p. 35).



republicana e de opinião manifestamente moderada a respeito da emancipação da população escrava – tema que irá defender em 1871 ao publicar seu parecer à imprensa, “A Emancipação dos Escravos” (OTONI, 1871).

Por esse viés podemos perceber a conjuntura de construção das primeiras seções da EFDPII e o atrito entre Otoni e os ingleses *versus* sua predileção por engenheiros dos Estados Unidos. As justificativas publicadas em textos oficiais do Estado, aos quais se incluem os relatórios da CEFDPPII, podem ser consideradas legítimas, mas são todas de viés técnico. As razões sociais, por outro lado, são evidentemente e, eu diria, estrategicamente omitidas. Há uma afirmação no âmbito do estado imperial – tutor da estrada de ferro em análise – de que a companhia se enquadraria nas melhores práticas do trabalho livre remunerado, especialmente registrado na Lei nº 641 de 1852. É fato que os empregados diretos na operação ferroviária são todos homens livres e pagos pelo seu labor. Já nos canteiros de obras da via, das pontes, das estações, dos túneis etc. essa percepção é menos óbvia, com hercúleos esforços em evitar o tema.

Se é pouco perceber que o primeiro engenheiro contratado que desembarcou no Rio de Janeiro provém do estado da Virgínia, o conjunto posterior de engenheiros e as informações paralelas sobre vários deles contradizem o não escravismo no âmbito da ferrovia da Corte do Rio de Janeiro. O coronel Charles Garnett (1810-1886) foi o primeiro americano a iniciar os trabalhos no Brasil, ainda em finais de 1856; mas foi, também, o primeiro a voltar para o Velho Sul, onde a partir de 1861, passou a atender como chefe de engenharia ferroviária do exército dos Confederados.

O contrato com o inglês Edward Price era oneroso por várias razões e foi possível detectar a diferença em preços de materiais de alto valor, como as locomotivas *Robert Stephenson & Co.*, com sede em Newcastle Upon Tyne. Porém, havia o aspecto crucial e não dito: as obras da primeira seção não empregavam mão de obra escrava e eram, também, oneradas pelos jornais pagos a trabalhadores estrangeiros livres. Era preciso mudar todo o processo para a segunda seção, o que incluía eliminar ao máximo as referências ao caráter tecnológico e operacional britânico⁶ e, por consequência, as restrições referentes ao uso de mão de obra cativa.

⁶ Uma nota sobre tecnologia é importante para delimitar a contraposição entre britânicos e americanos. Um exemplo que consideramos importante nessa diferenciação refere-se à própria estrada de ferro em si: a superestrutura (lastro, dormentes, trilhos, fixadores, material rodante etc.) era diferente entre os utilizados por britânicos na primeira seção e os utilizados por americanos nas seções seguintes. Enquanto os ingleses/britânicos construíram a primeira seção com trilhos do tipo *Barlow* e *Brunel* (já considerados obsoletos na década de 1850), sobre dormentes de pedra, os americanos introduziram o que se tornaria o padrão na América do Norte, no Brasil e onde quer que a cultura americana ferroviária se tornasse dominante, os dormentes de madeira, trilhos do tipo *Vignole*,



Depois do coronel Garnett, aportaram nos trabalhos da segunda seção – de Belém a Barra do Piraí – os irmãos major Andrew Ellison Jr. e William Ellison, em 1857. Nascidos no estado de Massachusetts, vinham de uma carreira, assim como Garnett, em ferrovias da Virginia. Os três acabavam de fazer parte da construção da *Virginia & Tennessee R.R.*, que tinha ponto inicial na cidade de Lynchburg e atravessava as *Blue Ridge Mountains*, do complexo dos Montes Apalaches, até Bristol, divisa com o estado do Tennessee.

À medida em que a linha da serra avançava para sua edificação, enfim, mais engenheiros/construtores americanos aportavam no Rio de Janeiro. O contrato seguinte seria com uma companhia incorporada em Richmond, capital da mesma Virgínia, sociedade entre vários engenheiros experientes em estradas de ferro de múltiplos estados sulistas. A *Roberts, Harvey & Co.* era formada por Robert Harvey e seu filho George Harvey, de Richmond, por William Milnor Roberts (1810-1881), de Filadélfia, Jacob Humbird (1811-1893) e seu filho John Aexander Humbird (1836-1911), de Maryland, e por Charles Harrah (1817-1890) e seu filho, também George (1840-1908). Entre todos esses, Charles Harrah era o único com experiência de Brasil, construtor de barcos no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro. Mais tarde, esse último se envolveu nos negócios da Estrada de Ferro Leopoldina.

Todos esses nomes são bem documentados nos relatórios brasileiros (cf. quadro 1), porém, algumas de suas atividades só puderam ser observadas através de textos de autores americanos, em especial o livro de Daniel Rood, *“The Reinvention of Atlantic Slavery: technology, labor, race, and capitalism in Greater Caribbean”* (2009). Nesta obra, Rood traz informações preciosas, sobretudo referentes a Robert Harvey.

fixados com pregos do tipo “asa de barata”. Os trilhos Barlow e Brunel consistiam em chapas de ferro dobradas para formar um “T” invertido; os trilhos Vignole, predominantes globalmente até o século XXI, se consistem de peças laminadas inicialmente em ferro e, posteriormente, em aço.



Nome	Região nascimento/atução antes da EFDPII	Ofício/situação
Charles F. M. Garnett	Virgínia/Virgínia	Engenheiro/chefe
Theodor Moreno	Flórida/Virgínia	Engenheiro/auxiliar
John G. Meen Jr	ND	Engenheiro/auxiliar
Richard Morton	Virgínia/Virgínia	Engenheiro/auxiliar
John Lawson	ND	Engenheiro/auxiliar
John J. Forster	ND	Engenheiro/auxiliar
Andrew Ellison Jr	Massachussetts/Virgínia	Engenheiro/1º auxiliar/chefe
William Ellison	Massachussetts/Virgínia	Arquiteto/inspetor geral do
Robert Harvey	Virgínia/Virgínia e Cuba	Engenheiro/auxiliar
Charles J. Harrah	Pensilvânia/Brasil	Engenheiro/auxiliar
George W. Harrah	Pensilvânia/Brasil	Engenheiro/auxiliar
William M. Roberts	Pensilvânia/Iowa e Illinois	Engenheiro/auxiliar
W. M. Watts	ND	Engenheiro/auxiliar
Jacob Humbird	Pensilvânia/Maryland	Engenheiro/auxiliar
George Harvey	Virgínia/Virgínia e Cuba	Engenheiro/auxiliar
Sampson	ND	Subempreiteiro
Edward D. Muhlenberg	Pensilvânia/Pensilvânia	Subempreiteiro
Davis	ND	Subempreiteiro
John A. Humbird	Pensilvânia/Maryland	Engenheiro/Subempreiteiro
L. D. Gould	ND/Pensilvânia	Físico/Subempreiteiro

Quadro 1. Engenheiros/empreiteiros americanos na EFDPII a partir da Segunda Seção da linha.
Fonte: CEFDPII, 1928; THE BRAZILS, 1860; ROOD, 2017, p. 121.

Rood disserta sobre um anúncio que Robert Harvey postou no jornal *Richmond Dispatcher*, em 1858, no qual o construtor “era bastante explícito sobre as qualificações comuns exigidas para projetos ferroviários na Virgínia e no Brasil”. Em busca pelo anúncio, ao seguir esse rastro, encontramos o mesmo texto em outro jornal da mesma cidade, o *Richmond Enquirer*, de 3 de agosto de 1858.

OS EMPREITEIROS PARA A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE FERRO DOM PEDRO II, NO BRASIL, DESEJAM empregar CINQUENTA JOVENS, naturais do Estado da Virgínia ou de qualquer um dos Estados do Sul, que entendam a gestão de negros em obras públicas para ir ao Brasil como Gerentes ou Encarregados. Eles preferem homens experientes na construção dessas obras, mas empregarão alguns jovens que foram criados em fazendas – filhos de fazendeiros e outros – também empregarão homens, americanos ou estrangeiros, que trabalharam em obras públicas e compreendam a construção de túneis e outras obras pesadas, e a gestão de trabalhadores brancos (HARVEY, 1858).

Harvey era conhecido por suas relações com a *Tredegear Iron Works*, indústria de Richmond cuja metade dos braços empregados eram escravizados. A *Tredegear* estabeleceu um relacionamento muito próximo com o canteiro de obras das ferrovias do Sul dos Estados Unidos e do Grande Caribe, sobretudo Cuba, inclusive na formação social no campo do trabalho. Em comum, por exemplo, o contingente de escravos destinados aos trabalhos na construção e operação, direta ou indireta, de engenhos e ferrovias.

Ao final da década de 1850, essa fundição de Richmond iniciou o fornecimento de



equipamentos para o mercado ferroviário de Cuba. Para tanto, a fundição sulista precisou empreender investimentos onerosos em maquinário e processos industriais nos módulos fabris abalados pelos conflitos raciais entre a força de trabalho e a administração. “Assim, a política do ‘ferro forjado’ [*wrought-iron*] reapareceu dez anos após a greve de 1847” (ROOD, 2017, p. 95).

Os trabalhadores da laminação, racialmente integrada, foram os pioneiros em inovações feitas sob medida para o mercado cubano e se recusaram a seguir outras especificações exigidas pelos engenheiros sulistas encarregados das melhorias das ferrovias cubanas. Escravos com qualificação, incentivados pelo pagamento de horas extras, muito provavelmente se envolveram no desenvolvimento de inovações que permitiram à *Tredegar* capturar segmentos do mercado ferroviário cubano. Dos oitenta escravos que trabalhavam na *Tredegar* em 1860, trinta eram operários qualificados trabalhando na ferraria e, principalmente, na laminação. Trabalharam ao lado de alguns dos artesãos mais viajados do país, muitos dos quais vindos do País de Gales ou cidades do Nordeste dos Estados Unidos. Esses artesãos tinham o conhecimento mais recente sobre poças e ondulações, e os escravos aparentemente aprenderam essas habilidades graças às intervenções enérgicas de [Joseph Reid] Anderson e seus feitores (ROOD, 2017, p. 95, tradução nossa).

A direção da *Tredegar Iron Works*, em Richmond, impôs alterações no chão de fábrica que provinham da aprendizagem crioula⁷ caribenha em sua metodologia de aplicação do trabalho escravizado não segregacionista, portanto, que colocava escravos e livres em parceria direta. Escravos eram treinados na habilidade da forja e da produção de equipamentos para engenhos e ferrovias. Esse conjunto de medidas e técnicas consideravam o ambiente da Ilha e combinavam os aspectos particulares de um meio tropical com um conhecimento em rede de técnicas de ferraria de todo o mundo atlântico.

Os principais escravismos do Atlântico no período, em análise, concentravam-se no sul dos Estados Unidos, na ilha de Cuba – sob domínio espanhol – e no centro-sul do Brasil. O triângulo Richmond-Havana-Rio formava uma estrutura social e tecnológica fundamental no que Dale Tomich chamou de “segundo escravismo” ou “segunda escravidão” (TOMICH, 2004, p. 56 e ss). Grosso modo, tal conceito é fruto de um esforço para compreender o recrudescimento da instituição escravista no Atlântico Oeste/Sul durante o século XIX e sua conexão intrínseca com o desenvolvimento tecnológico como desdobramento da revolução industrial e as demandas das regiões industrializadas (cf. CHALHOUB, 2012; MARQUESE e SALLES, 2016).

⁷ Por “crioulo(a)”, no âmbito colonial espanhol, compreende-se o indivíduo nascido na América, filho(a) de pais nascidos na Espanha. Nesse sentido, Rood refere-se ao treinamento dos produtores crioulos no uso de mão de obra escrava juntamente a mão de obra livre, portanto não segregacionista. (cf. ROOD, 2017).



As ferrovias do Brasil oitocentista, de maneira particular a EFDPII, enquadram-se na teia de relações atlânticas para sua montagem e na tipologia social de seus canteiros de obras. Essa percepção é mais óbvia no período em que a EFDPII foi administrada pela CEFDPII, antes de ser resgatada pelo estado imperial em meados de 1865 e integrada à pasta de viação e obras públicas do Ministério da Agricultura, criado em 1860. Entre 1855 e 1865, a EFDPII configurava-se, praticamente, como duas ferrovias distintas: a primeira seção tipicamente “inglesa/britânica” e as segunda, terceira e quarta seções tipicamente “americanas” (cf. mapa 1).



Mapa 1. Linhas da EFDPII em 1860.

Fonte: AN: Adaptado de ELLISON, William. *Planta da EFDPII e Rio Parahyba – 1860.*
Autor: Welber Santos.



Citando o anúncio de Harvey nos jornais da Virgínia, o espaço fluminense entre o Rio de Janeiro e o Vale do Rio Paraíba do Sul poderia ser considerado como familiar aos agentes recrutados para os trabalhos de construção da estrada de ferro. Um dos grandes produtores de café que se envolveu de forma direta com a construção da EFDPII foi Nicolau Neto Carneiro Leão, futuro Barão de Santa Maria (1829-1894). O proprietário, mineiro de São José del-Rei (Tiradentes), estabeleceu sociedade com Jacob Humbird quando este assumiu a missão de terminar o túnel grande da serra, obra que provocou o atraso na inauguração do trecho Belém-Barra do Piraí.

A parceria entre o fazendeiro mineiro, que se estabeleceu como cafeicultor em Vassouras, e o engenheiro americano configura em si, algo digno de nota, mas o que mais nos interessa é um aspecto do contrato estabelecido entre Carneiro Leão/Humbird e a CEFDPPII. O título do contrato era “Escritura de contrato de empreitada de que a fazem Nicolau Neto Carneiro Leão e Jacob Humbird com a Companhia da Estrada de ferro de D. Pedro II”.

A segunda seção, àquela altura, estava definida como de Belém a Vassouras, na localidade em que o Rio Piraí deságua no Rio Paraíba do Sul, portanto, Barra do Piraí. Esse contrato estabelecia a construção da terceira parte que avançaria pelas terras de Carneiro Leão. A obra da terceira parte da segunda seção levaria a linha do túnel grande, que já estava sob a responsabilidade de Humbird e era um capítulo à parte, sendo sua construção um verdadeiro prejuízo para os construtores iniciais, causando uma revisão do valor a ser pago por sua entrega. Na “Autobiografia”, Otoni traça linhas que se referem ao túnel e à tal parceria.

Cristiano Otoni demonstra grande entusiasmo ao narrar os trabalhos dos americanos, mas chega a se exceder ao citar Humbird, “industrial de uma perícia, de uma energia, de um tino que o constituíam, a meu ver, um empreiteiro-tipo” (OTONI, 1983, p. 104). Com mais de 2.200 m de comprimento, o túnel grande era composto de granito, ora maciço, ora decomposto, mas, em sua maior extensão, um verdadeiro obstáculo para perfuração. No entanto, o festejo sobre Humbird teria causado receio no presidente da companhia, devido à amizade que Andrew Ellison Jr. ostentava tanto pelo colega americano quanto pelo fazendeiro escravista. A situação das dificuldades pela obra do túnel, somada pela moral alta do contratado para terminar essa perfuração fundamental para o prosseguimento da linha da serra em direção ao Vale, poderia gerar um acréscimo de preço a partir do *lobby* de Ellison, que era o engenheiro em chefe da vez e decidia essas questões junto com Otoni.

O presidente desejava que a parceria entre os supracitados fosse a vitoriosa na hasta pública, mas realizou manobra para evitar excessos do grupo ao buscar auxílio de outro



cafeicultor forte do Vale do Paraíba do Sul. Escreveu a Joaquim Teixeira Leite (1812-1872) e revelou a intenção, pedindo que o outro mineiro entrasse na concorrência para que os preços se mantivessem dentro de um patamar praticável: “desejava preferir Carneiro Leão e Humbird; mas temia que em falta de concorrência me impusessem eles preços altos” (OTONI, 1983, p. 104).

A parceria com Carneiro Leão, para além de amizades ou entusiasmos, nos leva de volta ao anúncio de Harvey nos jornais de Richmond. Afinal, estariam os cento e trinta gerentes e feitores da Virgínia colocando em prática sua experiência com o manejo de braços negros? As referências esparsas, e quase incidentais, sobre o emprego desses braços nos dizem que é muito provável que a perfuração do túnel grande não devia se diferir tanto da situação dos túneis e rampas do Velho Sul e da Ilha caribenha nesse aspecto.

Ainda sem aplicação de artifícios aceleradores para abertura de túneis, só restava o apelo à carne mais barata. Maria Lúcia Lamounier nos conta que “[o] emprego de tecnologia mais avançada na perfuração de túneis, como perfuratrizes de ar comprimido e dinamite, só ocorreu no final da década de 1870. A primeira detonação de dinamite foi acionada pelo próprio imperador” (LAMOUNIER, 2012, p. 131). Outra das raras e escorregadias referências ao uso de mão de obra escrava está no relatório semestral nº 12, publicado a 31 de julho de 1861, referente ao que demandaria a 3ª seção.

O Governo Imperial aprovou por Decreto de 24 deste mês os planos da 3ª seção, que se tratará de adjudicar oportunamente; pois ocupando uma grande extensão, e dependendo de trabalhos importantes nas pontes sobre o Paraíba, muito poderão lucrar com a antecipação. Nos meses em que os trabalhos da lavoura, porventura, devem folgar aos fazendeiros, é talvez possível obter deles coadjuvações na preparação do leito, que são da maior importância, visto a dificuldade de obter os braços em número suficiente para obras de tanta magnitude. E seria deplorável que chegando os trilhos à barra do Pirai, se dessem novas delongas para a preparação do leito, Paraíba abaixo (CEFDPII, 1928, p. 396).

Não há evidência maior do compromisso dos produtores de café do Vale do Paraíba do Sul fluminense com a EFDPII nos assuntos de liberação de braços para as obras de engenharia do centro-sul. Sem esses braços, como o próprio Cristiano Otoni, que era um abolicionista moderado, preconiza em relatório. Pela tendência estrutural da sociedade coeva e pela demanda de braços além da medida em tal empreendimento, o contingente mais propício ao trabalho braçal – com redobrado esforço para uma ferrovia – seria o escravizado, hipótese que defendemos. O ponto, a esta altura, está muito mais relacionado ao esforço administrativo da companhia em evitar o registro dessa força braçal, especificamente. Todos os trabalhadores livres da CEFDPII, dos limpadores de chaminés, passando por maquinistas, foguistas e agentes de estações, constam em registro nos



mesmos relatórios. Esses são compostos por livres pobres e homens de alto gabarito social. Mesmo que os subempreiteiros não sejam registrados, pois são indiretos, quando o contexto exige, mencionados em existência, cargo e procedência.

A diferença de opiniões que Cristiano Otoni expressa sobre os construtores ingleses da primeira seção e os americanos da seção seguinte pode ser atribuída a dois fatores primordiais: sua ideologia liberal republicana e a necessidade incontornável de reduzir o número de jornaleiros livres – boa parte estrangeiros –, portanto pela adoção de escravos disponíveis especialmente nas entressafras. O artigo 4º do contrato celebrado em Londres entre Macedo e Price é curto e objetivo quanto à não utilização de mão de obra escrava pelo empreiteiro inglês, da mesma forma que é curto e objetivo quanto à negação do direito de Price de vetar esse tipo de mão de obra por parte de brasileiros envolvidos nas obras.

Art. 4º - O empresário se obriga a não empregar escravos nas obras que estiverem sob sua imediata direção, não podendo, todavia, vedar que indivíduos residentes no país e interessados nas obras hajam de empregar nelas seus escravos (BRASIL, 1854).

Por outro lado, com a experiência dada como desastrosa por Otoni na relação entre a CEFDP II e o empreiteiro de Callow Hill, o contrato assinado com a *Roberts, Harvey & Co.* apoiava-se detalhadamente em questões técnicas e omitia qualquer referência à natureza social do contingente empregado.

O cenário da construção da EFDPII, e da constituição da CEFDP II, ilustra algumas questões características dos envolvidos nacionais da parte política e administrativa em torno da ferrovia da Corte. Reforça os incômodos de Cristiano Otoni, revelados tanto em seu parecer à imprensa de 1871, “A Emancipação dos Escravos”, quanto em sua “Autobiografia”, sobre as atitudes simuladas de um pseudoliberalíssimo das elites de Estado. No primeiro, o então ex-presidente da CEFDP II, um liberal exaltado no período regencial, defendia posição moderada quanto aos trâmites sobre como deveria ocorrer a emancipação da população escrava do Império. Para Otoni, a abolição deveria ser gradual e consonante com a indenização aos proprietários, a partir da criação de um fundo para tal.

Ha pouco recordou o Sr. Conselheiro Paulino de Souza a atitude do seu ministério em 1870 na questão do elemento servil. Apresentado o Parecer da Comissão especial, S. Ex. declarara por si e por seus colegas que o Governo aceitava a ideia do arrolamento dos escravos e a faculdade para libertar os da Nação. Nada mais sensato: passassem estas duas medidas, fossem executadas com firmeza, e teríamos hoje a questão adiantada e esclarecida. Porque pois o ministério que tinha Câmara unanime, que nesta mesma questão teve grande maioria, não cuidou de realizar a sua ideia? Donde lhe veio a falta de força? (OTONI, 1871, p. 9-10).



Assim, Otoni referia-se ao próprio D. Pedro II, ao se dirigir ao gabinete que continuaria a “dizer na Europa que é Sua Majestade Imperial o único brasileiro inimigo da escravidão” (OTONI, 1871, p. 10). Ora, se nem mesmo o Estado nacional executava a libertação de seus próprios cativos oficiais, os escravos da Nação, o que seria de uma emancipação geral? Essa percepção se aproxima do que Hamilton de Mattos Monteiro diz sobre Otoni na introdução às “Cartas para os Netos”, publicação do Arquivo Nacional: “Assim, combatia a falsa aparência liberal da monarquia, a corrupção e o nepotismo [...]” (MONTEIRO in OTONI, 1978, p. 13).

Mesmo que não diretamente, é possível dizer que Cristiano Otoni defendia em seu parecer de 1871 sua política empresarial como presidente da CEFDPIL, que existiu de 1855 a 1865. De qualquer modo, as contradições estruturais de sua atuação na diretoria da estrada de ferro da Corte podem, em certa medida, ser interpretadas como consonantes com a diretriz geral de uma abolição metafórica. Se, por um lado, ele faz críticas severas nomeando o simulacro emancipacionista das elites imperiais do período, por outro, ele mesmo participa ativamente do simulacro antiescravista do contexto da estrada de ferro ao participar ativamente do processo de esquecimento⁸ com as omissões sobre parte dos motivos de preferir os americanos aos ingleses no comando das obras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, que deriva de um dos tópicos de minha tese de doutorado defendida em 2021, tentamos apresentar uma pequena contribuição à historiografia que relaciona o surto ferroviário do século XIX com a ampliação do trabalho livre. Nesse sentido, a atuação de Cristiano Otoni como vice-presidente e, posteriormente, presidente da principal companhia de estradas de ferro do Império mostrou-se um fértil estudo de caso para a relativização de tal cenário.

O descontentamento de Otoni com o contrato assinado entre o Estado Imperial e o empreiteiro inglês, Edward Price, para construir a EFDPII – segundo o próprio Otoni – levou-o a forçar os contratos de construção seguintes da CEFDPIL de preferência com engenheiros dos Estados Unidos. Sua argumentação, portanto, sua construção de memória, levou-o a uma atitude intencional de omitir determinadas informações em documentos por ele produzidos. Desses, os principais documentos são os relatórios da companhia que presidiu e os textos que publicou durante sua atuação nessa posição (caso de “O Futuro das

⁸ Para um debate sobre o conceito de “esquecimento”, recomendamos a obra de Paul Ricoeur, sobretudo o capítulo “Esquecimento”, do livro “A História, A Memória e o Esquecimento” (RECOEUR, 2007).



Estradas de Ferro no Brasil”, 1859) e posteriormente (caso de “A Emancipação dos Escravos”, 1871, e “Autobiografia”, publicada postumamente em 1908).

Como apontamos no decorrer deste artigo, suas justificativas técnicas sobre as melhores escolhas para a edificação da EFDPII, ou seja, para a americanização do modo de construir e operar a estrada, mostraram-se como um dado parcial. Essa parcialidade, como propomos, seria devida a uma espécie de vergonha da sua relação com um corpo técnico intrinsecamente escravista ou acostumado com um cenário escravista no canteiro de obras. Dessa maneira, seja nos relatórios em que trata da contratação dos engenheiros vindos dos Estados Unidos, maioria proveniente do Velho Sul dos Estados Unidos, especialmente da Virgínia; seja em sua obra particular, em que demonstra seu entusiasmo com esse grupo em contraposição aos anteriores, ingleses/britânicos, Otoni foca sempre em aspectos técnicos ferroviários e financeiros e evita mencionar o componente social da mão de obra, aspecto crucial para reduzir os custos de construção.

O que chamamos de produção de esquecimento de Cristiano Otoni, portanto, o que intencionalmente se evidencia como escolha de assunto evitável, torna-se uma lacuna de memória que dificulta a constituição da história em que esta personagem se apresenta como protagonista. Tal lacuna, pelo menos uma entre outras que podem existir no contexto do objeto investigado, pôde ser denunciada – mesmo que sem a intenção – pela documentação externa; ou seja, as fontes utilizadas pela historiografia dos Estados Unidos sobre suas próprias relações sociais e atividades econômicas/industriais oitocentistas e relações atlânticas de montagem de infraestrutura dos sistemas escravistas do sul dos EUA, do Grande Caribe e do centro-sul do Império do Brasil.

O cruzamento de dados entre a documentação brasileira e a historiografia nacional e internacional sobre a segunda escravidão, como a obra de Daniel Rood, Aaron Marrs, Rafael Marquese e Ricardo Salles, permitiu-nos rever certas construções sobre a realidade histórica de nossa sociedade nesse período, sobretudo, no contexto de edificação de infraestrutura e desenvolvimento de tecnologia para atender o sistema mundo do Atlântico.

REFERÊNCIAS

CHALHOUB, Sidney. **A Força da Escravidão: ilegalidade e costume no Brasil Oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COIMBRA, Creso. **Visão Histórica e Análise Conceitual dos Transportes no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro de Documentação e Publicações, 1974. Disponível em: <<https://archive.org/details/visaohistransp1974br>>. Acesso em: 26/08/2024.



COLLINS DICTIONARY. **Railroad.** Disponível em: <https://www.collinsdictionary.com/pt/dictionary/english/railroad>. Acesso em 12/05/2020.

COSTA, Wilma Peres. **Ferrovias e Trabalho Assalariado em São Paulo.** 1976. Tese (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1976.

DNIT. **Glossário dos Termos Ferroviários.** Brasília: DNIT, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/ferrovias/glossario-de-termos-ferroviarios/glossario-de-termos-ferroviarios>. Acesso em: 26/08/2024.

EL-KAREH, Almir Chaiban. **Filha Branca de Mãe Preta: A Companhia da Estrada de Ferro D. Pedro II.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Ferrovias e Mercado de Trabalho no Brasil do Século XIX.** São Paulo: Edusp, 2012.

MARQUESE, Rafael de Bivar; SALLES, Ricardo (Orgs.). **Escravidão e Capitalismo Histórico no Século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MARRS, Aaron W. **Railroads in the Old South: pursuing the progress in a slave society.** Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2009.

MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e Ferrovias: A Evolução Ferroviária de São Paulo e o Desenvolvimento da Cultura Cafeeira.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.

RICOEUR, Paul. "Esquecimento". **A Memória, a História e o Esquecimento.** Trad. Alain François [et. al.]. Campinas, SP: Unicamp, 2007, p. 423-462.

ROOD, Daniel B. **The Reinvention of Atlantic Slavery: technology, labor, race, and capitalism in Greater Caribbean.** New York: Oxford University Press, 2017.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. **As Ferrovias de São Paulo (1870-1940).** São Paulo: HUCITEC/INL, 1981.

SANTOS, Welber Luiz dos. **American Way of Rails: tecnologia e a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II em perspectiva atlântica e no contexto da segunda escravidão (1835-1889).** Mariana, MG. 2021. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto. Disponível em: <http://www.repositorio.ufop.br/jspui/handle/123456789/13824>. Acesso em: 26/08/2024.

SOANES, Catherine; STEVENSON, Angus. "Railroad". **Concise Oxford English Dictionary (eletrônico).** Eleventh Edition. Oxônia: Oxford University Press, 2004.

TOMICH, Dale W. **Through the Prism of Slavery: Labor, Capital, and World Economy.** Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2004.

ZANETTI, Oscar; GARCÍA, Alejandro. **Sugar & Railroads: A Cuban History, 1837-1959.** Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1998.

FONTES

BRASIL. **Relatório do Ministério do Império de 1854.** Disponível em: <http://ddsnxt.crl.edu/titles/100#?c=0&m=23&s=0&cv=230&r=0&xywh=-425%2C158%2C2728%2C1924>. Acesso em: 26/08/2024.

CEFDPII. **Relatórios nºs 1 a 20, correspondentes ao período de 1856 a 1865.** Rio de Janeiro: Livraria, Papelaria e Litho-Typographia Pimenta de Mello & C., 1928.



FIGUEIRA, Manuel Fernandes. **Memória Histórica da Estrada de Ferro Central do Brazil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908. Disponível em: <<https://bd.camara.leg.br/bd/items/09ed1018-7fc6-4b2f-a358-cefe2ece8c71>>. Acesso em 26/08/2024.

HARVEY, Robert. “Anúncio”. **Richmond Enquirer**, Richmond, vol. LV, n. 24, 3 de agosto de 1858.

OTONI, Cristiano Benedito. **O Futuro das Estradas de Ferro no Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1859.

_____. **A Emancipação dos Escravos**. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1871. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/44711/1/013766_COMPLETO.pdf>. Acesso em 26/08/2024.

_____. **Autobiografia**. Brasília: UNB, 1983.

_____; OTONI, Bárbara Balbino de A. M. **Cartas aos Netos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1978. Disponível em: <<https://bdan.an.gov.br/handle/123456789/234>>. Acesso em 26/08/2024.

“THE BRAZILS.; The Don Pedro II. Railway Portion Built by American Contractors an Imperial Visit Miscellaneous News.” **New York Times**, Nova York, 16 jul. 1860.



GERTRUDES E OLEGÁRIA: MIRADAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MOVIMENTO SOCIAL ABOLICIONISTA EM PERNAMBUCO (1884-1888)

GERTRUDES AND OLEGÁRIA:
PERSPECTIVES ON WOMEN'S PARTICIPATION IN THE
ABOLITIONIST SOCIAL MOVEMENT IN PERNAMBUCO (1884-1888)

Adriana Santana¹
Arthur Danillo Castelo Branco de Souza²

RESUMO

Este texto discorre sobre os movimentos sociais abolicionistas pernambucanos, com seus pontos de contradição e convergência, evocando a atuação de duas mulheres: Gertrudes Maria de Jesus, negra, que integrou um clube abolicionista clandestino, e Olegária Gama Carneiro da Cunha, mulher branca da elite do Recife. Embora pertencentes a distintas posições de raça e classe, ambas atuaram em atividades extralegais, como o acoitamento e fugas de escravizados. Baseado em atas, sentenças, periódicos e cartas, o estudo revela como mulheres negras - escravizadas, libertas e livres - e brancas de altos estratos sociais colaboraram em frentes 'subterrâneas', formando uma aliança com vistas à Abolição.

Palavras-chave: Abolição; mulheres abolicionistas; gênero; escravidão.

ABSTRACT

This paper discusses the abolitionist social movements in Pernambuco, highlighting their points of contradiction and convergence, through the actions of two women: Gertrudes Maria de Jesus, a black woman who was part of an underground abolitionist club, and Olegária Gama Carneiro da Cunha, a white woman from Recife's elite. Despite belonging to different racial and class positions, both engaged in extralegal activities, such as harboring and facilitating the escape of enslaved people. Based on meeting minutes, court rulings, periodicals, and letters, the study reveals how black women—enslaved, freed, and free—and white women from high social strata collaborated in 'underground' efforts, forming an alliance aimed at Abolition.

Keywords: Abolition; abolitionist women; gender; slavery.

¹ Professora associada do Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. Pós-doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (USP).

Contato: adriana.masantana@ufpe.br

² Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor de História da rede pública do estado de Pernambuco e do município de Ipojuca-PE.

Contato: arthur.danillo@ufpe.br



INTRODUÇÃO: A AGÊNCIA HISTÓRICA DE MULHERES EM AÇÕES POR LIBERDADE

A historiografia social contemporânea no Brasil tem empreendido, pelo menos desde a década de 1980, o esforço de destacar, mapear e pôr em contexto o protagonismo de pessoas negras em seus processos por busca de liberdade (MACHADO; CASTILHO, 2015). Longe da visão paternalista vigente previamente, esses estudos demarcam que as manumissões foram, em grande medida, uma conquista, e não benesse recebida sem engajamento ou enormes esforços por parte de quem esteve em cativeiro.

Nos movimentos sociais pela Abolição, foco deste trabalho, a participação de mulheres segue enevoadada pela ação masculina, preponderante nos arquivos e nos documentos da época, que muitas vezes eram escritos pelos próprios agentes que se consideravam merecedores de ter sua história exaltada e resguardada³. Desse modo, este artigo também se vincula à perspectiva de destacar o papel estratégico desempenhado pela mulher negra durante a escravidão, reconhecendo sua centralidade enquanto produtora e reprodutora nos processos de configuração e perpetuação do sistema escravista atlântico (HARTMAN, 1997; MORGAN, 2004; DIAS, 2012; TURNER, 2017, MACHADO et al, 2021).

Ainda que haja cada vez mais referência a homens negros libertos e livres como protagonistas das ações abolicionistas, seja nos púlpitos parlamentares, na imprensa e nas associações emancipacionistas (DOMINGUES; GOMES, 2011; ALONSO, 2015; CASTILHO, 2016), a consulta a documentação de época revela a atuação feminina em frentes diversas, que vão da participação na logística das fugas e do acoitamento de escravizados, de ações por liberdade na Justiça, à realização de eventos beneficentes para arrecadar recursos para a compra de alforrias, com intermediação direta nas negociações de preços de pecúlio com os senhores.

O Brasil e, destacadamente, a região Nordeste, foi onde mais se registrou alforria de cativos nas Américas (REIS, 2021). A escravidão “praticamente se ‘dissolveu’ no nordeste, terminando ali mais cedo do que no centro-sul” (RIOS; MATTOS, 2004: 174). Apesar de os vários registros da imprensa periódica acerca das cerimônias públicas de entrega de cartas de liberdade destacarem homens e mulheres da elite em eventos culturais no Brasil Oitocentista - evidenciando a construção da identidade abolicionista brasileira por intermédio de espetáculos teatrais (CASTILHO, 2012), em que se discutia a temática nas peças e se entregava os documentos nos intervalos -, a participação direta de escravizados era crucial para essa conquista.

³ Não esqueçamos que um dos mais afamados políticos envolvidos no processo de luta pela Abolição, Joaquim Nabuco, também legou à posteridade um trabalho biográfico (*Minha Formação*, 1900), que foi considerado, durante muito tempo, como uma das principais narrativas sobre o movimento abolicionista.



Após o fim do tráfico e, duas décadas depois, com a vigência da Lei Rio Branco, conhecida como Lei do Ventre Livre (1871), é reconhecido legalmente o direito dos escravizados de juntar pecúlio, de locar seus serviços, bem como se tornou obrigatória a manumissão de quem pudesse pagar indenização aos senhores (ARIZA, 2015). Como consequência natural ao fim do tráfico transatlântico de pessoas escravizadas e à própria Lei do Ventre Livre, a população escravizada, a partir da segunda metade do século XIX, começou a diminuir no Brasil e em Cuba, em partes também devido "às altas taxas de alforria e à compra da liberdade pelas pessoas escravizadas" (PATON, 2023: 624).

Nas empreitadas em busca por liberdade, seja própria ou de sua prole, em petições na justiça, venda de serviços, troca de favores e estratégias as mais diversas na intrincada rede de relações, opressões e resistência, destacou-se a participação de mulheres negras, escravizadas ou libertas. Nascimento (2010), por exemplo, encontrou a prevalência da atuação de mulheres na compra de alforrias em Feira de Santana, no agreste da então Província da Bahia, entre os anos de 1850 e 1888. O fato de a maioria das cartas de liberdade terem sido uma conquista feminina, somado ao fato de que as alforrias masculinas fossem, em grande parte, de filhos dessas mulheres, "evidencia que a participação feminina pela liberdade fora efetiva" (NASCIMENTO, 2010, p. 02).

Em análise de mais de 150 processos que tramitaram no Tribunal de Campinas, cidade cafeeira da Província de São Paulo, Silva (2015, p. 97) também identificou a predominância feminina nos autos e ações por liberdade, notadamente pelas qualificações alegadas pelas mulheres, sugerindo capacidade de alugar seus serviços para arregimentar pecúlio, especialmente na ambiência dos trabalhos domésticos: "nos autos foram declaradas 28 tipos de profissão, entre as quais se qualificavam como bordadeiras(1), engomadeira (9), costureira (1), lavadeira (2), operária(1), mucama (1) e serviços domésticos(9)".

A Província de Pernambuco, área principal de atuação de duas abolicionistas estabelecidas em lugares opostos na pirâmide social Oitocentista, a negra Gertrudes Maria de Jesus e a branca Olegária Gama Carneiro da Cunha, também viu crescer os inúmeros episódios de agência de mulheres negras escravizadas em torno da busca por liberdade própria ou dos filhos e parentes. Embora a bandeira abolicionista siga lembrada, na capital pernambucana, por vultos masculinos, brancos e integrantes da elite política e social, a exemplo de José Marianno e Joaquim Nabuco, há consistentes provas documentais da ação direta de mulheres cativas, libertas e livres em processos de alforria e de coordenação de fugas de escravizados.

Um dos casos descobertos durante esta pesquisa foi o de Josepha, sem registro de



sobrenome nos autos da Justiça, como tantas outras, mas indicada na petição, da qual foi autora em 1887 (*Diário de Pernambuco*, 1887, p. 02), como "ex-escrava de Luís da Costa Gomes", no distrito de São Bento (atual São Bento do Una), vinculado à Comarca de Caruaru, interior da Província.

Josepha apelava ao juiz municipal pela libertação de seus dois filhos, identificados também apenas pelo primeiro nome, João e Izidoro. Decerto, nascidos antes de 28 de setembro de 1871, quando passou a valer a Lei do Ventre Livre. A argumentação de Josepha é que ela, antes de conquistar a alforria, havia sido matriculada⁴ pelo então proprietário como mulher sem filiação, ou seja, não houve a menção a sua prole quando do registro à autoridade provincial. Dessa forma, afirmava que eles seriam automaticamente livres, em função dessa ausência de informações.

Na ação de liberdade proposta, Josepha solicitava, em relação ao filho Izidoro, que este fosse desobrigado dos dois anos de prestação de serviços a que estava vinculado em seu próprio processo para obter o título de liberdade. O senhor havia estabelecido 24 meses de trabalho compulsório como condição para a concessão da sua alforria, em 25 de julho de 1887.

O juiz Agostinho de Carvalho Dias Lima, natural de Salvador e atuando como magistrado de 2ª instância em Caruaru (*O PAIZ*, 1912), baseou sua sentença na interpretação da legislação corrente acerca da extinção gradual do elemento servil - Lei dos Sexagenários (1885) e Lei do Ventre Livre (1871) -, proferindo que a determinação trazida com a lei então mais recente, de estabelecer o "valor do escravo" na matrícula, era apenas "documento fiscal e estatístico (...), "não inova e nem altera direitos". Assim, além de negar o pedido de Josepha, afirmava o magistrado que a autora da ação de liberdade estaria incorrendo em falsa alegação.

Ao longo da peça, com sentença proferida em 01 de outubro de 1887 e publicada na edição de 14 de outubro do *Diário de Pernambuco* - portanto, apenas sete meses antes da Abolição -, o juiz se utilizava da legislação minimamente protetiva ao escravizado e, em teoria, com propósito de extinguir gradualmente a servidão, para justamente manter a escravidão como legal e oficial. Acionava, inclusive, no fechamento do texto, a Constituição de 1824, que dava poderes ao Executivo para expedir decretos, para fundamentar que "o facto de achar-se o escravo matriculado com a declaração de filiação desconhecida não dá direito à liberdade".

⁴ A matrícula ou registro dos escravizados passou a ser obrigatória, no Brasil, a partir de 1872, como determinação da Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871. Objetivava a legalização da propriedade sobre africanos trazidos ao País por contrabando. Sobre os efeitos, na prática, da matrícula, consultar: MAMIGONIAN, 2011.



As letras frias e complexas da Justiça foram utilizadas para barrar o apelo duplo de Josepha a seus filhos, que foram finalizadas com a seguinte decisão inescapável:

Considerando pois, o exposto, julgo improcedente a pretensão da autora, e assim julgando mando que seja levantado o depósito, constante do termo a fl 6, para continuarem seus filhos, o de nome Izidoro sujeito a clausula, consignada no titulo de liberdade, que lhe conferiu o réo, em 25 de Julho, isto é, de prestar serviços por 2 annos, e o de nome João, sujeito a seu senhor, attenta a sua condição de escravo, em nada alterado pela matrícula da autora (DIARIO DE PERNAMBUCO, 1887, p.02).

O final da sentença indicava que o processo seria "sem custas" a Josepha. No mínimo, uma ironia diante dos decerto altíssimos custos em trabalho para conseguir sua liberdade, e no emprego de esforços os mais diversos na busca por auxílio para, em seguida, tentar pelas vias da Justiça amealhar o mesmo destino aos filhos Izidoro e João. Custos não contabilizados pelo juiz e que resultaram, parafraseando a própria deliberação do magistrado, no retorno da manutenção da mesma condição a que a liberta almejava livrar os descendentes: a de escravos.

Não conseguimos, ainda, encontrar comprovação documental sobre o destino de Josepha, Izidoro e João após a publicação da decisão. Não é possível afirmar como viveram até 13 de maio de 1888 ou se conseguiram seguir em convivência após a deliberação do juiz em manter os rapazes cativos. Seguem excluídos de outros registros após a sentença proferida. Do juiz, no entanto, sabe-se muito sobre a exitosa carreira jurídica, bem como do gozo de benesses desfrutadas em função de sua condição de magistrado.

Em 1890, já na República, Agostinho de Carvalho Dias Lima é nomeado para compor a comissão (em seguida, desfeita) para elaborar o Código Penal e de Processo Militar, que acabou resultando no Código de Justiça Militar para o Exército Brasileiro (BRASIL, 1890). Em 1892, é alçado ao cargo de desembargador, chegando a 1906 a presidir o Tribunal de Apelação (PARANHOS, 1999). Em 1910, ganha, junto a outros juizes, vultosa quantia - 53:495\$187 (cinquenta e três milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil e cento e oitenta e sete réis), equivalente hoje a aproximadamente R\$1 milhão - resultante de ação contra a União (BRASIL, 1910).

Em notícia sobre sua morte, ocorrida em 02 de outubro de 1912, no Rio de Janeiro, recebe elogiosas menções do jornal *O Paiz*, em edição veiculada no dia seguinte. Entre outros predicados, é descrito como "íntegro, justo e puro". Destaca-se, no necrológio, a afirmação de que "o direito dos pleiteantes era uma coisa sagrada para esse velho magistrado" (O PAIZ, 1912, p. 03).



OLEGÁRIA: O ABOLICIONISMO ENTRE JÓIAS, ACOITAMENTOS E CAMÉLIAS

No Recife Oitocentista, duas organizações ganharam destaque nas práticas abolicionistas: o “Club Cupim”, instituição de ações ilegais, eminentemente formada por homens - mas que também tinha em sua composição a participação de mulheres brancas e negras, como Gertrudes Maria de Jesus, que aparece nas atas do Clube como uma agente interna da sociedade -, e a Ave Libertas, associação exclusivamente feminina, integrada por senhoras da sociedade, de estratos sociais médio a alto, que declarava, em edição de jornal em comemoração a um ano de fundação, que as ações para libertação de escravizados se dariam por vias legais e brandas (AVE LIBERTAS, 1885).

As atas da Ave Libertas (ESTATUTOS, 1884) eram publicadas nos jornais da capital pernambucana, a pedido. Já as do Clube do Cupim foram preservadas e estão sob guarda do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, às quais tivemos acesso. Nelas, especialmente as registradas nos períodos às vésperas e imediatamente posteriores à Abolição, está indicada a participação de mulheres nas ações extralegais empreendidas pelos “cupins”.

Nas listagens de sócios, auxiliares externos, apoiadores e pessoas a serem homenageadas, as atas do Cupim assentaram nomes de homens e mulheres sem a aposição do sobrenome, indicação de que esses se tratavam de libertos (BRAGA, 2015). “Dentre os 118 nomes listados na ‘lista final’, quase todos têm um sobrenome, a não ser Gertrudes, Luíza e Sebastiana” (BRAGA, 2015, p.5), como auxiliares internas.

Já Olegária Gama Carneiro da Cunha (1859 - 1898), mulher branca da elite pernambucana, casada com o político liberal e abolicionista José Marianno Carneiro da Cunha, primeiro prefeito eleito por votação popular no Recife (SALES, 2012), figura com nome e sobrenome em pelo menos três listagens. Seu estrato social a distinguia das três auxiliares sem sobrenome. Especialmente porque, na primeira lista em que surge, aparece como auxiliar externa. Em seguida, é incluída na lista de pessoas agraciadas com medalha pelo clube. Depois, estava na listagem de homenageada, após 1888, junto com Leonor Porto, presidenta da Ave Libertas, e outras sócias, pelos serviços prestados à causa⁵.

Dona Olegarinha (figuras 1 e 2), alcunha que adotou no convívio social e como assinava em cartas e bilhetes⁶, provavelmente em função de ser homônima de sua mãe, aderiu cedo à causa abolicionista. Aos 25 anos, associava-se à Ave Libertas, em 03 de outubro de 1884, aceita como sócia efetiva por proposição de Albertina Porto, conforme ata publicada na imprensa (JORNAL DO RECIFE, 1884, p.03).

⁵ IAHGP. Caixa 21, Doc 827. Documentos sobre o movimento abolicionista. Séc. XIX (1881-1888).

⁶ Conforme documentação manuscrita consultada presencialmente na Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), no Acervo José Marianno, sob o registro JMa CRp1 doc.1.



Na publicação comemorativa de seu primeiro ano de existência, a Ave Libertas anunciou que as atividades destinadas à libertação de escravizados, que haviam resultado na emancipação de 200 indivíduos ao longo dos 365 dias, seriam conduzidas, como indicamos anteriormente, de forma inteiramente legal e "branda" (AVE LIBERTAS, 1885, p.2). No entanto, a adoção de um discurso mais conservador e 'feminino' no âmbito institucional visava não apenas conquistar o apoio de setores menos progressistas, mas também ocultar ações mais radicais e, portanto, fora da legalidade.

Assim, essas mulheres utilizaram suas posições de privilégio, derivadas de sua raça (por serem brancas) e classe (por pertencerem aos estratos altos e médios da sociedade), bem como as normas de feminilidade da época, tanto para viabilizar quanto para ocultar suas intenções subversivas. Dessa forma, podem ser associadas à chamada "primeira onda" do feminismo no País.

O protagonismo social feminino no Brasil do final do século XIX representa um contraponto crítico⁷ aos paradigmas predominantes nos estudos feministas, que frequentemente ressaltam as ações de ativistas dos Estados Unidos e da Europa. O engajamento das mulheres no movimento abolicionista elevou-as de uma posição secundária a um papel de destaque. Esse envolvimento não apenas permitiu uma participação ativa no movimento, mas também marcou o início dos primeiros passos em direção à emancipação feminista (SANTANA; SANTOS, 2024).

Durante o cerco às atividades do movimento, em especial a partir de 1885, as estratégias das senhoras integrantes da sociedade abolicionista também necessitaram de adaptações (SOUZA, 2023). Em resposta à repressão, essas militantes passaram a operar de maneira subterrânea, estabelecendo conexões não apenas com os abolicionistas pernambucanos, como foi o caso do Club do Cupim, mas também com aqueles de outras regiões do Império, de modo facilitar a fuga de escravizados para fora de Pernambuco. Em 15 de outubro de 1885, João Clapp, principal líder da Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro, enviou uma correspondência em que avisava que os dez "ingleses" (uma das denominações dos escravizados em fuga) encaminhados pela Ave Libertas ainda não haviam chegado ao destino⁸.

Embora a morte precoce de Olegária, aos 38 anos, em virtude das complicações de uma influenza, amplamente documentada pelos periódicos da época, reduza as

⁷ Acerca das estratégias de desconstrução do feminismo hegemônico na América Latina, consultar GARGALLO, Francesca. Para pensar cómo desconstruir el feminismo hegemónico en nuestra América. A manera de provocación reflexión. *Revista Encuentros Latinoamericanos*, Montevideo, año II, n. 02, p. 17-29, 2008.

⁸ Acervo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência de João Ramos. Carta de João Clapp a João Ramos. Rio, 15 de outubro de 1885.



possibilidades de registros, suas ações ligadas a atividades legais e extralegais no abolicionismo - que vão desde o acolhimento de escravizados em fuga até o auxílio no transporte fluvial e marítimo para portos livres ou seguros - como os do Ceará, onde a escravidão já não era mais praticada formalmente desde 1884 - foram bem relatadas à época. Até mesmo o *Diário de Pernambuco*, ferrenho opositor ao liberal Marianno, a descreveu, em notícia informando o falecimento da abolicionista pernambucana, com reverências de heroína:

Era D. Olegaria Gama Carneiro da Cunha um dos ornamentos da sociedade pernambucana, a cujo respeito e sympathia sempre se impoz, quer pelas suas reconhecidas qualidade de espírito, quer pelos dotes excepcionaes do seu coração. Do altruísmo do seu espírito, aberto a todas as ideias generosas, **é uma prova eloquente a parte que tomou na campanha do abolicionismo** a cuja santa crusada prestou os mais relevantes e inolvidaveis serviços (DIARIO DE PERNAMBUCO, 1898, p.02, grifo nosso).

Em 03 de setembro de 1885, enquanto os cupins procuravam uma casa para servir de sede, os sócios levantaram a ideia de fundar uma “filial do Clube”, uma espécie de quilombo urbano no Poço da Panela, território de D. Olegária e José Marianno, mandando para lá os “ingleses” que estavam escondidos esparsamente nas casas de conhecidos que não queriam mais acoitar os fugitivos. Procuravam a proteção de Marianno contra a polícia da Província. Barros Sobrinho foi o escolhido para organizar essa filial⁹.

O que foi considerado como última empreitada do Clube do Cupim (VILELA, 1905), já às vésperas da Abolição, teria contado com a participação direta de Olegária e do marido. Um grupo de 119 escravizados, chamados pelos sócios e auxiliares de “ingleses”, foram escondidos no Palacete do casal, localizado no arrabalde do Poço da Panela, na zona norte do Recife. A casa ficava às margens do Rio Capibaribe, de onde eram encaminhados, em pequenas embarcações, escondidos sob feixes de capim, até chegar aos cais, a partir do qual seguiam em barcas ao Ceará. Este ato final do Club do Cupim foi realizado em 23 de abril de 1888:

Desceram, à noite do Poço da Panela, da casa de José Mariano em uma canoa de capim conduzida por Guilherme Pinto até a Capunga, partindo dali da casa de Dativo Bastos no porto das Graças rebocados por dois botes de José Mathias, (Lingueta) - o almirante dos cupins - indo fundear defronte da casa de banhos, onde passaram para a barcaça Flor de Jardim, pertencente a Lage, a qual logo pela manhãzinha, foi um rebocador levar até os confins do horizonte (VILELA, 1905, p. 34 e 35).

⁹ Acervo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco. Caixa 20. Doc 0810. Livro de actas do Clube do Cupim. 2ª sessão do Clube Cupim em 03 de setembro de 1885. 2º anno da redempção do Ceará e Amazonas.



Esse episódio também aparece em relato escrito em formato de crônica, nos anos 1930, intitulado "As barcaças de capim" (SETTE, 1981). Olegária, cuja residência não era apenas rota de fuga, mas também local de refúgio e de cuidados aos escravizados que buscavam auxílio, é descrita como coautora, junto a Marianno, do planejamento das evasões. Ainda, seria a responsável por primeiros socorros a quem chegasse ferido, vítima de violência senhorial:

Quase não havia noite em que, sorratamente, um pobre cativo não chegasse ao Poço da Panela, por vezes maltratado, o corpo sangrando de castigos, as mãos inchadas de bolos, os dentes arrancados à força (...). D. Olegarinha, ela própria, tratava os ferimentos, consolava os infortunados, prodigalizá-los alimento e vestuários (SETTE, 1981, 10a edição, p. 141).

Memórias familiares também fazem coro aos registros documentais. Em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, o filho caçula de Olegária, o poeta, político e embaixador Olegário Marianno (1889 - 1958) creditava à mãe - destacadamente, sua atuação nas pejejas abolicionistas - sua inclinação à sensibilidade para as letras: "vejo-lhe as mãos lívidas a cortar algemas de escravos, vejo-a exortando e estimulando os arautos das justas comiciais" (MARIANNO, 1926).



Figura 1. Olegária, aos 34 anos, fotografada por Ludgero Jardim em março de 1894, em que se vê a camélia presa ao peito esquerdo, símbolo dos abolicionistas. Fonte: Carte-de-visite do acervo particular de Gilberta Acselrad, gentilmente cedido aos autores.



Figura 2. Olegária, aos 23 anos, fotografada por J.F Guimarães, em 1882. Também se observa o uso das camélias abolicionistas ornamentando o vestido. Fonte: Carte-de-visite do acervo particular de Gilberta Acselrad, gentilmente cedido aos autores.

Relatos de descendentes¹⁰ de Olegária resgatam que a atuação da matriarca incluiria a incursão em mercados clandestinos de escravos para compra e posterior alforria, bem como permanece nas lembranças da família a imagem de uma espécie de passagem, no solar em que residiam os Carneiro da Cunha, por onde eram transportados os escravizados até as margens do Rio Capibaribe. As fotografias e quadros remanescentes¹¹ a retratam, especialmente a partir de 1884, quando se filia à Ave Libertas, sempre com uma camélia presa ao peito esquerdo. O hábito permaneceu mesmo nas imagens produzidas no pós-Abolição. Símbolo dos abolicionistas, as camélias eram utilizadas como elementos marcadores de pertencimento às ações ligadas à causa, chegando ao ponto de as despesas com floristas serem contabilizadas como gasto de propaganda das sociedades abolicionistas (SILVA, 2003).

¹⁰ Depoimento concedido por José Marianno Carneiro da Cunha Filho, bisneto de Olegária e José Marianno, para esta pesquisa, em abril de 2024, no Rio de Janeiro.

¹¹ Há exemplares de cartões de visita e pinturas a óleo retratando Olegária sob guarda dos acervos da Fundação Joaquim Nabuco, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, Museu do Estado de Pernambuco e na coleção particular de Gilberta Acselrad (afilhada de Laura Carneiro da Cunha, neta de Olegária).



A Olegária foi atribuído papel de importância também na campanha abolicionista nas frentes da política. Joaquim Nabuco, em sua autobiografia (NABUCO, 1998, p. 208), publicada originalmente em 1900, atestou o agradecimento póstumo à pernambucana, que teve participação ativa quando de sua eleição para deputado, em 1884, ao empenhar joias para angariar recursos para impulsionar sua candidatura:

Também não esqueço José Mariano, cuja lealdade para comigo foi perfeita em circunstâncias que poriam à prova a emulação e a suscetibilidade de outro espírito, capaz de inveja ou de ciúmes; nem a suave fisionomia, um puro Carlo Dolce, da sua meiga e amorosa Dona Olegarilha, tão cedo esvaecida, a qual nas vésperas da minha eleição, que José Mariano fizera deles, contra o ministro do Império, fez empenhar jóias suas para o custeio da luta, o que só vim a saber no dia seguinte, quando o partido as resgatou e lhas foi levar.

O episódio da penhora das joias foi igualmente mencionado por Olegário Mariano, no mesmo discurso de posse indicado anteriormente. A história de Olegária está intrinsecamente associada aos caminhos políticos do País. No início da República, quando José Marianno foi preso, em 1893, por ordem do presidente Floriano Peixoto e levado inicialmente à Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, e depois ao cárcere do Morro do Castelo, em função de seu apoio à Revolta da Armada (SALES, 2012), o casal trocava cartas em que acontecimentos particulares se misturavam aos rumos dos embates travados entre as forças pró e contra o Governo.

Durante os dez meses de prisão, até a chegada do *habeas corpus*, os textos das missivas indicam que ela tentava, sem sucesso, meios de libertar o marido, mas era sempre desencorajada por Marianno, que temia que a esposa também acabasse sendo alvo de humilhações:

Já te mandei dizer que agora nada adiantaria vires. Estou incommunicavel, não me poderias ver, e isto mais te affligiria. Para trabalhar por mim estão aqui os amigos, que farão o que estiver a seu alcance. Veria-te sofrer, e até poderia ser feio pensar que veria te humilhar para obteres minha liberdade. O teu papel é ahi, tomando conta dos nossos filhinhos, dirigindo a casa, substituindo-me em tudo quanto seja possível e esperando que chegue o dia do resurgimento do direito, que não há de ficar eternamente atufado na maré de lama em que se chafurdou a honra de minha pátria¹².

O reconhecimento público da atuação de Olegária tinha mostras nas ruas e no modo como sua morte foi recebida pela população e, ainda, na forma como a imprensa a noticiou. Repórter do periódico *A Lanceta*, em relato de cena que presenciou num mercado público do Recife, contou que a abolicionista foi reconhecida quando fazia compras, numa manhã

¹² Carta escrita por José Marianno à esposa Olegária, datada de 06 de junho de 1894 e encaminhada durante o período em que ficou preso no Morro do Castelo, Rio de Janeiro. Fundação Joaquim Nabuco, Coleção José Marianno. Correspondência expedida. Código: JMa CEp1 doc.6.



de sábado, por pequenos mercadores e quitandeiras, que ofereceram-lhe "presentes, mimos, festas" (A LANCETA, 1890, p.03). Em agradecimento, segundo o redator, aos serviços prestados à causa da abolição.

O *Jornal do Recife* registrou que o cortejo do féretro de Olegária foi acompanhado por 43 carros, e que o enterro, no Cemitério de Santo Amaro, foi acompanhado por multidão de 500 a 600 pessoas, muitas das quais foram até o local em quatro bondes especiais (JORNAL DO RECIFE, 1898, p.03).

É inegável que a posição social ocupada por Olegária, aliada ao prestígio de ser esposa de um dos políticos mais renomados de Pernambuco, a inseria em uma situação de privilégios e facilidades consideráveis, dentro dos limites impostos a uma mulher no Brasil do século XIX. Embora estivesse imersa em um contexto de riqueza e se beneficiasse do próprio sistema escravista ao qual se opunha publicamente, é crucial destacar a sua atuação, assim como a de diversas outras pernambucanas diretamente envolvidas na causa abolicionista¹³.

Enquanto entravam nas trincheiras pelo fim do cativeiro, esse grupo de mulheres também enfrentava resistência masculina, especialmente porque, em paralelo, lutavam também por seus direitos (SILVA, 2014). É importante sublinhar que, se à mulher branca era negado o reconhecimento de protagonismo na luta abolicionista pela historiografia tradicional, essa lógica se revelava ainda mais restritiva no que concerne ao papel atribuído às pessoas negras no processo de libertação. No entanto, a emancipação não foi um benefício concedido à população escravizada, mas sim uma conquista oriunda de ações lideradas e protagonizadas por pessoas negras, como é o caso de Gertrudes Maria de Jesus, cuja trajetória será explorada a seguir.

GERTRUDES: NA LINHA DE FRENTE PARA CORROER A MADEIRA DA ESCRAVIDÃO

Apesar de Gertrudes, como tudo indica, ter-se tratado de uma ex-escravizada, e aparecer nas listagens sem o sobrenome, ela na verdade fazia parte do primeiro escalão de auxiliares, os chamados "internos" do Club do Cupim, vindo à frente, na hierarquia, de mulheres brancas da elite recifense sócias da Ave Libertas, indicadas como auxiliares externas do Clube, a exemplo de Olegária, Leonor Porto (presidenta), Elvira Ramos (esposa de João Ramos, fundador e presidente do Cupim no ano de 1884)¹⁴, Odila Pompílio (esposa

¹³ De acordo com a relação de sócias efetivas que compunham a Sociedade Ave Libertas, presentes na obra *Abolição em Pernambuco*, organizada por Leonardo Dantas, elas eram em número de 66.

¹⁴ D. Elvira Ramos entrou no ano de 1884 para a Sociedade Ave Libertas, exercendo a função de tesoureira da instituição. Veremos que estas mulheres abolicionistas mantinham uma ligação com o Clube do Cupim que estava para além das relações matrimoniais. FERREIRA, Luzilá Gonçalves;

de Numa Pompílio, cofundador do clube)¹⁵, entre outras integrantes brancas e abastadas, conforme documento a seguir (Figura 3):

Club Cupim

Relação das pessoas a quem foram confeccionadas medalhas pelo mesmo Club.

1ª Classe - Socios	2ª Classe - Auxiliários internos	3ª Classe - Auxiliários externos
1. João Ramos	31. Luiz Napoleão	46. D. Amélia de Queiroz
2. Numa Pompílio	32. Juvenal de Azevedo	47. D. Emilia Pinto
3. Guilherme Costa	33. Genil de Azevedo	48. D. Barceiza Romão
4. José Maria de Azevedo	34. Sebastião	49. Def. Martinho Pereira
5. Paulo de Azevedo	35. José Archangelo	
6. João de Azevedo	36.	
7. M. J. de Azevedo	37.	
8. Numa Fonseca	38.	
9. Alfredo de Azevedo	39.	
10. Fernando de Azevedo	40.	
21. Sebastião de Azevedo		
22. Belizário Alves		
23. João Paulo		
24. Luiz Salgado		
25. Fortunato de Azevedo		
26. Joaquim de Azevedo		
27. João Canella		
28. Ezequiel Coimbra		
29. Gertrudes		
30. Rufino Teixeira		
41. D. Amélia de Azevedo		
42. D. Elvira Ramos		
43. D. Olegária de Azevedo		
44. D. Salomão Ramos		
45. D. Odila Pompílio		

Figura 3. Club Cupim - Relação de pessoas a quem foram confeccionadas medalhas pelo mesmo club (setas indicativas ao nome de Gertrudes - 29 - e Olegária - 43 - inseridas pelos autores).
Fonte: IAHGP. Fundo CIA. Caixa 21, Maço 2, Doc 827. Documentos sobre o movimento abolicionista. Séc. XIX (1881-1888).

ALVES, Ivã; FONTES, Nancy Rita. Suaves amazonas: mulheres e abolição da escravatura no Nordeste. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1999, Anexo, p.205-209. Diário de Pernambuco. 30 de novembro de 1884. Nº 277. p.3. Diário de Pernambuco. 21 de maio de 1884. Nº 117. p.5.

¹⁵ Odila Pompílio também foi presidente da Ave Libertas. As mulheres se revezavam nos cargos com mais frequência do que os homens, quando ela foi presidente, em 8 de junho de 1884, Leonor Porto era tesoureira da sociedade. Todavia, ainda em 1884, Leonor Porto se tornou presidente, Ernestina Palmira Lopes de Barros, esposa de Barros Sobrinho, vice, Odila Pompílio, 1ª secretária, D. Carlota Vilella dos Santos, 2ª secretária e Flora Guedes Alcoforado, tesoureira. HDBN: Diário de Pernambuco. 11 de junho de 1884. Nº134. p.4; Diário de Pernambuco. 26 de agosto de 1884. Nº 196. p.2.



O nome da abolicionista, embora seja registrado apenas com o prenome na atas do clube, aparece completo, Gertrudes Maria de Jesus, em três documentos. Um dos registros foi feito pelo *Jornal Pequeno* (SOUZA, 2023), na legenda de fotografia comemorativa ao Club do Cupim, em texto publicado em função da efeméride de passados 12 anos da Abolição. A edição de 14 de maio de 1910 traz uma série de homenagens a vultos abolicionistas.

À página 3 da edição do periódico, o destaque do quadrante superior esquerdo, ocupando um quarto de página, foi de uma ilustração (Figura 4) para saudar "três mortos illustres: Barros Sobrinho, Numa Pompílio e Leonor Porto". À mesma página, no quadrante inferior direito, veiculou-se a fotografia (Figura 5) de "sobreviventes" do Club do Cupim, auxiliares internos - erroneamente nomeados como externos -, na qual é possível observar que os integrantes registrados na imagem eram pessoas negras que, segundo nos confirmam as atas do Cupim, atuavam diretamente nas ações relacionadas a acoitamentos e fugas.

Os ex-auxiliares posaram para a foto ladeando uma miniatura de barcaça utilizada nas ações do clube clandestino. Na legenda, lê-se: "Juvenal Machado - Israel Benedicto da Costa - Manoel Francisco dos Santos - Gesuíno José de Oliveira - Gertrudes Maria de Jesus - Luiz da Silva Galvão - Ascenso José de Sant'anna - João Clemente Chaves - José Diogo dos Passos - Sebastião Grande de Arruda¹⁶".

¹⁶ O *Diário de Pernambuco* publicou um necrológio em homenagem a Sebastião Grande de Arruda, chamando-o de "o homem pobre de origem mestiça" que se uniu a Nabuco e José Marianno contra a escravatura, "cabendo-lhe quase sempre a tarefa de furto os escravos que eram depositados no Poço da Panella, na casa de Olegária e Marianno, para serem embarcados ao Ceará. HDBN: Falecimentos. Diário de Pernambuco. 23 de março de 1918. Nº80. p.2.



Figura 4. Edição do *Jornal Pequeno*, 14 de maio de 1910
 Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Edição de 14 de maio de 1910, nº 106, p. 3.



Figura 5: Club do Cupim. Fotolegenda em destaque da Edição do *Jornal Pequeno*, 14 de maio de 1910. Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Edição de 14 de maio de 1910, nº 106, p. 3.

Gertrudes é a quinta da esquerda para a direita, na imagem acima, única mulher entre os dez integrantes remanescentes do grupo. Ela também é citada (CASTRO [1888], 1988, pp. 66-68) em discurso escrito e proferido pelo advogado abolicionista Fernando de Castro Paes Barreto, sócio e orador do Club do Cupim, de alcunha "Maranhão", produzido após a Abolição. Ela foi indicada, no texto, como "a mulata Gertrudes", uma acoitadora de escravos em fuga e líder de um quilombo abolicionista no Recife.

Além de ela ter sido mencionada pelo orador, que discorre sobre a passeata de despedida que o Clube do Cupim fez pelas ruas do Recife, em 23 de maio de 1888, pelo texto é possível ter uma visão de como o movimento contava com o auxílio e participação de pessoas dos mais diversos estratos sociais, brancas e negras, homens e mulheres. A ideia do evento foi percorrer os principais pontos de apoio dos cupins na cidade, destacando os "legendários coutos de escravos" (CASTRO, 1988, p.67), como afirmou o orador.



No percurso, que se deu entre os bairros centrais de Santo Antônio, São José, Boa Vista e Bairro do Recife, uma das paradas do cortejo de despedida foi justamente "na caça da mulata Gertrudes, na Rua de São Francisco". Sabemos ainda pelo mesmo relato que várias mulheres como Dona Francisca Roma, D. Guilhermina Falcão, D. Vera, a professora Maria Amélia de Queiroz e D. Sérgia acoitavam escravizados em suas próprias casas. (CASTRO, 1988, pp.66-68)

Ao final do texto do discurso, o representante dos cupins, além de exaltar todas as pessoas que comandaram os coutos ou "panelas", solicitou que nenhum outro orador se aproveitasse da ocasião para interromper a marcha. Certamente, em crítica aos "abolicionistas de última hora" e aos que criticavam a "radicalidade" dos cupins, exortou, em respeito ao que seria:

(...) hábito que o Club, na sua longa, quasi muda e resolvida obra diurna e nocturna de exterminio e apagamento do grande opprobrio da nação brasileira, adquirira de não ouvir discursos públicos porque nenhum d'elles teve nunca a magnanimidade e a coragem de começar ou acabar assim **"para acabar com a escravidão todos os meios são bons"** (CASTRO, 1988, p.68, grifo do autor).

A terceira menção a Gertrudes é encontrada na peça teatral *O Cupim e a Lei 13 de maio* (BRAGA, 2015), do dramaturgo português Thomaz Espíuca. O espetáculo foi encenado no dia 05 de maio de 1889, no Teatro de Santa Isabel, no Recife, conforme anunciado no *Jornal do Recife*¹⁷, com renda revertida para a criação de um fundo social em nome da Sociedade Pernambucana Commemorativa da Abolição.

Em função de Gertrudes ter integrado o 'coração' do Club do Cupim, tendo sob sua incumbência transformar sua própria casa numa espécie de entreposto, no qual os fugitivos eram abrigados para, em seguida, aguardar até a ordem para o embarque rumo a outras Províncias ou até para o exterior, há a possibilidade de ela ter sido essencial ao grupo e, portanto, gozado de certo prestígio entre os cupins, no meio abolicionista e entre os escravizados (BRAGA, 2015; SOUZA, 2023).

O papel de Gertrudes Maria de Jesus, listada como líder de um quilombo urbano, deve ter sido tão importante quanto o de alguns dos mais ativos auxiliares internos que aparecem constantemente na documentação, como Sebastião Grande de Arruda, João Canella e Juvenal Machado. Os integrantes do Cupim e sócias da Ave Libertas, a exemplo de Olegária, conforme a análise documental¹⁸ que empreendemos, promoviam a ligação entre os diversos pontos de recepção e acolhimento de escravizados fugidos em Pernambuco,

¹⁷ *Jornal de Recife*, 4 de junho de 1889, no 124, página 03. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁸ IAHGP. Caixa 21, Doc 827. Documentos sobre o movimento abolicionista. Séc. XIX (1881-1888).



mandando-os para outras províncias e também recepcionando-os de outras regiões do Império, criando um sistema de fugas coordenadas que, devido à sua pulverização, dificultaria a repressão. De todo modo, as ações, ainda que bastante planejadas e sincronizadas, não eram realizadas sem a preocupação com segurança. Na passeata de despedida do Cupim, a que aludimos anteriormente, teriam sido depositadas todas as armas utilizadas nas fugas e decretada a dissolução do clube (CASTRO, 1988).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: POR UMA HISTORIOGRAFIA QUE DESVELE A AÇÃO DAS MULHERES NA ABOLIÇÃO

A confirmação de que houve consistente participação de mulheres, negras e brancas, a exemplo de Gertrudes e Olegária, na Abolição no Brasil, corrobora com o entendimento de que os acontecimentos sociais do movimento abolicionista brasileiro se deram também fora do domínio masculino e, preponderantemente, fora das tribunas. Longe dos debates acalorados de deputados e senadores, e do aparato burocrático imperial, tomando forma "nas esferas menos visíveis da sociedade, nas dobras do mundo parlamentar, no contexto das militâncias populares nascentes e nas franjas da política formalista e excludente do império" (MACHADO, 2009, p.369).

Faz-se, ainda, embora não tenha sido a prioridade neste trabalho, a ressalva de que o movimento abolicionista no País não pode ser diretamente dissociado das teorias racistas reinantes no Oitocentos, tendo sido espaço de extremas contradições e mesmo palco para a disseminação de ideias segregacionistas de bases positivistas e pelo chamado "evolucionismo social" (BOLSANELLO, 1996; SCHWARCZ, 1993; SOUZA, 2019; BEM, 2024).

O próprio orador "cupim" Fernando de Castro dedicou parte de discurso proferido em 1885, no Teatro Santa Isabel, em homenagem a Joaquim Nabuco e em comemoração a um ano da abolição em terras cearenses, a demonizar o que ele classificou como a "bestialidade dos costumes" dos escravizados vindos de África (CASTRO, 1885, p. 35). Neste evento, que foi organizado pela associação feminina Ave Libertas, o orador discorreu sobre os pretensos malefícios que o contato com pessoas negras traria à infância brasileira, que ele listava como "a ferocidade dos seus instintos, a phantasticidade de suas crenças, o cunho da sua passividade, o característico do seu sangue" (CASTRO, 1885: 35 e 36).

Em meio a tantas incongruências, a atuação de Gertrudes e Olegária, mulheres apartadas por profunda distância social, acabaram tendo um ponto de convergência nas atividades extralegais e ilegais em que tomaram parte, como auxiliares interna e externa, respectivamente, do clube abolicionista comandado por homens. Ambas ocuparam papéis



importantes na intrincada rede subterrânea do abolicionismo (SILVA, 2015); destacadamente, no abrigo a escravizados em rotas de fuga. Uma, em casa simples, em função de sua condição de mulher negra, na área central do Recife. A outra, num palacete em arrabalde afamado da cidade.

Em elogio às abolicionistas pernambucanas, “um abolicionista caldeireiro”, em texto apócrifo, já apontava o fato de que muitas das mulheres envolvidas no movimento abolicionista estavam sendo esquecidas, já no imediato pós-abolição (1892). Ele lembrou, no documento, o nome de algumas delas e criticou a tentativa de ofuscá-las em razão dos 'grandes' personagens políticos: “Será na verdade uma injustiça, e enorme ingratidão do abolicionismo, ofuscar no meio das suas glórias, o brilho das Pernambucanas heróicas de abnegação e amor a grande causa” (CEPE DIGITAL, 1892, p.4).

Mais recentemente, o Instituto Cultural D. Isabel I, fundado para preservar a memória dos abolicionistas brasileiros do Oitocentos, nomeou Gertrudes Maria de Jesus como uma das patronas do órgão. A auxiliar interna do Cupim aparece como patrona da cadeira nº10, figurando como uma das várias mulheres que fizeram parte da elite do movimento, como a própria Olegária, ocupante da cadeira nº 29 do mesmo instituto.

De certa forma, tentamos também apontar e desconstruir esse esquecimento seletivo da ação de populares, homens e mulheres brancos e brancas, negros e negras, livres, libertos(as) e escravizados(as). Mesmo com a profusão de fontes, apresentadas ao longo deste texto, reiterando a acentuada vinculação das duas mulheres no movimento abolicionista, elas seguem secundarizadas, para não dizer esquecidas, pela Historiografia. Pretendemos, com este trabalho, promover o reconhecimento destas e de outras que, quer seja empunhando camélias simbólicas, ou arriscando-se em incursões ilegais para impulsionar fugas do cativeiro rumo aos portos livres do Norte, participaram ativamente da militância com vistas ao fim da escravidão no Brasil.

REFERÊNCIAS

- A LANCETA. **Bello**. Edição de 12 de março de 1890, No. 25, p.03. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
- ALONSO, Ângela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2015.
- AVE LIBERTAS, Ano 1, edição 01, 1885, p.2. **Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional**.
- BEM, Gabriel Felipe Silva. **Um projeto colonial chamado abolicionismo: os projetos legislativos para a abolição da escravidão no Brasil e em Portugal (1758 - 1899)**. Tese,



Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2024, 257f.

BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo "científico": sua repercussão na sociedade e na educação brasileiras. **Educar**. Curitiba: Editora da UFPR, no 12, 1996, pp-153 a 156.

BRASIL. **Decreto nº 7.826**, de 20 de Janeiro de 1910. Publicado no Diário Oficial da União. Seção 1. 22/01/1910. p. 597. Disponível em <<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1910-01-20:7826>>. Acesso em 28 de agosto de 2024.

BRASIL. **Projecto do Código de Justiça Militar para o Exercito Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. Disponível em <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/178946?show=full>>. Acesso em 28 de agosto de 2024.

BRAGA, Flávia. Roendo a madeira da escravidão: o Club do Cupim como espaço de luta política (Pernambuco, 1884 - 1888). **Caravana 25 anos da ANPUH Pernambuco**. 02 a 03 de dezembro de 2015, Recife, PE.

CASTILHO, Celso Thomas. **Slave Emancipation and Transformations in Brazilian Political Citizenship**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2016.

CASTRO, Fernando de. **Conferência abolicionista : Theatro Sta. Isabel a 25 de março de 1885. Mandada publicar pela sociedade Ave Libertas**. Pernambuco : Typographia Apollo, 1885. Disponível em <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3868?locale=en>. Acesso em 26 de agosto de 2024.

CASTRO, Fernando de. Passeiata em despedida, quarta-feira, 23 [de maio de 1888]. In: Leonardo Dantas da Silva (Org). **A abolição em Pernambuco**. Recife: Massangana, 1988, pp.66-68.

CEPE DIGITAL. **Sylphorama**. Anno. 1. Nº7. 1892. 21 de maio de 1892. p.4.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. "Resistir e sobreviver". In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 360-381.

DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2014.

DIARIO DE PERNAMBUCO. **D. Olegária Gama Carneiro da Cunha**. Edição de 26 de abril de 1898, n.91, p.02. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

ESTATUTOS da Sociedade Abolicionista Ave Libertas, 1884. In: Luzilá Gonçalves Ferreira et al. **Suaves Amazonas**. Recife: Editora da UFPE, 1999, Anexo, pp. 205-209.

GARGALLO, Francesca. Para pensar cómo desconstruir el feminismo hegemónico em nuestra América. A manera de provocación reflexión. **Revista Encuentros Latinoamericanos**, Montevideo, año II, n. 02, p. 17-29, 2008.

HARTMAN, Saidyia. **Scenes of Subjection. Terror, Slavery, and Self-Making in Nineteenth Century America**. Oxford: Oxford University Press, 1997.

JORNAL PEQUENO. **Club do Cupim**. Edição 158, 16 de julho de 1901, p.02. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

JORNAL DO RECIFE. **Sociedade Ave Libertas**. Edição de 03 de outubro de 1884, no, página. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.



JORNAL DO RECIFE. **Necrologia**. D. *Olegária Gama Carneiro da Cunha*. Edição de 26 de abril de 1898, n. 91, p. 03. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; CASTILHO, Celso Thomas (Orgs). **Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de Abolição**. São Paulo: EDUSP, 2015.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. “Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas”: a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão” in: SALLES, Ricardo e GRIMBERG, Keila. **Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo, BRITO, Luciana, VIANA, Iamara. e GOMES, Flávio. **Ventres Livres? Maternidade, Gênero e Legislação. Brasil e Sociedades Atlânticas. Séculos XVIII e XIX**. São Paulo, ed. da Unesp, 2021.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Estado nacional e a instabilidade da propriedade escrava: a Lei de 1831 e a matrícula dos escravos de 1872. **Almanack**. Guarulhos, n.02, p.20-37, 2º semestre de 2011.

MARIANO, Olegário. **Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras**. Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1926. Disponível em <<https://www.academia.org.br/academicos/olegario-mariano/discurso-de-posse>>. Acesso em 28 de agosto de 2024.

MORGAN, Jennifer. **Laboring Women. Reproduction and Gender in New World Slavery**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2004.

NABUCO, Joaquim. **Minha Formação**. Introdução de Gilberto Freyre. Brasília: Senado Federal, 1998.

NASCIMENTO, Flaviane Ribeiro. NO AGRESTE DAS MULHERES: a alforria no cotidiano da escravidão feminina (Feira de Santana, 1850-1888). **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, nº 42, jun. 2010 .

O PAIZ. **Desembargador Dias Lima**. Edição de 03 de outubro de 1912, no, p. 2. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

PARANHOS, Paulo. A Justiça do Distrito Federal por Seus Presidentes - 1890-1960. **Revista da Asbrap**, n. 6. São Paulo-SP, 1999. Disponível em https://www.asbrap.org.br/index.php?mpg=09.00.00&acao=ver&id_edicao=6. Acesso em 28 de agosto de 2024.

PATON, Diana. Gender History, Global History, and Atlantic Slavery: On Racial Capitalism and Social Reproduction. In: **The American Historical Review**, v. 127, n. 2 (2022), pp. 736-754.

REIS, João José. “Por sua liberdade me oferece uma escrava”: alforrias por substituição na Bahia, 1800-1850. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 63, 2021. DOI: 10.9771/aa.v0i63.43392. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/43392>. Acesso em: 11 dez. 2024.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **TOPOI**, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198.

SANTANA, Adriana. SANTOS, Maria Emília Vasconcelos. Ave Libertas: Primeira Onda do Feminismo no Recife (1884-1888). Trabalho apresentado no **Seminário Internacional Gênero, Escravidão e Liberdade: Perspectivas da Historiografia Brasileira**. São Paulo/USP, 28 e 29 de maio de 2024.



SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SETTE, Mario. **Terra pernambucana**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981 (10a edição).

SILVA, Eduardo. **As Camélias do Leblon e a Abolição da Escravatura. Uma investigação de história cultural**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

SILVA, Leonardo Dantas (Org). **A abolição em Pernambuco**. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 1988.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira. A Escravidão dos Povos Africanos e Afro-Brasileiros: a Luta das Mulheres Escravizadas. **ORG & DEMO**, Marília, v. 16, p. 85-100, 2015, Edição Especial.

SILVA, Wladimir Barbosa da. **Escravidão, imprensa e sociedade: o protagonismo feminino na campanha abolicionista**. Dissertação (Mestrado), Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2014.

SOUZA, Arthur Danilo Castelo Branco de. **Corroendo a árvore da escravidão: o Clube do Cupim e o movimento abolicionista em Pernambuco 1880-1900**. 2023. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023. 554 f.

SOUZA, Raick de Jesus. O "abolicionismo" e o "darwinismo social" no Brasil Imperial: trânsitos, usos e adaptações das ideias. . In: **Anais do IV Colóquio Internacional de História da África e VIII Semana de Ciências Sociais**. Anais...Juazeiro(BA) UNIVASF, 2019. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/semanacoloquio/198254-O-ABOLICIONISMO-E-O-DARWINISMO-SOCIAL-NO-BRASIL-IMPERIAL--TRANSITOS-USOS-E-ADAPTACOES-DAS-IDEIAS>. Acesso em: 28/08/2024

TURNER, Sasha. **Contested Bodies: Pregnancy, Childrearing, and Slavery in Jamaica**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2017.

VILELA, Carneiro. O club do cupim. In SILVA, Leonardo Dantas (Org). **A Abolição em Pernambuco**. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 1988.



OS PRIMEIROS ANOS DO CINEMA PERMANENTE EM PIRAPORA, NORTE DE MINAS GERAIS (1912-1914)

THE FIRST YEARS OF PERMANENT CINEMA IN PIRAPORA,
NORTH OF MINAS GERAIS, BRAZIL (1912-1914)

Jailson Martins Lopes¹
Daniel Venâncio de Oliveira Amaral²
Fábio Santana Nunes³

RESUMO

Este artigo almeja investigar os primeiros anos de funcionamento do cinema permanente na cidade de Pirapora. De forma mais detalhada, busca-se examinar as primeiras casas cinematográficas, os antecedentes, as variáveis influenciadoras e o funcionamento dos primeiros espaços especializados em exibições filmicas na sede piraporense entre 1912 e 1914. Como método, foram analisadas reportagens e propagandas do jornal *O Pirapora*, publicado na localidade homônima e disponível para consulta no *site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional*. Combinado a isso, analisamos documentos censitários do governo de Minas Gerais, cartazes de exibições de filmes e fotografias. Como resultado, temos a ocorrência de mais de um cinema permanente no período estudado. Os principais gêneros cinematográficos projetados consistiam em artes, comédias, dramas, programas infantis e vistas naturais.

Palavras-chave: história; cinema; Pirapora.

ABSTRACT

This article aims to investigate the first years of operation of a permanent cinema in the city of Pirapora. In a more detailed way, it seeks to examine the first cinemas, their antecedents, their influencing variables and the operation of the first spaces specialized in film exhibitions in the city between 1912 and 1914. As a method, we analyzed reports and advertisements from the newspaper *O Pirapora*, published in the homonymous city and available for consultation on the website of the *Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional*. In addition, we analyzed census documents from the government of Minas Gerais, film exhibition posters and photographs. As a result, we have the occurrence of more than one permanent cinema in the period studied. The main film genres shown consisted of arts, comedies, dramas, children's programs and natural views.

Keywords: history; cinema; Pirapora.

¹ Licenciado em Educação Física pela Universidade Estadual de Montes Claros, campus Januária.
Contato: martinsjailson36@gmail.com

² Doutor em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor do Curso de Educação Física da Universidade Estadual de Montes Claros, campus Januária.
Contato: dvoamaral@gmail.com

³ Doutor em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor do Curso de Educação Física e Mestrado em História da Universidade Estadual de Feira de Santana.
Contato: fsnunes@uefs.br



INTRODUÇÃO

O cinema foi uma das principais opções de divertimento do início do Século XX, em diferentes regiões do Brasil (SOUZA, 2004; SILVA, 2021; FONSECA, 2002; PINHEIRO *ET AL.*, 2020; SACRAMENTO, 2021; TRUSZ, 2010). Em Minas Gerais, pesquisas recentes apontam que, no final da década de 1910, estavam em funcionamento 252 (duzentos e cinquenta e dois) estabelecimentos com cinematógrafos, oferecendo projeções fílmicas para os moradores de 139 (cento e trinta e nove) cidades e 72 (setenta e dois) distritos. Em outras palavras, ou seja, aproximadamente uma em cada quatro localidades mineiras já podia contar com um cinema permanente (AMARAL; ANÍSIO, 2021). Assim, não surpreende o fato desse estado configurar-se, à época, como um dos pontos do território nacional com maior oferta relativa de casas para exibição de filmes e espetáculos artísticos (DIAS, 2018).

A presença privilegiada do cinema nas vivências lúdicas dos mineiros no início do século passado é reforçada por uma série de pesquisas realizadas nos últimos anos, apontando, com maior ou menor profundidade, para o lugar de importância das projeções em diferentes cidades do estado, a exemplo de Belo Horizonte, Barbacena, Campanha, Claudio, Diamantina, Divinópolis, Itajubá, Juiz de Fora, Montes Claros, Oliveira, Ouro Preto, Pouso Alegre, São João del-Rei, Uberaba e Uberlândia (RODRIGUES, 2006; SILVA, 2021; NOGUEIRA JUNIOR, 2017; AMARAL; DIAS; ANÍSIO, 2022; OLIVEIRA, 2016; AMARAL; ANÍSIO, 2021; SOARES, 2018; CARVALHO, 2010; AMARAL; DIAS, 2017; BIBBÓ, 2017; SADI; ADÃO, 2011; SILVA, 2017).

No caso mais específico do Norte mineiro – região constituída, em 1922, segundo relatórios da Secretaria de Finanças do Estado, de 29 (vinte e nove) sedes municipais,⁴ que administravam politicamente 159 (cento e cinquenta e nove) distritos –, estavam em atividade à época 16 (dezesesseis) casas de exibições cinematográficas, distribuídas por 11 (onze) cidades e 3 (três) distritos. Esses dados representam, aproximadamente, 7% do conjunto de nucleações contempladas com casas permanentes de cinema (MINAS GERAIS, v. IV, 1926, p. 332-342).

Mesmo se tratando de uma das regiões com os menores índices de desenvolvimento deste tipo de negócio⁵, a inauguração dos primeiros cinemas na porção Norte de Minas

⁴ Essas 29 sedes municipais eram: Araçuaí, Bocaiuva, Brasília, Capelinha, Conceição do Serro, Curvelo, Diamantina, Fortaleza, Guanhães, Grão Mogol, Inconfidência, Januária, Jequitinhonha, João Pinheiro, Minas Novas, Montes Claros, Paraopeba, Paracatu, Peçanha, Rio Pardo, Pirapora, São Francisco, São João Batista, São João Evangelista, Salina, Sant'Ana dos Ferros, Serro, Teófilo Otoni, Tremedal (MINAS GERAIS, 1923, p. 369).

⁵ A título de comparação, nas regiões do Triângulo, Oeste e Centro, nas quais é possível obter dados mais detalhados da configuração geopolítica e de cinemas funcionando no final da década de 1910, foram contabilizados, respectivamente, 31%, 25% e 17% de cidades e distritos atendidos por salas de projeções permanentes (MINAS GERAIS, v. IV, 1926, p. 332-342).



Gerais transfigurou a cultura urbana das nucleações pioneiras, tornando-se símbolo de modernidade e integração das experiências dos grandes centros urbanos. Mais do que isso, o cinema revestia-se do poder “[...] de tirar os homens do chão sem sair do lugar, arrancando-os de seu cotidiano e conduzindo-os ao lugar dos sonhos”, nas palavras de Eliane Kuster (2015, p. 220).

Dias, Machado e Hosken (2019) argumentam que a vida cultural, em Minas Gerais, no início do Século XX, ainda que grandemente marcada pela tradição do mundo rural, sofreu progressivamente uma espécie de “[...] pequena revolução dos costumes”. Segundo esses autores, processos de crescimento demográfico, ampliação da malha ferroviária, assimilação da produção agropecuária em circuitos de exportação, bem como relações de trabalho cada vez mais engendradas por pagamentos em dinheiro criaram condições materiais, ainda que precárias, para uma ampliação do mercado consumidor interno, o que afetaria também entretenimentos urbanos diversificados, incluindo casas cinematográficas.

No mesmo sentido, oportunidades mais abundantes de acesso a um comércio lúdico inovador eram parte fundamental da dinâmica de modernidade das cidades, o que ajuda a explicar um engajamento das elites mineiras, às vezes “quase obsessivo”, na reivindicação de ampliação das estruturas de lazer urbano (AMARAL; DIAS, 2017). Nesse cenário, o cinema adquiriu um *status* privilegiado no preenchimento dos desejos simbólicos de sofisticação e progresso dos costumes preconizados por grupos letrados (AMARAL; DIAS; ANÍSIO, 2022).

Sobre a história dos primórdios do cinema na região norte mineira, pesquisas acadêmicas sobre este tema são ainda pouco numerosas. Em linhas gerais, apenas as cidades de Diamantina e Montes Claros receberam incursões que desvelaram alguns aspectos da inauguração e do funcionamento de casas voltadas para a exibição de projetores cinematográficos.

No caso de Diamantina, por exemplo, Oliveira (2016) oferece registros da passagem de cinematógrafos ambulantes por essa cidade a partir de 1902; e da inauguração dos primeiros estabelecimentos permanentes, sendo eles, o Cinema Pathé, inaugurado em 1909, e o Cinema Ideal, inaugurado em 1912. Já, no caso de Montes Claros, Carvalho (2010) retrata o processo de transição do cinema ambulante, com os primeiros exibidores datados de 1905, para os primeiros prédios especializados tendo, no final da década de 1910, com uma existência efêmera, os cinemas Recreio e Popular; e na década de 1920, estabelecimentos de maior longevidade, como foi o caso do Cine Theatro Renascença, que funcionou entre os anos de 1921 e 1926.

Com efeito, ainda que os exemplos acima denotem incursões de grande valor, essas



pesquisas representam menos de 2% das nucleações que compunham o norte mineiro no início do século passado, o que indica a inadiável necessidade de novos trabalhos que tragam elementos inéditos da gênese e do desenvolvimento histórico do cinema nessa região do estado. Nesses termos, ao buscar ampliar o estado de conhecimento a respeito do assunto, o artigo ora em tela tem por objetivo examinar os primeiros anos de funcionamento do cinema permanente na cidade de Pirapora. De forma mais detalhada, busca-se investigar, entre 1912 e 1914, período marcado pela inauguração das primeiras casas cinematográficas, os antecedentes, as variáveis influenciadoras e o funcionamento dos primeiros espaços especializados em exibições fílmicas na sede piraporense.

Este estudo se trata de uma pesquisa documental. As principais fontes mobilizadas foram exemplares do jornal “O Pirapora”, produzido na cidade homônima, com edições disponíveis para consulta no *site* da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, nos anos de 1912 a 1914. Esse conjunto documental reúne 88 (oitenta e oito) edições, correspondendo a sequencialmente, quase todas as tiragens que circularam no período em análise. Seus exemplares, publicados sempre aos domingos, oferecem uma gama significativa de notícias, envolvendo iniciativas comerciais de cinema permanente na cidade, cujas edições supracitadas coincidem com a inauguração dos primeiros edifícios de cinema, permitindo acompanhar alguns aspectos das iniciativas pioneiras.

Como salienta Silva (2012), ao tomar a imprensa como fonte de pesquisa, é fundamental contextualizá-la para o período em estudo. Só assim, é possível estar atento às diversas tramas não explicitadas diretamente no que é publicado, a exemplo das redes de interesses e defesa de visões de mundo refletidas nas páginas dos impressos. Tais aspectos podem ser percebidos nas matérias, nos cronistas, nos editores, nos anúncios, entre outros. Sobre a contribuição desse tipo de fonte para estudos que tratam da história das cidades e de suas vivências cotidianas, Vieira (2007, p. 13) informa que a imprensa permite uma visão ampla da experiência cidadina, “dos personagens ilustres aos anônimos, do plano público ao privado, do político ao econômico, do cotidiano ao evento, da segurança pública às esferas cultural e educacional”. Ainda segundo o autor, “nela encontramos projetos políticos e visões de mundo e vislumbramos, em ampla medida, a complexidade dos conflitos e das experiências sociais.

De forma secundária, a pesquisa mobilizou questionários agrícolas e dados censitários do governo estadual disponíveis no catálogo digital da Biblioteca do Ministério da Fazenda,⁶ com dados de demografia, produção, exportação, trabalhadores, salários, estrutura urbana e prédios com aparelhos de cinematógrafos em funcionamento na parte cidadina de Pirapora.

⁶ Biblioteca do Ministério da Fazenda. Disponível em: <memoria.org.br>.



Também recorremos aos cartazes de exibições de filmes, publicados nas fontes jornalísticas, e fotografias, especialmente de transportes e aspectos panorâmicos da cidade, cotejados no *site* do Arquivo Público Mineiro⁷.

ANTECEDENTES DO CINEMA PERMANENTE EM PIRAPORA

No final de fevereiro de 1912, a sede cidadina de Pirapora recebeu a visita “[...] dos já bem conhecidos Irmãos Castro [...]”, com a promessa de oferecer, ao público local, projeções de fitas “[...] nacionais e estrangeiras [...]” em um “[...] excelente e moderno [...]” aparelho cinematográfico (O PIRAPORA, 25 fev. 1912, p. 1). Na semana de estreia, registros de imprensa dão conta de que a empresa ambulante conhecida como Cinema Brasil (Figura 1) proporcionou “[...] esplêndidos e concorridos espetáculos [...]”, exibindo, na sala em que foi improvisada, “[...] uma chic coleção de fitas naturais [...]”, tendo como chamada principal imagens do funeral, realizado no Rio de Janeiro, do “[...] eminente e estadista [...]” Barão do Rio Branco (O PIRAPORA, 17 mar. 1912, p. 2).



Figura 1. Cartaz de um dos eventos cinematográficos promovidos pelo Cinema Brasil.
Fonte: O PIRAPORA, 17 mar. 1912, p. 2.

É possível conjecturar que as primeiras experiências dos moradores de Pirapora com projeções de imagens tenham ocorrido por intermédio de empresas itinerantes do ramo do entretenimento. A partir dos primeiros anos do Século XX, tornaram-se mais frequentes notícias de excursões pelo território mineiro, de companhias artísticas de variedades ou agentes especializados em cinematógrafo, que comercializavam ingressos para a exibição de filmes. Na região oeste de Minas Gerais, por exemplo, entre os anos de 1900 e 1910, os

⁷ APM (cultura.mg.gov.br).



empresários Sr. Carlos Leal (1903, 1906, 1910), Sr. Braga & Cia (1905), Sr. Antenor Souza (1906), Sr. Antônio Machado (1906), Sr. Araújo & Cia (1906), Sr. Atilio Volpe (1906) e Sr. André Bello (1909) são alguns nomes que, em turnês por localidades como Bom Sucesso, Carmo da Mata, Divinópolis, Itapeçerica, Oliveira e São João del-Rei, aparecem em registros de jornais anunciando sessões de cinema ambulante (FERNANDES, 2019; AMARAL, ANÍSIO, 2021).

A capacidade de deslocamento desses grupos se relacionava, como é presumível, com a disponibilidade dos transportes. Xavier, Amaral e Dias (2019), ao pesquisarem sobre a história dos circos em Minas Gerais, no final do Século XIX, apontam para a inauguração de linhas ferroviárias como um elemento facilitador da circulação de espetáculos desse tipo. Diferente das dificuldades dos veículos de tração animal, o uso de vagões ferroviários possibilitava, nas palavras dos autores, “[...] transporte mais rápido, seguro, confortável e barato para os artistas envolvidos nas companhias itinerantes” (XAVIER, AMARAL; DIAS, 2019, p. 140). Ainda segundo os autores, cidades atendidas por ferrovias eram potencialmente mais atrativas, visto que indicavam a existência de mercados mais prósperos, ou seja, com público investido de dinheiro para a compra de entradas para os espetáculos.

Em Pirapora, uma estação ferroviária da Estrada de Ferro Central do Brasil foi oficialmente inaugurada no dia 28 de maio de 1910, conectando a pequena nucleação do norte mineiro com a capital do Brasil, à época, o Rio de Janeiro, e a capital mineira, Belo Horizonte; além da integração, por meio de uma complexa teia de entroncamentos ferroviários, com as demais regiões mineiras atendidas por ferrovias (MINAS GERAIS, v. III, 1926, p. 423). O desembarque na sede piraporense dos Irmãos Castro, proprietários do Cinema Brasil, ocorreu justamente no contexto da chegada dos trilhos da nova ferrovia, o que, apesar dos vagões constituírem-se como um agente facilitador, não significa dizer que antes da ferrovia exibidores ambulantes pudessem ter visitado a cidade ou mesmo que o Cinema Brasil tenha desembarcado em Pirapora valendo-se da ferrovia.

Na década final do Século XIX, Pirapora, cidade banhada e situada na margem esquerda do rio São Francisco (Figura 2), vivenciou um expressivo crescimento da circulação de pessoas, mercadorias e informações, processos motivados pela efetivação dos serviços de vapores. Segundo Neves (1999), antes do período ferroviário, a principal forma de transporte da população local se dava por meio de embarcações, que se conectavam, especialmente, com portos da Bahia, cuja dependência das águas do São Francisco transformava Pirapora em uma espécie de “civilização fluvial”. Em 1892, a exemplo, jornais mineiros já falavam do “[...] melhor êxito [...]” dos serviços de transporte



fluvial oferecidos por vapores que, no trajeto completo entre o porto de Juazeiro, Bahia e o porto de Pirapora, atingiam diversas nucleações marginais do rio São Francisco (O PHAROL, 28 ago. 1892, p. 1).



Figura 2. Vista panorâmica do Rio São Francisco e, ao fundo, a cidade de Pirapora (entre 1910 e 1920). Fonte: Arquivo Público Mineiro, notação OM-2-001 (12).

Na virada para o século passado, companhias e empresários ambulantes que comercializavam espetáculos artísticos de circo, teatro, tourada e cinematógrafo nas excursões pelo Recôncavo Baiano, atingiam inicialmente o porto da capital baiana, Salvador, acessando na sequência vapores com destino ao porto da cidade de Cachoeira, completando o percurso até Feira de Santana, ponto limite das excursões, com o uso de trilhos ferroviários (NUNES, 2021).

Nesse mesmo período, em outra rota mais diretamente relacionada com Pirapora, Reginaldo Carvalho da Silva, na obra “Dionísio pelos trilhos do trem: circo e teatro no interior da Bahia, Brasil, na primeira metade do Século XX” (2018), descreve um trânsito relativamente intenso de grupos artísticos itinerantes que excursionaram pelas principais cidades beneficiadas pela inauguração e ampliação, a partir de 1900, dos trilhos da Estrada de Ferro São Francisco (Figura 3), as quais eram: Alagoinhas, Serrinha, Senhor do Bonfim e Juazeiro. Partindo da capital Salvador, o novo empreendimento percorria a margem direita do rio São Francisco, facilitando o escoamento de mercadorias e gêneros rurais dessa região baiana e do norte mineiro, este último com sua produção enviada, dentro de vapores, para o porto de Juazeiro, não por acaso, destino final dos trilhos ferroviários.



Figura 3. Estrada de Ferro São Francisco, estação de Alagoinhas, BA, c. 1900.
Fonte: Arquivo Público Mineiro, notação NCS-215.

Não seria exagero, portanto, especular que companhias artísticas de variedades e empresários do ramo do cinema, partindo da capital Salvador para turnês em um circuito de cidades atendidas pela Estrada de Ferro São Francisco acessassem, ao final do trajeto, no porto de Juazeiro, vapores (Figura 4) com destino ao Norte das Minas, escolhendo, como um dos itinerários, a cidade de Pirapora, principal porto de transporte fluvial do lado mineiro⁸. Uma evidência a esse respeito pode ser encontrada no itinerário do Cinema Brasil, dos irmãos Castro. “Alguns meses após sua excursão por Pirapora, o cinema ambulante encontrava-se em turnê na Bahia, coincidentemente, em cidades pontilhadas por trilhos da ferrovia São Francisco” (SILVA, 2014, p. 246).

⁸ Pesquisas futuras poderão realizar levantamentos detalhados em jornais impressos das cidades baianas atendidas pela Estrada de Ferro São Francisco, especialmente Juazeiro, buscando conexões entre as turnês de grupos artísticos realizadas na Bahia e o uso de vapores para a constituição de um circuito de viagens para a oferta de espetáculos no Norte mineiro.

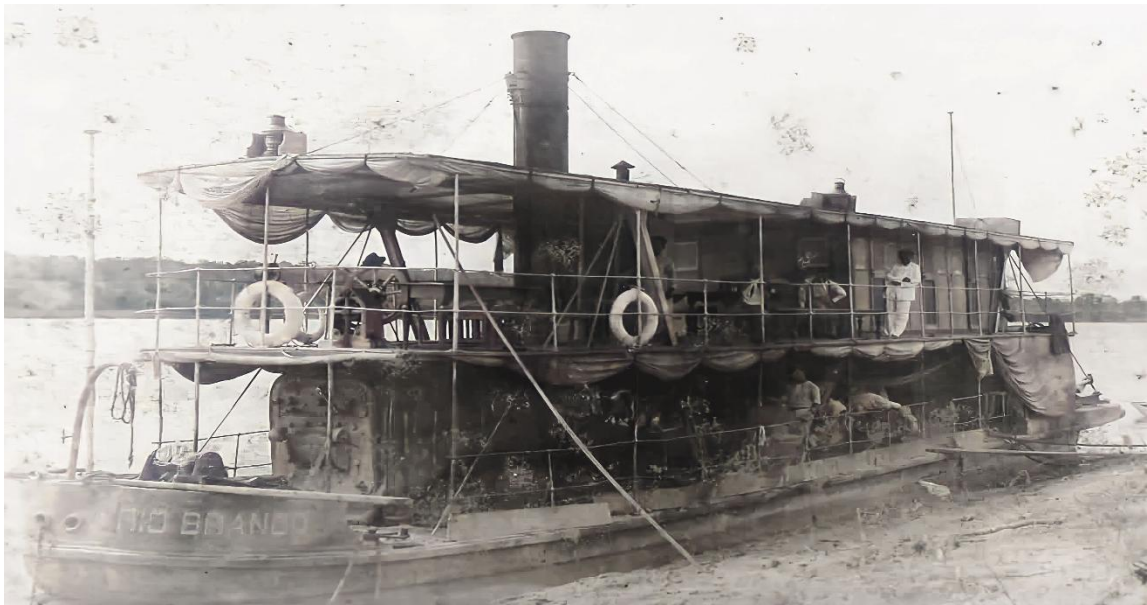


Figura 4. Vapor Rio Branco, rio São Francisco, porto de Pirapora, 1923.
Fonte: Arquivo Público Mineiro, notação NCS-228.

Em meados de julho de 1912, Pirapora recebeu a visita de outra empresa ambulante do ramo cinematográfico, qual seja, Gomes & irmãos, cuja estreia ocorreu na noite do dia 23, com “[...] um empolgante programa de filmes”. Segundo informações da imprensa, a empresa pretendia se estabelecer de forma permanente na cidade. Para tanto, adquiriu uma sala improvisada, denominando o estabelecimento de “Cinema Progresso”, tendo, de um lado, instalado um “[...] moderno aparelho cinematográfico movido a luz elétrica [...]”, e de outro, firmado contrato com “[...] importante casa fornecedora de filmes [...]”, na intenção de “[...] poder sempre oferecer novidades do gênero” (O PIRAPORA, 23 jul. 1912, p. 2; 4 ago. 1912, p. 2). A instalação do primeiro cinema permanente de Pirapora ocorreu no momento da ampliação das atividades de indústrias e setores agropecuários, o que proporcionou novas e mais ocupações de mão-de-obra assalariada, ampliando, também, por consequência, a atividade comercial da cidade.

Com a inauguração da Estrada de Ferro Central do Brasil, Pirapora passou a realizar um “ativo comércio” com Belo Horizonte e o Rio de Janeiro, este último, maior e principal centro consumidor do país, somando-se ainda as relações de negócios já existentes com a Bahia, por meio da navegação do “[...] majestoso São Francisco” (O PIRAPORA, 13 jul. 1913, p. 1). Nos meses finais de 1911, encontramos duas informações de volumes de exportação da Central do Brasil em Pirapora: a primeira, do mês de novembro, quando partiram, nos vagões ferroviários, 810.409 (oitocentos e dez mil, quatrocentos e nove) quilos de mercadorias; a segunda, do mês seguinte, tendo o número saltado para 1.089.450 (um



milhão, oitenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta) quilos de mercadorias (O PIRAPORA, 10 dez. 1911, p. 1; 14 jan. de 1912, p. 2).

O aumento do fluxo de mercadorias também foi sentido no transporte fluvial. Em 1912, um cronista anônimo denunciou a “exiguidade” de embarcações com destino ao porto de Juazeiro, BA, mais precisamente, dois vapores, Pirapora e Mata Machado, sendo eles insuficientes diante do “[...] crescido número de passageiros e extraordinária abundância de cargas”⁹ (O PIRAPORA, 15 set. 1912, p. 1).

Não demorou para a imprensa noticiar uma série de investimentos em empreendimentos industriais e ampliação produtiva dos setores agropecuários. No caso das indústrias, apenas nos anos de 1912 e 1913, podemos citar as seguintes inaugurações: Fábrica de Calçados Veado (1912), Fábrica de Fiação e Tecidos Piraporense (1912), Fábrica de Serraria e Ferraria Sr. Bertolino Ribeiro (1912), Fábrica de Gelo Sr. José Sans (1913), Fábrica de Cortume Nascimento & Carvalho (1913), Fábrica de Móveis Sr. Marcolino Lima (1913), Fábrica de Bebidas Sr. Raul Passos (1913) e Fábrica de Quadros Tipografia Nascimento (1913) (cf., respectivamente, O PIRAPORA, 27 out. 1912, p. 4; 21 jul. 1912, p. 1; 22 set. 1912, p. 2; 26 jan. 1913, p. 1; 6 jul. 1913, p. 1; 3 ago. 1913, p. 1; 26 out. 1913, p. 2; 22 mar. 1913, p. 3).

Já os setores rurais, que empregavam a maior parte da mão de obra local,¹⁰ cujas principais produções eram abóbora, açúcar, aguardente, algodão, arroz, couro, feijão, gado bovino, milho e toucinho (MINAS GERAIS, v. III, 1926), dinamizaram seus trabalhos com o incremento de maquinários agrícolas e aquisição de novos rebanhos. Em janeiro de 1912, por exemplo, o Coronel Caetano Mascarenhas fez o pedido, da Inglaterra, de uma “[...] aperfeiçoada máquina para beneficiar arroz e descarregar algodão”, sendo a mesma instalada na sua fazenda denominada Nova Instância (O PIRAPORA, 7 jan. 1912, p. 2).

Também no ramo da produção de arroz, em dezembro do ano seguinte, na fazenda “Viveiros”, o Sr. Altino Mascarenhas inaugurou o serviço de irrigação intensiva, procedimento dirigido pelo seu sócio, o Sr. Barcker (O PIRAPORA, 14 dez. 1913, p. 2). Em outro exemplo, datado de julho de 1912, a empresa *Brasil Land Cattle and Packing*

⁹ Em 1913, reforçando a dinamização comercial do município, os registros de movimento do porto de Pirapora já trazem referências de seis vapores, Engenheiro Halfeld, Mata Machado, Paracatu, Pirapora, Prudente de Moraes e Rio Branco, além de pequenas lanchas que faziam transportes de pequenos volumes de cargas e passageiros, em trajetos mais curtos, a exemplo das lanchas Araçy, Bueno Brandão, Cometa, Francisco de Sá, Januária, Paulo de Frontin, Primavera e Wenceslau Braz (O PIRAPORA, 8 jun. 1913, p. 2; 22 jun. 1913, p. 2; 17 ago. 1913, p. 1; 7 set. 1913, p. 2; 7 dez. 1913, p. 1).

¹⁰ Em 1920, quando é possível encontrar dados de profissões mais detalhados do município de Pirapora, dos 6.382 (seis mil, trezentos e oitenta e dois) trabalhadores que declararam suas profissões nesse ano, 4.222 (quatro mil, duzentos e vinte e dois), isto é, 66%, diziam estar empregados na exploração do solo (MINAS GERAIS, v. III, 1926).



Company, adquiriu 14 (catorze) fazendas em Pirapora, com uma área de “[...] mais de 100 léguas quadradas [...]”, na intenção de importar 1.800 (mil e oitocentos) reprodutores bovinos e distribuir sobre suas propriedades (O PIRAPORA, 28 jul. 1912, p. 1).

Na esteira da ampliação e diversificação produtiva, processos que beneficiavam a contratação de mão de obra local,¹¹ circulação de dinheiro e expansão potencial do mercado consumidor, comércios e serviços urbanos precisaram aprimorar suas estruturas para melhor atender às novas demandas. Alfaiataria, ateliê fotográfico, bilhar, café, cassino, consultório médico e dentário, farmácia, hotéis, padaria, sapataria, salões de barbeiro e cabelereiro são alguns dos novos empreendimentos anunciados pela imprensa na sede piraporense (cf., respectivamente, O PIRAPORA, 4 fev. 1912, p. 2; 3 mar. 1912, p. 2; 14 abr. 1912, p. 1; 1 dez. 1912, p. 3; 5 jan. 1913, p. 1; 8 jun. 1913, p. 4; 17 ago. 1913, p. 3; 7 dez. 1913, p. 3). Foi nesse cenário que o primeiro cinema permanente de Pirapora foi inaugurado, ensejando uma significativa oportunidade de fonte de renda para os empresários que ofereciam tal serviço.

De outra parte, além da motivação comercial, a inauguração do Cinema Progresso dramatizava os desejos de civilidade preconizados por grupos letrados. O próprio nome do cinema (Progresso), cujo programa inaugural foi celebrado na imprensa como “esplêndido” e “chique”, já denunciava suas pretensões de sofisticação. No início de setembro de 1912, os empresários compraram algumas casas nas imediações do Largo da Matriz, pretendendo “[...] levantar um novo prédio, vasto e confortável, onde deverá funcionar o esplêndido Cinema Progresso” (O PIRAPORA, 8 set. 1912, p. 1).

As obras tiveram início na segunda semana de novembro. Na imprensa, notas foram veiculadas elogiando a iniciativa que, na visão dos cronistas, ocuparia o lugar de “[...] edificações inconvenientes que infestam Pirapora”, expressando transformações modernizadoras mais amplas que se processavam na sede cidadina, a exemplo das inaugurações da biblioteca pública, dos novos prédios da Câmara Municipal e estação ferroviária, do observatório meteorológico e do serviço telefônico (O PIRAPORA, 26 nov. 1911, p. 1; 24 dez. 1911, p. 2; 21 jan. 1912, p. 2; 6 out. 1912, p. 1). Conforme uma dessas notas,

Com imensa satisfação vimos há dias a picareta demolidora destruindo os quatinhos, verdadeiros cortiços, que afeivavam o Largo de nossa capela e

¹¹ Documentos oficiais com os valores médios de ganhos diários dos trabalhadores rurais de Minas Gerais no final da década de 1910, revelam que pelo menos uma parte dos serviços prestados nos setores agropecuários eram remunerados. No município de Pirapora, as médias salariais aparecem da seguinte forma: 2\$000 (réis) diários com alimentação e 3\$000 (réis) diários sem alimentação (MINAS GERAIS, v. III, 1926).



onde o escândalo campeava, mesmo nas mais solenes horas do culto católico.

Nossos parabéns aos piraporenses e que o exemplo pegue contra tantos outros encravados na nossa cidade.

Nossos agradecimentos a adiantada empresa Gomes & Irmão (O PIRAPORA, 15 de nov. 1912, p. 2).

Entre novembro de 1912 e fevereiro de 1913, “[...] os Srs. Gomes & irmão atacaram com muita velocidade a construção do prédio do Cinema Progresso [...]”, que, embora com os trabalhos inconclusos, o novo espaço, em formato de improvisação, passou a oferecer “[...] boas noitadas” (O PIRAPORA, 2 fev. 1913, p. 2). Nesse intervalo, os empresários fizeram a aquisição de uma “[...] esplêndida máquina de projeção do afamado fabricante *Pathé Freres* de Pariz”, intencionando, segundo narrou um cronista anônimo, “[...] garantir ao público a mais perfeita exibição que se conhece no mundo cinematográfico” (O PIRAPORA, 15 dez. 1912, p. 2). Buscando ampliar as possibilidades de exploração comercial das diversões, o novo estabelecimento contou ainda, no intento de sua construção, com um restaurante e um salão de bilhar (O PIRAPORA, 8 set. 1912, p. 1).

Simultaneamente à construção do prédio do Cinema Progresso, o Coronel Adelino Baeta cuidou dos “últimos aprestos” para inauguração de um novo cinema – o Cinema Avenida. A ideia não era nova. Um ano antes, na ocasião da turnê do Cinema Brasil, de propriedade dos irmãos Castro, a imprensa já ventilava algum esforço do empresário para adquirir uma casa de diversões, adaptando nela uma sala permanente para exibição de filmes (O PIRAPORA, 11 fev. 1912, p. 2).

Contudo, num primeiro momento, a iniciativa, no linguajar da época, “gorou no ovo”. No início de fevereiro de 1913, efetivaram-se as intenções comerciais do Coronel Baeta, ao ser anunciada pela imprensa a montagem “quase concluída” do Cinema Avenida, faltando apenas para o seu funcionamento, segundo noticiou-se, “[...] a vinda de um projetor elétrico”. Com duas casas cinematográficas em vias de solidificação, cronistas da imprensa elogiaram os investimentos dos proprietários, reforçando seus desejos de refinamento e progresso comportamental: “Esses dois fatos vêm provar que Pirapora tem gosto pelo divertimento da moda – o cinematógrafo, demonstrando ao mesmo tempo o desenvolvimento da nossa população (O PIRAPORA, 2 fev. 1913, p. 2).

CINEMA AVENIDA E CINEMA PROGRESSO EM PIRAPORA

No início de março de 1913, a imprensa de Pirapora já noticiava o funcionamento regular dos cinemas Avenida e Progresso (O PIRAPORA, 9 mar. 1913, p. 2). Não demorou para a folha local produzir, quase sempre na primeira página, com publicação esporádica, uma coluna denominada “Pelos Cinemas”, com a programação semanal das duas casas



cinematográficas. No dia 8 de junho, por exemplo, os programas foram detalhados da seguinte forma:

Pelos Cinemas

AVENIDA

Serão exibidos hoje:

- 1ª Parada Militar – Natural
- 2ª Entre Vizinhos – Comédia
- 3ª Margarida Pustella – Drama
- 4ª Quarto dos Fugueiros – Drama
- 5ª Oliveiro *Twist* – Drama

PROGRESSO

- 1ª Guy e Gontran – Comédia
- 2ª Noite Trágica – Drama
- 3ª No caminho da Rochela – Drama
- 4ª Roubo de um Brilhante – Drama
- 5ª Uma filha bem guardada – Comédia (O PIRAPORA, 8 jun. 1913, p. 1).

As duas casas cinematográficas atuaram como concorrentes até pelo menos o mês de setembro de 1913, abrindo suas portas nas noites de sábado e domingo. A escolha desses dois dias para exibições fílmicas se justificava pela sazonalidade que afetava boa parte da vida urbana de Minas Gerais no período, com certo marasmo nos dias úteis e animação um pouco maior nos finais de semana ou momentos de festas (Figura 5).



Figura 5. Cartaz do Cinema Progresso anunciando exibições nos finais de semana.
Fonte: O PIRAPORA, 9 mar. 1913, p. 4.

Segundo Amaral, Dias e Anísio (2022, p. 04), era habitual que residências e mesmo estabelecimentos comerciais tivessem menor movimento de pessoas ao longo da semana, recebendo, nos finais de semana, um significativo incremento populacional de trabalhadores e moradores das fazendas e povoações rurais, que se deslocavam até a parte citadina para



“[...] assistir a missas, abastecerem-se e tomar parte em outras atividades sociais”. No caso de Pirapora em particular, em 1920, quando dispomos de dados geopolíticos mais detalhados, dos 10.691 (dez mil, seiscentos e noventa e um) moradores da cidade, aproximadamente 62% (6.722) residiam nas povoações de Buritis, Lassance, Porto Faria e Várzea da Palma (MINAS GERAIS, v. II, 1926).

Os principais gêneros cinematográficos se consistiam de artes, comédias, dramas, programas infantis e vistas naturais, esta última com o anúncio de títulos como: “Cascatas do Niagra”, “visita a uma cidade árabe”, “Phaté Jornal” ou ainda “carnaval de Nice” (cf., respectivamente, O PIRAPORA, 15 jun. 1913, p. 1; 22 jun. 1913, p. 2; 6 jul. 1913, p. 1). Além dos filmes, os cinemas Avenida e Progresso passaram a oferecer outros gêneros de espetáculos, seja contratando artistas, seja cedendo ou arrendando o espaço para conferências, reuniões e apresentações de amadores locais. Segundo o historiador José Inácio de Melo Souza (2004), a combinação de projeções com outras formas de espetáculos foi uma característica marcante das primeiras salas fixas de cinema, disseminadas pelo território brasileiro, a partir da segunda metade da década de 1900.

A cidade de Pirapora acompanhou essa tradição. Em meados de julho de 1913, o Cinema Avenida promoveu um “[...] espetáculo extraordinário [...]” de prestidigitação do professor Tilman, “[...] cognominado pela imprensa carioca – de domador de pulgas” (O PIRAPORA, 17 jul. 1913, p. 1). No início do mês seguinte, o Cinema Progresso ofereceu uma noite musical, tendo contratado uma “[...] excelente orquestra, dirigida por um hábil maestro” (O PIRAPORA, 3 ago. 1913, p. 2). Já em novembro de 1913, a irmandade católica São Vicente de Paula realizou no Cinema Avenida, cedido gratuitamente pelo Coronel Baeta Neves, uma sessão apologética, “[...] passa tempo literário científico, altamente distinto e de bom gosto [...]”, em benefício dos pobres socorridos (O PIRAPORA, 28 nov. 1913, p. 2). Também no Cinema Avenida, em outro exemplo, datado do último dia de novembro de 1913, o *Club Dramático Piraporense* fez a estreia do seu corpo de amadores. Dessa feita, a apresentação cênica recebeu a cobertura de um cronista anônimo:

Nesta confortável e bem montada casa de diversões, estreou o *Club Dramático Piraporense* levando a cena um variado e brilhante programa.

O drama “As duas mães” que teve irrepreensível interpretação, agradou grandemente. Peça calcada nos mais sãos princípios religiosos e patrióticos, entusiasmou a plateia que não regateou aos seus intérpretes os seus aplausos.

O Sr. Christovão de Faria e sua Sra. Lalá, já tem a sua reputação firmada de artistas – amadores consumados.

A comédia “A ordem é risonar” trouxe a plateia em constante hilaridade, sendo o Sr. C. de Faria um esplendido e impagável Turibio, provocando o riso até em seus próprios companheiros de cena.

Foi de uma graça irresistível. O Sr. Lycurgo Lucena, na comédia, foi um



garboso capitão, fazendo a dama, a Sra. Lalá, que, familiarizada com o palco, deu-lhe cabal desempenho. O criado foi desempenhando por mais um novo, o Sr. Alysson de Faria, que ainda sente algum acanhamento do palco.

[...] Parabéns aos sócios dessa bela associação, que vem dar mais uma nota *chic* em nossa bela cidade (O PIRAPORA, 30 nov. 1913, p. 1).

Na primeira semana de agosto de 1913, a imprensa piraporense noticiou o arrendamento do Cinema Progresso, que pretendiam os novos donos realizarem “[...] completa transformação desta casa de diversões [...]”, contratando uma orquestra permanente, construindo um palco e firmando parceria para o envio de filmes de “sucesso mundial” com uma “[...] acreditada casa do Rio de Janeiro” (O PIRAPORA, 3 ago. 1913, p. 2). Não obstante, as expectativas dos novos proprietários parecem não terem sido concretizadas, posto que, em novembro de 1913, a imprensa local já falava da extinção desse cinema. No prédio do cinema, ao invés das *chics* sessões cinematográficas, grupos das camadas populares organizaram uma sociedade de maxixe, dança mestiça brasileira com fortes traços negros (PEREIRA, 2021), promovendo ali reuniões e *soirées* dançantes. Essa situação foi percebida na imprensa como uma grave contradição, uma vez que impunha elementos considerados “incivilizados” a um dos principais símbolos de modernidade da cidade:

No salão do extinto Cinema Progresso, realizou-se domingo passado, uma “soirée” amaxixada e sifilítica, que foi uma triste nota para a nossa cidade, centro ainda muito pequeno para diversões desse gênero.

Pela partida inaugural vê-se que a associação promete, tendo aparecido em cena o revolver, a navalha e a carabina.

Em partidas futuras, quando o pessoal estiver mais instruído, teremos tripas de fora, cabeças quebradas e morte.

É só esperar um pouco (O PIRAPORA, 30 nov. 1913, p. 2).

Com o encerramento das atividades do Cinema Progresso, o Cinema Avenida passou a atuar sem concorrentes, monopolizando toda a demanda de exhibições fílmicas e espetáculos de variedades em Pirapora. Como consequência, uma das primeiras iniciativas do seu proprietário foi ampliar o número de sessões, introduzindo uma exibição adicional nas noites de quarta-feira, que, posteriormente, foi transferida para as noites de quinta-feira. Outra iniciativa foi a construção de um palco com “boas dimensões” para maior comodidade e recorrência da oferta de espetáculos promovidos por clubes locais e companhias artísticas itinerantes. Não é por outra razão que, em novembro de 1913, o Cinema Avenida passou a se apresentar na imprensa como Cinema Teatro Avenida, reforçando o interesse do Coronel Baeta Neves na diversificação das atrações da casa cinematográfica (O PIRAPORA, 30 nov. 1913, p. 1).



Em março de 1914, a Companhia Dramática dirigida pelo ator Bernardo de Abreu visitou Pirapora, intencionando promover uma longa temporada de espetáculos no Cinema Teatro Avenida. Sua estreia aconteceu no dia 15 de março, sendo levados ao palco o drama “Martha” e a comédia “Os milagres de Santo Antônio” (O PIRAPORA, 15 mar. 1914, p. 1). No decorrer de três meses, a imprensa local noticiou pelo menos nove espetáculos da trupe cênica, em noites de quinta-feira, sábado e domingo, após as exibições cinematográficas, em que foram encenados os dramas “Honra do General”, “O Negro”, “O Capitão Matheus”, “João José”, “O Dote” e “Deus e a Natureza”; as comédias “Rival Suposto”, “Tio Padre” e “Criados e Patrões”; e a opereta “Os dois Bebês”, com a orquestra dirigida pelo maestro Bueno Austício (cf., respectivamente, O PIRAPORA, 22 mar. 1914, p. 1; 29 mar. 1914, p. 2; 5 abr. 1914, p. 2; 26 abr. 1914, p. 2; 3 mai. 1914, p. 2; 10 mai. 1914, p. 1).

Ao longo do ano de 1914, outros eventos promovidos nas dependências do Cinema Teatro Avenida foram noticiados pela imprensa local. Em meados de fevereiro, um grupo de amadores organizou um “espetáculo dramático”, sendo levados à cena o drama “Jardim celestial”, a poesia “A judia” e o monólogo “Tasso no hospital dos doidos” (O PIRAPORA, 15 fev. 1913, p. 1). Em junho, foi a vez da festa em homenagem ao primeiro ano de existência do Pirapora *Foot-Ball Club*, tendo sido a casa de diversões “caprichosamente enfeitada” para receber um “[...] público seleta, desde gentis senhoritas à distintas senhoras e cavalheiros” (O PIRAPORA, 14 jun. 1914, p. 1).

No mês seguinte foram cantadas, no palco do cinema, duas canções pela artista Sra. Henry Bianca (O PIRAPORA, 26 jul. 1914, p. 1). Em outro registro, datado do início de setembro, uma sessão cinematográfica especial foi oferecida em benefício da construção da nova Igreja da Matriz. Para esse propósito, uma comissão de “distintas senhorinhas” encarregou-se de comercializar as entradas, cuja renda dos bilhetes seria direcionada para as obras do templo religioso:

No Cinema Teatro Avenida realiza-se terça-feira, uma sessão em benefício das obras de construção da nova Matriz. A comissão encarregada de sua construção espera que toda a população da cidade concorra a essa sessão. Tratando-se de uma obra justa, em qualquer dos sentidos que se queira torná-la, de crença e de embelezamento de nossa cidade, é justo que o povo contribua com o que lhe for possível a fim de que sua conclusão seja terminada dentro em pouco tempo.

Uma comissão de distintas senhorinhas encarregou-se de passar os bilhetes para essa simpática sessão (O PIRAPORA, 6 set. 1914, p. 1).

Em que pese esse alargamento de eventos particulares, espetáculos de variedades e sessões de caridade nas dependências do Cinema Teatro Avenida, as exibições fílmicas continuaram com o *status* de principal atração da casa de diversões. Segundo apontamentos de pesquisas recentes, a disponibilidade do público para assistir os filmes



projetados parecia ter, como aspecto fundamental, o volume ou a diversidade de títulos exibidos. “Quanto maior a oferta de filmes novos, maiores as chances de boa adesão do público, interessado, mais que tudo, ao que parece, em assistir novidades” (AMARAL; DIAS, 2019, p. 77).

As fontes primárias arroladas na pesquisa não oferecem informações sobre os contratos para a remessa de fitas a serem exibidas no “Avenida”. Sabe-se, contudo, que os filmes eram, na sua quase totalidade, da Nordisk, produtora dinamarquesa fundada em 1906, e que angariou, até pelo menos a primeira metade da década de 1910, prestígio e reconhecimento internacional (MASCARELLO, 2006).

A julgar pelas chamadas publicadas no jornal “O Pirapora”, é possível inferir para um contínuo recebimento de filmes novos, exceto quando, por problemas logísticos, os filmes não chegavam e a sessão era cancelada (O PIRAPORA, 11 jan. 1914, p. 1). Ao longo do ano de 1914, a imprensa da cidade publicou seis chamadas para sessões de filmes, das quais foram feitas referências de dezesseis títulos, o que sugere um esforço exitoso do empresário do cinema na oferta de fitas inéditas em cada sessão cinematográfica.¹²

Além do ineditismo das fitas, o empresário do cinema, na intenção de manter o engajamento do público, passou a distribuir cortesias ou ofertar bilhetes de entradas com descontos, especialmente para o público feminino. No final de outubro de 1914, a e.g., o cinema publicou um comunicado na imprensa, que dizia emitir “[...] cupons especiais para as senhoritas, do dia 1 de novembro em diante. A senhorita que adquirir para um mês frequentará as sessões do mês imediato, gratuitamente” (O PIRAPORA, 25 out. 1914, p. 1). Essa ideia parece estar atrelada a pelo menos dois interesses comerciais: primeiro, forçava, em alguma medida, a aquisição de ingressos por familiares ou acompanhantes das mulheres que dispunham de bilhetes; segundo, aflorava o interesse do público masculino, visto que o cinema, nas palavras de Igor Silva (2020, p. 09), “[...] poderia possibilitar encontros amorosos”.

O certo é que a empresa do Cinema Teatro Avenida conseguiu angariar público suficiente para a manutenção do empreendimento até, pelo menos, o início da segunda década do Século XX. Os registros do jornal “O Pirapora” encerram-se em novembro de 1914; conseqüentemente, desapareceram consigo as notícias do “Avenida”. Em 1920, no entanto, censos estaduais com a relação das instalações cinematográficas em

¹² Esses 16 títulos anunciados foram: Amor Sublime (drama), Boneca de Nini (drama infantil), Culpado não culpado (drama), Dama Branca (drama), Dívida do Imperador (drama), Humilde Herói (drama), Lago de Hymelberg (vista natural), O bando do Zapatas (sem o gênero artístico), O Golfo de Sôr (vista natural), O inverno e seus prazeres (vista natural), O passado (drama), Pequeno Limpá Chaminés (drama), Que país alegre (comédia), Senhora estudante (drama), Tenebrosa (drama) e Zoé (drama) (cf., respectivamente, O PIRAPORA, 5 jul. 1914, p. 1; 26 jul. 1914, p. 1; 6 set. 1914, p. 1; 20 set. 1914, p. 1; 25 out. 1914, p. 1; 1 nov. 1914, p. 1).



funcionamento no estado mineiro comprovavam que o Cinema Teatro Avenida se mantinha em funcionamento, ou seja, completando sete anos de existência, oferecendo três sessões semanais (provavelmente permanecendo na quinta-feira, sábado e domingo), e estava sob a administração de um novo proprietário, o Sr. Oswaldo Nascimento (MINAS GERAIS, v. IV, 1926).

Ainda que os registros jornalísticos não apresentem referências dos valores dos ingressos e da quantidade de público nas sessões, presume-se que se tratava de um negócio lucrativo; caso contrário, a casa de diversões não atuaria com tanta longevidade, sendo talvez, um dos estabelecimentos mais bem sucedidos do norte mineiro no período em análise. Cabe lembrar que, em outras localidades dessa região do estado, como é o caso da cidade de Montes Claros, apesar da existência de cinematógrafos nessa mesma época, “[...] o funcionamento destes era efêmero” (ALVES; NETO; SILVA, 2019, p. 06).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do conjunto de fontes arroladas neste curto recorte temporal não encerra as discussões sobre o período embrionário do cinema permanente na cidade de Pirapora. Ao contrário, embora as abordagens apresentadas neste artigo possuam caráter introdutório, elas apontam para uma multiplicidade de perguntas que ainda precisam ser respondidas. Antes do Cinema Brasil, dos Irmãos Castro, outras empresas itinerantes de projeção fílmica visitaram Pirapora? Será que essas empresas chegavam até a cidade valendo-se de vapores que saíam de Juazeiro, BA? Como foi a organização do Cinema Teatro Avenida entre o final de 1914 e o início de 1920, período para o qual não dispomos de fontes jornalísticas? E, após o ano de 1920, até quando sua existência foi prolongada? Enfim, somente com a produção de novas pesquisas será possível encontrar elementos inéditos do cinema permanente em Pirapora.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rogério Othon Teixeira; NETO, Georgino Jorge de Souza; SILVA, Luciano Pereira da Silva. O Trem-de-ferro e o cinema em Montes Claros – MG: A projeção de um divertimento pelos trilhos de um sertão mineiro, **Revistas UFRJ**, v.2, n.2, 2019. Disponível em: <http://revistas.ufrj.br/index.php/Record/article/view/30996>. Acesso em: 17 de dezembro de 2024.

AMARAL, Daniel Venâncio de Oliveira; ANÍSIO, Edimar Reni. Cultura, modernidade e desenvolvimento econômico: o advento do cinema permanente em Divinópolis, Minas Gerais, 1890-1916. **Revista brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 8, n. 3, 2021.



AMARAL, Daniel Venâncio de Oliveira; DIAS, Cleber. Nos trilhos do lazer: entretenimento urbano e mercado de diversões em Divinópolis, Minas Gerais, 1890-1920. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 22, n. 2, p. 237- 261, 2017.

AMARAL, Daniel Venâncio de Oliveira; DIAS, Cleber; ANÍSIO, Edimar Reni. História do lazer em Claudio, Minas Gerais, c. 1888-1920. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 28, 2022.

BIBBÓ, Caroline Bertarelli. **Divertimentos em Ouro Preto no final do século XIX**. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

CARVALHO, Jailson Dias. **Lazer, cinema e modernidade: um estudo sobre a exibição cinematográfica em Montes Claros (MG), 1900-1940**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2010.

DIAS, Cleber. Mercantilização do lazer no Brasil. **Licere**, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, 2018.

DIAS, Cleber; MACHADO, Ana Flávia; HOSKEN, Vinicius Morais Silveira. O espaço da cultura em Minas Gerais: aglomerações territoriais, desenvolvimento socioeconômico e concentração regional entre 1920 e 2010. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 29, n. especial, 2019.

FERNANDES, Marcos Antônio. **A modernidade e os cinemas na cidade de São João del-Rei (1905-1961): registros arquitetônicos do teatro Municipal, Cine Glória e Clube Teatral Arthur Azevedo**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São João del-Rei. São João del-Rei, 2019.

FONSECA, Raimundo Nonato da Silva. **"Fazendo Fita": Cinematógrafos, cotidiano e imaginário em Salvador, 1897-1930**. Salvador: Edufba, 2002

KUSTER, Eliana. Desejo de cinema, desejo de modernidade. **Tempo Social**, São Paulo, v. 27, n. 1, 2015.

MASCARELLO, Fernando. **História do cinema mundial**. Campinas, SP: Papyrus, 2006.

NEVES, Zanoni. **Pirapora: ensaios de tempos idos**. Belo Horizonte: NECM, 1999.

NOGUEIRA JÚNIOR, João Martins. **Uma história dos divertimentos do sul mineiro: Itajubá, Pouso Alegre e Campanha entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX (1891-1930)**. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

NUNES, Fábio Santana. **Pelos vapores e trens, do hipódromo ao stadium: esporte e lazer em Feira de Santana - BA (1875-1922)**. 2021. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer). Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Belo Horizonte, 2021.

OLIVEIRA, Renata Cristina Simões de. **O teatro e algumas diversões em Diamantina: uma história registrada pela imprensa (1888-1915)**. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.

PEREIRA, Juliana da Conceição. **Da cidade nova aos palcos: uma história social do maxixe**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2021.

PINHEIRO, Welington da Costa; DIAS, Douglas da Cunha; MATOS, Lucília da Silva; BAHIA, Mirleide Chaar. Práticas de Lazer e Sociabilidade na Belém do Pará dos Anos de 1920. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 82–111, 2020. DOI: 10.35699/2447-6218.2020.21815. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/21815>. Acesso em: 17 dez. 2024.



RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes. **A constituição e o enraizamento do esporte na cidade**: uma prática moderna de lazer na cultura urbana de Belo Horizonte (1894-1920). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

SACRAMENTO, Beatriz Café. **“Me leve sempre ao cinema, vos suplico Santa Emma”**: o cinema e as elites em Feira de Santana (1912-1938) – 2021. (130 f.). Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2021.

SADI, Renato Sampaio; ADÃO, Kleber do Sacramento (Orgs.). **Lazer em São João del-Rei**: aspectos históricos, conceituais e políticos. São João del-Rei: UFSJ, 2011.

SILVA, Igor Maciel da. As mulheres de Barbacena (MG) e as sessões chique do cinema (anos de 1926 e 1927). **Motrivivência**, Florianópolis, v. 32, n. 63, 2020.

SILVA, Igor Maciel da. Lindas, bonitas, gentis e graciosas nos divertimentos, práticas corporais e esportivas (Uberlândia e Uberaba – MG, 1918-1943). **Vozes, Pretérito & Devir**, v. 7, n. 1, 2017.

SILVA, Igor Maciel da. **O mais completo dos sports espirituais**: o cinema silencioso em Barbacena (Minas Gerais 1914-1931). Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2021.

SILVA, Luciano Pereira da. **Em Nome da Modernidade**: uma educação multifacetada, uma cidade transmutada, um sujeito inventado (Montes Claros, 1889-1926) - Tese (Doutorado em História da educação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

SILVA, Reginaldo Carvalho da. **Dionísio pelos trilhos do trem**: circo e teatro no sertão do Brasil. Curitiba: CRV, 2018.

SOARES, Priscila Gonçalves. História das práticas corporais e diversões na Zona da Mata Mineira: indícios a partir da imprensa de Cataguazes/MG e Juiz de Fora/MG. **Licere**, Belo Horizonte, v. 21, n. 4, 2018.

SOUZA, José Inácio de Melo. **Imagens do passado**: São Paulo e Rio de Janeiro nos primórdios do cinema. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

TRUSZ, Alice Dubina. O cruzamento de tradições visuais nos espetáculos de projeções ópticas realizados em Porto Alegre entre 1861 e 1908. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v.18. n.1. p. 129-178. jan.- jul. 2010.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de (Org.). **Cinco estudos em história e historiografia da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 11-40.

XAVIER, Rosana Daniele; AMARAL, Daniel Venâncio de Oliveira; DIAS Cleber. Cultura, ferrovias e desenvolvimento econômico: circos em Minas Gerais no final do século 19. **Revista de História Regional**, v. 24, n. 1, 2019.

FONTES PRIMÁRIAS

MINAS GERAIS. Secretaria das Finanças. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Raul Soares de Moura**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1923.

MINAS GERAIS. Secretaria de Agricultura. Serviço de Estatística Geral. **Anuário estatístico**: ano 1 (1921), v. II III e IV, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.

O PHAROL, 28 AGO. 1892, P. 1.



- O PIRAPORA, 1 DEZ. 1912, P. 3.**
- O PIRAPORA, 1 NOV. 1914, P. 1.**
- O PIRAPORA, 10 DEZ. 1911, P. 1.**
- O PIRAPORA, 10 MAI. 1914, P. 1.**
- O PIRAPORA, 11 JAN. 1914, P. 1.**
- O PIRAPORA, 13 JUL. 1913, P. 1.**
- O PIRAPORA, 14 ABR. 1912, P. 1.**
- O PIRAPORA, 14 DEZ. 1913, P. 2.**
- O PIRAPORA, 14 JAN. DE 1912, P. 2.**
- O PIRAPORA, 14 JUN. 1914, P. 1.**
- O PIRAPORA, 15 DE NOV. 1912, P. 2.**
- O PIRAPORA, 15 DEZ. 1912, P. 2.**
- O PIRAPORA, 15 FEV. 1913, P. 1.**
- O PIRAPORA, 15 JUN. 1913, P. 1.**
- O PIRAPORA, 15 MAR. 1914, P. 1.**
- O PIRAPORA, 15 SET. 1912, P. 1.**
- O PIRAPORA, 17 AGO. 1913, P. 3.**
- O PIRAPORA, 17 JUL. 1913, P. 1.**
- O PIRAPORA, 17 MAR. 1912, P. 2.**
- O PIRAPORA, 2 FEV. 1913, P. 2.**
- O PIRAPORA, 20 SET. 1914, P. 1.**
- O PIRAPORA, 21 JAN. 1912, P. 2.**
- O PIRAPORA, 21 JUL. 1912, P. 1.**
- O PIRAPORA, 22 JUN. 1913, P. 2.**
- O PIRAPORA, 22 MAR. 1913, P. 3.**
- O PIRAPORA, 22 MAR. 1914, P. 1.**
- O PIRAPORA, 22 SET. 1912, P. 2.**
- O PIRAPORA, 23 JUL. 1912, P. 2.**
- O PIRAPORA, 24 DEZ. 1911, P. 2.**
- O PIRAPORA, 25 FEV. 1912, P. 1.**
- O PIRAPORA, 25 OUT. 1914, P. 1.**
- O PIRAPORA, 26 ABR. 1914, P. 2.**
- O PIRAPORA, 26 JAN. 1913, P. 1.**
- O PIRAPORA, 26 JUL. 1914, P. 1.**
- O PIRAPORA, 26 NOV. 1911, P. 1.**
- O PIRAPORA, 26 OUT. 1913, P. 2.**



- O PIRAPORA, 28 JUL. 1912, P. 1.
- O PIRAPORA, 28 NOV. 1913, P. 2.
- O PIRAPORA, 29 MAR. 1914, P. 2.
- O PIRAPORA, 3 AGO. 1913, P. 1.
- O PIRAPORA, 3 AGO. 1913, P. 2.
- O PIRAPORA, 3 MAI. 1914, P. 2.
- O PIRAPORA, 3 MAR. 1912, P. 2.
- O PIRAPORA, 30 NOV. 1913, P. 1.
- O PIRAPORA, 30 NOV. 1913, P. 2.
- O PIRAPORA, 4 AGO. 1912, P. 2.
- O PIRAPORA, 4 FEV. 1912, P. 2.
- O PIRAPORA, 5 ABR. 1914, P. 2.
- O PIRAPORA, 5 JAN. 1913, P. 1.
- O PIRAPORA, 5 JUL. 1914, P. 1.
- O PIRAPORA, 6 JUL. 1913, P. 1.
- O PIRAPORA, 6 OUT. 1912, P. 1.
- O PIRAPORA, 6 SET. 1914, P. 1.
- O PIRAPORA, 6 SET. 1914, P. 2.
- O PIRAPORA, 7 AGO. 1913, P. 1.
- O PIRAPORA, 7 DEZ. 1913, P. 1.
- O PIRAPORA, 7 DEZ. 1913, P. 3.
- O PIRAPORA, 7 JAN. 1912, P. 2.
- O PIRAPORA, 7 SET. 1913, P. 2.
- O PIRAPORA, 8 JUN. 1913, P. 1.
- O PIRAPORA, 8 JUN. 1913, P. 2.
- O PIRAPORA, 8 JUN. 1913, P. 4.
- O PIRAPORA, 8 SET. 1912, P. 1.
- O PIRAPORA, 9 MAR. 1913, P. 2.
- O PIRAPORA, 9 MAR. 1913, P. 4.



GUSTAVO BARROSO E A MODERNIDADE ESCRAVISTA EM “O CULTO DA SAUDADE”

GUSTAVO BARROSO AND SLAVERY MODERNITY IN “O CULTO DA SAUDADE”

Alexandre Alves de Sousa Moreira¹

RESUMO

O artigo explora a noção de patrimônio cultural em *O culto da saudade*, escrito e publicado por Gustavo Barroso em 1912. Para tanto, o caminho proposto é a junção de alguns elementos da análise do discurso de Eni Orlandi com o método indiciário de Carlo Ginzburg, a fim de se demonstrar que, apesar das divergências, a modernidade escravista foi um elo das elites cariocas que emergiam no início do século XX.

Palavras-chave: Gustavo Barroso; escravidão; patrimônio cultural.

ABSTRACT

The article explores the notion of cultural heritage in *O culto da saudade*, written and published by Gustavo Barroso in 1912. To this end, the proposed approach is to combine certain elements of Eni Orlandi's discourse analysis with Carlo Ginzburg's evidentiary method, in order to demonstrate that, despite divergences, slave modernity was a link between the emerging Rio de Janeiro elites at the beginning of the 20th century.

Keywords: Gustavo Barroso; slavery; cultural heritage.

¹ Doutorando em Sociologia pela Universidade de Brasília e Mestre em História pela mesma instituição. Membro do Grupo de Pesquisa “Arte e Poder”, coordenado pelo Professor Doutor Eduardo Dimitrov. Contato: alvesalexandre555@gmail.com



EM BUSCA DE UM RECORTE

Gustavo Adolfo Luís Guilherme Dodt da Cunha Barroso (1888-1959) é uma personagem interessante para se explorar a história do Brasil. É claro que o interesse depende do olhar do historiador e das perguntas realizadas às fontes, mas de antemão percebe-se que a sua trajetória pessoal se confunde, em alguns momentos, com a própria biografia brasileira. Em primeiro lugar, Barroso nasceu em 1888, mesmo ano em que a escravidão foi abolida legalmente no país e, com menos de um ano, presenciou a Proclamação da República. Não obstante a pouca idade, a Abolição e a Proclamação marcaram, como veremos, a sua noção acerca do nosso patrimônio cultural.

Durante a juventude, acompanhou as guerras civis que marcaram o início da Primeira República; e já adulto viu de perto os acontecimentos da Grande Guerra (1914-1918), além de ter feito parte da Delegação Brasileira na Conferência da Paz de Versalhes (1918-1919). Após isso, participou da emergência dos movimentos culturais que caracterizaram a década de 1920 e nessa linha foi designado como diretor do Museu Histórico Nacional (MHN), em 1922, pelo então Presidente da República e seu amigo, Epiácio Pessoa (1865-1942). Designação essa que ia ao encontro das comemorações do centenário da nossa Independência.

Testemunhou ainda o fim da política dos governadores em 1930, a chegada de Getúlio Vargas (1882-1956) ao poder e o contexto que levou parte do mundo à Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Atraído pelo fascismo, fundou, ao lado de Plínio Salgado (1895-1975) e Miguel Reale (1910-2006), a Ação Integralista Brasileira (AIB) em 1932, principal grupo político fascista brasileiro. A entrada na AIB representou um dos momentos mais importantes de sua carreira, mas também significou o seu posterior ostracismo político, haja vista que em 1938 os integralistas organizaram uma tentativa de golpe fracassado contra o Estado Novo (1937-1945) e passaram a ser perseguidos pela ditadura varguista. Apesar disso, Barroso permaneceu como diretor do MHN e dedicou-se, até sua morte, a cultivar a própria memória. Ele faleceu no dia 3 de dezembro de 1959, mesmo ano em que ganhou o título de Doutor *Honoris causa* pela Universidade do Ceará.

É importante mencionar que esses acontecimentos não esgotam a trajetória da nossa personagem, mas demonstram, pelo contrário, a complexidade de se fazer um recorte espacial e temporal, tendo em vista que Gustavo Barroso também foi deputado federal pelo estado do Ceará (1915-1918), professor, contista, folclorista, cronista, ensaísta, romancista...Na busca de uma delimitação, entende-se que trabalhos anteriores se concentraram em momentos diferentes dos que serão abordados neste artigo: Araújo (1979), Rago Filho (1989), Maio (1992), Cytrynowicz (1992) e Miceli (2001) destacaram, por



exemplo, o pensamento antissemita barroseano e a sua ligação com o integralismo brasileiro; já Castro (2001 e 2003) e Oliveira (2006) analisaram respectivamente a atuação folclorista e a construção da identidade do sertanejo em suas obras; Abreu (1996), Chagas (2003) e Holanda (2005) examinaram a prática museológica do intelectual; Magalhães (2009) e Dócio (2021) exploraram a produção autobiográfica e a construção de uma memória pessoal deixadas pelo próprio Barroso; e, por fim, Gonçalves (2001), Magalhães (2004 e 2017), Cerqueira (2012) e Dantas (2022) se voltaram ao conceito de história barroseano.

Perante esse quadro, este trabalho se aproxima das propostas elaboradas por Magalhães (2004 e 2017), Cerqueira (2012) e Dantas (2022), que, ao realçarem o pretérito da nossa personagem, exploraram também a sua relação com o patrimônio cultural brasileiro. Com base nessa bibliografia, optou-se, assim, por analisar o primeiro escrito de Gustavo Barroso voltado à salvaguarda dos nossos bens culturais, “O Culto da Saudade”, de 1912.

Mas por que o interesse pelo patrimônio cultural barroseano?

Segundo Carmo e Borges (2021), “há um silenciamento em se referenciar as primeiras iniciativas de ações de preservação do patrimônio no Brasil. Este silenciamento encontra-se relacionado à pouca alusão às contribuições de Gustavo Barroso, como embrionárias na proteção do patrimônio brasileiro” (2021, p.332). Esse detalhe, levantado pelos autores, chama ainda mais atenção, já que estamos falando de alguém que dirigiu o Museu Histórico Nacional desde 1922 até a sua morte, tendo deixado o cargo somente em um breve período, entre 1930 e 1932.

Porém como examinar a noção de patrimônio cultural barroseana?

Neste trabalho está se propondo a combinação de alguns elementos da análise do discurso de Eni Orlandi (2007) com o método indiciário de Carlo Ginzburg (1989). Conforme Orlandi (2007), a análise do discurso é um campo de estudo tributário da linguística, do marxismo e da psicanálise, haja vista que, da linguística, tomou emprestado a não transparência da linguagem; do marxismo, importou a ideia do materialismo histórico ao demonstrar que há algo de real e concreto no discurso; e da psicanálise, ao deslocar a noção de homem para sujeito, enfatizou a nossa relação com o simbólico.

Para ela, o discurso é o “objeto social cuja especificidade está em que sua materialidade é a linguística” (ORLANDI, 2007, p. 40) e destaca que as condições básicas da produção discursiva são o sujeito e o contexto em que aquele está inserido, visto que o discurso é também um efeito simbólico estabelecido entre os interlocutores. Ela demonstra, portanto, que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia, tendo em vista



que esta diz respeito à “construção necessária do imaginário discursivo” (ORLANDI, 2007, p. 19).

Segundo a autora, o real do discurso é o silêncio, dado que ele é a sua figura fundante e o horizonte imprescindível à sua compreensão. Logo o silêncio não diz respeito à ausência, mas consiste em seu início, pois, “Quando o homem, em sua história, percebeu o silêncio como significação, criou a linguagem para retê-lo” (ORLANDI, 2007, p. 27). Todavia o silêncio “não está disponível à visibilidade” e “não é diretamente observável”: ele “passa pelas palavras e só é possível vislumbrá-lo de modo fugaz, pois ele escorre por entre a trama das falas” (ORLANDI, 2007, p. 32). É necessário, então, um esforço para desnudá-lo, por isso a utilização do método indiciário de Ginzburg (1989).

Seu paradigma tem como principal objetivo “remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente” (GINZBURG, 1989, p. 152), mediante a técnica da decifração que consiste na interpretação de “dados marginais”, isto é, “pormenores normalmente considerados sem importância, ou até triviais”, mas que “**fornecem** a chave para aceder aos produtos mais elevados do espírito humano” (GINZBURG, 1989, p. 149-150, grifo nosso). Para ele a análise dessas marcas, fragmentos ou resíduos “pode se converter num instrumento para dissolver as névoas da ideologia”, pois, “Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (GINZBURG, 1989, p.177).

Explicado o método, é importante mencionar ainda que neste artigo o patrimônio será considerado inicialmente a “reunião dos semióforos criada por uma sociedade, em um dado momento (e por um momento). Eles traduzem então o tipo de relação que uma sociedade decide estabelecer com o tempo” (HARTOG, 2013, p.197). Todavia observou-se que esse conceito não abarca por completo o pensamento de Barroso apresentado em “O culto da saudade” (1912), visto que o patrimônio barroseano se encontra também na fronteira entre a história e a memória (ROSTOLDO, 2021).

Desse modo, o patrimônio cultural de Barroso será analisado como a reunião de semióforos que, ao traduzirem a relação da sociedade com o tempo, expressam também uma amálgama entre história, memória e silêncio. Com isso o objetivo é examinar a maneira que o silêncio adotado pela nossa personagem molda a sua noção de patrimônio cultural, demonstrando também que esse silêncio está associado a um tipo de modernidade peculiar à Primeira República, conceitualizada aqui de *modernização escravista*.

“O CULTO DA SAUDADE”: SILÊNCIO, HISTÓRIA E MEMÓRIA

Em linhas gerais, “O culto da saudade” (1912) expressa uma preocupação de Gustavo Barroso com o nosso patrimônio cultural e nacional, mas retrata também um jovem recém-



chegado ao Rio de Janeiro que, ao mesmo tempo que sente saudade do seu amado Ceará, procura se inserir no círculo intelectual carioca.

Porém, invertendo a ordem, iniciaremos a análise do escrito pelo seu final, quando nossa personagem conclui essa publicação destacando que “O culto da saudade ainda não é para nós” (BARROSO, 1997, p.34). Ao partir desse ponto, é importante se questionar: por que uma personagem jovem, e que havia chegado há pouco tempo à capital do país, carregava esse sentimento de frustração em um início de século marcado pelos ideais de modernidade, progresso e civilização?

Barroso inicia seu escrito advertindo sobre o desprezo dos brasileiros sobre os monumentos que ajudavam a contar a história do nosso país. Desse modo, realça que “O descaso pelas nossas tradições vai se tornando um crime imperdoável” (BARROSO, 1997, p.32) e exemplifica essa situação ao mencionar que “o antigo pórtico da Quinta da Boa Vista, **presente da casa d’Áustria ou da casa de Inglaterra, foi mudado de lugar** e impiedosamente o plantaram nas traseiras do parque, frenteando um velho quartel da cavalaria” (BARROSO, 1997, p.32, grifo nosso). De antemão a advertência da nossa personagem tem como referência à valorização da monarquia portuguesa e da sua linhagem, já que, dentro da Quinta da Boa Vista, se encontrava o antigo Palácio Imperial de São Cristóvão, primeira residência da Família Real e local onde moraram Dom João VI, Dom Pedro I e II, além da Princesa Isabel e parte da corte à época.

Entretanto o método indiciário nos mostra que é necessário “buscar elementos e temas que não estão tão óbvios” (LEONARDO; AGUIAR, 2010, p.117). Para tanto deve-se “passar imediatamente do conhecido para o desconhecido”, ou seja, “duvidar das narrativas e questionar o que está dito ou escrito, em busca da compreensão” (LEANDRO; PASSOS, 2021, p.10). Essa técnica Ginzburg denominou de “Firasa”.

Mediante a “Firasa”, observa-se que, com a Proclamação da República em 1889, foi realizada uma reforma na Quinta da Boa Vista a qual “entre outras coisas acrescentou ao antigo palácio, já ocupado pelo Museu Nacional desde 1892, um jardim elevado, com pequenos terraços em níveis diferentes (...) que acabou cortando a perspectiva a partir da alameda das Sapucaias” (FERREIRA E MARTINS, 2000, p.137). Todavia essa alteração não se restringiu à arquitetura, mas significou também uma mudança de *status*, pois,

Desde a época de D. João VI até o final do império, tanto o palácio como a Quinta da Boa Vista foram para a nossa sociedade um importante ponto de referência da vida social e política”, dado que a “sua imagem acabou confundindo-se com a própria imagem do poder constituído. (FERREIRA e MARTINS, 2000, p. 137).



Assim,

Com o passar do tempo e com a evolução da moradia da elite carioca para a zona sul da cidade (amenidades-praia), fruto do deslocamento do poder para o Palácio do Catete com o advento da República, o bairro de São Cristóvão foi sendo deixado para trás. Inicialmente, ali instalaram-se numerosas indústrias que saíram do velho centro da cidade, trazendo com ela seus operários que fizeram ali seu local de moradia. Depois, com o desaparecimento dessa fase industrial, esse local ficou reservado para a moradia das classes mais baixas. (FERREIRA e MARTINS, 2000, p. 137).

Logo a reclamação de Barroso não se refere apenas à salvaguarda do pórtico da Quinta da Boa Vista, mas tem como pano de fundo a própria época em que ele está vivendo, pois, como visto, os patrimônios se referem também ao “tipo de relação que uma sociedade decide estabelecer com o tempo” (HARTOG, 2013, p.197). Mas que tempo seria esse?

Nossa personagem não deixa isso claro a princípio, mas novamente apresenta alguns sinais do seu incômodo ao realçar que “Olinda enche-se de capim. Na remodelação da Bahia, nada se poupou. No Rio, todas as tradições se apagaram. O passado não merece consideração” (BARROSO, 1997, p.34). E complementa sua queixa ao salientar que:

Ouro-preto, ninho de tradições e glórias, derroca-se, esboroa-se. Ninguém escoiras de pedrua bruta, as paredes desaprumadas. A festa que ali se realizou, lembrando a conjura mineira, quase ninguém compareceu. Vá alguém ao encontro do descaso geral. Dê-se ao insano trabalho de realizar um tentamen. Faço um cortejo histórico, organize uma cavalgada tradicional, recordando a fundação da cidade por Mem de Sá, com índios de cocares e arcabuzeiros de morrião; restaure o prestito que levou Tiradentes à força da Lampadosa; todo mundo rirá da mascarada. Nunca mais se livrará do ridículo. (BARROSO, 1997, p.34).

As referências ao período colonial, como a atuação de Mem de Sá e a morte de Tiradentes, demonstram a princípio uma atitude precursora da nossa personagem, já que o Brasil Colônia ainda não era visto como um “dos momentos mais importantes da formação da nossa nacionalidade” (SANTOS, 2018, p.32). Porém essas alusões, assim como na queixa do pórtico, valorizam momentos anteriores à República, assim é necessário indagar o que estava ocorrendo nas cidades de Olinda, Ouro Preto, Salvador e Rio de Janeiro, para se ter mais indícios do que Barroso estava imaginando.

Em relação à Olinda, esta “enchia-se de capim”, pois havia sido trocada por Recife. Situação parecida vivia Ouro Preto, que perde o *status* de capital para Belo Horizonte no final do século XIX. No que se refere à Bahia, verifica-se que em Salvador Joaquim Seabra “**Rasgava** avenidas, **ampliava** ruas, **construía** calçadas, tratava da infraestrutur para



higiene, **cuidava** da área de porto e do comércio, **criava** parques” (CERAVOLO, 2011, p.131, grifo nosso).

Já no Rio de Janeiro, estátuas em praças públicas são erguidas e pavilhões arquitetônicos, como o Mourisco, a Vista Chinesa e o Pavilhão do Campo de São Cristóvão, são construídos. Levanta-se o Teatro Municipal e em Copacabana são aceleradas as obras para a perfuração do Túnel do Leme e para a criação da Avenida Atlântica. Rios são canalizados, parte da Lagoa Rodrigo de Freitas é saneada e o lixo é removido para a Ilha de Sapucaia. Na cidade carioca, essas transformações chegam ao ápice com a construção da Avenida Central, principal obra do governo de Pereira Passos (1836-1913), prefeito que comandou o Distrito Federal entre 1902 e 1906. Ocorria, assim, uma amálgama entre higienização e modernização das capitais, diretamente influenciadas por Paris e pelo hausmannianismo, vistos à época como modelos de urbanidade (FELIPE FERREIRA, 2013).

Dessa forma, percebe-se que Barroso está insatisfeito com as transformações urbanas, oriundas com o advento da República, e as culpabiliza pelas perdas das nossas tradições. Entretanto, como pontua Sevcenko (1998), essas mudanças não se restringiam ao cenário urbano brasileiro, mas consistiam também em uma situação mundial, pois

surgiram, apenas para se ter uma breve ideia, os veículos automotores, os transatlânticos, os aviões, o telégrafo, o telefone, a iluminação elétrica, e a ampla gama de utensílios eletrodomésticos, a fotografia, o cinema, a radiodifusão, a televisão, os arranha-céus, e seus elevadores, as escadas rolantes e os sistemas metroviários, os parques de diversões elétricos, as rodas-gigantes, as montanhas-russas, a seringa hipodérmica, a anestesia, a penicilina, o estetoscópio, o medidor de pressão arterial, os processos de pasteurização e esterilização, os adubos artificiais, os vasos sanitários com descarga automática e o papel higiênico, a escova de dentes e o dentífrico, o sabão em pó, os refrigerantes gasosos, o fogão a gás, o aquecedor elétrico, o refrigerador e os sorvetes, as comidas enlatadas, as cervejas engarrafadas, a Coca-Cola, a aspirina, o Sonrisal e, mencionada por último, mas não menos importante, a caixa registradora. E não era só uma questão da variedade de novos equipamentos, produtos e processos que entravam para o cotidiano, mas o mais perturbador era o ritmo com que essas inovações invadiram o dia a dia das pessoas. (SEVCENKO, 1998, p.9).

Em relação a essas mudanças, é importante mencionar que não é só o Brasil ligado à ideia de progresso, modernidade e civilização que passou a caracterizar a virada do século XIX para o XX, pois

nas fazendas, nas vilas do interior e nos sertões do país (...). Ali, nada parecia romper uma rotina secular, firmemente alicerçada no privilégio, no arbítrio, na lógica do favor, na inviolabilidade da vontade senhorial dos coronéis e nas rígidas hierarquias assentadas sobre a propriedade, a violência e o medo. Tudo parecia ser sempre igual, e o tempo, ao menos aparentemente, ainda seguia o ritmo da natureza. (NEVES, 2011, p.15).



Em linhas gerais, Barroso está sentindo falta dessa “rotina secular”, citada por Neves, e nesse sentido nossa personagem novamente adverte que “Nunca se viu tanto desamor. O que se dá com os objetos históricos verifica-se **também** com os costumes tradicionais das regiões, das cidades e dos bairros” (BARROSO, 1997, p.32, grifo nosso). Reclama ainda que

Estamos em dezembro, mês das velhas usanças, das festas que os ascendentes nos legaram, mês do Natal. Que temos? Nada. Somente os sapatos à janela, grotesca imitação dos sapatos à lareira. Nunca se viu uma cidade assim, em que a vida das grandes artérias condensadoras do movimento, das avenidas, matasse a fisionomia costumeira das festas anuais. O Rio não tem mais tradições. Como cidade, é um exemplo único à face da terra. (BARROSO, 1997, p.32).

Em seguida, porém, nossa personagem curiosamente interrompe as reclamações sobre as transformações urbanas e se queixa que “Só uma coisa se mantém perpétua imutável: o carnaval, que não é autóctone. O mais morre pouco a pouco. Até os cordões desaparecem” (BARROSO, 1997, p.32). De acordo com o método indiciário, os momentos de interrupção “indicam medo, receio, angústia, desejo de se explicar” (LEANDRO; PASSOS, 2021, p.14) e a interrupção aponta também para a utilização de algum termo de maneira inconsciente, ligado, portanto, ao silêncio do discurso. Logo é necessário se debruçar sobre a história do carnaval carioca, no intuito de remontar “uma realidade complexa não experimentável diretamente” (GINZBURG, 1989, p. 152).

Em decorrência das alterações urbanas, a cidade do Rio de Janeiro foi perdendo aos poucos a feição colonial e se transformando numa capital ligada à economia global. Essas mudanças afetaram a mentalidade carioca da época, pois ocorre um processo de aburguesamento que, entre outros fatores, atinge a maneira de se carnavalizar (FELIPE FERREIRA, 2013). Antes de 1840, data provável do primeiro baile de carnaval (MORAES, 1987), a brincadeira carnavalesca era o “Entrudo”, que tinha como principal característica:

a agressão mútua a que se entregavam praticamente todos os cidadãos do Rio de Janeiro. O objetivo, nos tempos mais remotos, era lambuzar quem quer que passasse por perto com todo tipo de porcarias possível. Lama, água suja, urina e excrementos eram utilizados na alegre faina carnavalesca. Com o tempo, entretanto, as matérias lançadas foram substituídas por sucedâneos menos escatológicos tais como vinagres, vinhos, farinhas, talcos e perfumes envolvidos em pequenas esferas de cera chamadas de limões de cheiro.

Realizado em dois espaços distintos, o Entrudo reproduzia, na diferenciação apresentada em suas brincadeiras, a segregação existente na sociedade da época. O espaço público e o espaço privado marcavam esta separação. Contatos entre estes espaços eram possíveis mas sempre marcados pela hierarquia. Ou seja, membros da elite podiam lançar projéteis e líquidos sobre escravos. Mas a estes restava rirem-se das brincadeiras sem nunca revidar. Nas ruas realizavam-se as batalhas entre negros e entre empregados do pequeno comércio. Nos sobrados senhoriais, e mesmo nas



casas térreas da gente miúda, incentivava-se a participação feminina nos jogos das molhaças. As moças, vigiadas e cerceadas na vida cotidiana, aproveitavam-se do relaxamento carnavalesco para entrar em contato com rapazes do seu nível social e, deste modo, estabeleciam-se relações matrimoniais de interesse das famílias. O Entrudo contribuía para a reafirmação de laços de parentesco e de interesses comerciais, reafirmando a segregação e a estratificação social. (FELIPE FERREIRA, 2013, p.11-12).

Gustavo Barroso, todavia, não era contrário a qualquer festa carnavalesca, pois adiante ele menciona que “O próprio carnaval de Nice tem uma tradição. Ele entra pelas ruas adentro como um triunfador, no seu alto carro arabescado de doiraduras, imponente e rechonchudo, a tomar conta da cidade, mergulhando-o e, louca alegria por três dias a fio” (BARROSO, 1997, p.33).

Perante esse quadro, como explicar essa contradição?

Segundo Felipe Ferreira (2013), pode-se dividir a emergência do carnaval carioca em três partes: a primeira consiste no citado Entrudo, o qual se estende até 1850. O segundo momento diz respeito à “importação, pela burguesia carioca, do carnaval considerado por ela como digno de uma cidade que se queria integrada ao mundo” (2013, p.7). Nessa linha, essa elite passou a organizar os bailes de máscaras, os quais, mesmo presente nas ruas, se concentravam nos salões. E, por fim, “o período que vai de 1902 a 1930 irá marcar as novas contradições da cidade e o crescimento do carnaval de origem popular” (2013, p.7).

Pelo seu escrito, Barroso, ao elogiar o carnaval francês, não está se contrapondo ao baile de máscaras importado pela burguesia carioca, pois ela “buscará esta identidade através da comparação com os carnavais “venezianos” de Nice, Paris ou Roma” (FELIPE FERREIRA, 2013, p.21). Assim, além de acenar para uma elite que ele estava querendo fazer parte, o que o está incomodando é o carnaval popular, isto é, o Entrudo, mas por quê?

Primeiramente, tanto o baile de máscaras quanto os cordões carnavalescos apresentam, cada um a seu modo, regras mais elitizadas e conseqüentemente mais excludentes. No caso dos bailes de máscara, “a elite da Belle Époque, tendo como modelo a França, e mais precisamente Paris, buscava expurgar da cidade os costumes grosseiros e vulgares associados às heranças negra, portuguesa e indígena” (FELIPE FERREIRA, 2013, p.18). Outro detalhe é que a “música tocada era principalmente a polca, verdadeira febre internacional” (FERREIRA, 2013, p.18).

Já os cordões se caracterizam pela “percussão acompanhada de cantoria, na qual um ou dois dançarinos vestidos de índio entoavam a copla, e o coro em uníssono repetia o estribilho (ou chula)” (CUNHA, 2001, p.153-154). Contavam, também, “com um mestre de pancadaria, a quem cabia afinar o ritmo da percussão” e, “embora nem sempre excluíssem as mulheres, eram predominantemente masculinos em suas saídas à rua” (2001, p.153-



154). Além disso, mantinham “nomes que **denotavam** suas origens” (CUNHA, 2015, p.571-572, grifo nosso).

Logo o aceno de Barroso indica inicialmente um momento singular na história do carnaval carioca, pois os cordões, ainda que fossem de origem popular e se contrapusessem inicialmente ao baile de máscaras, aos poucos vão sendo absorvidos pelo carnaval de origem burguesa, assim como outros festejos, tais quais os Zé Pereiras, os Cucumbis, os Ranchos e os Blocos. Como aborda Felipe Ferreira (2013), “Durante algum tempo, dois “carnavais” irão conviver no centro do Rio de Janeiro. O Grande Carnaval de origem burguesa e o Pequeno Carnaval, descendente do Entrudo, das procissões e das festas “negras” (2013, p.34).

Em segundo lugar, por mais que o “Entrudo” fosse uma herança portuguesa e remetesse ao período colonial, características, portanto, que Barroso valorizava, essa festa representava uma herança de um passado que parte da elite carioca procurava se afastar. O elogio de Barroso ao baile de máscaras e aos cordões representava, então, uma disputa pelo carnaval, mas tem, do mesmo modo que na advertência sobre o pórtico da Quinta da Boa Vista e na queixa sobre as transformações urbanas, como pano de fundo a rejeição à mistura e à miscigenação que, após a abolição, se tornou mais visível no Rio de Janeiro. Como pontua Sevckenko (1998),

a desmobilização de enormes contingentes de ex-escravos alterou os quadros hierárquicos e de valores da sociedade, na mesma medida em que se consolidavam as práticas de trabalho assalariado e da constituição de um mercado interno mais dinâmico. Esse conjunto de transformações gerou um amplo processo de desestabilização da sociedade e cultura tradicionais. (1998, p.16).

Seguindo essa linha, a partir da promulgação da Lei Áurea,

ali mesmo teve início uma unidade de aglutinação de elementos do mundo sensível com o sentido de preservar a discriminação em outros termos, certamente mais convenientes à formação de um excedente estrutural de mão de obra e ao rebaixamento do valor da força de trabalho. A essa unidade ou a esse conjunto complexo de vetores daremos o nome de forma social escravista. (SODRÉ, 2023, p.166).

Para Sodré (2023), a forma social escravista consistia em um sentimento e funcionava como uma paraestrutura, já que se localizava fora da “estrutura jurídico-política, mas dentro das vontades e das práticas, na medida em que para isso houver margem institucional ou então oportunidade social” (SODRÉ, 2023, p.33). Segundo ele, a “forma social escravista **preserva** o sentido do escravagismo, embora distante de suas circunstâncias históricas” (SODRÉ, 2023, p. 111, grifo nosso).



Mas que sentidos seriam esses?

Ao longo de sua obra, o autor conjectura o racismo constitutivo, o mascaramento da antiga sociedade escravista, a negação da visibilidade do descendente africano, a dominação do colonizador, a subordinação, a violência e a ênfase na família patriarcal como sendo representações desse sentimento. Em razão da sua centralidade, a forma social escravista foi categorizada, aqui, de silêncio, pois, como todo silêncio, é ele que molda o discurso.

Partindo desse ponto, o silêncio barroseano consistia justamente na rejeição a uma população negra e mestiça que, com as transformações da época, passou a ocupar os lugares que antes eram restritos a certas elites, o que alterava a lógica espacial da casa-grande e da senzala. A forma social escravista era, portanto, um elo da elite carioca, visto que indicava “semelhança a si próprio a partir de um processo de reconhecimento do outro” e trazia “o sentimento de segurança, de pertencimento, de proteção, mesmo que o processo de sua construção seja repleto de insegurança e incerteza” (ROSTOLDO, 2021, p.2), como era o caso de Barroso, um escritor novo nos círculos editoriais do Rio de Janeiro.

Expressões desse silêncio são percebidos, por exemplo, no momento em que nossa personagem faz alusões aos medievos francês e alemão. Para Gustavo Barroso,

Nuremberg, toda cheia de hálito da idade média, onde cada aresta de solar e cada estátua de nicho são recordações dos tempos feudais, é a rainha dos cortejos históricos. Nas datas que lhes são caras, saem à rua longas filas de partazaneiros, de bacineta ou celada à cabeça, estramação ao lado, cervilheiras de malha, gorjsa de aço brunido, de aço fosco, de aço toledano. (BARROSO, 1997, p.33).

Em seguida, acrescenta que

Toda uma viva riqueza de recordações da Westphalia surge nas praças e vielas, sob o oiro do sol, que reluz e faísca nos elmos repolidos, nos metais florejados. Entre lansquenetes e reitres, vêm príncipes e vêm barões, ceifeiras e castelãs, seareiros humildes e costeiros vaidosos, longas roupagens e saiotos curtos, varapaus de zambujos, piques e bastões. E de tudo se eleva uma melodia de antigos cantos como poeira de saudades dos tempos idos. (BARROSO, 1997, p.33).

E realça também que

o povo alemão, loiro e disciplinado, cisma e sonha na vida tradicional das lendária margens do Reno, onde as ruínas dos castelos se conservam como monumentos nacionais. É a história da terra mãe, que desfila aos seus olhos, escrita e revivida no ferro do soldado, no veludo dos gibões fidalgos, nos arneses dos cavaleiros e no cajado nodoso dos pastores. É toda a crônica guerreira, política e feudal da Suábia, da Francônia, da Turíngia, da Baviera. A multidão respeitosa olha o passado desfilar. Orleans, com outro cortejo histórico, celebra a entrada histórica de Pucela.



Ao clangor de fanfarras, aparece, numa esquina, o exército do rei do Bourges. Ao meio de besteiros que seguram a gafa das bestas, de beguinos com os bureis rotos de caminhadas entre urzes, marcham, cabisbaixos, prisioneiros ingleses. Sobre o branco corcel ajaezado de oiro e vermelho, Joana d'Arc eleva a auriflama triunfante. Do mesmo modo, Calamais comemora a rendição dos ingleses. Outras cidades, assim, comemoram outros feitos. Toda a história da França vai se repetindo com essas festas, nas cores, nos costumes, nos aspectos. Atualmente, os alunos da escola militar de Saint-Cyr repetem as diversas fases da sangrenta batalha de Borodino. Cossacos, granadeiros de Vologda, cavaleiros guardas se acoutam num reduto de madeira, armado ao centro do pátio. Napoleão e seus marechais dirigem as manobras. A guarda imperial marcha ao assalto com os seus brancos correanos encruzados sobre as nizas azuis. Por último, os couraceiros de Montbrun dão as sus cargas formidáveis. Uma banda de música toca o "Veillons au salut del'Empire". A rememoração da batalha de La Moskowa é perfeita. (BARROSO, 1997, p.33).

As longas citações foram inseridas na íntegra, pois mediante elas percebemos algumas tensões. Primeiramente Gustavo Barroso deseja realçar, com esses exemplos, a importância das celebrações nacionais, pois, na sua ótica, elas são uma maneira de as tradições de outrora se perpetuarem. Tal preocupação retrata, assim, uma situação mais ampla, haja vista que

O esfacelamento do mundo social, verificado no decorrer do século XIX e agravado no século XX, promoveu drástica redução das experiências coletivas sociais e, em contrapartida, possibilitou a exacerbação das experiências solitárias do indivíduo. Como consequência, assistiu-se ao enfraquecimento das atividades coletivas, dos mitos sociais, das festas coletivas, das vivências conjuntas. (SANTOS, 2018, p.19).

Essa questão revela ainda uma situação desconfortável que a nova forma de governo implementada em 1889 tinha que resolver: a do calendário, isto é, a da construção de datas nacionais dissociadas da período monárquico. Como aborda Leal (2006),

Nos primeiros anos republicanos, observa-se um crescente desejo de participação política dos brasileiros, somado a uma explosão do sentimento cívico/patriótico. Abundam as formas de manifestação política organizada representativa de diferentes grupos, que produziam imagens de si e de seus homenageados. A festa cívica era uma das formas de dar visibilidade a imagens e promover uma educação visual republicana. Planejar uma festa cívica e definir que imagens seriam mostradas ou não, e possuir uma coleção de imagens para isso, fazia parte do jogo e disputa políticos e de poder que atravessavam a sociedade. (2006, p.65).

Por fim, a valorização de uma Idade Média francesa e alemã revela ainda uma forma de se exaltar uma sociedade diferente da formada aqui, tendo em vista que essas alusões expressam trajetórias nacionais diversas da nossa e serviam para mascarar o passado escravista brasileiro e para se contrapor a outras manifestações que estavam acontecendo na capital brasileira à época. Velloso (2003), por exemplo, comenta que, no Império, "a



nacionalidade era representada pelo índio forte e vigoroso” dos românticos, mas, “No início do século XX, essa imagem idealizada não se sustenta mais. No seu lugar aparece o povo das ruas: o português da venda, a mulata sensual, o malandro, o capoeira, o Zé-povo e também o Jeca Tatu” (2003, p.369). Está crescendo também a imagem da família boêmia carioca que, liderada por José do Patrocínio, “vinha ocupando espaço expressivo na vida cultural do Rio de Janeiro desde os tempos do Império” e construindo

uma reflexão sobre a nacionalidade a partir da perspectiva do humor, da sátira e das caricaturas. Tagarela (1902), O Malho (1907), Careta (1907) e D. Quixote (1917) são algumas das revistas as quais o grupo marcou presença. Mas foi a revista D. Quixote (1917-1927) - dirigida por Bastos Tigre - que funcionou como verdadeira porta-voz, polo agregador e lugar de memória do grupo. (VELLOSO, 2011, p.360).

Todavia, e seguindo a técnica da “Firasa”, é importante se questionar ainda: por que a Idade Média? E por que o medievo alemão e francês?

Segundo Birro (2020), a Idade Média europeia “foi a pedra fundamental e fundamental e fundacional das identidades e línguas nacionais e, simultaneamente, **serviram** para legitimar os processos vigentes de dominação colonial” (2020, p. 40, grifo nosso), dado o processo de expansão territorial que se desenvolvia na virada do século XIX para o século XX. Para Hobsbawm (2014), “entre 1880 e 1914, a maior parte do mundo, à exceção da Europa e das Américas, foi formalmente dividida em territórios sob o governo direto ou sob dominação política indireta de um outro Estado de um pequeno grupo: principalmente Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica, EUA e Japão” (2014, p.94-95).

Diante desse quadro, poderíamos entender que, ao valorizar a Idade Média, Gustavo Barroso poderia estar sendo contraditório, já que estaria utilizando semióforos que legitimavam um processo de transformações às quais ele se opunha. Em outras palavras: o imperialismo do século XIX para o XX, além da ocupação territorial, disseminou também ideais de civilização, progresso e de modernidade que legitimavam as remodelações urbanas e as mudanças industriais que acarretavam a formação da intelectualidade que ele estava desejando adentrar e nas perdas das tradições que ele está se queixando.

Isso é em parte verdadeiro, mas neste trabalho parte-se do ponto de que nossa personagem não está sendo totalmente contraditória, pois a ideia sobre o medievo permitiu também que “épocas ulteriores forjassem a convicção de sua própria modernidade e de sua capacidade em encarnar valores da civilização” (BASCHET, 2006, p.23). Desse modo, suas críticas não devem ser analisadas como uma excrescência atemporal, por transmitir a valorização de um passado diferente do brasileiro e que, em alguns casos, sequer existiu. Barroso, na realidade, está propondo, mediante a salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro, uma outra modernidade, denominada, aqui, de *modernidade escravista*.



Segundo Koselleck (2006), a modernidade consiste na tensão oriunda do distanciamento entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa, sendo o espaço de experiência o passado atual e os fatos que podem ser lembrados; e o horizonte de expectativa significando o futuro presente, isto é, o que ainda não foi experimentado, mas que pode ser previsto. Desse modo, a *modernidade escravista* diz respeito à utilização da saudade do escravizado como um recurso para se situar no tempo, tendo em vista que

Não se escapava da escravidão. Aliás, no caso brasileiro, de tão disseminada ela deixou de ser privilégio de senhores de engenho. Padres militares, funcionários públicos, artesãos, taverneiros, comerciantes, pequenos lavradores, grandes proprietários, a população mais pobre e até libertos possuíam cativos. E, sendo assim, a escravidão foi bem mais que um sistema econômico: ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez de raça e cor marcadores de diferenças fundamentais, ordenou etiquetas de mando e de obediência, e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia muito estrita. (SCHWARCZ, 2019, p.27-28).

Analisada dessa forma, a saudade do escravizado aparece como um elo entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa, pois era o sentimento que unia um passado escravocrata nostálgico e, ao mesmo tempo, apresentava limites e direcionamentos para o novo futuro que, influenciado pelos ideais de progresso e de civilização, emergia. Como a lógica física da casa grande e da senzala estava se desfazendo (ainda que de maneira lenta), era necessário manter a segregação de outra forma, isto é, por meio do simbólico e do abstrato.

Ainda conforme Birro (2006), após a guerra-franco prussiana (1870-1871), que levou à unificação da Alemanha em 1871, o medievo na Europa serviu como um recurso de legitimação nacional francês para acalmar a disputa entre monarquistas e republicanos que se instaurou após o confronto. Segundo o autor, esse modelo foi também seguido por nós, visto que ele

caiu como uma luva” diante das necessidades políticas, intelectuais e até mesmo educacionais daquele tempo, para constituir um sentimento de ser brasileiro independentemente das distâncias e diferenças. Na esfera mais ampla, o Brasil dispunha de um passado monárquico recente e que assombrava, em certo grau, a jovem república. Porém, no caso brasileiro, por um lado havia contiguidade territorial e, por outro, não se manifestava uma pretensão imperialista para além das fronteiras. (BIRRO, 2006, p.47).

Diante desse cenário, entende-se que Gustavo Barroso teceu elogios tanto à França quanto à Alemanha, assim como tinha feito com o carnaval de máscaras e os cordões, a fim de não se indispor com a intelectualidade carioca da qual ele desejava participar. Isso demonstra que essa elite não era homogênea, pois nossa personagem estava tentando



agradar lados opostos, mas esses lados, apesar de divergentes, tinham a forma social escravista como um elo identitário.

Entretanto é importante destacar que o aceno a essa elite carrega ainda um tom de lembrança, pois, como mencionado, “os patrimônios se constituem e se mantêm na fronteira entre a história e a memória, enquanto identidade individual ou coletiva” (ROSTOLDO, 2012, p. 1). Nesse sentido a memória

não é um fenômeno de interiorização individual, mas sim uma construção social e um fenômeno coletivo, dessa forma sendo modelada pelos próprios grupos sociais. Ainda, devemos pensar que a memória não é o passado, mas a rememoração desse passado feita no presente de um indivíduo, sendo determinada pelas condições do presente. (GOULART; PERAZZO; LEMOS, 2005, p.156).

Logo as alusões à França e à Alemanha se associam à sua própria biografia, já que Barroso era fruto da união do brasileiro Antônio Felino Barroso e da alemã Ana Dodt Barroso, “que viera com o pai a serviço de obras públicas no Brasil (...). Seu avô era engenheiro e doutor em Filosofia pela Universidade de Viena, um típico representante da nobreza Walsore” (COSTA FILHO, 2017, p.101). Ao perder sua mãe muito cedo, acabou por ser criado pelas tias paternas que o ensinaram a ler e a escrever. Anos depois, ingressou no externato São José; em 1898 entrou no Colégio Partenon e, no ano seguinte, transferiu-se para o Liceu do Ceará, onde teve contato mais direto com a cultura francesa. Desse modo, percebe-se que os medievos francês e alemão se ajustavam tanto à sua biografia quanto às oportunidades de ascensão social que se apresentavam no Rio de Janeiro.

Em “O culto da saudade” (1912), essa questão da memória se torna mais clara no momento em que, ao realçar a tradição francesa, nossa personagem faz menção também à Congada. Seguindo essa linha, Barroso comenta que

Paris, com a sua refulgência e atração, nunca perdeu os velhos hábitos. Nas halles, as vendedoras fazem uma alegre festa, regada a vinho e acompanhada de cantos, em que quatro delas aparecem vestidas de rainhas, sendo uma escolhida soberana do mercado para todo o ano. É uma coisa semelhante aos reis do Congo na escravatura. As revistas estampam longas notícias e grandes fotografias do festejo. (BARROSO, 1997, p.32).

Com base no que se falou acerca do silêncio barroseano, pode causar estranheza o elogio da nossa personagem às festas dos Reis do Congo, isto é, a um rito de origem africana celebrado sobretudo por escravizados e ex-escravizados. Porém, ao analisar novamente a sua trajetória e somá-la às mudanças do estado do Ceará ao longo do século XIX, entende-se melhor o porquê da valorização dessa festa.



Primeiramente é importante mencionar que a escravidão cearense se desenvolveu de uma maneira diferente das outras regiões do país. Ao contrário de São Paulo e de Recife, por exemplo, que se concentravam na produção do café e do açúcar respectivamente, o Ceará se voltava à pecuária, em razão, entre outros fatores, das próprias condições climáticas. Dessa forma, muitos cativos eram empregados no trabalho doméstico, além de exercerem funções de carpinteiro, pedreiro, sapateiro e costureiro.

Com a abolição do tráfico, promulgada oficialmente pela Lei Eusébio de Queirós em 1850, ocorre um desequilíbrio na oferta da mão-de-obra escravizada interprovincial e, em especial, os estados paulista e carioca aproveitam a oportunidade, para garantir a continuidade dos seus negócios. Houve tentativas, como a do deputado provincial por São Paulo, Moreira de Barros, em aumentar os tributos para barrar as iniciativas de mudança dessa mão de obra para a região sudeste (MARTINS, 2012), todavia as migrações continuaram.

Assim a escravidão do Ceará, além de marcada por uma maior mobilidade social, também se viu cada vez mais obsoleta e dispendiosa e, não por acaso, a abolição foi decretada na região em 1884. Embora haja controvérsias da aplicabilidade prática dessa lei, as discussões em torno da abolição dos escravizados cearenses, motivadas em especial pela ação dos movimentos abolicionistas da época, fizeram com que a saudade do escravizado se desenvolvesse de uma forma antecipada no Ceará. Em outras palavras, ao contrário de outras zonas que ainda temiam e imaginavam o fim da escravidão, a região cearense já possuía locais que essa mão-de-obra não estava mais presente ou simplesmente não fazia mais sentido, em razão dos altos custos ou das mudanças climáticas, como a Grande Seca que ocorreu entre 1877 e 1879.

Essa abolição “precoce” afetou diretamente a forma da celebração da Congada, presenciada por Barroso em sua juventude, pois, como pontua Marques (2009), “os Congos passaram a sofrer maior controle por parte da polícia” (2009, p.41) e foram associados à baderna e à desordem. Ademais “o processo de “romanização” do clero, as ideias de “civilização” e de “progresso” e o projeto de “modernização”” (2009, p.35) fizeram com que as apresentações públicas se tornassem cada vez mais cerceadas. Essas perseguições levaram as congadas a se concentrarem cada vez mais nas guerras congo-angolanas e nas relações amorosas, em detrimento de outras celebrações que também faziam parte desse festejo, como as atividades de trabalho, as críticas sociais e o próprio cotidiano cearense.

Pelos semióforos utilizados em “O culto da saudade”, entende-se que Barroso rememora justamente as relações amorosas, mas dentro de um quadro de valorização do belicismo. Se para Bloch (2001) a história é vista como “a ciência do homem no tempo”



(2001, p.55), para Barroso a história é a ação bélica do homem no tempo, ou seja, a trajetória de heróis e de guerras, detalhes que novamente estão associado à sua trajetória pessoal. Seu pai, Antônio Filinto Barroso, além de tabelião e de ter uma atuação política entre os anos de 1840 e 1880 (COSTA FILHO, 2017), era também coronel, posto que ocupou em decorrência da atuação de seu pai na área militar.

Gustavo Barroso desejava seguir, assim, os mesmos passos que seu pai e que seu avô, mas não pôde (COSTA FILHO, 2017). Tal frustração foi decorrência das dificuldades financeiras que sua família passava quando criança e, perante essa negativa, Barroso entra na Faculdade de Direito do Ceará em 1907, mas acaba por seguir o caminho das letras, oportunidade essa que também deve ser historicizada, dado que a profissão de escritor se transformou em uma realidade para aquelas famílias que, com o advento da Primeira República, foram perdendo espaço na política ou no serviço público. Seguindo essa linha, antes mesmo de entrar no ensino superior, nossa personagem publica em 1906 seu primeiro artigo no periódico cearense “Jornal da República” e se torna redator do “Jornal do Ceará” entre os anos de 1908 e 1909. Dá continuidade à sua atividade literária e jornalística com

a fundação do O Garoto, O Equador e O regenerador, ora participando de outros órgãos como O Unitário, O Colibri, O Figaça e O Demolidor, este último veículo socialista de Joaquim Pimenta, ora participando de grupos literários como o Grêmio Literário 25 de Março. Participou de outras atividades culturais, sendo secretário da Talma Cearense, da sociedade literária Clube Máximo Gorki, primeira agremiação socialista do Ceará. Foi colaborador da imprensa carioca nos jornais O Malho, O Tico-Tico e a Careta, com o pseudônimo de João do Norte. (COSTA FILHO, 2017, p.101).

Quando chega à capital carioca, prossegue com os estudos iniciados e se matricula na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Durante a graduação, passa a lecionar no Ginásio de Petrópolis e se bacharela em Direito em 1912, mesmo ano que publica seu primeiro livro, “Terra e Sol”, escrito que é uma homenagem ao seu amigo Coelho Neto, um dos responsáveis por lhe abrir as portas na nova região (COSTA FILHO, 2017).

Percebe-se, assim, que Barroso não era um intelectual totalmente inexperiente quando chegou às terras cariocas e, talvez, tenha aprendido com o que se passou em sua terra natal: apesar das dificuldades financeiras, nossa personagem migra para o Rio de Janeiro, em razão também de divergências políticas com a Família Accioly, oligarquia que, além de influente no Liceu do Ceará, um dos seus colégios de infância, era bastante próxima de seu pai.

Desse modo, em “O culto da saudade” (1912), entende-se que Barroso faz questão de elogiar tanto o baile de máscaras quanto os cordões carnavalescos e as Idades Médias



francesa e alemã, para não se indispor com as diferentes elites, como em sua terra natal. Perante esse quadro, é difícil afirmar se todos os elogios presentes nesse escrito foram uma situação específica que ele enxergou uma chance de ascensão social ou se a sua conexão entre história, memória e silêncio era tão imbricada que Barroso não conseguia se desvencilhar dela. Apesar da dúvida, não vemos essas questões como contraditórias, mas, sim, como complementares, visto que elas ajudam a compreender a noção de patrimônio cultural barroseano.

A MODERNIDADE ESCRAVISTA, O PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO E A PRIMEIRA REPÚBLICA

Segundo Pinheiro (2011), “a história da preservação do patrimônio cultural é ainda um campo aberto às investigações – pelo menos no que diz respeito ao período anterior à criação do Sphan, em 1937”. A autora aborda, assim, que “Trabalhos pioneiros já têm mapeado algumas manifestações mais evidentes a indicar o surgimento de uma preocupação preservacionista entre nós, na década de 1920, consubstanciando em uma série de projetos de lei relativos à questão” (2011, p.16). Logo o que se procurou foi contribuir para esse campo primeiramente.

Em segundo lugar, buscou-se elaborar também o conceito de *modernização escravista*. Seguindo essa linha, entende-se que ele ajuda a compreender os semióforos utilizados para salvaguardar o patrimônio cultural e nacional brasileiro a partir de 1889, pois envolve uma situação própria da Primeira República: com o fim da escravidão, pessoas negras passaram a ocupar espaços anteriormente obstaculizados, em decorrência dos processos de industrialização e de urbanização vigentes. Com isso foi se elaborando uma modernidade que, ao mesmo tempo que sentia saudade do escravizado, dependia deste, seja com mão de obra, seja como mecanismo de identificação, para se projetar e se autorreconhecer.

Embora houvesse discordâncias, portanto, sobre quais monumentos deveriam ser preservados, qual a melhor forma de carnavalizar ou de qual lado ficar na guerra franco-prussiana, a saudade do escravizado, seja como silêncio ou como forma de se situar no tempo, apresentava limites e direcionamentos para o novo futuro que emergia. A lógica escravista, assim, continuou mesmo após o 13 de maio de 1888 e se institucionalizou de diferentes maneiras depois da Proclamação da República. Uma dessas formas foi justamente o patrimônio cultural e nacional brasileiro.



REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Os mercadores do Mal. Os Judeus na obra de Gustavo Barroso**. Documentos de trabalho do CPDOC/FGV, maio, 1979.
- ABREU, Regina. **A fabricação do imortal: memória, história e estratégia de consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco/Lapa, 1996.
- BARROSO, Gustavo. **O Culto da Saudade**. In: Anais do Museu Histórico Nacional, Vol. 29. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1997.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou O ofício de historiador** / Marc Bloch; prefácio, Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira, Lilia Moritz Schwarcz; tradução, André Telles. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BIRRO, Renan Marques. A Idade Média brasileira? Colonialismos e medievalismos historiográficos (c. 1900-1940). **Antíteses**, Londrina, v. 13, n. 23, p. 036-067, 2020.
- CASTRO, Fernando Vale. **As colunas do Templo: Folclore e história no pensamento de Gustavo Barroso**. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: UFF, 2001.
- CASTRO, Fernando Vale. As colunas do templo. O folclore no pensamento de Gustavo Barroso. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 35, p 197-212, 2003.
- CERAVOLO, Suely Moraes. O Museu do Estado da Bahia, entre ideias e realidades (1918 a 1959). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 19, n. 1, p.189-243, jan./jun. 2011.
- CERQUEIRA, Erika Moraes. Cultuando a Saudade: O Conceito de História em Gustavo Barroso. **Anais do XIV Encontro Regional da Anpuh-Rio “Memória e Patrimônio”**. Rio de Janeiro, 2010.
- CHAGAS, Mário de Souza. **Imaginação Museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Rio de Janeiro: UERJ, 2003.
- COSTA FILHO, Cicero João. Raízes raciais do Projeto integralista (nacional) de Gustavo Barroso: o preconceito, a intolerância e o racismo para com a figura do judeu no Brasil da década 1930. **Revista Caminhos da História**, [s.l.], v. 2, n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/caminhosdahistoria/article/view/2014/2123>
Acesso em: 08 ago. 2022.
- CUNHA, Fabiana Lopes. Os “Cordões” entre confettis, serpentinas e lança-perfumes: o carnaval do “Zé Povinho” e as diferentes formas de brincar e tentar regravar o carnaval carioca em fins do século XIX e início do XX. **Diálogos (Maringá. Online)**, v. 19, n.2, p. 565-591, mai./ago. 2015
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Ecos da Folia: Uma História Social do Carnaval Carioca entre 1880 e 1920**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2001.
- CYTRYNOWICZ, Roney. **Integralismo e antissemitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 30**. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: USP, 1992.
- DANTAS, Elynaldo. Gustavo Barroso e a evocação do pretérito. **Fronteiras**, [S. l.], v. 24, n. 43, p. 171–190, 2022. DOI: 10.30612/frh.v24i43.15851. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/15851>. Acesso em: 14 set. 2023.
- DÓCIO, Vanessa de Almeida. **Construindo narrativas pelos caminhos da salvaguarda: Gustavo Barroso no entorno do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1930-1945)**. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2021.



FELIPE FERREIRA, Luiz. RIO DE JANEIRO, 1850-1930: A CIDADE E SEU CARNAVAL. **Espaço e Cultura**, [S. l.], n. 9-10, 2013. DOI: 10.12957/espacoecultura.2000.7223. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/7223>. Acesso em: 29 jun. 2024.

FERREIRA, João Carlos; MARTINS, Angela Maria Moreira. Quinta da Boa Vista: De Espaço de Elite a Espaço Público. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, Brasil, n. 13, p. 125–145, 2000. Disponível em: <https://revistas.usp.br/paam/article/view/134116>. Acesso em: 29 jun. 2024.

GONÇALVES, Cláudio do Carmo. **Ficções do Patrimônio, raízes da memória, em Gustavo Barroso e Mário de Andrade**. Tese (Doutorado em Poética). Rio de Janeiro: Dep. De Letras, UFRJ, 2001.

GOULART, E. E.; PERAZZO, P. F.; LEMOS, V. Memória e cidadania nos acervos de história oral e mídia digital. **Em Questão**, v. 11, n. 1, p. 153-166, 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/41x0lyB>>. Acesso em: 2 dez. 2023.

HARTOG, François. **Regime de historicidade: presentismo e experiências do tempo** / François Hartog. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios, 1875-1914** / Eric J. Hobsbawm – 18ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

HOLANDA, Cristina Rodrigues. **Museu do Ceará. A memória dos objetos na construção da história (1932-1942)**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006.

LEAL, Elisabete da Costa. O calendário republicano e a festa cívica do Descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista. **HISTÓRIA**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 64-93, 2006.

LEANDRO, Everaldo Gomes; PASSOS, Cármen Lúcia Brancaglion. O paradigma indiciário para análise de narrativas. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, e74611, 2021.

LEONARDO, Paula; AGUIAR, Thiago Borges de. As potencialidades para o uso da obra de Carlo Ginzburg na História da Educação. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 5, p. 107-123 jul./dez. 2010.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. A curta trajetória de uma política de preservação patrimonial: a Inspeção de Monumentos Nacionais, 1934-1937. **Anais do Museu Histórico Nacional – v. 36 (2004)**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2004.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. **Troféus da guerra perdida. Um estudo histórico sobre a escrita de si de Gustavo Barroso**. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2009.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. A Inspeção de Monumentos Nacionais do Museu Histórico Nacional e a proteção de monumentos em Ouro Preto (1934-1937). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. São Paulo, v. 25, n. 3, p. 233-290, set.-dez. 2017.

MAIO, Marcos Chor. **Nem Rotschild nem Trotsky. O pensamento antissemita de Gustavo Barroso**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992.

MARQUES, Janote Pires. Autos de Rei Congo em Fortaleza: Uma prática cultural negra na dinâmica socioespacial da cidade (1873-1900). **Sankofa (São Paulo)**, São Paulo, Brasil, v.



2, n. 4, p. 34–49, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/88744>. Acesso em: 29 jun. 2024.

MARTINS, Paulo Henrique de Souza. **Escravidão e pós abolição no Ceará: sobre histórias, memórias e narrativas dos últimos escravos e seus descendentes no sertão cearense**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

MORAES, Eneida. **História do Carnaval carioca**. Nova edição revista e atualizada por Haroldo Costa. Rio de Janeiro: Record, 1987.

NEVES, Margarida de Souza Neves. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves. (Org.). **Brasil republicano: o tempo do Nacional Estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

OLIVEIRA, Raimunda Ivoney Rodrigues de. **Gustavo Barroso: a tragédia sertaneja. A criação do personagem popular, 1912-1959**. Fortaleza: Secult, 2006.

PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. **Neocolonial, Modernismo e Preservação do Patrimônio no Debate Cultural dos Anos 1920 no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2011.

RAGO FILHO, Antônio. **A crítica romântica à miséria brasileira. O Integralismo de Gustavo Barroso**. São Paulo, PUC-SP, Dissertação (Mestrado em História), 1980.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. O patrimônio como instrumento de (re)afirmação de identidades. In: **Anais do 31º Simpósio Nacional de História [livro eletrônico]: história, verdade e tecnologia** / organização Márcia Maria Menendes Motta. -- 1. ed. -- São Paulo: ANPUH-Brasil, 2021.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. **O tecido do tempo: o patrimônio cultural no Brasil e a Academia SPHAN: a relação entre modernismo e barroco**. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro** / Lília Moritz Schwarcz. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional** / Muniz Sodré. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

VELLOSO, Monica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves. (Org.). **Brasil republicano: o tempo do Nacional Estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.



REPRESENTAÇÕES DA ESCRAVIDÃO NAS NARRATIVAS ORAIS E ESCRITAS DE PEDRO BRAGA

REPRESENTATIONS OF SLAVERY IN PEDRO BRAGA'S ORAL AND WRITTEN NARRATIVES

Valdir Macedo Neto¹
Pedro Victor Silveira Ferreira²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar como a escravidão é representada nas memórias narradas por Pedro Cordeiro Braga (1917-2000). Ele viveu em uma comunidade marcada pela exploração da mineração e pelos vestígios da escravidão, e, em suas narrativas, os escravizados são colocados como protagonistas, figuras centrais de sofrimento, resistência e ação. O artigo explora a relevância da história oral na preservação das memórias de comunidades marginalizadas, com foco especial nas memórias guardadas pelo sr. Pedro, que foi um contador de histórias que preservou memórias que lhe foram transmitidas, não só contando-as mas, mesmo com baixa escolaridade formal, também escrevendo-as em diversos cadernos (escritos entre o ano 1988 e 1997). A análise teórica passa por autores como Portelli e Catroga, que tratam da diferença entre memória e história, mostrando como Braga, ao registrar suas narrativas, misturou história e imaginação, revelando a importância dessas histórias para a construção da identidade coletiva do Vau. O trabalho de Braga se destaca pela mescla de oralidade e escrita, criando um "entrelugar" entre essas duas formas de preservação da memória. Além disso, o artigo demonstra como a história dos escravizados permanece viva nas memórias e nas tradições da região.

Palavras-chave: história oral; memória; escravidão.

ABSTRACT

This article aims to analyze how slavery is represented in the memories narrated by Pedro Cordeiro Braga (1917-2000). He lived in a community marked by mining exploitation and the remnants of slavery, and in his narratives, the enslaved are portrayed as protagonists, central figures of suffering, resistance, and action. The article explores the relevance of oral history in preserving the memories of marginalized communities, with a special focus on the memories preserved by Mr. Pedro, who was a storyteller that kept alive the stories passed down to him, not only by recounting them but also, despite his limited formal education, by writing them down in several notebooks (written between 1988 and 1997). The theoretical analysis draws on authors such as Portelli and Catroga, who address the difference between memory and history, showing how Braga, in documenting his narratives, intertwined history with imagination, revealing the importance of these stories for the construction of the collective identity of the Vau. Braga's work stands out for its blend of orality and writing, creating a "third space" between these two forms of memory preservation. Moreover, the article demonstrates how the history of enslaved people remains alive in the memories and traditions of the region.

Keywords: oral history; memory; slavery.

¹ Aluno de mestrado do Programa de Pós-graduação em História Social (PPGH) da Universidade Estadual de Montes Claros, sob orientação do prof. Dr. Renato da Silva Dias na linha de pesquisa Poder, Trabalho e Identidades. Artigo desenvolvido durante a disciplina de "História, Identidade e Memória". Contato: eu@netomacedo.com

² Aluno de mestrado do PPGH da Unimontes, sob orientação da professora Dra. Ester Liberato Pereira na linha de "Cultura, Relações Sociais e Gênero". Contato: pedrovsilveira@outlook.com



A história oral tem sido uma ferramenta crucial na preservação das memórias de comunidades e indivíduos que, muitas vezes, não são contemplados nos registros históricos oficiais, como a população escravizada. Pedro Cordeiro Braga (1917-2000), que nasceu e viveu por toda sua vida no povoado do Vau, em Diamantina - Minas Gerais, atuou por anos como guardião da memória oral local, contador de histórias e, apesar de só ter estudado até o 3º ano do primário, escritor de cartas, agente voluntário dos correios e poeta. Em seus relatos, a figura do negro escravizado é um personagem recorrente.

É importante destacar que, diferente da maioria dos narradores orais do Vale do Jequitinhonha, o Sr. Pedro decidiu ir além da oralidade para registrar, por escrito, as histórias de sua comunidade e sua própria autobiografia, tal qual o personagem Antônio Biá, do filme *Narradores de Javé*³. Suas narrativas faladas e escritas — neste último caso, tanto em prosa quanto em versos — oferecem um retrato detalhado da vida no Vau, das dinâmicas familiares e das tradições locais. Ao mesmo tempo, expõem as suas reflexões críticas sobre os desafios enfrentados por essa comunidade. Entre esses desafios, as memórias do período da escravidão ocupam um lugar central em suas representações, tanto orais quanto escritas.

O objetivo deste artigo é fornecer um olhar sobre como os escravizados foram representados nas narrativas de Pedro Braga, tanto nas histórias orais que ele transmitia quanto em suas representações escritas. Utilizando-se de uma abordagem teórica fundamentada nos conceitos de história oral, buscamos entender como Braga articula a experiência dos escravizados em suas contações, o que essas representações revelam sobre a comunidade do Vau e qual era o papel do narrador na preservação dessas memórias.

Casos como os de Braga revelam as vivências de uma comunidade marcada por experiências históricas, como o período do garimpo e a herança da escravidão, oferecendo por meio da memória, uma interpretação própria dos eventos e das mudanças vividas ao longo do tempo. Isso torna a análise dessas histórias, essenciais, para entender a construção da identidade coletiva e como o passado é ressignificado e reinterpretado pelas gerações. A memória, nesse sentido, atua como um elemento crucial na formação de laços sociais e na manutenção de tradições culturais.

³ Filme brasileiro em coprodução com a França de 2003, do gênero drama, dirigido por Eliane Caffé. No filme, a pequena cidade Javé será submersa pelas águas de uma represa. Seus moradores não serão indenizados e não foram sequer notificados porque não possuem registros nem documentos das terras. Inconformados, descobrem que o local poderia ser preservado se tivesse um patrimônio histórico de valor comprovado em "documento científico". Decidem então escrever a história da cidade, mas poucos sabem ler e, só um morador, o carteiro Antônio Biá, sabe escrever. Biá descobre que a dificuldade de encontrar uma verdade histórica a partir das narrativas orais quando afirma que "uma coisa é o fato falado, outra coisa é o fato escrito".



UM NARRADOR ÀS MARGENS DO JEQUITINHONHA

A figura de Pedro Braga é indissociável do Povoado do Vau, local esse que, para ele, não era apenas uma posição geográfica, mas um espaço de memórias e tradições compartilhadas pela comunidade ao longo das gerações. Por isso, é necessário situar esse personagem e o seu lugar no mundo. O distrito do Vau está localizado às margens da Estrada Real⁴, num trecho que compreende as regiões entre o município de Diamantina e o município de Serro. O Rio Jequitinhonha banha o povoado e serve como fronteira natural entre os dois municípios. Vem daí o nome “Vau”: um determinado ponto no rio por onde é possível atravessar a pé ou a cavalo.

Circunvizinhos ao Vau, há também o distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras (7km), Milho Verde (12km) e a comunidade de Santa Cruz (5km), povoada por populações quilombolas, possíveis descendentes de escravizados que figuram nas histórias relatadas por Pedro Braga.

Alguns naturalistas do século XIX, que passaram pelo Vau, deixaram comentários sobre o lugar. Auguste Saint-Hilaire (2004), naturalista francês do séc. XIX, em 1817, menciona o Vau como parte de uma região montanhosa e agreste, com abundantes nascentes d'água, parte de um antigo serviço de diamantes. Embora, no tempo de sua visita, as atividades de mineração fossem esporádicas. Na metade do século XIX, quase 100 anos antes do tempo do Sr. Pedro, George Gardner ([1849] 1975, p.214), botânico inglês que passou pela região, já comentava como a atividade garimpeira estava em declínio. Spix e Martius (1981, p. 27), que também visitaram o Vau ainda no início do século XIX, chegaram a descrever os escravizados como pessoas que executavam a dura tarefa de lavar os diamantes do cascalho do rio e do solo argiloso no garimpo de Borbas, hoje um sítio arqueológico⁵, e que habitavam choças.

Pedro Braga, mesmo nascido mais de três décadas após a abolição da escravatura, recorreu a memórias herdadas e a histórias transmitidas, de geração em geração, para reconstruir o imaginário do período escravista. Essa atuação do Sr. Pedro visava não somente preservar, mas também dar continuidade a esta tradição local, que ele chamava de “certas tradições”, se referindo a um conjunto de práticas, valores e histórias transmitidas, de

⁴ A Estrada Real, com mais de 1.630 quilômetros de extensão, surgiu em meados do século XVIII, quando a coroa portuguesa decidiu oficializar os caminhos para o trânsito de ouro e diamantes na capitania das Minas do Ouro até os portos do Rio de Janeiro. As trilhas traçadas pela realeza ganharam o nome de Estrada Real, hoje gerida pelo Instituto Estrada Real, ligado ao sistema FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais), sendo hoje a maior rota turística do país (Fonte: institutoestradaareal.com.br. Acesso em 12/09/2024)

⁵ Em 2020, Gilson Junio de Andrade Demétrio defendeu a dissertação "Do ouro ao diamante - a paisagem da mineração no Alto Vale do Jequitinhonha: estudo do Complexo Arqueológico Borbas, século XIX, Diamantina/MG", pela Universidade Estadual dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, onde estudou detalhadamente o complexo.



geração em geração, dentro de sua comunidade. A reverência a essas práticas demonstra como ele valorizava a continuidade e preservação desses elementos. Em uma visita ao povoado do Vau, em 1988, o professor Reinaldo Martiniano Marques, em entrevista, pôde inquiri-lo sobre essas tradições:

Pedro Braga: *A gente deve escrever o que pode comprovar*, porque a gente... escrever uma mentira, depois ela vai justificar que foi mentira... perde a graça, não é?

Entrevistador: Então, escrever para o senhor é aquilo que viu, que viveu?

Pedro Braga: É sim. Ou então, *certas tradições*. Porque tem certas tradições que a gente vê que aconteceu, não é? Então o que eu gosto de escrever é justamente o que pode ser comprovado (Pedro Cordeiro Braga, 1988. Grifo nosso).

Do trecho acima, podemos depreender que Pedro Braga utilizava como fonte de informação as tradições transmitidas oralmente por seus pais e avós, ato comum em culturas na qual a oralidade desempenha um papel crucial na preservação da história e das tradições. De acordo com ele, as informações que adquiriu foram repassadas por pessoas que viveram no século XIX, como seu pai, José Elias Braga, que nasceu em 22 de fevereiro de 1875⁶.

Segundo Fernando Catroga (2001, p. 26-27), a transmissão de conhecimento de geração em geração, especialmente no contexto das memórias coletivas e individuais, reflete a importância da memória na construção e manutenção da identidade cultural de uma comunidade. Catroga explica como a memória é uma atividade que articula o passado com o presente, criando um sentido de continuidade e pertencimento. Essa memória, ao ser transmitida através de rituais e práticas sociais, solidifica laços de identidade coletiva, seja em termos de genealogia, classe ou nação.

Catroga (2001) ainda explica que a memória não é uma simples reconstituição do passado, mas um processo ativo de ressignificação que envolve o esquecimento e a lembrança em uma dialética constante (p. 30), um processo vital para a manutenção das tradições e identidades culturais, uma vez que permite às comunidades se situarem no tempo e no espaço, reforçando seus laços internos e distinguindo-se dos "outros". Ele define a memória coletiva como um fenômeno que transcende o simples ato individual de lembrar, situando-se no âmbito das práticas e rituais sociais que compartilham e constroem uma memória comum dentro de uma comunidade.

A atuação do Sr. Pedro, que estudaremos a seguir, contribuiu para a perpetuação de uma memória coletiva. As histórias e tradições que ele registrou não são apenas lembranças pessoais, mas compartilhadas, se tornando, então, uma ponte entre o passado e o presente,

⁶ Tal qual registrado por Pedro Braga, no seu Caderno de Escritos nº 06, 1988, p. 166.



garantindo que as narrativas culturais e históricas de sua comunidade sejam lembradas, reinterpretadas e passadas para as futuras gerações.

Alguns trabalhos já citam ou tomam como objeto de pesquisa o Sr. Pedro Braga. Dentre estes trabalhos, podemos citar o livro "O Artesão da Memória no Vale do Jequitinhonha", de Vera Lúcia Felício Pereira (1996), que se dedicou a explicar o fenômeno dos narradores orais — Pedro Braga incluso — em algumas localidades espalhadas pelo Vale do Jequitinhonha.

Segundo Pereira, a memória está na base da tradição que transmite eventos significativos de uma geração para outra, com o contador de histórias atuando como o herói, numa função quase mítica, que conecta religiosamente os membros da comunidade às suas raízes mais autênticas. Por meio dessa atividade de rememoração, o narrador assume a forma de memória viva do grupo, mantendo a unidade e a história com a autoridade de quem testemunhou e experimentou os eventos (PEREIRA, 1996, p. 13-14). No caso do Sr. Pedro, este testemunho também era comprovado por meio do seu contato com os antigos, já que: "têm certas tradições que a gente vê que aconteceu, não é? Então o que eu gosto de escrever é justamente o que pode ser comprovado" (PEDRO CORDEIRO BRAGA, 1988).

Ainda de acordo com Pereira (1996, p. 14), o compartilhamento de experiências é a fonte das narrativas orais que transformam um simples ato corriqueiro em uma tradição que carrega em si uma dimensão de utilidade, seja no ensino moral, na sugestão prática, na norma de vida, ou na tentativa de cura dos males que afligem os membros do grupo.

No caso das histórias contadas por Pedro Braga em relação ao período da escravidão, um tema sempre presente é a brutalidade e a exploração vivida pelos escravizados, descrevendo cenas de violência, resistência e a vida cotidiana dos cativos. Por exemplo, na história abaixo, Braga nos relata o caso da escravizada Luzia, que era a cozinheira dos negros cativos de um certo Sr. Joaquim de Paula:

Pedro Braga: Era escrava do Joaquim de Paula, a cozinheira dos negros. De muita confiança do Joaquim de Paula. E tinha um dos negros que (...) ele gostava muito dela, mas, era interessado, né? Então, ela não dava a ele a mínima confiança. Um dia o Joaquim de Paula mandou ela no Vau. Ela veio no Vau e ele ficou atocaiando... ele tava num serviço aí... Então, quando ele viu ela descendo, ele veio esperar ela nesse mato. Quando ela foi passando ele agrediu ela e correu dele e ele correu atrás, chegou lá onde tava a cruz. Ele correu atrás e chegou lá na onde tá a cruz. Ela não aguentou mais correr e, chegando lá, ele esfaqueou ela e matou (Pedro Cordeiro Braga, 1988. Grifo nosso).

A história narrada descreve o feminicídio de Luzia, escrava de Joaquim de Paula que, sendo assediada por um outro escravizado, não cedeu a essas tentativas e acabou



brutalmente assassinada a golpes de faca. Uma cruz permanece até hoje em uma estrada do povoado, lembrando o local da morte, chamada de "Cruz da Luzia".

O caso de Luzia aparece de maneira recorrente durante entrevistas na comunidade quilombola de Santa Cruz, vizinha do Vau, em um artigo sobre práticas de cuidado compartilhadas por mulheres quilombolas no Alto Jequitinhonha, sendo considerada um dos mitos fundadores da comunidade (LEITE ET AL., 2019, p. 21). A narrativa, transmitida oralmente por gerações e gerações na comunidade, retrata Luzia como uma mulher negra que resistiu aos abusos do fazendeiro — e não de outro escravizado, como nos contou Pedro Braga —, recusando-se a submeter-se às violências impetradas pelo seu senhor. Sua recusa resultou em uma morte brutal, com partes de seu corpo deixadas em um local, hoje, marcado pela já citada "Cruz da Luzia".

Ajustes como esse feitos à história narrada, acontecem, frequentemente, em histórias que são transmitidas oralmente, nas quais os personagens e eventos podem ser ajustados para refletir moralidades, relações de poder e dinâmicas sociais presentes na época. A mudança do agressor de um senhor de escravos para outro escravizado pode refletir uma tentativa de evitar o confronto direto com a figura do senhor, como principal opressor em uma comunidade, ainda marcada pelas desigualdades e resquícios de poder senhorial. A versão de Braga pode, portanto, funcionar como um reflexo da complexa rede de relações sociais no Vau, na qual ele procura talvez preservar uma forma de coexistência dentro da memória comunitária, sem apontar o fazendeiro diretamente como autor de violências.

Independentemente, este relato em específico, mostra que a história de Luzia permanece viva, se integrando ao imaginário do povoado a partir de um evento que moldou a história local e garantiu que as memórias daqueles que foram subjugados continuem vivas.

ENTRELUGAR: HISTÓRIA ORAL E ESCRITA

Como já dito anteriormente, além de "contar causos", Pedro Braga escreveu em cadernos, de numerosas páginas, boa parte de suas memórias. Tivemos acesso a seis destes cadernos, que foram escritos entre o ano 1988 e 1997, digitalizados e transcritos pela pesquisadora Lúcia Nascimento entre 2001 e 2002. No trecho abaixo, a exemplo, retirado do caderno nº 06⁷, Pedro Braga escreveu sobre a formação do distrito.

⁷ Escrito por Pedro Braga no final da década de 1980, o Caderno nº 06 é o mais extenso e menos repetitivo dos cadernos aos quais tivemos acesso. Enquanto nos outros blocos pode-se encontrar uma série de rascunhos para cartas, pensamentos diversos e versões diferentes dos mesmos poemas e versos, no Caderno nº 6 é onde encontramos o pensamento mais refinado e organizado do



Outros detalhes vou deichar eu Pedro Cordeiro Braga as partis historica di Vau escrita comformi as tradições di meus pais trazozida di seus avós sendo na era do séculos fims do ceculo 16 a prinçipio do ceculo 17 foi criada a Vila do principi houji a çidadi do Serro. Temdo esta linha di comunicação di Vila Rica a tradicional cidadi di Ouro Prêto. Semdo disbravado pelos bamdeiranti até o local ondi foi elevada a historica cidadi di Diamantina. Semdo o único trêcho do rio Jequitemhonha que conceguiram travessar foi em Vau ficando esti nomi di origem pela passagem (Braga, Pedro. Escritos. Caderno nº 06, 1988, p. 90. Grifo nosso).

A referência ao "fim do século XVI e princípio do século XVII", como o período de criação da Vila do Serro e o papel dos bandeirantes na região, contradizem os registros históricos estabelecidos que situam esses eventos no século XVIII. Alessandro Portelli (1997, p. 30) explica que esta discrepância não necessariamente desacredita um relato oral, mas destaca como a construção da memória pode fornecer uma "verdade diferente", emocional ou simbólica, que fala mais sobre as percepções e as realidades vividas pela comunidade do que sobre os fatos objetivos. No caso do Sr. Pedro, sua narrativa pode revelar como a comunidade do Vau percebe sua origem e sua importância histórica, vindo na ideia de o povoado possuir uma história muito antiga, um elemento central e nobre da fundação da sua localidade.

Diante de sua atuação no campo da escrita, algo incomum entre os narradores do Jequitinhonha, podemos visualizar Pedro Braga como um sujeito posicionado em um entrelugar que conecta as dimensões da oralidade, da história e da literatura. O conceito de entrelugar, conforme exposto por Cláudio Benito Ferraz (2014, p. 16), refere-se a um espaço de fronteira que, ao mesmo tempo em que separa e delimita, também permite o contato e a aproximação entre diferentes mundos. Nesse sentido, o Sr. Pedro vive, narra e escreve em uma região limítrofe — tanto geográfica quanto cultural — onde essas três dimensões se entrelaçam de forma única.

Na dissertação de mestrado de Josiley Francisco de Souza (2006) no campo dos Estudos Literários, de título "Pedro Braga: uma voz no Vau", o autor concentrou-se em realizar uma análise de seus escritos. Segundo Souza, a produção literária de Pedro Braga é marcada por uma forte presença da oralidade. Seus escritos carregam em si as marcas da oralidade, tanto na estrutura quanto na função. Os textos mantêm a cadência, o ritmo e a função social das narrativas orais (SOUZA, 2016, p. 110). Isso confere um caráter poético e vivaz a seus textos, aproximando esses textos da tradição dos contadores de histórias. Assim, analisaremos suas histórias não como literatura formal, mas como uma transposição da narrativa oral, com todas as características e valores que ela carrega.

autor, ou seja, onde ele desenvolve a fundo a sua visão sobre a identidade e a história da formação da comunidade do Vau, Diamantina e sua família. Neste caderno ele também registra para a posteridade seus pensamentos sobre o mundo.



No texto abaixo, a história da Serra do Rela-Pôpa e do escravizado que a deu nome, ilustra como os eventos históricos e geográficos, frequentemente, deixam marcas na nomenclatura dos lugares e na formação da identidade local.

Outros detalhes

dentro da povoação morava um Senhor Manoel Tiotano eu ainda *alcançei* nas portas centrais onde era a residência dele tinha vários arreios de madeira onde passava cordas de bacalhão morava as vítimas cativos pela cintura mandava que outro puxasse a corda para o negro ficar sus penso impedido de mover apanhava severas surras de chiote de couro de anta alguns fugia ele mandava os pedreiros procurar aquele escravo que era mais desobediente mandava matar ele queria ver o menos a orelha do escravo era a onde que ele dava

abaixo do Vau um pouco quilômetros tem uma serra que ficou com o nome de serra rela poupa Certa vez um desti escravo fugiu e alcançando serra por onde traz dela tem uma lapa de morada este negro agasalhou nesta lapa

através de dias os pedreiros deste senhor descobriu este escravo pela sua infelicidade ele ardeu morrer ou reviver escapou das mãos dos pedreiros queimou nesta lapa e foi relando a poupa até chegar dentro do rio está esta serra como prova ela deve ter mais de cem metros de campo, mais afinal ele chegou ao rio já sem vida (Braga, Pedro. Escritos. Caderno nº 06, 1988, p. 114-115. Grifo nosso).

Neste caso, o escritor acredita que o nome deriva da trágica tentativa de fuga de um homem escravizado que, para escapar do cruel captor, desceu uma serra íngreme, resultando em ferimentos fatais. Esse evento, associado à geografia específica do local, não apenas supostamente fornece um nome característico à serra, mas encapsula uma narrativa de resistência e sofrimento, integrando-se ao patrimônio cultural do povoado.

O termo "alcançar", que aparece inúmeras vezes nos escritos e na fala do Sr. Pedro, parece ser usado no sentido de obter ou receber conhecimento e tradições passadas oralmente, de geração para geração. Ele fala sobre "alcançar" tradições como um processo de herdar e assimilar conhecimentos e histórias contadas por seus antecessores.

Buscando entender a história a partir da perspectiva das pessoas comuns e suas experiências cotidianas, ao estudar a vida e a atuação de Pedro Braga como contador de histórias da comunidade do Povoado do Vau, esta pesquisa assume uma perspectiva que prioriza a história local e a "verdade" das pessoas comuns (PORTELLI, 1997, p. 150). Portelli destaca a interseção entre memória e história, reconhecendo que as memórias individuais e coletivas são parte importante da construção da história.

Jacques Le Goff (1990, p. 437) argumenta que a memória é formada por múltiplas camadas, representando diferentes momentos do passado que se entrelaçam para servir ao presente e ao futuro. Sua produção envolve a transmissão contínua de conhecimento e lembranças ao longo do tempo, papel crucial desempenhado por Pedro Braga na narração



oral de histórias e na escrita dos cadernos que permitem que a memória da comunidade seja preservada e compartilhada, garantindo a continuidade de suas tradições culturais.

Adicionalmente, Le Goff faz uma distinção entre sociedades essencialmente de memória oral, e sociedades de memória escrita (1990, p. 390). A memória oral é intimamente ligada às dinâmicas sociais e ao cotidiano das comunidades, mantida através de rituais, celebrações, narrações e performances. Ela é dinâmica e pode ser alterada ou adaptada ao longo do tempo, refletindo as mudanças na sociedade e no contexto cultural. Já a memória escrita refere-se à documentação e registro do conhecimento através de textos escritos, permitindo uma forma mais estática e duradoura de armazenamento da informação, oferecendo a possibilidade de um acesso mais preciso e detalhado ao passado.

Em relação à atuação do Sr. Pedro, uma analogia pode ser feita ao considerar que, enquanto a memória é subjetiva e, frequentemente, vulnerável à distorção ou esquecimento, ele buscou solidificá-la por meio da escrita, transformando essas memórias em um registro duradouro. Ele reconheceu que essas memórias são essenciais para manter viva a identidade cultural do Vau e, ao registrá-las, não apenas as preservou, mas também transcendeu as limitações impostas pela oralidade e pelo tempo, cumprindo o papel da história ao buscar uma narrativa que perdure, ao mesmo tempo em que celebra e protege as memórias que formam a base da sua comunidade.

Para Portelli (1997), o relato oral pode trazer à tona histórias pessoais, experiências vividas e aspectos da vida cotidiana que são essenciais para uma compreensão mais completa do passado, como pôde ser demonstrado na história já supracitada da Serra do Rela-Pôpa, em que temos um vislumbre do tipo de tratamento ao qual pessoas escravizadas eram submetidas na região. Em contraponto, a memória escrita está sujeita às interpretações e aos contextos dos escritores, geralmente integrantes das elites. Histórias como a deste escravizado cuja perseguição e morte teriam, segundo a tradição oral do Vau, dado nome à Serra, normalmente não figuram nos registros oficiais.

Abaixo, um outro exemplo de história oculta que emerge de narrativas orais, contada por Pedro Braga, em entrevista:

Bom, conforme as tradições que eu tenho, que eu *alcancei*, eu estava com 9 anos, eu escutei um velho transmitindo para meu pai que o pai dele, sempre contava... Esse velho era o Ricardo Caetano Alves, neto do proprietário da Fazenda do Buraca. Então o pai dele contava que assistiu uma cena muito importante na fazenda dele. No dia de sábado, era muito de costume, os senhores, o Joaquim de Paula, o vigário e outros mais, dava um dia de folga para os cativos. Uns passeavam, outros iam dançar. Então, o Jacarandá, o encarregado dos cativos de Joaquim de Paula, que era conhecido como Pai Jacarandá, o Joaquim de Paula tratava ele Pai Jacarandá. Mandou convidar o Pai Ogô, que era o chefe dos escravos do vidigal, pra eles dançar um



semba, lá na fazenda do Delgado. Então chegou o Pai Ogô com uma certa quantidade de escravos para dançar o Semba. O Jacarandá mandou matar 3 galos pra dar eles de jantar. Depois desse jantar pronto, em ordem, que eles foram começar a jantar, o Pai Ogô levantou e disse: coma a carne, mas não rói cabeça de osso. Mandou que depositasse todos ossos em uma travessa. Através de todos jantarem ele levantou, puxou de uma capona de couro, tirou um pano aveludado e tampou, cobriu os ossos. E ali ele falou uma linguagem que ninguém entendeu. Uns 10 minutos. Depois ele aguardou um certo momento e, esse pai do Ricardo viu o pano mexendo. Ele foi, o próprio pai Ogô tirou o pano e tinha um galo perfeito. Ele foi e disse "canta galo!". O galo pulou em cima da mesa e cantou. O pai Jacarandá olhou assim e disse "volta galo pro seu lugar!". O galo voltou e desmanchou o negócio (BRAGA, Pedro Cordeiro, 1988. Grifo nosso).

Braga descreve uma cena supostamente vivida por escravos na Fazenda do Buraca, transmitida por gerações, e que ele ouviu de um ancião quando era criança. Uma narrativa que, não apenas preserva a memória de uma história contada em tempos remotos, mas também lança luz sobre as práticas culturais e costumes dos escravizados que, muitas vezes, não figuram nas narrativas oficiais.

Na narrativa de Braga, há elementos que são mágicos ou exagerados, como o ritual que transforma os ossos em um galo vivo. Ainda assim, Portelli (1997) argumenta que as incoerências e contradições nas narrativas não devem ser vistas como falhas, mas como oportunidades para entender melhor os processos de memória e interpretação. Essas partes da história fornecem dados sobre as crenças, rituais e a imaginação cultural dos escravos. A "mágica" do Pai Ogô pode ser vista como uma forma de resistência simbólica, uma maneira de afirmar poder e identidade em um contexto de opressão.

Relembrando o conceito de entrelugar, vemos um trecho da mesma história registrada por Pedro Braga em um de seus cadernos:

Comformi as sertas tradiçoes o chefi dos escravos do Senhor Vidigal era comhecido por pai ourubu porque era o mais preto di todos escravos comformi eu ouvia os mais velhos falar que eli tinha parti com o espiritu do mal ouvir muitos dizer que eli mexia angu com a mão (...);
travez di falas esta linguagem ums dez minutos depois em obiçervação todos que ali si achavão viram o pano mecher o pai Ourubú levantou tirou o pano um galo estava perfeito eli dissi canta angora o galo pulou na meza e cantou o Jacaranda emvermelhou os olhus e dissi volta angora para o seu lugar o galo voltou em ossos (BRAGA, Pedro. Escritos. Caderno nº 06, 1988, p. 126-128).

Outro ponto que podemos explorar, tanto na história narrada quanto na história escrita acima, é o fato de que este não é um evento diretamente testemunhado por Braga, mas sim uma história passada de geração em geração.

Segundo Catroga (2001, p. 18 e 20), a memória coletiva e a memória individual são conceitos que, embora distintos, estão profundamente interligados. A memória coletiva é



compartilhada por um grupo ou comunidade, englobando as tradições, mitos e narrativas que constituem a identidade cultural desse grupo. Ela é o resultado de um processo social no qual as lembranças são coletivamente construídas, mantidas e transmitidas de geração em geração. Por outro lado, a memória individual refere-se às lembranças e experiências pessoais de cada indivíduo. Embora essas memórias sejam únicas e subjetivas, elas não existem em um vácuo; ao contrário, são constantemente influenciadas pelo contexto social e cultural em que o indivíduo está inserido.

O conteúdo da história narrada — a dança do semba, o ritual com os galos e as figuras de Pai Jacarandá e Pai Ogô — são elementos que pertencem à memória coletiva da comunidade do Vau, que conviveu com pessoas escravizadas.

Braga entendia que a memória não é estática; ela é viva, móvel e pode ser constantemente reconfigurada. Essa postura reflexiva e crítica é um dos aspectos que mais distingue Braga de outros narradores de sua época. Sua decisão de transitar entre a oralidade e a escrita demonstra, da sua parte, uma compreensão de que em um mundo em constante transformação, novas formas de preservar e transmitir a memória são necessárias. Ao colocar suas narrativas no papel, Braga não só assegurou a perpetuação dessas histórias, mas também criou uma espécie de arquivo pessoal que pode ser acessado por futuras gerações, garantindo que as histórias do Vau e de seus personagens não se perdessem no esquecimento.

A PRESENÇA DOS ESCRAVIZADOS NA NARRATIVA DE PEDRO BRAGA

Pedro Braga, como já dito anteriormente, viveu em um Brasil pós-abolição, onde a escravidão era — pelo menos oficialmente — algo do passado. No entanto, em seus textos, os escravizados ocupam um lugar central, principalmente por meio de histórias e tradições passadas oralmente de seus pais e avós. Sua narrativa evidencia um esforço em manter viva a memória desses personagens, recontando suas lutas, sofrimentos e as condições adversas que enfrentaram sob o sistema escravista.

Em seu trabalho de dissertação, Josiley Souza já destacava que o negro desempenhou um papel fundamental na construção da sociedade e cultura do povoado do Vau, não se resumindo apenas a mão-de-obra escravizada na mineração, mas também como portadores de tradições culturais que influenciaram profundamente a região (SOUZA, 2006, p. 56). A formação da comunidade foi marcada pela economia da extração mineral, com a maioria da população composta por negros escravizados, o que garantiu a centralidade da figura negra na memória local. Pedro Braga foi, em seu tempo, um dos principais responsáveis por transmitir e perpetuar essas histórias em suas narrativas orais e



escritas. Nas histórias contadas por Braga, os negros aparecem frequentemente como protagonistas, e geralmente em situações de opressão, fuga e resistência. Sobre o desenvolvimento de uma parte do território do Vau, o sr. Pedro nos conta que:

Esti rico canal que foi descoberto pelos escravos fujidos o Senhor Joaquim di Paula foi quem levou creçer a fazenda do Delgado ficou sendo a mais rica desta epoca o Semhor Joaquim di Paula adquirio duzentos escravos criou ate cavalhada num Sitio Catarina proçimo ao Vau menos di meio quilometro eli mandou fazer um planalto que ficou o nomi di origem largo da cavalhada (BRAGA, Pedro. Escritos. Caderno nº 06, 1988, p. 106).

No trecho em que menciona o canal descoberto por escravos fugitivos, Braga destaca como eles foram responsáveis por descobertas valiosas, como canais e terrenos férteis, que posteriormente, enriqueceram os senhores de terra, como o Sr. Joaquim de Paula. Ao focar na resistência e nas ações concretas dos escravizados, Braga oferece uma visão na qual os negros têm uma agência significativa, influenciando o desenvolvimento econômico e territorial da região. O fato de os escravizados terem um papel ativo, como na criação de caminhos e no enriquecimento das fazendas, evidencia a centralidade deles nas transformações locais, desafiando a visão convencional que muitas vezes os relegava ao papel de coadjuvantes na história oficial.

É importante notar que, ao abordar a escravidão, Braga frequentemente adota uma perspectiva empática, centrada no sofrimento e nas injustiças vividas pelos escravizados. Abaixo, ele nos conta sobre o desdém com que o Sr. Joaquim de Paula exibia em relação à vida dos seus cativos:

Como era di custumi todo sabado mandar ferrar todos os animais o predileto ferrador pedio um escravo que segurassi o pe dos animais pela falha di sorti do negro não tivo falha comformi deichando escapar o pe do animal ferrador sentio violenta ira deu uma martelada com toda força na nuca do escravo que caio morto
esti ferrador sentindo pavor pela tragedia, reflitio aquela violencia emjusta indo comfeçar com o Semhor Joaquim di Paula o que seria deli pelo crimi que praticou
em resposta o Joaquim di Paula dissu si morreu emterra logo ainda posso comprar outros tantos mandou que outro fizeçi o mesmo serviço (BRAGA, Pedro. Escritos. Caderno nº 06, 1988, p. 106).

No trecho em questão, ele nos narra um incidente brutal no qual um escravo, após deixar o pé de um animal escapar durante uma ferragem, foi vítima de uma reação violenta e irracional do ferrador, que o matou com uma martelada na nuca. Braga não apenas relata o ato de violência, mas também expõe o desprezo pela vida dos escravizados demonstrado pelos senhores, como o caso de Joaquim de Paula, que desconsidera a vida do escravo ao



afirmar que ele pode ser facilmente substituído por outro, comprando "tantos outros" quantos fossem necessários.

Essa passagem revela a crueldade sistemática e a desumanização enfrentada pelos escravizados. Ao expor a insensibilidade do senhor e o ambiente de constante opressão, Braga oferece uma crítica implícita ao sistema escravocrata, ao mesmo tempo em que destaca a injustiça e a brutalidade que marcaram essa época. Seu relato busca humanizar as vítimas dessa violência, ao contrário dos relatos históricos oficiais que, muitas vezes, podem omitir ou minimizar tais abusos. A empatia de Braga pelos escravizados fica clara na maneira como ele se concentra nos detalhes da punição, na falta de remorso do senhor e nas consequências fatais para o escravo, retratando-o como uma vítima de uma estrutura de poder opressora.

Como já nos ensinou Pereira (1996, p. 14), a tradição oral tem uma função prática e educativa, seja transmitindo ensinamentos morais, oferecendo conselhos úteis, estabelecendo normas de conduta ou buscando formas de enfrentar os problemas. Sobre o destino do cruel senhor, Braga nos contou que:

não demorou que o castigo Divino chegou com brevidade baichando uma febre desconhecida matando a maior parte dos escravos e muita gente da família minha mãe contava que a vó dela contava que viu as vítimas desta febre morrer cuspidos os dentes (BRAGA, Pedro. Escritos. Caderno nº 06, 1988, p. 110).

No trecho citado, Braga nos revela uma lição de moral intrínseca, que conecta as ações dos senhores de escravos a uma punição divina. Ao narrar a chegada de uma febre desconhecida que dizimou não só escravos como também membros da família de Joaquim de Paula, Braga tece uma relação de causa e efeito entre a opressão dos senhores e a "justiça divina". A narrativa sugere que a febre é vista como um castigo de Deus pelas crueldades cometidas, criando um paralelo entre o sofrimento imposto aos escravizados e a retribuição sofrida pelos senhores. Esse episódio exemplifica a noção local de que as injustiças e violências cometidas pelos poderosos não ficaram impunes, mesmo que a retribuição venha sob a forma de uma calamidade sobrenatural.

Contudo, ao confrontarmos essa visão com fontes históricas documentadas, como o registro de terras e o inventário de Joaquim de Paula Costa, notamos que a trajetória do senhor de escravos foi, aparentemente, bem-sucedida, ao menos em termos materiais. O inventário de 1871, realizado após sua morte, revela que ele deixou 75 escravos (LEITE ET AL., 2019, p. 10), além de propriedades e terras, indicando que, ao contrário do que a narrativa moral de Braga sugere, ele não terminou sua vida na miséria. Isso expõe uma das tensões fundamentais entre memória e história: a memória pode carregar elementos de



justiça simbólica ou moral que não correspondem diretamente ao mostrado por outras evidências históricas.

No entanto, mesmo que a narrativa não corresponda de fato à realidade sobre o fim de Joaquim de Paula, esse trecho demonstra que, ao longo do tempo, a história dos escravizados sobreviveu no imaginário da comunidade — tenha-se em mente que Joaquim de Paula viveu há mais de cem anos da entrevista com Pedro Braga. Podemos retirar daí, a ideia de que para a tradição oral do Vau, o poder opressor enfrentaria um acerto de contas. A perspectiva de Braga, portanto, incorpora uma dimensão moral à história, na qual as ações dos senhores são lembradas como transgressões, e o castigo surge como uma resposta inevitável à exploração e à violência praticadas no passado; ou seja, uma afirmativa "errada", ainda que psicologicamente "correta" (PORTELLI, 1997, p. 32).

Esses relatos mesmo que, por vezes, exagerados ou misturados com elementos fantásticos, refletem um sentimento de revolta contra as atrocidades cometidas em outros tempos. Sua escrita pode ser vista como uma tentativa de justiça poética, na qual ele expõe as feridas de uma sociedade que, embora já tivesse abolido oficialmente a escravidão, ainda carregava seus traços na cultura e no modo de vida.

Na história já citada, anteriormente, na qual o chefe dos escravos do Senhor Vidigal, conhecido como "Pai Urubu", se utilizou de poderes sobrenaturais para reanimar ossos de um galo que foi servido à mesa, é possível ver essa justiça poética sendo empregada. Pedro Braga nos conta sobre a ruína financeira do senhor Vidigal, que explorava os negros:

O Senhor Vidigal com as riquezas que tirou nos canteiros temtou tirar o emcanalado do Acaba mundo mas pela falha di sorti o volumi dagua ramcou todo cascalho, gastou toda sua emconomia porque era dificil fazer o cerco para dividir a agua, quando já estava reconhecendo um dos escravos saio para aquecer no sol ouvio uma vos dizer já é hora outra respondeu podi nesti momento o cerco deu um estourou rebemtou emcontrando quase todos escravos dento do emcanalado mantando tudo foi mesmo o acaba mundo; afinal o Senhor Vidigal apachonou doou o terreno com casas para uma afilhada e sumio para nunca mais (BRAGA, Pedro. Escritos. Caderno nº 06, 1988, p. 130).

Neste relato descobrimos que o Senhor Vidigal perde tudo que possui devido a um desastre natural — a destruição do "encanalado" e a morte dos escravos. Isso também pode ser lido como uma "justiça poética" que se conecta com o comentário anterior sobre os relatos de Braga. Embora Braga nunca tenha testemunhado diretamente a escravidão, ele utiliza sua escrita para expressar um sentimento de revolta contra as injustiças desse sistema. Mesmo que o evento em si contenha elementos fantásticos ou exagerados, a história do Senhor Vidigal sugere um castigo divino para o sistema que explorava o trabalho escravo.

Abaixo, na fotografia de 1868 capturada por Augusto Riedel⁸, revela-se que a lavra de diamantes do senhor Vidigal era, de fato, um canal, confirmando o relato de Pedro Braga — realizado 120 anos depois da tomada da fotografia. Nela, podemos ver a estrutura linear que segue ao longo do rio Jequitinhonha. Além disso, a fotografia destaca as pequenas choças presentes nas encostas da lavra, que muito provavelmente, eram as moradias dos escravizados. Essas estruturas são similares às descritas por Spix e Martius (1824) em sua passagem pelo Vau, onde observaram as condições precárias em que os escravizados viviam.



Figura 1. Lavra de diamantes do Sr. Vidigal no rio Jiquetinhonha (Riedel, 1868).

⁸ Augusto Riedel, fotógrafo alemão que acompanhou a expedição liderada pelo duque de Saxe, dom Luís Augusto de Saxe-Coburgo-Gota, genro do imperador Pedro II, ao interior do Brasil em 1868. Esta viagem, documentada em um álbum intitulado Viagem de S.S.A.A. Reaes Duque de Saxe e seu Augusto Irmão D. Luis Philippe ao Interior do Brasil no Anno 1868, teve o objetivo de explorar e registrar regiões de grande interesse econômico e natural do Brasil, como as áreas de mineração de diamantes (Enciclopédia Itaú Cultural. Acesso em 12/09/2024).



A fotografia de Riedel mostra o árduo processo de "tiragem de cascalho" na lavra de Vidigal, permitindo-nos visualizar o cenário descrito por Braga. Isso reforça a conexão entre as histórias orais e a realidade da mineração de diamantes no século XIX. No imaginário de Braga, o Sr. Vidigal tenta expandir sua riqueza com o trabalho dos escravizados, mas acaba falhando. Isso pode ser interpretado como uma metáfora para as falhas morais da escravidão. O desastre no "Acaba Mundo" surge como a punição inevitável. Isso reflete o desejo de Braga de lembrar os erros do passado e exibir como a natureza (ou o divino) retribui de forma implacável a ganância e a crueldade. Essa narrativa reforça a visão de que as lições morais são uma parte fundamental das histórias transmitidas por Pedro Braga.

O Sr. Pedro também destaca a resistência dos escravizados. Em suas narrativas, os cativos não aparecem apenas como vítimas passivas, mas como agentes de sua própria história, que tentavam sobreviver em um sistema brutal. No trecho abaixo, em continuação à história do assassinato da escravizada Luzia, ele nos conta como um escravo foi incumbido de realizar uma tarefa brutal, a de enterrar vivo o colega que havia cometido tal crime:

Quando correu a tristi notícia o Joaquin di Paula mandou amarrar esti escravo e chamou um dos escravos que servia na cozinha. Venha comigo aqui no fundo da fazenda mostrando ondi fizeçi uma cova dando explicação como era fundura e largura. Ataves di juenta o escravo foi a fazenda chamar para ver si estava legal como queria. O Juaquin di Paula dissu esta como eu pedi agara vai a sanzala e traz o negro que esta amarrado para nós enterrar eli aqui vivo
esti escravo na maior preção di raiva dissu pelo Semhor einterra o Semhor eu não já fiz o que mandou o Juaquin di Paula di tanto medo que tevi desti escravo foi a fazenda pegou o papel e deu eli a carta di forria e dissu somi para eu não ver nem um sonho; Mandou outros emterrar o vitima vivo. (BRAGA, Pedro. Escritos. Caderno nº 06, 1988, p. 108-110).

O escravo escolhido para a tarefa, apesar da pressão e do medo, demonstra resistência ao opressor, verbalizando sua recusa em continuar o ato desumano ao dizer: "eu já não fiz o que o senhor mandou?". A frase, ainda que proferida sob intensa tensão, revela um gesto de resistência. Em vez de obedecer cegamente às ordens cruéis, o escravo, tomado pela raiva e talvez pelo sentimento de culpa, se nega a continuar sendo cúmplice de uma violência que ele considera extrema.

Essa narrativa oferece um exemplo de como os cativos, mesmo dentro de um sistema brutal, ainda buscavam formas de resistir e preservar sua humanidade. O ato de resistir à tarefa, e o fato de o escravo conseguir a carta de alforria como consequência de sua recusa, mostra que os escravizados não eram apenas vítimas passivas, mas agentes que tentavam influenciar seu próprio destino, mesmo que em situações de extremo perigo. Nesse sentido, o Sr. Pedro retrata o escravo não apenas como uma figura submissa, mas como alguém que, apesar das circunstâncias, tenta agir com uma moral própria e autonomia.



Embora Pedro Braga não tenha testemunhado a escravidão em primeira mão, as histórias de seus pais e avós, somadas às tradições orais da comunidade, lhe permitiram construir um repertório de memórias que transcende sua própria experiência de vida. Em seus escritos e relatos, Braga chega a identificar agentes históricos, como os bandeirantes, e acontecimentos recuados no tempo, como a Real Extração⁹ e nomes de fazendas da época, o nome colonial do atual município de Serro, Vila do Príncipe, e até mesmo uma história envolvendo a célebre personagem histórica, Chica da Silva. Pedro Braga nos relata que seu pai:

contava sobre uma cena muito cruel da Chica da Silva. Porque ela foi escrava e depois pegou a ter escravo. O João Fernandes, que era o encarregado do rei, alucinou-se por ela. Então, ele dava ela todo o direito dela fazer o que ela desejasse. Disse que um dia, veio um cometa trazendo a embaixada do Rio, ou de São Salvador que era a capital da Bahia. Entrevistador: Cometa é um mensageiro, né?

É, um mensageiro. Ele é um camarada. Então, passando em frente à casa da Chica da Silva, disse que ele sentiu sede e pediu ela água: "ô dona, a senhora pode arranjar pra mim um copo d'água?". Ela foi e mandou chamar uma escravazinha: "trás água pra esse moço aí". Disse que a escrava veio com a bandeja e o copo com água e ele tomou a água e... não sei o que que houve na hora de tomar a água... a escrava riu. Riu e mostrou a ele os dentes. Disse que ele ficou em observação assim e disse pro companheiro dele: "mas que dentadura perfeita, nunca vi tal qual". Então, quando ele chega lá no hotel onde ele estava hospedado, o dono, o proprietário do hotel falou pra ele: "seu moço, ó, vou te dar um conselho! Acho bom você ir embora o quanto antes porque aqui tem um presente pra você desagradável". "Uai, mas então vamos ver esse presente". E de lá ele trouxe uma travessazinha com os dentes da escrava arrancados a torquês. Ela mandou arrancar e mandou dar ele de presente (BRAGA, Pedro. 1988. Entrevista realizada por Reinaldo Martiniano Marques).

O trecho da entrevista revela uma visão específica do imaginário popular sobre Chica da Silva, retratando-a como uma figura cruel. Na narrativa, Chica da Silva é apresentada como uma ex-escravizada que, ao ganhar poder e influência por meio de sua relação com João Fernandes, se comporta de maneira tirânica e vingativa. Nesta história, a seu mando, ela pune uma escravizada com o arrancamento dos dentes para, em seguida, serem entregues como um presente macabro ao mensageiro. Isso serve para ilustrar a crueldade associada a ela no folclore local.

⁹ Em 1771, a Coroa Portuguesa resolveu assumir a própria extração e comercialização das pedras de diamante, alegando que não conseguia impedir as fraudes dos contratadores, controlar a população, e, com isto, impedir a garimpagem e o contrabando. Pelo Regimento Diamantino, editado em agosto de 1771 e que ficou conhecido como O Livro da Capa Verde, a Coroa criou uma administração própria – a Junta Diamantina – composta por um intendente, um fiscal e três caixas, subordinada a uma Administração Diamantina sediada na cidade de Lisboa (FURTADO, 1996. p. 26-27). Este sistema perdurou até mesmo depois da Independência do Brasil (1822), sendo a Real Extração extinta por decreto apenas em 1832.



Esse tipo de história ajuda a perpetuar uma imagem de Chica da Silva que contrasta com outras narrativas que a veem como uma mulher que superou adversidades e utilizou seu poder para ascender socialmente. Segundo Júnia Furtado, “por causa do preconceito, Chica da Silva jamais é mostrada em sua inteireza. Nem o justíssimo Joaquim Felício dos Santos escapou ao chamá-la “negra boçal” (FURTADO, 2003, p. 403). A dualidade nas representações de Chica da Silva reflete as complexas percepções sobre figuras históricas, especialmente aquelas que quebram barreiras sociais e de gênero em contextos de escravidão e colonialismo.

Para Portelli (1997, p. 32), as misturas de tempos, espaços e detalhes anacrônicos, apesar de errados, são psicologicamente corretos, pois indicam como as memórias e tradições são reinterpretadas e adaptadas ao longo do tempo, refletindo as mudanças na sociedade e na cultura. No caso de Pedro Braga, a inserção de elementos modernos na narrativa sobre Chica da Silva pode indicar uma tentativa de tornar a história mais compreensível ou relevante para o público contemporâneo, ao mesmo tempo que preserva os aspectos essenciais do conto tradicional.

A memória coletiva, tal qual apontado por Portelli (1997, p. 33), não segue os mesmos critérios de precisão histórica que a documentação oficial. Para Pedro Braga, as histórias que ouviu sobre a escravidão, os senhores de engenho, e as vidas dos cativos não precisam ser factuais para ter relevância. Elas estão impregnadas de valores simbólicos, morais e emocionais que vão além do registro documental. Nesse sentido, seus relatos, frequentemente, mesclam elementos que podem ser considerados exageros ou fantasias — como no caso de escravizados que resistem a opressões de maneira épica. Assim, mesmo que Braga não tenha testemunhado pessoalmente a escravidão, sua reconstrução narrativa serve para manter viva a memória dessa parte trágica da história, de forma que ela continue a ser discutida e refletida por futuras gerações.

Como já destacou Portelli, a oralidade tem sua própria lógica, que não deve ser julgada pelos mesmos critérios de outros documentos tradicionais. A memória, muitas vezes, molda-se a partir de “fantasias” ou distorções que não buscam enganar, mas sim fazer sentido dentro de um contexto cultural e comunitário específico. A escolha de Braga em se concentrar em certos eventos, ampliá-los ou transformá-los, não é fruto de um desejo de deturpar a história, mas sim, de uma tentativa de dar voz a histórias silenciadas. Ao contar suas versões das histórias de escravos e senhores, ele dá forma a uma narrativa que, embora diferente da oficial, reflete as percepções e sentimentos da comunidade em relação ao passado.



Nas representações de Braga, o trabalho árduo dos escravizados nas fazendas e a violência que sofriam nas mãos de seus senhores são temas recorrentes. Braga dá ênfase aos castigos físicos, ao desamparo e à dor enfrentados pelos escravizados. Além disso, ele utiliza símbolos e figuras que reforçam o imaginário da opressão e da resistência. Entre eles, relembramos o personagem "Pai Urubu", cuja história, anteriormente citada, é impregnada de significados profundos sobre o poder, a resistência e a capacidade dos escravizados de moldar seus destinos, mesmo em meio a circunstâncias desumanas.

Os escravizados são retratados como figuras centrais na história local, sendo responsáveis por muito do que foi construído, tanto fisicamente quanto culturalmente. A memória do trabalho escravo e das lutas por liberdade é essencial para a compreensão do Vau e de suas tradições, e Braga se comprometeu a garantir que essas histórias fossem transmitidas para as gerações futuras. Suas narrativas não são apenas sobre o passado distante, mas sobre como esse passado continua a influenciar a identidade presente da comunidade. Nos versos abaixo, ele nos conta como o trabalho extraído à força não trouxe bons frutos:

Pedro Braga: Pai rouba, filhos come. Acabou toda riqueza, ficando os netos com fome.

Entrevistador: (...) o senhor tá me falando que os grandes fazendeiros que tinham as grupiarias¹⁰ aqui dessa região, eles acabaram pobres.

Pedro Braga: É, pobres sim. Porque sugaram o suor dos cativos, ainda com regularidades, com severidades. Deus fez justo.

Entrevistador: E quando veio a abolição...

Pedro Braga: Eles tiveram condição de ver. Acabou ficando pobre. Não tinha o braço pra trabalhar.

Entrevistador: Aí perderam as fazendas.

Perdeu. Acabaram tudo na miséria os descendentes.

(BRAGA, Pedro. 1988. Entrevista realizada por Reinaldo Martiniano Marques).

No trecho apresentado, o Sr. Pedro reflete sobre as mudanças na fortuna e na posição social das gerações que se seguiram aos senhores de escravos e aos ricos exploradores de sua época. Ele lamenta que, apesar das riquezas que foram extraídas do Vau, a comunidade não se desenvolveu como poderia.

Ele ainda aponta que os descendentes dos poderosos senhores, que usufruíram do trabalho escravo, não mantiveram a riqueza de seus antepassados e acabaram empobrecidos. É possível perceber uma lição de moral em relação à exploração do trabalho alheio, indicando que aqueles que enriqueceram com o suor dos outros não tiveram um final glorioso. Ao dizer que o "pai rouba e os filhos comem, ficando os netos com fome", Braga

¹⁰ Uma grupiara é um tipo de cascalho que contém ouro ou diamantes, especialmente encontrado em áreas de garimpo. O termo, recorrente nas narrativas de Pedro Braga, é utilizado para descrever locais onde a extração desses minerais preciosos é possível e valiosa.



evidencia a ideia de que a riqueza mal adquirida não se sustenta ao longo das gerações, levando ao declínio e à miséria.

Dessa maneira, Braga constrói um legado oral que mantém viva a memória dos escravizados no Vau, não apenas como um tributo ao sofrimento que eles suportaram. Ao transmitir suas narrativas, ele garante que a história da escravidão e seus impactos na comunidade nunca sejam esquecidos, e que a luta e a resistência dos escravizados permaneçam como parte integrante da identidade local.

CONCLUSÃO

Ao tratar dos escravizados em suas narrativas, Pedro Braga não apenas reconstrói a memória de um tempo marcado pela exploração e opressão, mas também propõe uma reflexão crítica sobre como essa herança moldou a identidade do Vau e de seus habitantes.

Especialmente no que tange às representações dos escravizados, as narrativas de Pedro Braga mostram um profundo respeito por essas figuras históricas que moldaram a região de Diamantina. Em seus escritos, ele evoca as experiências dos escravizados não apenas como vítimas, mas como protagonistas de uma história de resistência, sofrimento e trabalho árduo. Nessas histórias, ele cria uma teia narrativa que mistura lenda, memória e história.

Essas narrativas são fundamentais para a preservação da memória coletiva da comunidade do Vau. Mesmo que às vezes fantasiosas ou exageradas, elas garantem que a história dos escravizados permaneça viva nas memórias e nas tradições da região. Além disso, ao trazer essas histórias para o presente, nosso narrador do Vau oferece uma reflexão crítica sobre as injustiças do passado e a forma como elas ainda reverberam na vida contemporânea. O impacto da obra de Pedro Braga no entendimento histórico da região de Diamantina é inestimável, oferecendo uma lente através da qual podemos enxergar o passado e o presente com maior clareza.

REFERÊNCIAS

- CAFFÉ, Eliane. **Narradores de Javé**. Direção: Eliane Caffé. Produção de Bananeira Filmes, Gullane Filmes, Laterit Productions, Riofilme. Brasil: Riofilme, 2004.
- CATROGA, Fernando. **Memória, História e historiografia**. Coimbra: Editora Quarteto, 2001.
- FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira. **Apresentação**. ENTRE-LUGAR, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 1–17, 2010. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/entre-lugar/issue/view/33>. Acesso em: 15 set. 2024.



FURTADO, Júnia F. **O livro da capa verde: o regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da real extração**. São Paulo, Annablume, 1996.

FURTADO, Júnia F. **Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito**. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 1924. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas, SP. Editora da UNICAMP (Coleção Repertórios), 1990.

LEITE, Matheus de M. G.; PINTO, Shara G. S.; ZANON, Márcia C. G.; RIBEIRO, André T.; BERNARDO, Jonathan M. **Territórios quilombolas e emancipação humana: a reconstrução da estrutura agrária brasileira a partir do reconhecimento de direitos étnicos**. In: CBEU, Natal, 2018. Anais... Natal: CBEU, 2019. Disponível em <https://cedefes.org.br/artigo-territorios-quilombolas-e-emancipacao-humana-reconstrucao-da-estrutura-agraria-brasileira-a-partir-do-reconhecimento-de-direitos-etnicos>. Acesso em 09/09/2024.

MARQUES, Reinaldo Martiniano. **Quem conta um ponto aumenta um ponto**. Coleção Quem Sabe Faz. Belo Horizonte : Ed. UFMG, 1998.

PEREIRA, Vera Lúcia Felício. **O Artesão da Memória no Vale do Jequitinhonha**. Belo Horizonte : Ed. UFMG, 1996.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. In: Projeto História. São Paulo (14) fevereiro, 1997.

RIEDEL, Augusto. **Lavra de diamantes do Sr. Vidigal no rio Jiquetinhonha: tiragem de cascalho**. 1868-1869. 1556 x 1378 pixels. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/317>. Acesso em: 10/09/2024.

RIEDEL, Augusto. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**. São Paulo: Itaú Cultural, 2024. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa204742/augusto-riedel>. Acesso em: 12 de setembro de 2024. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7.

SAINT-HILAIRE, Augusto de. **Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, [1830], 2004.

SPIX & MARTIUS. [1824] 1981. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. Ed. Itatiaia, Belo Horizonte; Edusp, São Paulo.

SOUZA, Josiley Francisco de. **Pedro Braga: uma voz no Vau**. Orientadora: Sonia Maria de Melo Queiroz. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

FONTES

BRAGA, Pedro Cordeiro. **Escritos do Sr. Pedro Braga (Caderno 06)**. Digitalização e transcrição por Lúcia Nascimento em 2001/2002 (236 páginas). Vau, 1988.

ENTREVISTAS

BRAGA, Pedro Cordeiro [71 anos]. [abril de 1988]. Entrevistador: Reinaldo Martiniano Marques. Povoado do Vau, Diamantina, MG, abril de 1988.



OS INVESTIMENTOS DIPLOMÁTICOS DOS ESTADOS UNIDOS PARA A PRÁTICA DA EDITORAÇÃO E A MEDIAÇÃO DE MANUEL PINTO DE AGUIAR PARA O INTERCÂMBIO COM OS USIS NO BRASIL E NA BAHIA (1958-1961)

THE UNITED STATES' DIPLOMATIC INVESTMENTS IN PUBLISHING PRACTICES AND MANUEL PINTO DE AGUIAR'S MEDIATION IN THE EXCHANGE WITH THE USIS IN BRAZIL AND BAHIA (1958-1961)

Larissa Penelu Bitencourt Pacheco¹

RESUMO

O presente artigo trata da atuação de Manuel Pinto de Aguiar (1910-1991) como editor e da história da *Livraria Progresso Editora* (1945-1996) no período pós-Segunda Guerra Mundial. O artigo aponta a influência dos investimentos diplomáticos dos Estados Unidos na prática da editoração e a relação de Aguiar com outros estudiosos das ciências econômicas, como autor de títulos sobre planejamento. A metodologia se fundamenta no ponto de vista de Pierre Bourdieu sobre a produção cultural e a delimitação dos campos acadêmicos, além da perspectiva da LPE como um aparelho privado voltado à disputa de hegemonia. As fontes incluem as correspondências de sua coleção (*Fundo Manuel Pinto de Aguiar*) e outros documentos que sustentam a análise de sua trajetória. O recorte temporal refere-se aos anos de maior atividade da editora, em razão de um trabalho conjunto com a embaixada estadunidense no país.

Palavras-chave: Livraria Progresso Editora; Guerra Fria; intelectuais.

ABSTRACT

This article examines the role of Manuel Pinto de Aguiar (1910-1991) as a publisher and the history of *Livraria Progresso Editora* (1945-1996) in the post-World War II period. It highlights the influence of U.S. diplomatic investments on publishing practices and Aguiar's relationship with other scholars of economic sciences, particularly as an author of works on planning. The methodology is based on Pierre Bourdieu's perspective on cultural production and the delimitation of academic fields, as well as the view of LPE as a private apparatus for the contestation of hegemony. The sources include correspondence from Aguiar's collection (*Fundo Manuel Pinto de Aguiar*) and other documents that support the analysis of his trajectory. The temporal focus refers to the years of greatest activity for the publisher, due to collaborative work with the U.S. Embassy in Brazil.

Keywords: Livraria Progresso Editora; Cold War; intellectuals.

¹ Doutora em História Social – Universidade Federal da Bahia; Docente Adjunta; Professora de História da América; Pesquisadora do Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia – Universidade Estadual de Feira de Santana.

Contato: lpbpacheco1@uefs.br



A ABORDAGEM DA HISTÓRIA EDITORIAL NO BRASIL

O universo intelectual das livrarias brasileiras, a circulação de livros, o mercado editorial e os empreendimentos da produção cultural brasileira no universo pós-guerra foram evidenciados por meio de estudos de história sobre as editoras brasileiras e trajetória de empresas em diálogo com a história do livro. Da referência inicial de discussão sobre livros, empresas e publicações (HALLEWELL, 1985), outras portas vêm se abrindo para uma abordagem da trajetória de escritores e dos intelectuais desse universo. Um exemplo é o trabalho de Gustavo Sorá (2010), a respeito do percurso construído por José Olympio como empresário de livros e as conexões da livraria Brasileira, por ele fundada, com o mercado editorial brasileiro. Nesse universo, é possível destacar o quanto o movimento feito por grupos de escritores e empresas que se consolidaram na venda de impressos está em articulação com o itinerário dos intelectuais que os produziram. Essa via de mão-dupla aponta para a história do mercado de livros e a história intelectual em estreita vinculação.

O crescimento da divulgação dos produtos culturais nacionais, e o grande enfoque na propaganda da literatura brasileira fora do país marcou as ações da diplomacia e os mecanismos de intercâmbio entre intelectuais do Brasil e de outros países desde a Segunda Guerra. No pós-guerra, o Ministério das Relações Exteriores, Itamaraty, fortaleceu a internacionalização dos títulos de obras brasileiras, o que destacou o lugar do Brasil no desenvolvimento das Ciências Sociais e da História, nos Estados Unidos e na Europa. Recentemente, Ian Merkel (2023) indicou a influência dos intelectuais e da experiência social brasileira para as ciências sociais francesas em um estudo sobre as trocas culturais entre os dois países. Autores como M. Chor Maio (2010) e Lívio Sansone (2004), já haviam, contudo, direcionado seus estudos para entender as formulações de ideias construídas no intercâmbio entre escritores brasileiros e cientistas de academias europeias, mostrando a formação de redes internacionais de contatos e de circulação de ideias, que foram sustento tanto para a consolidação de campos de estudos, como de compromissos acadêmicos que extrapolavam os limites das universidades e instituições de ciência, sustentando políticas e estratégias ideológicas.

Portanto, a produção de livros envolveu uma série de questões para a História dos Intelectuais, uma vez que os autores interferiam nos projetos de edição e na circulação das obras, não só como escritores, mas também como idealizadores de empresas, como as livrarias e as editoras. Assim, a história editorial serviu de percurso para a formulação de projetos políticos que envolveram a defesa particular do mercado editorial em si e da vida profissional dos escritores, como também pensamentos que os dispunham em negociação no conjunto das reflexões políticas sobre o Brasil.



De acordo com os estudos de Dumont e Fléchet (2014, p. 2-3) sobre a diplomacia brasileira, o interesse no investimento em ações culturais no terreno da diplomacia externa se fortaleceu no interior do Itamaraty, entre o período que vai da década de 1920 a 1980, quando houve uma crescente mobilização dos recursos da política externa para a ampliação dos atos que envolveram a divulgação dos produtos da cultura brasileira para o mundo. Para o período da Segunda Guerra, podemos citar o trabalho de Antonio Pedro Tota (2002), que apontou para as parcerias construídas pelo escritório da *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCCIA), liderado pela figura de Nelson Rockefeller no Brasil e sob os acordos feitos com o ministério de Osvaldo Aranha e Getúlio Vargas. As parcerias foram o ponto de partida para a difusão de ideologias sobre o Brasil nos Estados Unidos e para a difusão de expectativas de consumo e de expansão do modo de vida americano no Brasil, que marcaram a aliança com o país líder dos Aliados na Segunda Guerra e encaminharam ações de interrupção do crescimento do antiamericanismo. Até 1945, o conhecimento sobre o Brasil e as intenções em pautar a aproximação entre os dois países foi mais vigorosa, sendo retomada mais adiante na Guerra Fria. Para os Estados Unidos (EUA), na década de 1950, o Brasil e a América Latina não seriam os alvos mais importantes da sua política de investimentos no pós-guerra e, sendo assim, os recursos dos EUA destinados às políticas de incentivo ao “desenvolvimento”, no Brasil podem ser estimados em cerca de 2% do total do recurso investido pelo país à frente do imperialismo nesse período (CHASTEEN, 2001, p. 210-211). O fato é que, para esse contexto posterior à Segunda Guerra, o interesse maior dos Estados Unidos estava em aprofundar seus contatos com os países europeus. Mas, ainda assim, enquanto havia expectativas de empresários brasileiros e dos próprios governos de que uma política de benefícios diretos fosse feita por meio de direcionamento de recursos, era a via da propaganda cultural e do americanismo que mais se destacava nos encontros diplomáticos oficiais entre representantes dos interesses dos dois países.

A notável presença dos diplomatas que difundiam publicamente as intenções dos Estados Unidos em criar uma maior “aproximação” e conhecer a cultura brasileira, junto à divulgação dos produtos culturais americanos, no cinema, no teatro, nas artes, na mídia e nas livrarias é uma realidade da década de 1950. Por outro lado, o Itamaraty fundamentou uma série de rotinas para o funcionamento da Divisão de Cultura, que veio a ganhar cada vez mais espaço, apontando para a preocupação da parte da diplomacia brasileira em estruturar a dimensão cultural como um caminho estratégico para a ampliação do prestígio do Brasil em outros domínios (DUMONT; FLECHET, 2014).

Na conjuntura, após o término da Segunda Guerra, consideramos a emergência de um sistema bipolar de oposições, com o crescimento da divisão internacional entre Leste-Oeste,



ideologias de liberdade individual e outras propagandas da cultura imperialista estadunidense, em oposição às táticas expansivas da União Soviética (CHOMSKY, 2003, p. 36). Ao longo da década de 1950, assim como as respostas militares, a Guerra Fria apontou novos caminhos para a diplomacia internacional, o que fez com que as pautas de construção de disseminação do modo de vida americanista e do alargamento das relações comerciais dos Estados Unidos pela via de propaganda fosse escopo fundamental do conflito, que se expunha cada vez mais em atos de controle de experiências políticas contrárias ao viés considerado democrático pela ideologia dos Estados Unidos, e em oposição ao aumento do alcance das estruturas da publicidade soviética no mundo. Esse assunto conhecido pode ser visto na abordagem de autores como Noam Chomsky e nas diversas discussões sobre a pauta da própria diplomacia externa dos Estados Unidos durante o contexto posterior às declarações de ruptura com Moscou e sua política externa na década de 1950 (CHOMSKY, 2003, p. 39). Ao longo da primeira década da Guerra Fria no continente, as ações de propaganda e cultura foi o corpo essencial da estratégia dos Estados Unidos para a diplomática da Guerra Fria.

A ação da Guerra Cultural era feita pelo atravessamento de mecanismos de conquista de “corações e mentes” e a principal característica das ações da Agência Central de Informações dos Estados Unidos, nesse período, era a de fazer com que elas parecessem que não existiam (SAUNDERS, 2008, p. 13). Alguns projetos de caráter secreto, de acordo com Saunders, como a organização dos Congressos pela Liberdade da Cultura, na Europa, realizava publicações, conferências e encontros em prol da promoção do afastamento dos intelectuais europeus dos ideais marxistas e comunistas, sem que fossem explícitas a real participação dos agentes dos Estados Unidos no Processo (SAUNDERS, 2008, p. 13). O movimento da Agência, com a oferta de suportes financeiros com caráter de filantropia e com a aproximação com intelectuais que migraram da esquerda para um terreno de “defesa das liberdades” foi o que se consolidou, na abordagem da autora como “Guerra Fria Cultural”. As ações de financiamento e apoio dos Estados Unidos, feitas por agentes secretos em torno de revistas, círculos de intelectuais, com caráter “altruísta”, ainda revelariam, para Saunders, as estratégias da Guerra Fria que se fazia no terreno das ideologias difundidas no Ocidente, logo após a Segunda Guerra. Longe da militância dos intelectuais do alto escalão da Agência (CIA), os efeitos da Guerra Fria Cultural também foram sentidos na América Latina. Além da divulgação do Congresso pela Liberdade da Cultura, é notória a existência de uma preocupação da parte do Departamento de Estado, ao longo dos governos Truman-Eisenhower em contrariar um possível crescimento da influência do comunismo e do antiamericanismo no continente. Assim, nesse texto, observo



que as embaixadas e consulados, onde funcionavam as agências locais das USIS (os escritórios especiais de informação, ou *United States Intelligence Service*) aplicaram uma série de auxílios indiretos para diálogo e financiamento de acordos no campo da cultura, selecionando os parceiros desse empreendimento. De acordo com Elizabeth Cancelli (2017, p. 32),

Em linhas gerais, a política de intervenção da CIA como financiadora da CCF (Cultural Congress for Freedom) sobre o trabalho intelectual partia do entendimento de que o suporte cultural era o mais apropriado, se levado em conta que o objetivo seria o de atingir intelectuais e aumentar seu entendimento sobre os Estados Unidos, uma vez que o marxismo e o comunismo estariam desempenhando um papel crescente de atração entre os intelectuais no pós-guerra.

A abordagem da História dos Intelectuais, no contexto da Guerra Fria, ainda carece de maiores discussões no que diz respeito ao período que antecede a Revolução Cubana (1959), a Aliança Para o Progresso (1961) e o golpe civil-militar no Brasil. Em recortes anteriores, é possível verificar que as relações entre Brasil e Estados Unidos e as ações de uma “diplomacia cultural” já haviam ganhado força expressiva ao longo da década de 1950. A trajetória de intelectuais como Manuel Pinto de Aguiar (1910-1991), sujeito desse estudo, foi atravessada por esses mecanismos da política externa estadunidense, sendo o mesmo um mediador estratégico no processo de difusão da cultura americana e na formulação de um diálogo propenso aos seus interesses empresariais.

De acordo com Antônio Gramsci (2004), é preciso compreender as instituições sociais e as organizações de cunho privado ou misto, do Estado “ampliado”, que abrigaram diferentes projetos acadêmicos e com os quais o intelectual se envolveu. Tais espaços organizativos, ao mesmo tempo que 1) indicam os interesses particulares dos intelectuais para a consolidação das suas carreiras no próprio campo, ou na esfera própria dos circuitos acadêmicos dos intelectuais, 2) são um aparato de instrumentalização da própria direção e disputa da direção de classe na sociedade civil; ou seja, para o primeiro aspecto, a busca pela distinção social e o acesso ao poder simbólico por meio de um universo intelectual, e o campo, considera-se que os escritores aqui analisados estão conectados a aspectos próprios do universo acadêmico, seus valores, sua linguagem e, acredita-se que seja possível dizer, pela produção cultural dos livros. Bourdieu movimentou estudos sociológicos sobre essas distinções simbólicas nos mais diversos aspectos da produção social e cultural, em especial na produção da arte e aqui destaco o seu uso em “A distinção [...]” (BOURDIEU, 2006). Para Bourdieu, esse campo se desloca dentro da sociedade por questões de autossuficiência, ou pelo menos de busca para reunir elementos que confirmam ao mesmo um capital próprio para negociação da posição de prestígio intelectual nos jogos



das relações sociais (BOURDIEU, 2007). Na interpretação bourdieusiana, a ação de intelectuais perpassa a compreensão da sua mediação no “campo”. Por outro lado, sobre o segundo aspecto, os modos como esses espaços de produção de cultura abrigam diferentes projetos, imbuídos de interesses classistas, não está na reflexão de Bourdieu. É Antônio Gramsci quem nos indica as vias para compreensão de que os instrumentos constitutivos dos aparelhos de produção de cultura também se consagram como vias de fato para a disputa da hegemonia, uma vez que estendem para o âmbito dos grupos de intelectuais organizados na sociedade civil a difusão ou a construção de projetos políticos.

Nesse sentido, as editoras, com a Livraria Progresso, aqui analisada, podem ser compreendidas como aparelhos que comportam a construção de uma visão de mundo e conflituam, dentro da própria sociedade civil, a composição das correlações de poder junto ao Estado. Na verdade, a sociedade civil, para Gramsci, compõe o mesmo Estado de modo integrado nessa articulação (SILVA; CALIL, 2021). Ainda, de acordo com as análises a respeito da “mediação cultural”, considero que há um escalonamento de funções desses intelectuais como sujeitos mediadores, como responsáveis por museus, bibliotecas, difusão da arte e da literatura, ou seja, intermediários que promovem a comunicação social da cultura, como os próprios editores. Essa reflexão é originada nas discussões sobre o emprego da categoria “mediação”, sustentada por Jean Davallon (2003), apesar de que seu pensamento questiona a ligação muito direta entre a mediação cultural e a produção das ciências da informação e tecnologias. No âmbito da interpretação histórica, a contribuição de Gomes e Hansen (2016) na organização de uma coletânea sobre o tema, apontou para o modo como os intelectuais interferem na mediação, inserindo-se como produtores, tradutores, editores, educadores. Por meio desse caminho, percebo o quanto o sujeito, Manuel Pinto de Aguiar, escritor e editor, promoveu ações culturais e atuou como agente público, servindo a instituições do Estado, como as próprias Universidades, como autor engajado nas ciências econômicas e preocupado em se aproximar de correntes interpretativas sobre o desenvolvimento nacional que mais se adequaram como instrumento político para seus interesses de classe e como ele também empresariou a editora para a disseminação desses projetos, além é claro de sustento de seus próprios fundos de capital.

Dentre os trabalhos que discutiram o tema da produção cultural na Guerra Fria, destaco aqui a produção de Laura de Oliveira (2015), que, ao apresentar a produção de livros, pela empresa editora GRD – sigla para Gumercindo Rocha Dórea – apontou o quanto as seleções de títulos feitas na empresa mencionada por ela eram movidas no contexto da intervenção do programa de concepção e formatação de livros para países em Desenvolvimento, o *Franklin Book Program*. O programa foi capitaneado em ações da



diplomacia estadunidense para a divulgação e a implantação de uma tradição de leitura de títulos e temas selecionados pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos da América, após 1961 e teve grande influência na própria formação da editora que ela estudou e na propagação do ideário anticomunista da conjuntura.

O EMPRESÁRIO E O EDITOR: A PROPOSTA DA LIVRARIA PROGRESSO EDITORA

A história do movimento editorial, na Bahia do pós-Guerra, envolveu principalmente o nome de Manuel Pinto de Aguiar, um intelectual decisivo na articulação dos interesses empresariais baianos e um formulador de projetos de intervenção cultural, nos quais a impressão de livros ocupou lugar central. Nascido em Alagoinhas, estudou direito na Universidade da Bahia (1928), trabalhou em 1933, no Ministério do Trabalho, foi diretor da Caixa Econômica Federal, entre 1933 e 1937 (ROCHA, 1996, p. 21). Os vários cargos que ocupou ao longo de sua vida, incluem funções como as de fundador do Banco de Administração S. A., que cumpriu um papel no fortalecimento de redes de crédito e financiamento de instalações urbanas na Bahia, além do financiamento da construção de bairros populares em Salvador. Foi Deputado Estadual em 1935, sendo um dos elaboradores da Constituição Estadual (ROCHA, 2001, p. 22).

Na década de 1940, sua atuação como professor de Moeda e Crédito, na Faculdade de Ciências Econômicas, de História das Doutrinas Econômicas na Universidade Federal da Bahia e na construção de vínculos para promover publicações de livros no estado seria mais fortalecida do que sua carreira política. Mesmo assim, Aguiar continuou trabalhando no planejamento urbano de Salvador e na consultoria sobre sistemas de créditos. Em 1954, coordenou a Empresa Construtora e Imobiliária Ltda. e a Cia de Mercados, além de ser cotista na Empresa de Terraplanagem e Urbanização Ltda. Durante o governo Café Filho e, durante o governo Juscelino Kubitschek, foi nomeado para uma das diretorias regionais da Petrobrás. Na sua trajetória como empresário, se envolveu com o Banco da Lavoura de Minas Gerais, o Banco Mineiro da Produção, o Banco de Comércio e Indústria de Minas Gerais, o Banco da Bahia, o Banco do Brasil, o Banco London e South América LTDA., o Banco de Comércio e Ind. de Minas Gerais, o Banco de Com. e Ind. de São Paulo S.A. Considera-se que Aguiar foi um nome de peso para a direção de projetos de classe, no estado da Bahia e fora dele, como também um intelectual mediador, dentro do mercado do livro.

Como autor, Aguiar publicou 23 livros sobre planejamento, industrialização, educação, história econômica da Bahia, desenvolvimento na América Latina, entre outros, além de traduções, diversos prefácios e coletâneas. Desses, a própria Livraria Progresso Editora,



sob sua direção, foi seu vínculo divulgador, especialmente nos anos de 1958 e 1959. De acordo com Hallewell (1985), a editora totalizava, em 1959, 288 títulos, distribuídos por várias coleções. A Lista das Coleções feita por Hallewell é: “Autores Clássicos”, “A Bahia”, “Biblioteca Jurídica”, “Biblioteca Médica”, “Coleção Romântica”, “Conhecimento”, “Cultura”, “Ensaio”, “Espíões Policiais e Aventureiros”, “Estudos Brasileiros”, “Estudos de Sociologia e Política”, “Estudos Folclóricos”, “Filologia”, “Fórum”, “Geografia e História”, “Grandes Romances do Povo”, “Literatura Infantil” e “Filologia” (HALLEWELL, 1982, p.630).

Ao pensar na perspectiva defendida por Gomes e Hansen (2016), como um mediador de cultura, esse sujeito procurou influenciar o próprio espaço de construção de interpretações, abertamente ciente de sua função. Em 1959, como professor da Faculdade de Ciências Econômicas, Aguiar recebeu demandas para outros trabalhos acadêmicos. Houve uma série de iniciativas que pareciam estar em andamento, junto à Prefeitura Municipal de Salvador, para projetos futuros e solicitação de estudos a serem organizados em prol da utilidade prática deles. Como ele foi projetor do Mercado Municipal de Salvador e dirigiu a Companhia de Abastecimento, tem vários registros das “irregularidades” encontradas na revenda de alimentos nesses espaços, bem como reivindicações de trabalhadores, como os magarefes, respondendo à Prefeitura que o consultava em momentos de crise (DOC 1). Aguiar e o grupo do Instituto passaram a ser cada vez mais acessados como consultores nesses momentos. Seus vínculos eram diversos e a correlação da Progresso com outras ações no campo intelectual da Bahia também ocorreu por via do acesso ao Jornal “A Tarde”. Por vezes, ele foi convocado, em outras se ofereceu para escrever notas informativas que eram de seu interesse (DOC 2). Havia também na editora uma inclinação em lançar obras diversas da literatura brasileira, buscando o contato com autores como Manuel Bandeira, por exemplo, que o escreveu no outono de 1960, referindo-se a alguns detalhes a respeito do livro de poemas, para o qual pedia o acréscimo do poema “Estrela” (DOC 3). A publicação de traduções passava por parcerias organizadas com instituições e particulares, constituídas dentro das redes de aproximação de Aguiar, quando alguns colegas se colocavam à disposição para fazer o trabalho, ou consultavam outras pessoas por via destas redes (DOC 4).

Enfim, são os inúmeros os exemplos, já que o editor era o correspondente direto e quem finalizava todo o processo de ajustes dos materiais a serem publicados. Tais correspondências eram feitas diretamente entre Aguiar e os autores, pois ele ajustava as edições à próprio punho, como se pode perceber nos diversos manuscritos e anotações sob textos datilografados e que podem ser encontrados no seu acervo. Um dos autores que mostraram essas preocupações foi Luís Vasconcelos, que havia escrito um capítulo para



uma das obras, chamado “Migrações internas” e Aguiar discutiu em carta os ajustes que deveriam ser providenciados (DOC 5). Edson Carneiro, por exemplo, pediu a Aguiar que interferisse no processo de publicação de “A Cidade de Salvador”, junto à Universidade Federal da Bahia (UFBA), para que fosse agilizado. Essa relação também aponta para o seu prestígio no Conselho Editorial da UFBA.

O empresário, por vezes, misturava os trabalhos da editora com o trabalho de contabilidade de seus negócios. Em 1960, os dados da participação da Cia de Mercados indicavam a movimentação de 3.000.000,000 cruzeiros naquele ano. No Balanço geral da empresa, em 1961, as contas fecharam em 8.512.242,90 cruzeiros, somando-se direitos autorais a pagar, contas correntes, obrigações fiscais a pagar, títulos a pagar, institutos de previdência social, débitos com o Banco Com. e Ind. de Minas Gerais S/A., fornecedores, além de 5.192.899,00 de capital, fundo de garantia, seguro para depreciação de livros, fundo de reserva, fundo de reforma de instalações, fundo para aumento de capital (DOC 6).

A publicação de livros, no Brasil, foi fundamental para a ocupação profissional dos intelectuais, no contexto entre 1920 e 1945. Tanto no setor público, como no setor privado, o mercado do livro foi um dos principais espaços para a estabilização de “postulantes à carreira intelectual” (MICELI, 2001). A realidade da atividade editorial, após os anos 1920, foi de mudança. O controle das atividades, que antes partiam das principais famílias letradas, especialmente em São Paulo, se intercalaram com novas equipes em editoras privadas em outros centros (MICELI, 2001). Em São Paulo, livrarias e grupos produtores de jornais e revistas foram os principais ambientes de fomento de uma transformação para as vendas de livros e “desses âmbitos emanaram fórmulas de produção cultural que, progressivamente, rasgaram estruturas de poder monopolizadas pelo mecenato oligárquico e seus salões privativos” (SORÁ, 2010, p. 39).

No final dos anos 1930, a produção das livrarias rompeu cada vez mais com os limites locais e regionais, sendo consagradas associações e montadas muitas reuniões em novos espaços de sociabilidades fora do eixo Rio-São Paulo. O movimento modernista brasileiro alargou o raio de atuação da intelectualidade brasileira nesse sentido, sendo acompanhada pela movimentação de franceses e de investidas estadunidenses na editoração de textos da literatura e das ciências sociais no Brasil (SORÁ, 2010; MERKEL, 2023). Os catálogos de livrarias como a José Olympio, apresentavam ao público brasileiro os títulos de Oswald de Andrade, Mario de Andrade, Guilherme de Almeida, Carlos Lacerda, Afonso Arinos, Câmara Cascudo, José de Alencar, Nelson Werneck Sodré e ocupavam o espaço nas livrarias juntamente com os títulos da literatura “estrangeira”, traduzida para este mercado (SORÁ, 2010, p. 377). Na livraria Martins, os livros ficcionais estouravam nas prateleiras com os



títulos de Jorge Amado e Mário de Andrade. Segundo Gustavo Sorá (2010, p. 395), podemos destacar o crescimento da atuação corporativa das editoras, com a fundação da Associação Profissional das Empresas Editoras de Livros e Publicações Culturais, em 1941, a concepção da Câmara Brasileira do Livro, e o primeiro Congresso de Editores e Livreiros da América Latina, Espanha e Portugal, no Chile.

Em Salvador, na Bahia, o cenário de publicação já funcionava em torno da Revista Arco e Flexa, desde 1928, e os autores se promoviam em colunas de jornais, como em A Tarde, ou o Jornal da Bahia, além de enviar materiais para as “sucursais” do Rio de Janeiro e São Paulo. Aguiar, naquele momento, participou ainda da Revista Mapa, do mensário América e da Revista da Bahia (ROCHA, 2001, p. 24). Depois da fundação da Faculdade de Filosofia (1942), os escritores locais buscaram consolidar uma nova estrutura para a difusão de títulos baianos, e, ao mesmo tempo, de aproximação cultural com outros grupos de pesquisa. Era preciso estabelecer, segundo eles, uma inserção no mercado editorial, fazendo o levantamento de materiais de conhecimento “mais geral” para serem inclusos nos catálogos ao lado de suas produções. Segundo Rocha (1996, p. 94), “eram edições desse caráter que faziam a Progresso Editora manter um equilíbrio orçamentário entre receita e despesas, possibilitando, assim, a sua sobrevivência como instituição eminentemente cultural e editando mais obras”.

A Imprensa Oficial da Bahia fez uma parceria com a Civilização Brasileira, para a distribuição de impressos. Destaque-se a montagem da Coleção Tule, dirigida por Nelson de Araújo, logo em seguida, e a Progresso, em conjunto com o Centro de Estudos Baianos na difusão de títulos. Segundo Jorge Amado (1959, p. 37), a Progresso, juntamente com a Editora Itatitaia, de Belo Horizonte, “são (eram) provas já no campo da indústria do livro dessa descentralização tão importante para o desenvolvimento da nossa cultura”.

A Progresso foi fundada pelo próprio Aguiar, em 1945, a partir da sua direção editorial como proprietário, diretor e autor, sendo a sua última publicação a produção de um texto de memória da editora, o qual utilizamos para esse artigo. Considero que uma história e listagem mais detalhada do material da editora pode ser encontrada no livro, de Fernando Rocha (2001) e aqui nos limitaremos a analisar suas correspondências e outros materiais internos de administração da empresa. Na dinâmica da empresa, as gráficas contratadas eram a Tipografia Naval, a Imprensa Oficial, a S. A. Artes Gráficas a Tipografia Beditina e a Imprensa Vitória, o que revela a articulação privada e as parcerias instituídas com outros órgãos do estado da Bahia. As revisões eram todas feitas pelo próprio Aguiar, em várias etapas da produção dos livros. Depois de 1961 e da parceria consolidada na gestão do Reitor Edgar Santos junto à Universidade Federal da Bahia, Aguiar se manteve presente no



cenário editorial, atuando com a editora Itapuã, liderada por Demerval da Costa Chaves, na Bahia (ROCHA, 2001).

O “PÓLEN” DO DESENVOLVIMENTO E O INTERCÂMBIO CULTURAL NO COTIDIANO DA EDITORA

A promoção de articulações com outros intelectuais fora do país era um dos planos de Aguiar como editor. Em 1957, deu andamento a uma série de contatos com Fernando Pedrão, que estava no Chile, em Santiago, para estudos junto a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). O Chile era a sede para os estudos da comissão, desde 1949, e de lá saíam as principais ideias sobre o tema do desenvolvimento nacional, sendo as atividades da CEPAL uma circunstância fundamental para o intercâmbio de um pensamento sobre a América Latina entre viajantes e exilados políticos (WASSERMAN, 2012). Pedrão buscou o apoio de Aguiar para um direcionamento dos temas a serem estudados, além de consultá-lo a respeito dos objetivos da viagem, solicitando suporte financeiro e também intelectual (DOC 7). Essas correspondências também traziam toda a impressão do acadêmico sobre a sociedade chilena, encontros que realizava e as respostas que esperava trazer para o Brasil, ao comparar o desenvolvimento e a industrialização chilena com a nacional.

Fernando Pedrão, logo depois, se tornou professor da UFBA e completou seu doutorado em 1960. Interessado nos temas sobre o desenvolvimento na América Latina, estudou a formação do Estado, os mercados e realidades que poderiam ser comparadas com a do Brasil, ou não, uma vez que, para ele, a forma de institucionalização do poder no país teria algumas características bastante peculiares (PEDRÃO, 1988). Pedrão promoveu análises sobre os mais diversos temas voltados para o desenvolvimento regional. Pela Progresso, publicou “Breve Curso de Desenvolvimento Econômico” (1959). Como Aguiar, se tornou catalizador dos empreendimentos de intelectuais ligados a Faculdade de Ciências Econômicas, na UFBA, os contatos se destinavam à reunião de materiais que trouxessem argumentos sobre o Brasil e as iniciativas para o “desenvolvimento nacional” (DOC 8).

Deraldo Dias, funcionário da editora, foi enviado ao Chile em missão e enviou constantes informações para Aguiar quanto estava em Santiago. O editor lhe sugeriu que convites fossem feitos para que parceiros e pesquisadores de outras instituições viessem ao país. Foi assim que Deraldo, por exemplo, se tornou um vínculo para um convite feito ao professor Osvald Sunkel (1929-...), da Universidade do Chile, para ministrar aulas em Recife, num curso dirigido pelo mesmo, com o apoio de Pedrão, mantendo as relações no Chile e articulando-as com a faculdade em Recife (DOC 9). Sobre Sunkel, de acordo com



Fuentes (2020, p. 286), naquele ano, estava estudando no Chile, em contato direto com a fundação dos estudos da CEPAL e de Celso Furtado e

Desde 1952 está ligado à CEPAL e à Universidade do Chile, entre 1975 e 1986 ao Instituto de Estudos de Desenvolvimento da Universidade de Sussex, e desde 1987 à Development Research Corporation (CINDE), da qual é presidente desde 1991. Para a ECLAC trabalhou em muitos países da América Latina, especialmente no México, Brasil, Chile, Panamá e América Central. Foi fundador e Diretor do Escritório da Cepal no Brasil entre 1959 e 1961, e ingressou, desde sua criação, em 1962, no Instituto Latino-americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES).

Aguiar estava preocupado com as dissidências interpretativas (à esquerda) realizadas na CEPAL e os argumentos sobre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento do Nordeste como tema de trabalho, além da própria fundação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Sunkel, no final dos anos 1950, acompanhou Celso Furtado em vários cursos no Nordeste e, assim, Pedrão e Aguiar estavam muito próximos da iniciativa.

Além das correspondências com estudantes no México e no Chile, ele se aproximava das táticas de expansão cultural movidas pela diplomacia dos Estados Unidos no pós-Guerra. Paulo Brandão estava em estudos na Universidade de Nova York e tratou sobre os cursos que fez e os professores que conheceu. Entre eles, contou a Aguiar que estudou com Preston James, que fazia trabalhos sobre a Geografia e sobre a História de São Paulo. Fazendo essas ligações pessoais e acadêmicas, ele se dispôs a estudar problemas que se apresentassem úteis para a Prefeitura de Salvador e sugeria que Aguiar lhe indicasse os temas (DOC 10). Brandão continuou a lhe informar sobre os EUA, desta vez mandando notícias da Universidade de Yale, seus estudos, interesses e listando temas.

Porém, direcionamentos mais precisos ao nome de Aguiar mostram o prestígio do editor como um braço fundamental nas conexões locais para as políticas culturais estadunidenses. No início do ano de 1959, Aguiar recebeu um contato da USIS, ainda no mês de janeiro, mencionando a viagem que ele faria para os Estados Unidos em abril daquele ano (DOC 11). A conversa prosseguiu em agosto, quando a USIS encomendou a publicação de um título à Progresso: tratava-se de uma biografia de A. Lincoln para crianças. O livro compunha a coleção “As Grandes Vidas” e foi escrito por Carls Sandburg, Philip Van Doren Stern, Bell Irvin, David Mearn, Harvey Wish. O serviço diplomático estadunidense encarregado, agradeceu a Aguiar, por meio do intermédio do Consulado, pela publicação feita em parceria com a UFBA e a editora Caramurú. O secretário pediu que Aguiar disponibilizasse um espaço no mesmo livro para que Lawrence Morris escrevesse o prefácio (DOC 12). Em março, Dickens Jr., funcionário da embaixada, enviou-lhe o livro Lincoln para crianças, juntamente com o prefácio feito por Morris, para que Aguiar e a



Progresso organizasse (DOC 13). O livro foi editado ainda com a composição de fotografias (nove fotos enviadas diretamente ao editor por Fred Dickens Jr.), com uma edição de 500 exemplares, mas o prefácio foi escrito apenas pelo próprio MPA. Naquele inverno, Dickens lhe enviou ainda cópias das conferências conferidas por Lawrence Morris, com os títulos “Forças Dominantes da Civilização dos Estados Unidos” e também de Wath Waltman, “O poeta da identidade” (DOC 14). O livro “Forças Dominantes da Civilização dos Estados Unidos” foi publicado pela UFBA em 1959.

A USIS manteve escritórios em toda a América Latina, onde funcionavam os principais serviços de política de informação instituídos no governo estadunidense desde a entrada dos Estados Unidos na Guerra (SANTOMAURO, 2015). A partir de 1953, os USIS como escritórios locais, se tornaram parte integrante das ações da *United States Information Agency* (USIA), até 1999, quando voltaram a ficar sob a responsabilidade direta do Departamento de Estado. Segundo Santomauro, essa ação era coordenada a partir de um corpo de funcionários nas embaixadas, que estabeleciam rotinas de propagação de notícias pró-americanistas e projetos de divulgação cultural nas mais diversas localidades, especialmente nas capitais.

Lawrence Morris, chefe da Divisão de Bibliotecas e Institutos do Departamento de Estado, chegou ao Brasil em 1950, quando foi homenageado pelo Instituto Brasil-Estados Unidos (DOC 15). Em 1955, ao entregar um diploma de distinção em uma cerimônia para profissionais da saúde que estavam sendo beneficiados por programas da Fundação Kellog, Morris afirmou que essa investiu, em parceria com o governo dos Estados Unidos, 6 milhões de dólares em ações diversas no campo cultural e de formação de profissionais de saúde e entre eles, além de ter “remetido milhares de livros para bibliotecas” (DOC 16). Quando foi responsável por representar os Estados Unidos no velório de Carmen Miranda, Morris defendeu ao jornal *Correio da Manhã* que seus interesses de trabalho eram voltados para o conhecimento sobre o Brasil em seus mais diversos aspectos, história, artes, literatura e instituições, em prol da aproximação de brasileiros e americanos (DOC 17). Na entrevista, ele alega que, como os programas de bolsas não podiam atender a todos os brasileiros interessados em estudar e conhecer os Estados Unidos, os livros seriam o melhor caminho para isso.

Nesse caso, trazemos nós, aos brasileiros a vida dos Estados Unidos, sob a forma de livros. Oferecemos gratuitamente, aos brasileiros que cativam com o seu interesse uma variedade realmente muito grande de livros. São os mesmos que leem os norte-americanos. O leitor interessado preenche uma ficha aqui na nossa biblioteca – uma parte está aqui mesmo na embaixada, o principal está em Copacabana, na Avenida Atlântica, esquina de Santa Clara – e essa forma de divulgação das coisas norte-americanas que consideramos muito interessante (DOC 17).



Além da questão da formação de bibliotecas de amostragem para leitores nas embaixadas, o apoio para a consolidação de bibliotecas parceiras fez parte das ações do adido cultural Lawrence Morris em vários países. A maior parte dos recursos, aos que ele se refere, vinham dos programas de fundações não-governamentais, como o Instituto Brasil-Estados Unidos, que atuavam no estudo de línguas ou entidades da sociedade civil, como a *American Council of Learned Societies*, uma entidade privada, fundada desde 1919, que tinha um plano de trabalho para consolidação de bibliotecas em São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Santos e Fortaleza. A atuação de Morris era bastante diversificada, dado o seu papel de acompanhar as mais variadas atividades artísticas e culturais, especialmente em organizações da sociedade civil, sendo seu nome figura carimbada em vernissages, almoços, coquetéis, premiações, inaugurações de espaços institucionais, discursos que eram proferidos no Instituto Brasil-Estados Unidos, garantindo as devidas aproximações e sociabilidades típicas do campo. Morris também foi responsável por contatos entre agências estadunidenses e os festivais que ocorreram no Museu de Arte Moderna, no Rio, com apresentações de vídeos dos mais diversos, de Mickey Mouse a Charles Chaplin (DOC 18).

Morris mencionou os contatos estabelecidos entre a Universidade de Cornell e o Brasil, desde o Segundo Império, atribuindo o advento dos contatos a D. Pedro II. O destaque aqui se faz para o modo como o funcionário do Departamento se apresenta como um intelectual que não chega para interferir nas produções culturais brasileiras, mas para atender a um chamado. No entanto, foi partindo da mesma argumentação que Morris destacou que, “[...] hoje para cada D. Pedro em Philadelphia, inúmeros embaixadores, estudantes, técnicos, professores, artistas, expoentes das mais diversas profissões não menos eficientes por lhe faltarem o cunho oficial, atravessam anualmente as fronteiras”, para fortalecer o intercâmbio de saberes (DOC 19). Como ele mesmo afirmou “o pólen de uma compreensão pode ocasionalmente atravessar uma fronteira nas páginas de um livro” (DOC 19), mencionando os sucessos das traduções das obras de Gilberto Freyre, Euclides da Cunha, Joaquim Nabuco, Erico Veríssimo e Machado de Assis. Se os livros chegavam aos Estados Unidos, as políticas de intercâmbio proporcionaram que os “os livros também corresse do Norte para o Sul”.

Morris, alegando as diversas traduções que já haviam sido promovidas, para a divulgação de obras brasileiras nos Estados Unidos, defendeu uma articulação em prol das trocas de produções, especialmente de autores que seriam muito lidos nos Estados Unidos, como John Dewey. Para ele, esses autores aproximariam os leitores brasileiros das referências culturais que se difundiram entre os próprios cidadãos dos Estados Unidos e não



apenas como uma propaganda direta do modo de vida “americano”. Todas as ações foram atribuídas às mudanças que se intensificaram a partir de 1953, com a visita de Milton Eisenhower ao país, em missão promovida para reforçar o intercâmbio cultural. Os festivais e ações foram idealizados em associações e órgãos não-governamentais e, à medida que o governo Juscelino Kubitschek avançou nas aproximações com as ações dos Estados Unidos, a Divisão Cultural do Ministério das Relações Exteriores – Itamaraty fortaleceu cada vez mais a presença do governo brasileiro nesses espaços, como foi o caso da realização do Festival do Cinema Americano, em 1958, e do *Book Translation Program*. De acordo com Eliza Mitiyo (2020), esse circuito de traduções foi uma das vias que direcionaram a circulação das obras brasileiras e sustentaram o trabalho de muitos autores.

Em Salvador, outras ações chamam a atenção. Em 1959, foi fundado o Instituto de Estudos Norte-Americanos. Segundo Dickens Jr., o IENA foi uma “entidade cultural fundada [...], em Salvador, primeira no gênero na América Latina e que Mr. Morris teve a honra de inaugurar” (DOC 20). Aguiar, juntamente com o Instituto, integrou um equipamento de difusão das propostas que vieram da embaixada para a publicação e divulgação de livros. Dickens Jr., na ocasião, passou para Aguiar algumas notas sobre a composição do Conselho deliberativo, para que o empresário procurasse manter contatos e tratar de colaborações com o programa de intercâmbio cultural internacional, gerador do próprio IENA. Esse conselho era composto pelos nomes de Dr. Heitor Marback, Roberto Figueira Santos, Martin Gonçalves, Frederick Humphrey, o próprio Fred Dickens Jr. e Isabel Herwing como diretora. A ajuda “substancial” oferecida pelo órgão tratava de uma biblioteca de mil volumes, aparelhagem cinematográfica, discotecas e outros. A conexão estabelecida aponta para a inserção de Aguiar em mecanismos de vanguarda da diplomacia estadunidense na expansão das ações no terreno cultural, durante a Guerra Fria.

Nessa conjuntura, a operação de aproximação entre os governos brasileiro e o governo dos Estados Unidos, pela mediação do presidente Juscelino Kubitschek foi direcionada por meio das visitas de John Foster Dulles para reforçar as estratégias da presidência Eisenhower e da política externa estadunidense para a América Latina. O presidente, demonstrando que o Brasil, ao mesmo tempo que se fazia representar como descontente com as últimas articulações ocorridas na Operação da Missão Mista (conhecida como Missão Abbink), tentou viabilizar o máximo de investimentos em prol do desenvolvimento regional, que ocorria, de acordo com a concepção nacional-desenvolvimentista do governo, com a ampliação da industrialização (IORIS, 2022, p. 78-79). Para Ioris (2022), a estratégia de defesa de políticas multilaterais, por parte do governo brasileiro, indicou que seria necessária uma procura maior por autonomia dentro das



relações. Por outro lado, se consideramos a concepção do Secretário Henri Kissinger e suas declarações nesse contexto, havia uma defesa clara entre os teóricos da política externa estadunidense de que seria o momento de oferecer respostas menos belicosas para o combate ao comunismo, havendo uma intenção em fomentar aproximações culturais mais contínuas do que atuações reversivas de defesa (GANDIN, 2017).

Naquele momento, os contratos estabelecidos pela USIS na América Latina foram um dos mecanismos financeiros e estratégicos mais importantes para a formação de bibliotecas, centro de estudos, divulgação de periódicos e um conjunto de ações da diplomacia por dentro de instituições mistas e setores privados, como uma editora. De acordo com Mozer (2020, p. 23),

[...] editoras brasileiras, diante da dificuldade para a produção nacional do livro, encontraram saída no subsídio oferecido pela USIA e outras agências estadunidenses, como a USAID, para manter em funcionamento o seu mercado de circulação de ideias. Foram ao menos sessenta e quatro editoras brasileiras a estabelecer convênio com a USIA ao longo das décadas de 1950 e 1960.

Aguiar sustentou, na editora, interesses empresariais particulares e típicos do próprio mercado editorial em disputa e aproveitou da ação, vinda da parte das agências do Departamento de Estado, para angariar fundos e se conectar com os objetivos para a elaboração de programas culturais para o continente. As agências dos Estados Unidos, nos escritórios locais e na embaixada, se demonstravam atentas para os circuitos de produção cultural como a Progresso. A editora, como outras, ofereceu a possibilidade da fundamentação dessas trocas, com produtos culturais dos dois países, e o apoio da embaixada à editora não tornava explícita uma propaganda direta, mas divulgava o papel dos Estados Unidos como um lado de uma parceria. Como disse Saunders (2008), a estratégia era justamente não transparecer que havia uma estratégia. Assim, ler, conhecer, estar em contato com os elementos da própria cultura estadunidense seria a essência das diretrizes da política da diplomacia cultural para a América Latina, que tentou agir por meio de ações de convencimento e de estratégias de conquista “de corações e mentes”, na ambientação dos brasileiros com os modos de vida e o americanismo (MOZER, 2020). Quanto às intenções de Aguiar, ao estabelecer as relações com a referência financeira e ideológica da embaixada, podemos dizer que, como editor, ele também reuniu um capital simbólico para a superação das dificuldades que encontrava para disputar com outras editoras a publicação de textos sobre o desenvolvimento e de autores do estado da Bahia. Ainda trabalharemos com o seguinte argumento: o vínculo com a embaixada era um suporte a mais para essa disputa do mercado editorial e das ideias, mas, ao mesmo tempo, as



discussões selecionadas por Aguiar poderiam representar para a embaixada a divulgação de ideias de centro sobre o desenvolvimento da economia brasileira.

OS COLABORADORES DE MANUEL PINTO DE AGUIAR E O ISEB

Aguiar, como dissemos, se preocupou com a promoção de uma nova interpretação sobre o desenvolvimento nacional. Em 1958, Inácio Rangel (1914-1994) estava em vias de publicar um livro pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e discutiu com ele a tentativa de encontrar outro caminho que oferecesse um contraponto nacional, na Bahia, à perspectiva do instituto (DOC 21). Rangel foi um economista que se destacou entre o grupo dos autores nacionalistas do ISEB durante os anos 1950, apesar de não figurar entre seus nomes principais. Surgido efetivamente em 1955, o ISEB reuniu nomes como os de Roland Corbisier, Alvaro Vieira Pinto, Candido Almeida, Hélio Jaguaribe. Considerado como um autor de reflexões influenciadas pelo marxismo, Rangel foi estimado por Maria da Conceição Tavares como um pensador inovador em seu campo (REGO; PEREIRA, 1998, p.14). Rangel foi leitor de Marx e engajou-se no Partido Comunista Brasileiro, atuando em 1935 junto aos movimentos mais radicais daquele contexto, quando chegou a ser preso (*idem*, p.15). Ao mesmo tempo, trabalhou junto ao Governo Vargas, atuando no IBESP – Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política. Nacionalismo e industrialização eram o ponto de partida de seus textos, dos quais, o livro “Introdução ao Estudo do Desenvolvimento Econômico Brasileiro”, foi publicado pela Progresso, em 1957 e, em segunda edição, em 1960. O livro mencionado por Aguiar foi o texto escrito após o curso, sobre planejamento: “Elementos de Economia do Planejamento” e publicado em 1959 pela própria Universidade Federal da Bahia.

O pensamento de Rangel se demonstrava mais eclético, flertando com as possibilidades de análise mais diversas para compreender o planejamento, a indústria nacional e as ações vinculadas a estes para o esgotamento do modelo de industrialização interna (REGO; PEREIRA, 1998, p.19). Ao analisar a história do Brasil a partir de uma visão dualista, Rangel foi considerado como autor que fundamentou a reflexão sobre o desenvolvimento brasileiro na crítica das carências estruturais da economia nacional, ao mesmo tempo que seguiu defendendo ações como a privatização. Portanto, esse contato entre ele e Aguiar foi feito no auge de sua fase “isebiana”, de 1957-1962 (PAIM, 1998, p.64).

Ignácio Rangel pretendeu se aproximar ainda mais de Aguiar e ele lhe respondeu informando sobre a inclusão do texto sobre “projeto” na listagem de material que futuramente seria encaminhado pela editora. Aguiar o alertou que: “caso você não tenha feito compromisso com o ISEB, peça-lhe responder sobre o *quantum* a ser fixado. Na



hipótese de irmos a fazer a edição, gostaríamos que os originais nos chegassem logo, pois o mandato do reitor termina em maio...” (DOC 22). Mesmo que o título não saísse diretamente pela Progresso, a parceria com a UFBA seria aproveitada para a difusão do texto, ampliando o raio de influência do editor e dos autores que ele escolhia para suas edições.

Rangel escreveu um artigo para o jornal “A Tarde” com o título: “Pinto de Aguiar e a função dinâmica das bibliotecas” (1958). Rangel pediu a opinião de Aguiar antes que o material fosse enviado para A Tarde, se comprometendo em ressaltar o papel do editor no cenário dos livros no Brasil e apontou para uma concorrência entre as formas de divulgação dos livros e das teses que eles carregavam, em uma ou em outra editora. Havia uma escolha a ser feita sobre em qual editora divulgar suas teses e, naquele momento, optou por trabalhar com a Progresso.

Rômulo de Almeida (1914-1988), Alberto Guerreiro Ramos (1902-1985) e outras figuras, como o próprio Inácio Rangel já articulavam a divulgação dos seus trabalhos no ISEB, mas esse cenário se modificou com a fundação do Instituto de Economia e Finanças da Bahia, formado por um conjunto de pesquisadores ligados a Faculdade de Economia da UFBA e atuante no sentido de levantar novas possibilidades de construção de sistemas de créditos para o desenvolvimento do estado. Em carta, Aguiar reforçou: “Manifestei aqui ao Rômulo o meu desejo de vê-lo mais ligado ao nosso Instituto de Economia, sobretudo agora com a saída de Friedman, mesmo que fosse para tê-lo aqui por uma quinzena apenas, de três em três meses” (DOC 22). A referência é feita a John Friedman, um dos professores responsáveis pela construção dos pensamentos e teorias sobre o Planejamento Urbano no estado da Bahia.

Rômulo Almeida, formado em Direito na Bahia, atuou junto ao integralismo no Rio de Janeiro e escreveu algumas obras sobre estatísticas e planejamento, fazendo pesquisas que ofereceram suporte ao governo G. Vargas. Trabalhou diretamente no escritório de San Tiago Dantas e proporcionou séries de levantamentos de dados para o Ministério. Depois, participou dos debates do núcleo formador da UDN – União Democrática Nacional, em 1945, optando por vertentes críticas ao getulismo. Atuou também no governo Dutra, rompendo com a UDN e se voltando para os círculos do PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, na década de 1950. Participou da CPE – Comissão de Planejamento Econômico, fundada em 1955, junto com o Conselho de Desenvolvimento Econômico da Bahia.

No ano em questão, a disputa da demarcação de publicações sobre temas das ciências econômicas e do Planejamento Urbano se tornou foco da editora. Enzo Távora dos Santos enviou, por conta própria, seu texto “A Economia do Município”, segundo ele, porque



a editora seria uma das poucas que produziam textos com volumes menores, mesmo assim, garantindo uma boa circulação no país. Para Távora, a edição, se fosse feita pelo ISEB, teria menos alcance, pois ele considerava que a distribuição iseblana era limitada. Sendo um estudioso dos temas sugeridos pela CEPAL e chefe do Departamento de Economia do ISEB, tinha em vista a pronta publicação de seu texto (DOC 23) e as edições da Progresso conseguiam alcançar um público maior que o do próprio ISEB. A Progresso representava um caminho para a disputa da circulação dos títulos e das concepções do próprio ISEB.

Os autores destacavam que, se o próprio Aguiar era um dos editores mais importantes do Nordeste junto a associações corporativas como a UBE – União Brasileira de Escritores, seu nome seria um vínculo para um maior alcance de público. A UBE, na época, mediava a relação entre editores e livrarias e, como uma entidade, apresentou a intenção de construir um trabalho em conjunto com outros órgãos, como o Instituto de Finanças, já mencionado e a Progresso. Para a UBE, era preciso construir uma rede de atos, com um organograma movimentado em conjunto na sociedade civil, por esses sujeitos, em prol de “descerramento” da cultura (DOC 24). Aumentar o alcance dos livros, para leitores do “interior”, era um aspecto considerado pela associação, que se dispunha também a atuar como uma espécie de tuteladora dessa projeção cultural e denunciava uma ‘falta da cultura letrada’ entre a população rural e de cidades menores. Ao mesmo tempo, reproduzia uma série de metas claramente visíveis nas promessas estadunidenses de promover o alcance dos corações e das mentes para uma nova “civildade”. A modernidade da imprensa, a qualidade das edições também seria um aspecto diferenciador considerado pelos membros da UBE, ao afirmar a condição “amadora” dos mecanismos de publicação no interior do estado.

Só nesses pontos a UBE estará exercendo um dos seus pontos chave de suas atividades, qual seja a de difundir o livro nas grandes camadas da nossa população e a ajuda aos nossos escritores que militam no interior a realizar sua obra de levar a cultura a inúmeras criaturas, que da mesma forma se afeiçoam ao cinema, ao futebol ou a televisão, também se afeiçoarão ao livro e às reuniões literárias (DOC 25).

Depois de promover um Congresso, em 1958, a entidade almejou criar um ambiente cada vez mais propício para a recepção de uma nova forma de publicar, uma modernização do ramo em conjunto com a alteração de redes de contato acadêmicas e culturais. A UBE sugeriu que seus associados promovessem rodas de leitura, cursos de literatura, premiações e contato com Prefeitos. A formação de uma União de Escritores na Bahia e sua participação e relação com a União Brasileira de Escritores foi movida por Aguiar e por Milton Santos (DOC 26).



Houve uma intensa atividade da editora antes de sua interrupção, com a ampliação dos contatos e das tentativas feitas por Aguiar em atingir de forma mais incisiva o debate nacional. Aguiar planejava atingir investimentos com publicações por meio da parceria com o Diretor do Museu do Estado e com o Instituto de Economia e Finanças da Bahia. Quando a empresa encerrou a fase mais intensa de seus trabalhos e continuou a estabelecer algumas parcerias de publicação, dessa vez dirigidas pelo Conselho da UFBA. As contas foram administradas por Armando, depois que Aguiar passou a assumir a direção da Eletrobrás (DOC 27). Aguiar sugeriu a Armando que buscasse garantir um funcionamento mínimo das publicações, com a concentração de pessoal em uma filial, visando a diminuição dos custos. Mesmo assim, suas diligências persistiram junto aos órgãos do estado, na Prefeitura Municipal de Salvador, de onde requereu recursos, além de ter pegado empréstimos no Banco Econômico. O empresário declarou que: “nossas edições provavelmente sofrerão um ligeiro hiato, pois não conseguem institucionalá-las e funcionam elas um pouco sem base pessoal, sendo eu o dirigente efetivo e quase que executor de todos os trabalhos da nossa editora” (DOC 28).

Mesmo depois desse momento, ainda houve continuidade com os acordos que foram feitos com a embaixada dos Estados Unidos e outros que foram feitos após a 1961 para a divulgação de títulos no Brasil. Aguiar recebeu relatórios de governo, para leitura própria e outras qualidades de títulos para manter em suas prateleiras, o que era oferecido constantemente pelo Consulado. Em 1963, o escritório de Aguiar na editoração deu suporte aos trabalhos na Consultoria de Investimento e Planejamento Industrial, Desenvolvimento Regional e Análise de Mercado, Consultec, e, desta vez, traduziu títulos de trabalhos sobre a economia brasileira para a embaixada dos Estados Unidos. Dirigindo-se ao embaixador, Mario Abrantes da Silva Pinto informou o recebimento de 4.562, 50 dólares para as traduções de “O desenvolvimento econômico brasileiro no após Guerra”, de Mario Simonsen, “O Estado e a Evolução Brasileira”, de Helio Jaguaribe, o “Sistema tributário brasileiro”, de Otávio Bulhões, entre outros que, no nosso ponto de vista, apontam para um conjunto de trabalhos que versavam sobre a realidade brasileira em disputa com as interpretações marxistas e radicados em escolas consideradas “neutras” no terreno do debate do desenvolvimento nacional².

² A lista completa está no documento da Consultec para o Embaixador L. Gordon, de 23 de fevereiro de 1963 no Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia, caixa s/n “correspondências”.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O perfil de atuação de Aguiar com a Embaixada e as ações de produção de livros, merece ainda ser pensada para o período posterior à formulação da Aliança para o Progresso e a consolidação de novos mecanismos da política externa estadunidense. No caso dos estudos sobre a Guerra Fria Cultural no Brasil, encontramos um debate já demarcado pela abordagem da própria difusão do Congresso pela Liberdade da Cultura, com a apresentação de documentação a respeito da participação dos intelectuais brasileiros na montagem de grupos e periódicos, como foi o caso, por exemplo, da produção dos Cadernos Brasileiros, estudados por Marcelo Ridenti (2022). Os autores Saunders (2008), Cancelli (2017), Ridenti (2022), mostraram que o financiamento dos governos e da CIA, direcionados para o Congresso não era, necessariamente uma grande preocupação para os intelectuais que se envolveram com os movimentos “pela Liberdade”, que, segundo Saunders, “ficaram ligados pelo cordão do outro” (2008). A extensão desse “cordão” financiador se fez sentir, na América Latina e no Brasil, em tantas outras iniciativas, como para o erguimento de bibliotecas e o patrocínio da divulgação de títulos, que ampliavam a expansão da cultura “americana”, sem que a ação deixasse explícita a movimentação interventora dos Estados Unidos na parceria.

Concluimos que, no caso da relação entre Aguiar e a Embaixada, a busca pelo contato ocorria especialmente da parte do Embaixador, por intermédio de Fred Dickens Jr., que atuava no Consulado em Salvador. Além disso, o papel da União Brasileira de Escritores, que foi presidida por Aguiar, a formação do IENA, em Salvador, mostram a organização de uma associação e um grupo para dialogar com a intervenção dos Estados Unidos da divulgação da política livreira e na construção de diálogos e parcerias entre os dois países. Aguiar já demonstrava articulação internacional em outros momentos, e, naquele momento, se tornou um mediador cultural consolidado em ato. Ao mesmo tempo em que a empresa atuou com a produção de títulos diversificados para a sua sustentação no mercado de livros, seu destaque como intérprete foi marcado nas Ciências Econômicas. Ali, o tema do “Projetamento”, como ele, Rômulo Almeida e Ignácio Rangel chamavam, indicavam perspectivas (que não puderam ser exploradas no espaço desse texto) para uma via alternativa de discussão sobre a intervenção do Estado e a iniciativa privada na gestão do desenvolvimento econômico brasileiro. Tal perspectiva concorria com o viés marxista que estava presente no grupo da CEPAL ou mesmo no ISEB e ganhava um status de neutralidade que interessava mais ao modo “americanista” de compreender a questão.



REFERÊNCIAS:

- AMADO, Jorge. Acabou-se a Corte. In: **Leitura**, (Rio de Janeiro) n. 30, p.8, Ano XVIII, nº 10, 1959. (Acervo digital Hemeroteca da Biblioteca Nacional).
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Unesp, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- CANCELLI, Elizabeth. **O Brasil e a Guerra Fria Cultural**. O Pós-Guerra em Releitura. São Paulo: Intermeios, 2017.
- CHASTEEN, Jhon Charles. **América Latina, uma História de Sangue e Fogo**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- CHOMSKY, Noam. **Contendo a Democracia**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2003.
- DAVALLON, Jean. A mediação: a comunicação em processo? Tradução de SARAIVA, Maria Rosário. In: **Revista Prisma**, 2003.
- FUENTES, J. M. Osvaldo Sunkel - Um intelectual indispensável para entender o mundo das últimas décadas. In: SOUSA, C. M.; THEIS, I. M.; BARBOSA, J. L. A. (org.). **Celso Furtado: a esperança militante (Depoimentos)**, vol. 2. Campina Grande: Eduepb, 2020. p. 285-295.
- GANDIN, Greg. **A sombra de Kissinger. O longo alcance do mais controverso estadista americano**. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.
- GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (org.). **Intelectuais Mediadores: Práticas culturais e Ação Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere (Volume 2). Os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3ª. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- HALLEWELL, Lawrence. **O Livro no Brasil: Sua História**. São Paulo: Edusp, 1985.
- IORIS, Rafael R. A agenda do desenvolvimento nacional e seu papel na rearticulação da atuação internacional do Brasil na Emergência da Guerra Fria hemisférica. **(Syn) tesis**, v. 15, n. 2, p 70-86, nov. 2022.
- MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 14, out, 1999.
- MERKEL, Ian. **Termos de Troca. Intelectuais brasileiros e as Ciências Sociais Francesas**. São Paulo: Edusp, 2023.
- MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- MITIYO, Eliza Morinaka. **Tradução como política: escritores e tradutores em tempos de guerra (1943-1947)**. Salvador: Edufba, 2020.
- MOZER, Josiane. **A arquitetura da dominação: o programa editorial da Agência de Informação dos Estados Unidos no Brasil (1953-1968)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.
- OLIVEIRA, Laura de. **Guerra Fria e Projeto Editorial. A trajetória das edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil. (1956-1968)**. Maringá, Eduem: 2015.
- PAIM, Gilberto. Ignácio Rangel: um intérprete original da Realidade Brasileira. In: REGO, José Marcio; MAMIGONIAN, Armen (org.). **O Pensamento de Inácio Rangel**. São Paulo: 34, 1998.



PEDRÃO, Fernando Cardoso. **Qual Estado?** Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1988.

REGO, José Marcio; PEREIRA, Luis Carlos Bresser. Um mestre da economia brasileira: Ignácio Rangel. In: REGO, José Marcio; MAMIGONIAN, Armen (org.). **O Pensamento de Inácio Rangel**. São Paulo: 34, 1998.

RIDENTI, Marcelo. **O Segredo das Senhoras Americanas. Intelectuais, internacionalização e financiamento da Guerra Fria Cultural**. São Paulo: Unesp, 2022.

ROCHA, Fernando. **Progresso Editora: Tribuna e Paixão de Pinto de Aguiar**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1996.

SANGIOVANNI, Ricardo Fagundes. **A cor das elites. Questão racial e pensamento social através da trajetória intelectual de Thales de Azevedo**. Tese (Doutorado Pós-Afro) – Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2018.

SANSONE, Lívio. **Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil**, Trad. de Vera Ribeiro, Salvador/Rio de Janeiro: Edufba/Pallas, 2004.

SANTOMAURO, Fernando. **A United States Information Agency e sua ação no Brasil. De 1953 A 1964**, Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2015.

SAUNDERS, Franis Stonor. **Quem Pagou a Conta? A CIA na Guerra Fria da Cultura**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto. Hegemonia, aparelhos privados e pesquisas na linha de pesquisa Estado e Poder. In: SILVA, Carla Luciana; PONTAROLO, Fábio; RIPPEL, Leomar; RIBEIRO, Marcus Vinicius (org.). **Estado e Poder. Luta de classes e hegemonia**. Minas Gerais: Navegando Publicações, 2021.

SORÁ, Gustavo. **Brasilianas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2010.

WASSERMAN, Cláudia. Transição ao socialismo e transição democrática: exilados brasileiros no Chile. **História Unisinos**, n. 16, p. 82-92, abr. 2012.

DOCUMENTOS

(DOC 1) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia, “Carta de Carl Santos para Manuel Pinto de Aguiar”, 15 de agosto de 1959, Cx. 8.

(DOC 2) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia “Carta de Manuel Pinto de Aguiar para Vasconcelos Maia”, março de 1960, Cx. 20.

(DOC 3) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia “Carta de Manuel Bandeira a Manuel Pinto de Aguiar”, 16 de junho de 1960, Cx. 20.

(DOC 4) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia “Carta de José Silveira para Noel Bernard”, 16 de fevereiro de 1960, Cx.20.

(DOC 5) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia, “Carta de Manuel Pinto de Aguiar para Luís Vasconcelos”, 1 de junho de 1960, Cx.20.



- (DOC 6) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia, “Balanço geral, Aguiar e Souza Ltda”, 31 de dezembro de 1961, Cx. 20.
- (DOC 7) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia “Carta de Fernando Pedrão a Manuel Pinto de Aguiar”, 5 de agosto de 1957, Cx. 8.
- (DOC 8) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia “Carta de Fernando Pedrão para Manuel Pinto de Aguiar”, 17 de junho de 1959, Cx. 8.
- (DOC 9) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia, “Carta de Deraldo para Manuel Pinto de Aguiar”, 6 de agosto de 1959, Cx. 8.
- (DOC 10) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia, “Carta de Paulo Brandão para Manuel Pinto de Aguiar”, 5 de outubro de 1959, Cx. 8.
- (DOC 11) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia, “Carta de Fred Dickens para Manuel Pinto de Aguiar”, Consulado Americano, Salvador, 29 de janeiro de 1959, Cx. 8.
- (DOC 12) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia “Carta do Foreign Service of the USA – USIS”. Consulado Americano, Salvador, 27 de agosto de 1959, Cx. 8.
- (DOC 13) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia “Carta de Fred Dickens Jr. para Manuel Pinto de Aguiar”, 24 de março de 1959, Cx. 8.
- (DOC 14) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia, “Carta de Fred. Dickens Jr. (IENA) a Manuel Pinto de Aguiar”, 23 de junho de 1959, Cx. 8.
- (DOC 15) Rio de Janeiro, Correio da Manhã, 21 de maio de 1950, p.14, Edição 17539.
- (DOC 16) “A fundação Kellog e seus bolsistas brasileiros”, 29 de abril de 1955, Rio de Janeiro, Correio da Manhã, p.2, edição 19045.
- (DOC 17) “Para que brasileiros e norte-americanos mais se estimem, melhor se compreendam. O adido cultural Lawrence S. Morris dá impressões sobre o intercâmbio entre Estados Unidos e Brasil”. Rio de Janeiro, Correio da Manhã, 1955, p. 22, edição 19085.
- (DOC 17) *Idem, ibidem.*
- (DOC 18) “História do Cinema”, Rio de Janeiro, Correio da Manhã, 20 de junho de 1958, p. 12, edição 20009.
- (DOC 19) “Intercâmbio cultural entre o Brasil e os Estados Unidos”. Rio de Janeiro, Correio da Manhã, 30 de outubro de 1955, p. 10, edição 19203.
- (DOC 19) *Idem, Ibidem.*
- (DOC 20) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia “Carta de Fred W. Dickens Jr. a Manuel Pinto de Aguiar”, s/data, Cx. 20.



(DOC 21) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia “Carta de Ignácio Rangel para Manuel Pinto de Aguiar”, março de 1958, Cx. 8.

(DOC 22) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia “Carta de Manuel Pinto de Aguiar pra Inácio Rangel”, 20 de fevereiro de 1958, Cx. 8.

(DOC 22), *Idem*.

(DOC 23) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia “Carta de Enzo Távora para Manuel Pinto de Aguiar”, 17 de dezembro de 1959, Cx. 8.

(DOC 24) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia, “Como atuaria uma casa de cultura em convênio com o núcleo da UBE?” (documento de cópia datilografada, com data anotada a lápis, com referência a 1958), Cx. 20.

(DOC 25) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia, “Estatuto da UBES”, Cx. 20.

(DOC 26) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia, “Carta da União Brasileira de Escritores para a Livraria Progresso”, 14 de maio de 1959, Cx. 8.

(DOC 27) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia “Carta de Manuel Pinto de Aguiar para Armando”, 25 de maio de 1961, Cx. 20.

(DOC 28) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia “Carta de Manuel Pinto de Aguiar para Luís Vasconcelos”, 1 de junho de 1960, Cx. 20.



LER NAS ENTRELINHAS: A ANÁLISE DO DISCURSO COMO FERRAMENTA TEÓRICA E METODOLÓGICA PARA A INTERPRETAÇÃO DE DOCUMENTOS SENSÍVEIS

READING BETWEEN THE LINES: DISCOURSE ANALYSIS AS A THEORETICAL AND
METHODOLOGICAL TOOL FOR INTERPRETING SENSITIVE DOCUMENTS

Camila da Silva Portela¹

RESUMO

A história é construída, a partir da análise de um saber histórico e das tramas presentes nos vestígios deixados do passado, ou seja, são as diversas interpretações discursivas que constroem o passado. Nesse sentido, o historiador – enquanto indivíduo que narra o que não vê – coleta versões ou detalhes nas várias versões a que tem acesso para poder elaborar uma narrativa. Para isso, os mais diferentes instrumentos de análise podem ser usados para apoiar o historiador nessa construção. No caso presente, será demonstrado como a Análise do discurso pode ser um aliado nas interpretações e análise das fontes sensíveis, produzidas pelos órgãos de segurança e informação, no período da ditadura militar.

Palavras-chave: ditadura militar; documentos sensíveis; análise do discurso.

ABSTRACT

History is constructed through the analysis of historical knowledge and the patterns present in the remnants of the past. In other words, it is the various discursive interpretations that shape the past. In this sense, the historian – as an individual who narrates what he or she does not directly observe – gathers versions or details from the various accounts available to them in order to construct a narrative. To achieve this, a variety of analytical tools can be employed to assist the historian in this process. In the present case, we will demonstrate how discourse analysis can be an ally in interpreting and analyzing sensitive sources produced by the security and intelligence agencies during the military dictatorship.

Keyword: military dictatorship; sensitive documents; discourse analysis.

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal do Maranhão. Bolsista capes. Artigo apresentado à disciplina de Análise do Discurso: contribuições de Foucault e Pecheux. Orientador: Prof. Dr. Lyndon de Araujo Santos.
Contato: camila.portela@discente.ufma.br



Construir conhecimento não é reproduzir a cópia fiel do real, mas entender as maneiras diferentes de construí-lo (WEBER, 2001).

INTRODUÇÃO

Os Órgãos de Inteligência ou Serviços de Informação fazem parte da estrutura burocrática de um Estado, construídas com uma série de instrumentos e estratégias para produção de informações, geralmente relacionadas com a segurança nacional ou, mais especificamente, cenários de ameaça à segurança da nação.

No Brasil, esses órgãos e serviços existem desde o período imperial e surgiram justamente no contexto de construção das instituições que viriam a dar o tom da estrutura burocrática do Estado brasileiro. Durante o período republicano, essa estrutura de coleta e processamento de informações se aperfeiçoou conforme o Estado também se complexificava.

Os serviços de informação, portanto, operam com princípios básicos que são socialmente partilhados, pelo menos dentro de um grupo que compõem a estrutura administrativa do Estado. A noção de segurança nacional, por exemplo, é um desses princípios, construídos e partilhados, e que fazem operar uma série de sentidos e de realidades práticas na vida social.

Segundo Marionilde Brepohl de Magalhães, os serviços de inteligência e informação se transformaram em:

um complexo sistema repressivo para combater a subversão e, ao mesmo tempo, reprimir preventivamente qualquer atividade considerada suspeita por se afigurar como potencialmente perturbadora da ordem (MAGALHÃES, 1997, p. 3)²

Podemos afirmar que foi durante a Ditadura Militar, entre os anos de 1964 e 1985, que os órgãos de informação atingiram o máximo de sua utilização com fins políticos. Não queremos com isso estabelecer uma leitura evolutiva das instituições, considerando o grau atual de tecnologia dos órgãos de segurança e informação, mas sim, destacar a sofisticação e a amplitude desse aparato no contexto de um estado de exceção.

Essas atividades eram tão vastas que o sistema de informação funcionou como uma das bases de sustentação dos militares, razão pela qual, compreender tais discursos se torna uma tarefa fundamental para entendermos o exercício de poder por parte das forças armadas durante o período da ditadura militar entre os anos de 1964 e 1985.

² Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbh/a/jhG4q3jQsNw7ytchH53C4X6j/?lang=pt#> (acessado em 28/07/2023).



A repressão política, amplamente estudada por historiadores, é apenas um dos resultados do funcionamento desses órgãos. No entanto, pretendemos compreender a produção de uma quase infinidade de materiais oriundos desses órgãos, que servem não apenas para entendermos a repressão política, mas também o “mundo das ideias” dos militares que a controlavam.

Conectando a importância do acervo para a construção das narrativas e análises históricas sobre o período e usando a metodologia e referenciais da Análise do Discurso (AD), o presente artigo pretende uma reflexão de como a AD pode ser um instrumento, aliado do historiador nos processos de análises documental desses acervos, mantendo uma vigilância epistemológica, contribuindo para uma análise menos espontânea e mais profunda sobre os variados temas monitorados, outrora, por esses órgãos de vigilância.

Ainda sobre os órgãos de segurança e informação, é preciso ressaltar que visavam garantir uma ideia de *ordem social*³ que necessitava de diversos procedimentos de vigilância e produção de informação sobre possíveis ameaças ao tipo de sociedade que as elites econômicas e políticas almejavam construir.

A noção de “ameaça à Segurança Nacional”, utilizada por essas instituições é muito ampla e possui diversas nuances, variando na medida em que era acionada em todo o país a partir dos 16 equipamentos de controle do Sistema Nacional de Informação⁴ (SiSNI). Parte desse acervo, está sob guarda dos Arquivos Públicos Nacional e Estaduais e possibilitam uma gama enorme de pesquisas ou mesmo servido de subsídio para processos de reparação.

A ação da polícia política era executada por órgãos como o Sistema Nacional de Informações (SNI), Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), Assessoria de Segurança e Informação (ASI), entre outros. Esses órgãos espionavam, perseguiram e puniam indivíduos considerados perigosos e indesejados para a elite dirigente do período.

A partir das informações colhidas pelo Sistema Nacional de Informação (SNI), os aparelhos de repressão agiam de acordo com o tipo de ameaça identificada pelos especialistas dos órgãos. Porém, é necessário frisar que o SNI exercia “ação normativa,

³ Grifo nosso.

⁴ SNI (Serviço Nacional de Informações), DSIs (Divisão de Segurança e Informação), ASIs (Assessorias de Segurança e Informação), EMFA (Estado Maior das Forças Armadas), as F2; do Exército, as E2; da Marinha, as M2; da Aeronáutica, as A2; dos três ministérios militares, as S2; o CIE (Centro de Informações do Exército); o CIA (Centro de Informações da Aeronáutica); os Serviços Secretos da Polícia Federal; as DOPS e os Serviços Secretos das Polícias Militares (P2), e os CODI-DOIS (Centro de Operações de Defesa Interna - Destacamento de Operações Internas).



doutrinária e de direção, não lhe cabendo aprovar ou fiscalizar suas ações” (FICO, 2001, p.81) e seus dirigentes coordenavam a produção e circulação de informações em todo o território brasileiro.

São essas informações produzidas que deram origem aos atuais arquivos da repressão. Como afirmam Caroline Bauer e René Gertz, “esses arquivos possuem uma especificidade intrínseca, chamada por alguns pesquisadores de ‘efeito bumerangue” (BAUER e GERTZ in PINSK e LUCA, 2011, p. 178), ou seja, hoje são procurados para exercer uma função diferente e oposta daquilo que era a sua função primeva. Os papéis que hora serviram de base para perseguições políticas, hoje são instrumentos ou caminhos para viabilizar processos de reparação histórica e de denúncia de grandes violações ocorridas no Brasil.

A LÓGICA DA SUSPEIÇÃO

Para entender a produção discursiva dos documentos da Ditadura Militar no Brasil é necessário situar o Brasil no contexto histórico global da segunda metade do século XX. Esse movimento é imprescindível para compreender não só a relação entre as esferas nacionais e internacionais, mas entender como o mosaico social, político e cultural local, que compõe o Brasil, dialogam com essa história global.

Desde o final da Segunda Guerra Mundial ou até mesmo antes, com a Revolução Russa em 1917, o socialismo e o comunismo apresentaram alternativas socioeconômicas que se chocaram com os ideais liberais. Com o advento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o que antes estava no plano das ideias tornou-se de fato viável, na medida em que o período da 2ª Guerra Mundial alavancou a antiga Rússia czarista ao patamar de potência global, capaz de enfrentar ao mesmo tempo o nazismo, o fascismo e o capitalismo.

O avanço dos ideais socialistas na América Latina com a Revolução Cubana em 1959 e o governo de Salvador Allende no Chile, no começo da década de 1970, devem ser compreendidas dentro do cenário belicoso da Guerra Fria, que ultrapassa a mera oposição de ideias, de perspectivas de organização socioeconômica e de debates ideológicos.

Se observarmos especificamente os episódios da Invasão da Baía dos Porcos, em Cuba, no ano de 1961 e do bombardeio ao Palácio La Moneda, sede do governo chileno, em 1973, podemos ver como as forças políticas liberais assumem, sempre que julgarem necessário, o viés armado, dando uma roupagem bastante violenta e ativa dentro desse contexto da Guerra Fria. É aqui que temos situado a real dimensão desse discurso da



*ameaça comunista*⁵, através da resposta ou reação dada pelos países alinhados ao bloco capitalista contra o avanço do socialismo soviético.

No Brasil, o Golpe de Estado em 1964, que destituiu o presidente João Goulart – conhecido por sua vinculação às classes trabalhadoras – foi motivado por uma interpretação de parte das elites econômicas de que as Reformas de Base⁶ seriam políticas públicas situadas no espectro político da esquerda e próxima dos ideais socialistas.

Isso soou como uma espécie de alarme às elites econômicas que rapidamente se movimentaram acionando o discurso anticomunista e às imagens associadas ao socialismo soviético para fundamentar ações que visassem destituir Jango do cargo, a fim de restaurar a ordem social que, julgavam estar sendo ameaçada pelo avanço do comunismo (MOTTA, 2002). Logo no dia 02 de abril do mesmo ano, o Alto Comando da Revolução foi a público comunicar os mecanismos para o restabelecimento da legalidade nacional (ALVES, 2005).

O combate ao comunismo e a eliminação dos chamados subversivos eram as bandeiras principais de um comprometimento pátrio que era exigido de todo cidadão brasileiro. Portanto, para a consolidação desse projeto, o apoio da sociedade era fundamental, não só para legitimar esse novo modelo de governo, mas para que ele de fato funcionasse com a participação ativa na identificação dos indivíduos que estavam sendo considerados como ameaças.

Segundo Maria Helena Moreira Alves “A busca da segurança interna pela eliminação do ‘inimigo interno’ entrou em conflito com os objetivos declarados de restabelecimento da legalidade e fortalecimento das instituições democráticas (ALVES, 2005, p. 63-64)”. Aqui, novamente, vemos como os enunciados de um determinado discurso atravessam os sujeitos em suas múltiplas dimensões, fazendo com que o poder se exerça, até mesmo, de forma contrária àquilo que se propõe. Assim, utilizando-se a exceção política para um suposto fortalecimento da democracia ou da lógica da suspeição (MAGALHÃES, 1997) e a perseguição que violavam direitos fundamentais para a garantia de uma cidadania ampla.

A reação do Alto Comando da Revolução e, posteriormente do Regime, foi seguir os projetos, pautados na Doutrina de Segurança Nacional, através da promulgação dos Atos Institucionais. Além do uso da força repressiva, as propagandas ideológicas das suas bandeiras foram usadas formal e informalmente na construção de agentes de informação.

⁵ Grifo nosso.

⁶ As reformas de base propostas por João Goulart reuniam uma série de iniciativas, como reforma bancária, fiscal, urbana, administrativa, universitária e agrária. Essas propostas de maior intervenção na economia e na sociedade soavam aos ouvidos dos grupos conservadores, como propostas de caráter comunista (PORTELA, 2015, p. 66).



DISPUTA SEMÂNTICA DOS TERMOS

Seguindo o raciocínio de Marcos Napolitano, durante o período da Guerra Fria “as fronteiras deixavam de ser ‘nacionais’ e passavam a ser ‘ideológicas’ (NAPOLITANO, 2021, p. 61)”. No Brasil, essa rivalidade se manifestou em uma forte ideologia anticomunista, que não apenas influenciou as políticas internas, mas também moldou a percepção da sociedade sobre o que se constituía em uma ameaça à segurança nacional; ou seja, a Doutrina de Segurança Nacional, foi um instrumento teórico usado na formação de lideranças civis e militares focadas em combater o comunismo e, todas as nações anticomunistas deveriam assumir esse compromisso.

A Doutrina de Segurança Nacional foi disseminada em toda a América Latina e complementada no Brasil a partir da Escola Superior de Guerra. [...] A Doutrina de Segurança Nacional foi responsável por transformar os exércitos nacionais do continente latino-americano em verdadeiras polícias na luta contra a “subversão”. No limite, conforme essas ideias, as Forças Armadas deveriam tomar o Estado e acabar com o jogo político eleitoral, evitando que fosse aproveitado pelos comunistas “contra a democracia”. Portanto, a mentalidade autoritária que orientava esses regimes criou o mito de que era preciso acabar com a democracia para salvá-la (NAPOLITANO, 2021, p. 62).

A luta contra a ameaça comunista constituiu o eixo central que norteou a política, a cultura e o discurso oficial no Brasil durante a Guerra Fria, especialmente entre 1964 e 1985, período marcado pela ditadura militar. Como observa Carlos Fico (2001), a ideologia anticomunista não apenas estruturou as ações do regime, mas também funcionou como uma lente discursiva que definia os contornos do que era considerado uma ameaça à segurança nacional.

Esse discurso foi habilmente utilizado para justificar práticas repressivas, abrangendo desde a censura e a perseguição política até a tortura e os desaparecimentos forçados (FICO, 2001). A noção de “ameaça comunista”, como argumenta Elio Gaspari (2002), transcendeu a presença de partidos ou movimentos de inspiração marxista, ampliando-se para abarcar qualquer forma de dissidência ou oposição ao *status quo* político e econômico (GASPARI, 2002).

Nesse contexto, é essencial examinar os conceitos discursivos mobilizados pelos militares para sustentar sua lógica de ação. O termo “ideologia”, por exemplo, foi frequentemente associado de maneira pejorativa à esquerda, ao passo que a própria ideologia do regime, profundamente alicerçada no anticomunismo e no nacionalismo, era invisibilizada ou apresentada como neutra (REIS, 2020). Já o conceito de “subversão” adquiriu contornos amplos e flexíveis, permitindo que qualquer crítica ao regime ou comportamento considerado contrário à “ordem” fosse classificada como uma ameaça. Essa



elasticidade conceitual, como destaca a Comissão Nacional da Verdade (2014), legitimou a intervenção autoritária do Estado em diversos níveis da vida social.

O "esquerdismo", por sua vez, foi amplamente estigmatizado. Não se tratava apenas de uma inclinação política, mas de um rótulo associado à desordem, à corrupção moral e à traição nacional. Paralelamente, os discursos sobre "direitos humanos" eram frequentemente ridicularizados pelo regime, que os caracterizava como instrumentos de desestabilização usados por opositores (CNV, 2014). Essa deslegitimação dos direitos humanos também reforçava a dicotomia entre os "patriotas", alinhados ao regime, e os "subversivos", enquadrados como inimigos da nação.

Essas construções discursivas não apenas justificaram a repressão, mas também moldaram uma cultura política que persistiu por décadas. Como aponta Daniel Aarão Reis (2019), "a divisão entre o "nacional" e o "antinacional", o "patriótico" e o "subversivo" consolidou-se como um marco simbólico, impactando debates políticos e culturais mesmo após a redemocratização" (REIS, 2019). Assim, estudar esses conceitos e seu uso durante a Guerra Fria no Brasil é crucial para compreender tanto os mecanismos de poder daquele período quanto suas reverberações no presente.

Diante do exposto, Eni Orlandi (2009) nos leva a pensar o entrecruzamento entre discurso, sujeito, ideologia e linguagem, levando a pensar que não há sujeito sem ideologia e não há discurso sem sujeito. Nesse sentido, o sujeito é a peça central, sendo heterogêneo e definido a partir do seu lugar na conjuntura social e histórica.

Os rastros históricos deixados nos documentos sensíveis (THIESEN, 2019) referentes ao regime militar, foram produzidos por sujeitos com ideologias e linguagem própria do lugar social que estavam inseridos. Os conceitos utilizados para definir os indivíduos que precisavam ou não serem monitorados, a forma de descrever esses perfis e os locais, esses e outros detalhes fazem parte de um conjunto de signos elaborados e definidos ideologicamente pelas lideranças militares.

Marionilde Magalhães (1997) analisa de forma substanciada como os informantes desses órgãos de segurança foram construídos, trazendo para o centro do debate o trabalho ideológico desempenhado pelas propagandas oficiais e pelas propagandas sigilosas voltadas para a população. As propagandas oficiais mostravam, a partir de um espectro, os avanços sociais, políticos, econômicos e culturais do país, vendendo a ideia de progresso e segurança nacional, assim como a importância da manutenção de um padrão comportamental baseado na ideia de "moral e dos bons costumes".

Em outras palavras, além da propaganda de massa amplamente utilizada durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985), existia um tipo de propaganda mais restrita,



direcionada a públicos específicos previamente selecionados. Essa estratégia visava setores da sociedade com potencial de colaboração, como: empresários, lideranças religiosas, intelectuais e representantes de entidades de classe. Por meio de abordagens adaptadas às preocupações e interesses desses grupos, o regime buscava reforçar sua adesão ao projeto autoritário e garantir apoio ativo às suas políticas.

A propaganda reservada utilizava canais fechados, como reuniões privadas, eventos exclusivos e materiais restritos, além de instituições como a Escola Superior de Guerra (ESG), que difundia a Doutrina de Segurança Nacional para civis influentes. Essa abordagem era essencial para consolidar uma base de apoio seletiva e influente, complementando a propaganda de massa. Ao atuar tanto na mobilização ampla quanto no convencimento de grupos estratégicos, o regime militar conseguiu criar e sustentar uma rede de apoio político, econômico e ideológico que foi fundamental para a sua permanência no poder. É nesse processo que o trabalho ideológico, segundo a definição de Pierre Ansart (1978), se define em campos de atuação.

Diante do exposto, trataremos aqui a maneira como as práticas atreladas aos ideais de Direitos Humanos foram relacionados ao conceito de subversão, uma vez que ambos são utilizados largamente nos documentos relativos à repressão política no país, mas com sentidos diferentes. Marcos Napolitano (2021) nos leva a pensar sobre isso quando reflete que:

Qualquer crítica às desigualdades sociais e econômicas, à falta de liberdade de manifestações e à miséria social era vista como coisa de comunista, justificando medidas repressivas que acabavam indo além dos limites humanitários e legais, como o uso sistemático de torturas contra presos políticos (NAPOLITANO, 2021, p. 62).

O conceito de subversão, na maioria das vezes, era utilizado de forma tácita e quase que autoexplicativa, sendo muito mais um enunciado genérico do que um parâmetro para definição de um tipo social. Qualquer indivíduo poderia ser subversivo desde o militante ativo de um movimento social de oposição aos militares, até mesmo um padre no sertão maranhense que pregava contra a fome.

É necessário salientar que, isso não é uma falha na utilização dos enunciados de um dado discurso, mas justamente uma ação discursiva. O objetivo era o de ampliar o raio de ação do aparelho repressor contra tudo aquilo que ameaçasse os privilégios das elites dirigentes. Como exemplo disso, podemos tratar da figura de Manoel da Conceição,



liderança camponesa que foi perseguido pelo regime militar por defender o acesso à terra para que os pequenos produtores rurais garantissem sua subsistência.⁷

É o discurso sobre a subversão que vai permitir cruzar realidades distantes nesse cenário global de Guerra Fria e nos leva a compreender como um camponês maranhense passa a ser considerado um risco para a segurança nacional. A subversão só vai existir quando uma parcela significativa da população passa a operar com os mesmos enunciados que caracterizam tipos sociais, dentro das relações de poder, em uma dada sociedade. É assim que qualquer pessoa poderia passar a representar um perigo à segurança nacional, mesmo quando ela não se via como tal:

Orientados por esta tipologia, parece-nos plausível afirmar que o governo militar buscou, recorrentemente, o apoio ou o consentimento da população por meio de sua propaganda oficial. Mas no que se refere aos *homens de confiança*, o trabalho ideológico pautou-se, segundo nosso entendimento, na ortodoxia terrorista. Pois, neste nível, segundo Pierre Ansart, o terror ideológico designa o inimigo, que passa a ser visto como o *outro* da verdade, e transforma-o em um objeto a ser destruído (MAGALHÃES, 1997).

A análise do discurso é uma ferramenta que vai permitir com que compreendamos como esse cenário se configura, pois é a *comunidade de informação* que se torna o local em que o discurso toma forma. A própria expressão comunidade de informações é singular para definir que estamos tratando de uma sociedade que se constitui a partir da circulação de um certo número de enunciados que constituem o discurso da subversão e da segurança nacional:

O membro do grupo legitimado é obscuramente chamado a se identificar com o agente da violência e, quando a perseguição se aproximar do sujeito fanatizado, a fronteira entre a identificação com o herói e a interiorização do perseguidor se confundirá (ANSART, 1978, p. 153).

Ninguém nasce ou é subversivo à revelia de um dado contexto social e histórico. No Brasil das décadas de 1960 a 1980, são os papéis oficiais do regime que constroem, ponto a ponto, quem é o dito subversivo, entretanto, na maior parte dos documentos essas definições estão nas entrelinhas, nas quais o subversivo é explicado, caracterizado, tipificado, relacionado e, conseqüentemente, passa a existir como tal.

São os ofícios, as fichas, os informes e informações do SNI que definem o subversivo. São os documentos sensíveis que imprimem, a e.g., a partir de enunciados ligados ao

⁷ Nascido em Coroatá-MA, no ano 1935, Manoel da Conceição foi um líder camponês perseguido, preso, torturado e exilado pelos militares no contexto da ditadura. Em uma de suas prisões, devido a um tiro no pé e negligência médica, Manoel teve a perna amputada. Faleceu em 2021.



discurso da subversão, a silhueta do Manoel da Conceição, não como um camponês que não quer morrer de fome, mas como alguém que coloca em risco a segurança nacional.

Para Michel Pêcheux, isso significa que:

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas) (PÊCHEUX, 1997, p. 160).

Refletindo sobre o mundo rural maranhense no contexto da ditadura militar, poderemos verificar que aquilo que estava sendo entendido e classificado como subversão, parte da formação discursiva daqueles que estavam pensando no espectro de defender o mundo contra o comunismo.

CONFIDENCIAL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

INFORMAÇÃO Nº 116/032/76 /ARJ/SNI

URGENTE

98855

DATA : 06 Mai 76

ASSUNTO : MANOEL DA CONCEIÇÃO SANTOS

REFERENCIA: TK UG 2200/032/ARJ/76/6 Mai 76

DIFUSÃO : AC/SNI

ANEXO : CÓPIA DE REPORTAGENS DA TEMOIGNAGE CHRISTIEN E DO O GLEOC de 4.5.76

AGÊNCIA CENTRAL
011135 07.5.76
PROTOCOLO

- 1 - A revista francesa, editada em PARIS, TEMOIGNAGE CHRISTIEN nº 1660 de 24.4.76, publica reportagem acusando o governo brasileiro de ditador e sanguinário.
A reportagem insere depoimento de MANOEL DA CONCEIÇÃO que, durante muito tempo, serviu de propaganda negativa contra o BRASIL quando a ANISTIA INTERNACIONAL divulgou sua fotografia em milhares de cartões postais dando-o como morto, após torturado, pelas autoridades policiais brasileiras.
- 2 - Esta ARJ em ligação com AFZ/SNI foi informada que o nominado, condenado a 3 anos de prisão em MAIO de 75, fora posto em liberdade logo após a condenação por ter cumprido a pena durante o processo a que foi submetido. Ainda segundo AFZ/SNI e ASP/SNI o nominado foi preso em SET 75, em S.PAULO. Posto em liberdade exilou-se na EUROPA.
- 3 - Segundo as cópias das reportagens, anexas, MANOEL DA CONCEIÇÃO SANTOS encontra-se na SUIÇA.

* * *

CONFIDENCIAL

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL
PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTES
DOCUMENTOS. (Art. 62 - Dec. nº 50.417/77 -
Regulamento para Salvaguarda de Assuntos
Sigilados).

Figura 1. AC ACE CNF - 98855/76 - Acervo SNI.



Figura 2. AC ACE CNF - 98855/76 - Acervo SNI.

Os documentos acima ilustram bem os dois lados que estão sendo tratados até o momento. A Informação (Figura 1) foi produzida pela Agência de Informação do SNI do Rio de Janeiro (Figura 1) e traz como anexo uma entrevista de Manoel da Conceição à Revista *Témoignage Chrétien*⁸ (Figura 2).

Cabe destacar que o primeiro documento trata-se de uma informação, isto é, é um tipo de documento específico que geralmente é construído por um agente de informação (um funcionário do aparato de vigilância em informação), a partir de uma base documental mais

⁸ *Témoignage Chrétien* é uma revista francesa fundada em 1941, em Lyon, por combatentes da resistência cristã. Foi uma revista comprometida com a resistência ao nazismo e ao antissemitismo, depois com a descolonização na Indochina, África, Marrocos, Tunísia e Argélia. Atuou nas denúncias de tortura na Argélia. Sua atuação lhe custou a censura e perseguições, como um atentado a bomba em 1961. Atualmente, permanece comprometida com a defesa da democracia e do Estado de direito (<https://www.temoignagechretien.fr/>).



consolidada sobre um determinado objeto em suspeita e que orientava ações de um órgão de governo. Isso significa dizer que, também anterior a ele, já tiveram outros documentos que fizeram referência a esse evento, conforme descrito no item Referência⁹.

O primeiro ponto que nos chama a atenção é a data em que o documento foi produzido, 6 de maio de 1976. Neste período, o Brasil estava sendo governado pelo presidente militar Ernesto Geisel, quando se intensificou, no Brasil, os diálogos sobre as formas que seria iniciado o processo de abertura política, mesmo ainda que sob as regulamentações do AI-5.

Nesse contexto, a lógica da suspeição permanece presente no enunciado da Informação. O documento foi produzido para dar ciência a Agência de Informação sobre uma reportagem que Manoel da Conceição havia concedido à revista francesa *Témoignage Chrétien*, sobre sua prisão em 1975, em São Paulo.

O primeiro elemento a ser destacado dos documentos está logo na primeira observação do repórter sobre a visita do Presidente Geisel à França, que foi utilizada pelo agente de informação para introduzir a informação - *C'est, en fait, un des bourreaux les plus sanguinaires de notre époque que la France a accueilli*¹⁰ - e que a entrevista de Manoel servia aos propósitos de fazer propaganda negativa do Brasil, no exterior. Além disso, seu histórico de prisões em 1972 e 1975 foi utilizado como um desqualificador das suas reflexões, tendo em vista, que partia do pressuposto de que Manoel era um criminoso que estava exilado na Suíça.

O que se percebe, é que a tentativa de invalidar o depoimento de Manoel da Conceição se dá por suas acusações de violação dos direitos humanos sofrida no cárcere. Dessa forma, tem-se a impressão de que não se nega a existência efetiva das acusações, mas buscou-se invalidá-las em seu teor de veracidade. Isso pode ser explicado pela tendência social brasileira pautada na violência e na naturalização de maus-tratos contra pessoas que cometem erro, a partir de uma ideologia punitiva.

Aqui, nota-se o quão útil são as reflexões que podemos fazer no uso da Análise do Discurso, e que por meio dessa, pode-se partir do lugar social e histórico dos rastros deixados, percebendo suas ideologias e o quanto elas influenciam na escrita do documento. Dessa forma, é possível ao historiador construir novas versões, com narrativas de um ponto de vista diferenciado em relação aos documentos ou a outras interpretações desses, com base nas pistas que coletou.

⁹ TX UG 2200/032/ARJ/76/6 maio 76.

¹⁰ Trecho da entrevista de Manoel da Conceição - AC ACE CNF - 98855/76 - Acervo SNI.



É a partir dessas pesquisas que os historiadores podem confrontar as diversas versões sobre o golpe civil militar de 1964. As novas interpretações sobre os eventos são decorrentes das questões que surgem para atender às demandas do presente. O trauma social, causado pela atuação da polícia política, gerou indagações cujas respostas não estavam mais articuladas com as necessidades presentes de compreensão do passado. Os termos terrorista, subversivo e comunista – utilizados largamente na documentação dos órgãos de informação – devem ser questionados quando figuras, comprometidas com justiça social, estavam sendo acusadas de representarem perigo para o Estado.

CONCLUSÃO

Ao analisarmos os documentos dos sistemas de segurança e informação, pensando o conceito de subversão, vemos que tais documentos podem ser considerados como sensíveis, na medida em que fazem referências a realidades traumáticas vivenciadas por indivíduos que tiveram a si, atribuídos uma identidade política considerada contrária ao Estado, o que por si só, justificaria violências vividas.

A partir da compreensão de Pêcheux sobre os discursos, passamos a compreender que tais documentos fazem referência a uma realidade discursiva diretamente ligada à formação ideológica dos sujeitos, determinando enunciados e conseqüentemente, classificações/tipologias sociais.

E, é a partir do entendimento das bases ideológicas e das estruturas de funcionamento dos órgãos de informação, que será possível compreender quais foram os elementos discursivos presentes na construção do conceito de subversão. Nessa tarefa, a análise do discurso nos permite não naturalizar os conceitos, realizando as devidas ressalvas, para que também, não utilizemos o termo subversão, a e.g., de maneira genérica.

É esse cuidado, ou vigilância epistemológica que vai garantir, a e.g., que as devidas críticas e análises históricas sejam realizadas e, ao fim, o resultado do trabalho de pesquisa garanta o teor científico necessário para enfrentar um cenário sobre debates em múltiplas visões e interpretações sobre a história recente, tendo em vista que, aparentemente, ela afeta muito mais o presente do que as análises realizadas sobre períodos mais temporalmente distantes.

Este tipo de análise também lança possibilidades interpretativas sobre a relação entre o local e o global, observando como a circulação de ideias está atrelada à enunciados discursivos presentes em espaços distintos e distantes, como a e.g., as disputas ideológicas do contexto da guerra fria no continente europeu ou nos Estados Unidos, e a perseguição às lideranças camponesas no interior do estado do Maranhão.



REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)** – Bauru/SP: Edusc, 2005.
- ANSART, Pierre. **Ideologia, conflito e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- ARAÚJO, Maria Paula, FICO, Carlos e GRIN, Monica (org.). **Violência na História: memória, trauma e reparação**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. "O Campo Científico". In: ORTIZ, Renato (org.) **Bourdieu – Sociologia (Coleção Grandes Cientistas Sociais)**. São Paulo: Ática, v. 39, 1983, p. 122-155.
- FICO, Carlos. **Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.
- _____. **O golpe de 64: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2014.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**, vol. 17, nº 34, 1997.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- NAPOLITANO, Marcos. **História contemporânea 2: do entreguerras à nova ordem mundial**. São Paulo: Contexto, 2021.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 8ª ed. Campinas: Pontes, 2009.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4ª ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2009.
- PINSKY, Carla Bassanezi, LUCA, Tânia Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011.
- PORTELA, Camila da Silva. **Entre a cruz e o fuzil: uma análise das ações do clero católico no período da Ditadura Militar no Maranhão**. Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Maranhão, para a obtenção do grau de Mestre em História, 2015.
- REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. São Paulo: Zahar, 2020.
- RODRIGUES, Vicente Arruda Câmara. **Documentos (in)visíveis: arquivos da Ditadura militar e acesso à informação em tempos de justiça de transição no Brasil**. Aracaju: Edise, 2017.
- ROMÃO, Lucília Maria de Sousa. A pedra, o pau e a pena: silêncio, formação discursiva e dizeres nas fichas do DEOPS. In: **Discurso & Sociedad**, vol. 4, n. 2, 2010, 234 a 256.
- THIESEN, Icléia. Reflexões sobre documentos sensíveis, informação e memória no contexto do regime de exceção no Brasil (1964-1985). **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.24, número especial, p.06-22, jan./mar, 2019.
- WEBER, M. **Metodologia das ciências sociais**, parte 1. 4. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora Estadual de Campinas, 2001.
- Comissão Nacional da Verdade (CNV). **Relatório Final**. Brasília: CNV, 2014.



RESENHA

LANGFUR, Hal. **Adrift on an Inland Sea: Misinformation and the Limits of Empire in the Brazilian Backlands**. Stanford: Stanford University Press, 2023. 437 p., ISBN 978-1-5036-3396-4.

Mateus Rezende de Andrade*

“NO SERTÃO, TUDO SÃO DÚVIDAS”: IMPÉRIO, INSTITUIÇÕES E TERRITÓRIO NA FORMAÇÃO DO BRASIL

Essa não é uma resenha convencional. Começamos pelo fato de que a frase que dá título à esta resenha não está no livro resenhado, escolha que pode soar muito estranha. Até que se fosse um artigo que analisa uma fonte primária, de onde foi extraída a frase, seria um ato de seguir quase que uma convenção adotada por muitos historiadores. Mas, para se iniciar a descrição e análise da obra *Adrift on an Inland Sea* de Hal Langfur, que por sinal, não foi quem disse ou escreveu a frase que dá título a esta resenha, é uma escolha que foge ao normal. Mas, eu já avisei, essa não é uma resenha convencional.

Você pode estar se perguntando: “O que esta frase está, então, fazendo aqui, dando título a este texto?” Para responder, precisamos olhar para o autor e a origem da expressão “no sertão, tudo são dúvidas.” Essa frase foi escrita por Inácio Corrêa Pamplona, conforme menciona Laura de Mello e Souza em sua obra recente, *O Jardim das Hespérides* (SOUZA, 2023). Pamplona é personagem conhecido da historiografia, que tratou das ocupações dos sertões das minas (tema que atravessa a obra resenhada), o qual há mais de duas décadas vem sendo, paulatinamente, abordado por diversos trabalhos historiográficos. Por fim, Inácio Pamplona aparece diversas vezes no livro de Hal Langfur (2023), cuja trajetória e ações são mencionadas e analisadas ao longo da obra.

Assim, esta resenha não seguirá o formato tradicional de explorar capítulo a capítulo, com considerações gerais sobre a obra. Meu objetivo é, a partir da figura de Inácio Corrêa Pamplona, estabelecer relações entre o livro de Hal Langfur e a historiografia sobre o território, as instituições do Estado e a formação do Brasil. Dessa forma, busco cumprir a dupla função de uma resenha: apresentar a obra ao leitor e, ao mesmo tempo, ensaiar

* Professor do Departamento de História, Universidade Federal de Juiz de Fora.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8464-6367>; Contato: mateus.andrade@ufff.br



interpretações sobre sua relevância e inserção nos debates historiográficos contemporâneos.

PODER COLONIAL, NORMAS E CONTESTAÇÕES

Francisco Eduardo Andrade, no seu artigo “A conversão do sertão: capelas e a governamentalidade nas Minas Gerais” (ANDRADE, 2007), discute como as capelas serviam como instrumentos de poder e organização social e, assim, explora como as capelas, além de espaços religiosos, funcionavam como pontos de articulação política e econômica, fundamentais para consolidar o domínio colonial em territórios periféricos e “indisciplinados”. Nesse sentido, Andrade destaca que as capelas desempenhavam um papel crucial na espacialização do poder, demarcando territórios e simbolizando a presença da Coroa Portuguesa nos sertões.

As capelas também serviam como espaços de interação entre Estado, Igreja e sociedade local, articulando alianças com as elites regionais. Por meio de festas religiosas e procissões, essas instituições reforçavam hierarquias sociais, legitimando lideranças locais e contribuindo para a estabilidade da ordem colonial. Além disso, Francisco Eduardo Andrade ressalta a importância econômica das capelas, que operavam como pontos de comércio, arrecadação de dízimos e organização do trabalho.

Por outro lado, o autor examina as resistências e adaptações das populações indígenas e afrodescendentes frente às imposições coloniais, revelando como essas comunidades reinterpretavam práticas religiosas e, em alguns casos, desafiavam o controle territorial. Dessa forma, o autor apresenta as capelas não apenas como instrumentos de dominação, mas também como espaços de negociação e reconfiguração cultural.

O que se depreende desta análise é o sertão emerge como um espaço de conflito permanente entre colonizadores e indígenas, caracterizado pela fluidez das fronteiras e pela presença de povos indígenas que mobilizavam estratégias de resistência e adaptação. Nesse sentido, a tese de Núbia Braga Ribeiro, “Os Povos Indígenas e os Sertões das Minas do Ouro no Século XVIII” (RIBEIRO, 2008), oferece uma análise profunda sobre as dinâmicas de ocupação dos sertões mineiros no século XVIII, destacando o papel ativo dos povos indígenas na resistência e adaptação às políticas coloniais. Suas análises permitem uma visão crítica do processo de ocupação territorial, que foi marcado por uma interação complexa entre interesses econômicos, religiosos e geopolíticos.

Conforme analisa a autora, investidas dos povos indígenas, como ataques a povoados e a mobilidade constante, frustraram projetos de colonização e minaram o controle territorial desejado pela Coroa Portuguesa. Desse modo, a autora ressalta como a resistência



indígena também configurou a percepção dos sertões como espaços “indomáveis” e perigosos. Primordial à conquista foram os aldeamentos, os quais, não apenas serviram para subjugar os povos indígenas sob a lógica do controle colonial, mas também foram usados como instrumentos para a conversão cultural e econômica dos territórios indígenas em espaços produtivos.

Assim, a tese de Núbia Braga Ribeiro (2008) nos apresenta à ideia dos sertões como um espaço em constante construção identitária, influenciado pelas interações entre indígenas, colonos e agentes coloniais. Essa interação resultou em uma geopolítica fluida, na qual a mobilidade indígena desafiava as tentativas de demarcação rígida das fronteiras pela Coroa Portuguesa. Ao mesmo tempo, os sertões tornaram-se um espaço de experimentação colonial, onde a violência e a negociação coexistiam como práticas de domínio.

Nesse contexto, a autora revela como as contradições entre a legislação oficial indigenista e as práticas violentas no terreno refletem as disputas internas entre os diferentes agentes coloniais. Embora o Estado português tentasse consolidar um domínio mais uniforme sobre o território, a atuação de sertanistas, religiosos e colonos locais, frequentemente, seguia lógicas de poder próprias que escapavam ao controle direto da Coroa. Essa fragmentação do poder colonial foi crucial para o desenrolar das tensões nos sertões.

Por fim, ponto central da obra de Núbia Braga Ribeiro (2008) é que sua pesquisa demonstra os percursos subversivos das práticas de resistência indígena, ressaltando o papel desses povos como agentes históricos. Eles não apenas resistiram às dinâmicas coloniais, mas também influenciaram diretamente os rumos da ocupação territorial, moldando a organização dos sertões e desafiando a hegemonia colonial.

A ocupação territorial também é tema importante na tese de André Figueiredo Rodrigues, “Estudo econômico da Conjuração Mineira: análise dos sequestros de bens dos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes” (RODRIGUES, 2008). O autor analisa como a repressão econômica pós-Conjuração Mineira reforçou as hierarquias locais e reconfigurou a economia regional. Ele revela que os sequestros de bens não eram apenas uma forma de punição política, mas também um mecanismo de controle que desestruturava elites regionais e redistribuía o poder econômico. Ao conectar a repressão fiscal com os interesses econômicos locais, Rodrigues (2008) destaca as contradições e tensões no sistema colonial, onde práticas legais e violentas coexistiam.

Posteriormente, Francisco Eduardo Pinto, em sua tese “Potentados e Conflitos nas Sesmarias da Comarca do Rio das Mortes” (PINTO, 2010), investiga como o sistema de



sesmarias foi utilizado para consolidar o domínio português na região e atender às necessidades econômicas da colônia. O autor explora o avanço colonial sobre as terras indígenas e as disputas por terras agrícolas, abordando a expansão das fronteiras agrícolas e os conflitos resultantes dessa expansão. Ele destaca como as disputas por terras, marcadas por fraudes e conflitos agrários, revelavam as tensões entre grandes proprietários (os potentados) e pequenos posseiros, além dos impactos diretos sobre populações indígenas e quilombolas.

Essa análise reforça a dimensão historiográfica de análise da expansão e formação do território colonial na América Portuguesa que discute as disputas legais e econômicas que moldaram as dinâmicas de poder na região. Nesse contexto, o sistema de sesmarias representava mais um mecanismo de controle colonial, que buscava legitimar a expropriação de terras e reforçar as desigualdades sociais. As tensões e contradições no sistema colonial, evidenciadas por André Figueiredo Rodrigues (2008) em relação à repressão econômica das elites, encontram paralelo nas análises de Francisco Eduardo Pinto (2010) sobre os conflitos agrários e a manipulação das normas fundiárias.

Fica evidente assim, como a Coroa portuguesa lançou mão de diferentes estratégias para consolidar seu domínio sobre territórios e populações. Todavia, fica igualmente evidente, quer sejam indígenas, pequenos posseiros ou elites regionais, todos os grupos populacionais resistiram e adaptaram-se a essas imposições do Estado português, moldando a história da ocupação dos sertões e das áreas mineradoras.

Nesse sentido, faz-se necessário mais uma vez trazermos ao debate Francisco Eduardo Andrade através de outro artigo de sua autoria, “Fronteira e Instituição de Capelas nas Minas, América Portuguesa” (ANDRADE, 2011), no qual, ele complementa e expande a discussão sobre as capelas como dispositivos multifuncionais no contexto colonial. Enquanto no artigo “A conversão do sertão” (ANDRADE, 2007), já mencionado neste texto e feitas considerações acerca do mesmo, o autor já destacava o papel das capelas na espacialização do poder e na organização social, no artigo “Fronteira e Instituição de Capelas nas Minas, América Portuguesa”, ele aprofunda o olhar sobre a relação entre capelas e fronteiras. As capelas são interpretadas não apenas como símbolos de controle territorial, mas também como instrumentos de mediação nas zonas de contato entre o Estado, a Igreja e as populações locais.

A fronteira, descrita por Francisco Eduardo Andrade (2011) como um espaço fluido e em constante disputa, ganha centralidade na análise, com as capelas sendo apresentadas como pontos de ancoragem do poder colonial. Conforme demonstra o autor, a construção de capelas nas regiões fronteiriças foi uma estratégia deliberada para consolidar a presença



portuguesa, marcando a territorialidade da Coroa e impondo normas sociais e religiosas às populações indígenas, quilombolas e outros grupos marginalizados. Dessa forma, o artigo reforça a ideia de que o domínio territorial era inseparável do uso de instituições religiosas como ferramentas políticas e econômicas.

No debate sobre a governamentalidade colonial, Francisco Andrade (2011) também destaca o papel das capelas na economia regional, organizando a arrecadação de dízimos e taxas, além de promoverem o trabalho comunitário. Importante anotar que essa dimensão econômica conecta diretamente a análise de Francisco Eduardo Andrade às discussões de Francisco Eduardo Pinto sobre o sistema de sesmarias e o uso de políticas agrárias para consolidar o domínio português. Enquanto esse explora como o sistema fundiário moldou as relações de poder e de exclusão social, aquele demonstra que as capelas eram parte integrante dessa estrutura, facilitando o controle econômico e social em territórios periféricos.

Outro ponto importante no artigo de Francisco Eduardo Andrade (2011) é a noção de capelas como espaços de mediação. Elas funcionavam como centros para resolução de conflitos e fortalecimento de alianças entre diferentes grupos sociais, o que as tornava essenciais para a estabilidade das fronteiras. Esse papel de mediação direciona o olhar para as análises de Núbia Braga Ribeiro (2008) sobre os sertões como espaços de experimentação colonial, onde a violência e a negociação coexistiam como práticas de domínio. Francisco Eduardo Andrade reforça essa visão ao mostrar que, embora as capelas fossem símbolos de autoridade, elas também refletiam as tensões e resistências das populações locais que, frequentemente, reinterpretavam ou desafiavam as imposições coloniais.

Ainda, o artigo de Francisco Eduardo Andrade (ANDRADE, 2011) ressalta que as capelas eram, ao mesmo tempo, marcos de territorialidade e arenas de disputa. Esse aspecto dialoga com as análises de André Figueiredo Rodrigues (2008) sobre as contradições do sistema colonial, onde práticas legais e violentas se entrelaçavam para reforçar a autoridade da Coroa. Assim como os sequestros de bens analisados por Rodrigues revelam a repressão econômica contra elites regionais, as capelas discutidas por Andrade mostram como o controle territorial e social nas fronteiras dependia de estratégias que iam além da força militar, englobando dimensões religiosas, econômicas e sociais.

HAL LANGFUR: HISTORIADOR E BRASILIANISTA

Ao contrário do título de sua obra *Adrift on an Inland Sea*, Hal Langfur não é um historiador que se perde em desinformações e incertezas. Muito pelo contrário, sua trajetória



acadêmica demonstra um profundo domínio dos territórios e temas que investiga, apontando interpretações históricas valiosas sobre as complexas dinâmicas do Brasil colonial e do mundo atlântico português.

Professor da *University at Buffalo*, com formação na *University of Texas* e *Harvard*, todas no Estados Unidos, Langfur é um brasilianista de destaque nas primeiras décadas do século XXI. Sua obra está centrada em temas que abrangem história indígena, colonialismo, imperialismo e formação racial no início do período moderno, com especial atenção aos encontros interculturais, narrativas de conquista, ciência e império, territorialização e governamentalidade colonial. Atualmente, Langfur desenvolve o projeto *Pedagogies of Racial Violence in Colonial Brazil*, explorando como a violência racial foi naturalizada por meio de uma pedagogia da coerção no contexto colonial.

Infelizmente, nenhum de seus livros, a despeito de grande relevância para a historiografia brasileira, foi ainda traduzido para o português. Seu livro mais recente, *Adrift on an Inland Sea* recebeu importantes prêmios, incluindo o Prêmio Roberto Reis da *Brazilian Studies Association* e o Prêmio Sérgio Buarque de Holanda da *Latin American Studies Association*. Além deste livro, é autor de *The Forbidden Lands: Colonial Identity, Frontier Violence, and the Persistence of Brazil's Eastern Indians, 1750-1830* (LANGFUR, 2006) e *Native Brazil: Beyond the Convert and the Cannibal, 1500-1900* (LANGFUR, 2014). Ambas as obras refletem sua preocupação em problematizar as interações entre indígenas e colonizadores, desafiando interpretações simplistas e monolíticas do processo colonial. Em *Adrift on an Inland Sea*, aprofunda essas questões ao examinar como a desinformação e as limitações estruturais moldaram a presença do império português nos sertões brasileiros.

Todavia, apesar de não ter livros traduzidos para o português e editados no Brasil, sua obra é de algum modo muito conhecida por nossa historiografia. Vários dos seus artigos estão traduzidos para o português, através dos quais se vê como o pesquisador contribui para a historiografia brasileira com análises inovadoras sobre os sertões e os encontros interculturais, reafirmando a importância de pensar o Brasil colonial como um espaço de tensões e resistências, onde as relações de poder estavam em constante renegociação.

ADRIFT ON AN INLAND SEA

Dividido em uma introdução, quatro partes principais e um epílogo, o livro apresenta um panorama detalhado sobre os desafios do império português nos sertões brasileiros, analisando como desinformação, resistência local e imaginários coloniais moldaram as dinâmicas de poder.

Na Introdução (*Navigating the Imperial Unknown*), Langfur traça os principais



argumentos da obra, como a centralidade da coleta de informações para os esforços coloniais e as limitações encontradas pelas autoridades imperiais diante da resistência local e da fragmentação do controle. A Parte I (*Making the Wilderness Wild: The Authority of Misinformation*), nos seus dois capítulos (“*Civilization, Barbarism, and the Tall Tale*” e “*Turning Frontier Fictions into Private Property*”) explora como os sertões foram imaginados e narrados como fronteiras selvagens, destacando o papel de desinformações na construção dessas percepções. Já a Parte II (*All That Glitters: Forest Informants and Regal Dreams*), em três capítulos (“*Forest Knowledge Networks*”, “*Natives, Smugglers, Soldiers, Spies*” e “*Sovereign Rule and Its Disenchantments*”) aborda a exploração de recursos e o papel ambíguo dos informantes indígenas e coloniais nas fronteiras florestais entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro.

A Parte III (*Science for the Sertão: New Modes of Inquiry, Old Uncertainties*), a qual subdivide-se em dois capítulos (“*The Enlightened Savant and the Black Prospector King*” e “*Diamonds, Love Songs, and the Alchemy of Exploration*”), investiga os projetos científicos como ferramentas de controle territorial, expondo suas falhas em transformar conhecimento em poder efetivo. Por fim, a Parte IV (*The Good Sense of Cannibals: Further Dispatches from the Atlantic Forest*), também em dois capítulos (“*Anthropophagy and the Body Politic*” e “*Ethnological Misadventures*”), analisa a violência contra os Botocudos e outras populações indígenas, bem como as narrativas de canibalismo que justificavam políticas de guerra e exclusão. O epílogo (*How to Tame an Empire*) amarra e expande os argumentos do livro ao destacar a continuidade dos desafios coloniais no Brasil imperial e contemporâneo, enfatizando a persistência de desigualdades e tensões regionais herdadas do período colonial.

Nesta resenha, a análise da obra de Hal Langfur será integrada a uma discussão mais ampla sobre os sertões e a historiografia brasileira. Ao longo do texto, questões como governamentalidade, narrativas de exploração, ciência e desinformação, resistência local e os limites do poder imperial serão revisitadas sob a perspectiva do livro, evidenciando sua relevância para os debates historiográficos contemporâneos. Em vez de seguir uma análise linear dos capítulos, a resenha adotará uma abordagem temática, conectando as reflexões de Langfur a debates centrais da historiografia, especialmente em diálogo com autores como Francisco Eduardo Andrade, Núbia Braga Ribeiro, André Figueiredo Rodrigues, Francisco Eduardo Pinto, Maria Emília Assis (ASSIS, 2014), Isaac Cassemiro Ribeiro (RIBEIRO, 2014) e Daniela Santos Alves (ALVES, 2017). Assim, busca-se não apenas apresentar a obra, mas também demonstrar como suas contribuições ampliam nosso entendimento sobre o Brasil colonial e suas implicações no presente.



SERTÕES E GOVERNAMENTALIDADE

No centro das análises de Hal Langfur em *Adrift on an Inland Sea* está a percepção do sertão como uma fronteira interna complexa, onde a governamentalidade portuguesa encontrava suas limitações mais evidentes. O autor expõe como a Coroa Portuguesa dependia de uma série de estratégias narrativas e dispositivos de poder para consolidar o controle sobre os sertões, frequentemente valendo-se de intermediários locais como Inácio Corrêa Pamplona. Esse personagem, longe de ser um simples agente da Coroa, exemplifica as contradições e ambiguidades do projeto colonial, atuando como mediador entre o poder central e as dinâmicas locais.

Langfur destaca Pamplona como um artífice da construção narrativa, utilizando relatos que combinavam feitos reais com exageros e invenções para se apresentar como indispensável ao domínio colonial. Seus relatos não apenas garantiam privilégios, como concessões de terras e reconhecimento imperial, mas também moldavam o imaginário colonial sobre os sertões. Essa prática é refletida no artigo “Fronteira e Instituição de Capelas”, de Francisco Eduardo Andrade, que analisa como líderes locais negociavam sua relevância ao estabelecer marcos simbólicos, como capelas, para reforçar o domínio colonial. Andrade observa que, ao articular suas narrativas, figuras como Pamplona asseguravam sua posição de destaque no projeto imperial, mesmo enquanto avançavam seus próprios interesses.

Na Parte II do livro (*All That Glitters: Forest Informants and Regal Dreams*), Langfur explora como a disseminação de desinformação nos sertões moldava tanto as políticas coloniais quanto a percepção do poder pela população local. Informantes indígenas, muitas vezes centrais para as decisões imperiais, atuavam simultaneamente como fontes de conhecimento e de incertezas, minando o controle efetivo do território. Essa dependência de intermediários ressoa com as análises de Núbia Braga Ribeiro (2008) e Francisco Eduardo Pinto (2010), que destacam como o controle territorial dependia de uma complexa interação entre forças locais e políticas centralizadoras.

Pamplona personifica essa dinâmica, utilizando sua posição para manipular informações e consolidar sua autoridade. Daniela Santos Alves, em sua dissertação, “Do Alto do Espia: Gentios, Calhambolas e Vadios no Sertão do Campo Grande - Século XVIII” (ALVES, 2017), reforça a ideia de que práticas religiosas, como a construção de capelas, também desempenhavam um papel crucial nesse processo, moldando narrativas e legitimando o controle colonial nas fronteiras. Langfur amplia essa perspectiva ao mostrar como essas narrativas eram complementadas por discursos científicos e etnográficos que buscavam justificar a exploração do sertão.



A fragilidade do domínio colonial no sertão é um tema recorrente em Langfur e nos autores analisados. Enquanto Pamplona se destacava como um mediador entre a Coroa e as populações locais, sua trajetória revela as tensões inerentes às políticas coloniais. Francisco Eduardo Andrade observa que as capelas funcionavam não apenas como marcos de territorialidade, mas também como espaços de negociação e contestação. Da mesma forma, Maria Emília Assis, autora da dissertação “Inácio Correia Pamplona e os Sertões de Minas no Século XVIII” enfatiza que os interesses locais frequentemente conflitavam com as metas imperiais, evidenciando as ambiguidades do poder colonial (ASSIS, 2014).

Langfur vai além, ao destacar como a desinformação e a dependência de intermediários locais expunham as limitações estruturais do projeto colonial. Mesmo em um contexto de aparente controle, as populações indígenas e afrodescendentes resistiam e se adaptavam às imposições coloniais, utilizando as contradições do sistema a seu favor.

Pode-se ver através desta análise que tem Inácio Pamplona como eixo condutor, que ele é um personagem que simboliza o sertão como um espaço de constante renegociação de poder. Hal Langfur, Francisco Eduardo Andrade, Daniela Alves e Maria Emília Assis convergem na análise de que a governamentalidade colonial era sustentada por dispositivos simbólicos e narrativos, mas permanecia vulnerável à resistência local e às contradições internas. Assim, a governança dos sertões, mais do que um projeto centralizado, era um processo multifacetado, em que normas e contestações coexistiam, moldando as fronteiras internas do império português.

O IMAGINÁRIO DO OURO E AS NARRATIVAS DE EXPLORAÇÃO

A busca pelo ouro foi um dos pilares do projeto colonial português em Minas Gerais, mas também uma fonte constante de tensão e desinformação. Em *Adrift on an Inland Sea*, Hal Langfur apresenta o sertão como um espaço de ambiguidades, onde os mitos de riquezas ocultas coexistiam com a resistência das populações locais e os limites do controle imperial. Nas análises históricas desse contexto, Inácio Corrêa Pamplona emerge como uma figura central, representando as contradições do projeto colonial. Conforme demonstrado por vários historiadores e historiadoras em análise nesta resenha, ao construir sua reputação como explorador e líder militar, Pamplona utilizou o imaginário do ouro para consolidar sua posição de destaque, enquanto as dinâmicas locais desafiavam a soberania portuguesa.

Em seus atos de violência colonial, Pamplona combinava cartografia, captura de quilombolas e exploração de recursos naturais, como o ouro. Essa sua imagem é ponderada pela análise de Isaac Cassemiro Ribeiro, que explora como Pamplona liderou expedições



voltadas para a repressão de quilombolas e a territorialização dos sertões em sua dissertação de mestrado “Família e povoamento na comarca do Rio das Mortes: os “Ribeiro da Silva”, fronteira, fortunas e fazendas (Minas Gerais, séculos XVIII e XIX)” (RIBEIRO, 2014). Núbia Braga Ribeiro acrescenta que Pamplona utilizava as concessões de sesmarias não apenas para promover os interesses da Coroa, mas também para fortalecer sua influência local e consolidar fortunas familiares.

Essas narrativas, embora úteis para a expansão territorial, expunham as limitações do projeto colonial. Langfur argumenta que o imaginário do ouro sustentava a exploração do sertão, mas frequentemente gerava expectativas que a realidade local não podia atender. As promessas de riquezas ocultas, associadas à violência sistemática contra indígenas e quilombolas, criavam zonas de conflito que desafiavam a autoridade imperial.

Por isso, a resistência indígena e quilombola é um tema central nos trabalhos de Hal Langfur, Núbia Braga Ribeiro (2008) e Isaac Cassemiro Ribeiro (2014). Enquanto Langfur destaca a agência indígena na manipulação de informações e na resistência às políticas coloniais, Isaac Ribeiro explora como as redes familiares moldavam o controle territorial, frequentemente em oposição aos interesses da Coroa. Núbia Braga Ribeiro (2008), por sua vez, analisa a violência sistemática contra as populações locais, destacando Pamplona como um agente central nesse processo.

Essas dinâmicas ecoam as análises de André Figueiredo Rodrigues (2008) sobre as tensões econômicas no Brasil colonial. Rodrigues mostra como os interesses locais frequentemente entravam em conflito com as metas imperiais, exacerbando as desigualdades e contribuindo para a instabilidade nas regiões mineradoras. Pamplona, nesse contexto, aparece como um intermediário ambíguo, cuja lealdade à Coroa era mediada por seus próprios interesses econômicos e políticos.

A obra de Hal Langfur apresenta os sertões como fronteiras econômicas marcadas pela fluidez e pela negociação. Enquanto a Coroa dependia de intermediários para traduzir e implementar suas políticas, as populações locais resistiam e adaptavam essas imposições às suas necessidades. Maria Emília Assis (2014) e Núbia Braga Ribeiro (2008) destacam que os sertões eram moldados tanto pela exploração colonial quanto pela ação das populações subalternas, que frequentemente frustravam os esforços de integração territorial.

Inácio Corrêa Pamplona, agente sertanista analisado em todos os trabalhos aqui abordados, exemplifica essa dualidade ao atuar simultaneamente como explorador e mediador. Enquanto contribuía para os objetivos imperiais, ele também utilizava suas conexões e narrativas para avançar interesses próprios, consolidando sua posição como figura central na política dos sertões.



CIÊNCIA, DESINFORMAÇÃO E OS LIMITES DO CONHECIMENTO IMPERIAL

A ciência colonial foi concebida como uma ferramenta para consolidar o controle sobre os sertões brasileiros. Em *Adrift on an Inland Sea*, Hal Langfur mostra como os projetos científicos visavam mapear, descrever e, eventualmente, integrar os sertões à esfera do império português. No entanto, essas iniciativas frequentemente enfrentavam limitações que expunham a fragilidade do domínio imperial. Dependência de intermediários, manipulação de informações e resistências locais marcaram os esforços de produção de conhecimento sobre o sertão, revelando as contradições do projeto colonial.

Langfur argumenta que a ciência colonial não era neutra, mas servia para reforçar as hierarquias de poder e justificar a exploração. Projetos científicos, como expedições cartográficas e levantamentos etnográficos, buscavam transformar o sertão em um território conhecido e, portanto, governável. No entanto, a dependência de intermediários – como indígenas, sertanistas e exploradores – frequentemente resultava em desinformação e distorções.

A figura de Inácio Correia Pamplona ilustra bem essa dinâmica. Pamplona, como destaca Langfur, utilizava sua posição como sertanista para manipular narrativas e exagerar seus feitos, assegurando privilégios pessoais e fortalecendo sua influência política. Francisco Eduardo Pinto (2010) e Maria Emília Assis (2014) corroboram essa visão, retratando Pamplona como um agente ambivalente, que navegava entre os interesses da Coroa e os seus próprios, enquanto moldava o uso de informações para benefício pessoal.

Langfur destaca que a dependência de informantes locais para a produção de conhecimento científico, frequentemente, minava os objetivos da Coroa. Enquanto os sertanistas, como Pamplona, forneciam informações cruciais para a realização de projetos coloniais, suas motivações pessoais e alianças locais criavam uma dinâmica de tensão. A este respeito, quando Isaac Ribeiro (2014) explora como as redes familiares e alianças políticas moldavam as práticas de poder nos sertões, demonstra que a manipulação de informações era parte estruturante dessas relações. Desse modo, o que se percebe a partir desse olhar atento sobre a obra de Hal Langfur é que o conhecimento e a ciência colonial, em vez de consolidar o domínio sobre os sertões, frequentemente, revelava as brechas no sistema de governança.

Sobre isso, Langfur apresenta a ciência colonial como uma ferramenta que simultaneamente reforçou e expôs os limites do domínio imperial. Embora os projetos científicos buscassem integrar os sertões eles, frequentemente, revelavam as fragilidades do sistema dependente de intermediários ambivalentes e resistências locais.

Partindo-se disso, a e.g., Núbia Braga Ribeiro (2008) destaca a resistência indígena



como uma força ativa que frustrava as políticas coloniais, enquanto Langfur adiciona a dimensão científica a essa análise, mostrando como as limitações do conhecimento imperial eram moldadas por essas forças subalternas; o que sustenta outro aspecto central da obra de Hal Langfur, que é apresentar os percursos de resistência das populações locais às tentativas de integração territorial por meio da ciência. Indígenas e quilombolas, amiúde, subvertiam os projetos científicos, seja ao manipular informações para seus próprios fins, seja ao resistir diretamente à implementação desses projetos.

RESISTÊNCIA E ADAPTAÇÃO

Os sertões brasileiros do período colonial emergem como espaços de resistência ativa e adaptação criativa às dinâmicas de dominação. Em *Adrift on an Inland Sea*, Hal Langfur desafia a visão tradicional do sertão como uma área marginal ou subordinada, destacando-o como um palco central de contestação, no qual as populações indígenas e locais moldavam ativamente as relações de poder. Langfur argumenta que, longe de serem apenas vítimas das imposições coloniais, essas populações negociavam, resistiam e reconfiguravam o controle imperial, criando espaços de agência subalterna.

A resistência indígena, amiúde manifestada por meio de ataques a povoados, recusa à evangelização e mobilidade estratégica, desafiava diretamente os projetos coloniais de territorialização. Núbia Braga Ribeiro (2008) complementa essa análise ao mostrar que as comunidades indígenas não apenas resistiam, mas também adaptavam suas práticas para frustrar as tentativas de controle da Coroa. A violência contra os Botocudos, destacada por Langfur e Ribeiro, revela como os indígenas resistiam à desumanização e à expropriação por meio de alianças, fuga e guerras.

Langfur destaca que, além da resistência aberta, as populações locais com frequência se utilizavam de estratégias de negociação e de adaptação para sobreviver e prosperar no ambiente colonial. Essa visão se alinha com as análises de Francisco Eduardo Pinto (2010) sobre os pequenos posseiros que, ao mesmo tempo em que negociavam sua permanência em terras disputadas, também desafiavam as estruturas agrárias coloniais.

Inácio Correia Pamplona é uma figura central nesse contexto. Langfur apresenta Pamplona como um mediador ambivalente, que tanto reprimia quanto negociava com as populações locais. Maria Emília Assis (2014) e Francisco Eduardo Pinto (2010) destacam que sua atuação como sertanista e líder militar era marcada pela dependência de alianças locais e pela necessidade de adaptação às resistências que enfrentava.

Por fim, Langfur e os autores analisados convergem na ideia de que o sertão não era apenas um espaço de imposição colonial, mas um território onde as populações locais



moldavam ativamente os rumos da história; ainda que, por meio da resistência armada, da negociação ou da adaptação cultural, indígenas, quilombolas e pequenos posseiros reconfiguraram as dinâmicas de poder, transformando o sertão em um espaço de contestação contínua.

O SERTÃO E OS LIMITES DO IMPÉRIO PORTUGUÊS

Todos esses temas, de forma muito madura e como um artifício metodológico exemplar, Hal Langfur nos brinda com o epílogo do seu livro, no qual, oferece uma síntese abrangente das complexas dinâmicas que moldaram os sertões durante o período colonial e suas repercussões no Brasil pós-independência. Ao conectar as análises de resistência local, desinformação e narrativas coloniais às limitações estruturais do império português, Langfur evidencia como os sertões eram simultaneamente um desafio à soberania imperial e um espaço de contestação subalterna. Ao posicionar os sertões como espaço de contestação e limite da governança imperial, Langfur contribui de maneira significativa para a historiografia brasileira. Em sua obra, o sertão emerge não apenas como uma fronteira a ser conquistada, mas como um espaço ativo de resistência, negociação e transformação que nos convida a repensar as instituições de governo e o território brasileiro.

Langfur ressalta que os sertões representavam mais do que uma fronteira geográfica; eram fronteiras culturais, sociais e políticas, onde as ambições da Coroa esbarravam nas resistências locais e nas fragilidades das instituições coloniais. A dependência de informantes e intermediários como Inácio Correia Pamplona, já discutida nas partes anteriores do livro, é retomada no epílogo como um dos fatores que expuseram a incapacidade do Estado português de consolidar uma governança efetiva.

Um dos aspectos mais marcantes do epílogo é a ênfase nos mitos coloniais, como o Eldorado, que sustentaram o interesse imperial pelos sertões. Langfur argumenta que essas narrativas, embora incentivassem expedições e investimentos, com recorrência, levaram a fracassos logísticos e econômicos. Esses mitos perpetuaram a ilusão de riquezas ilimitadas, mascarando as dificuldades práticas da exploração e governança.

Langfur amplia sua análise ao conectar os desafios coloniais às dificuldades enfrentadas no Brasil pós-independência. A integração territorial incompleta, as desigualdades regionais e a exploração contínua dos recursos naturais são apresentadas como heranças diretas das dinâmicas coloniais. Essa perspectiva reforça a visão de que o sertão, mais do que uma fronteira histórica, é um espaço em constante renegociação de significados e práticas de poder. Em seu livro, não se furta a celebrar o papel das populações locais como agentes históricos. Langfur mostra como indígenas, quilombolas e



sertanejos resistiram e adaptaram-se às imposições coloniais, moldando ativamente as fronteiras internas do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Daniella Santos. **Do Alto do Espia: Gentios, Calhambolas e Vadios no Sertão do Campo Grande - Século XVIII**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.
- ANDRADE, Francisco Eduardo de. A conversão do sertão: capelas e a governamentalidade nas Minas Gerais. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 151-166, jan./jun. 2007.
- ANDRADE, Francisco Eduardo. Fronteira e instituição de capelas nas Minas, América Portuguesa. **America Latina en la Historia**, n. 35, p. 273-296, jan./jun. 2011.
- ASSIS, Maria Emília de Almeida. **Inácio Correia Pamplona e os Sertões de Minas no Século XVIII**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- LANGFUR, Hal (Ed.). **Native Brazil: Beyond the Convert and the Cannibal, 1500-1900**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2014.
- LANGFUR, Hal. Canibalismo e a legitimidade da guerra justa na época da Independência. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 37, n. 75, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472017v37n75-05>.
- LANGFUR, Hal. Fronteira: convergência e divergência transnacional no estudo do colonialismo interno. In: ALVEAL, C.; DIAS, T. (Orgs.). **Espaços coloniais: domínios, poderes e representações**. São Paulo: Alameda, 2019. p. 15-34.
- LANGFUR, Hal. Informantes nativos e os limites do domínio português no Brasil colonial tardio. **Fronteiras: Revista de História**, Dourados, v. 25, n. 44, p. 21-51, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/frh.v24i44.17248>.
- LANGFUR, Hal. Mapeando a conquista: informantes nativos e os limites do império. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 47, n. 1, p. 30-47, jun. 2011.
- LANGFUR, Hal. **The Forbidden Lands: Colonial Identity, Frontier Violence, and the Persistence of Brazil's Eastern Indians, 1750-1830**. Stanford: Stanford University Press, 2006
- LANGFUR, Harold; RESENDE, Maria Leônia Chaves de. Minas expansionista, Minas mestiça: a resistência dos índios em Minas Gerais do século do ouro. **Anais de História de Além-Mar**, v. 9, p. 79-103, 2008.
- LANGFUR, Harold; RESENDE, Maria Leônia Chaves de. Minas Gerais indígena: a resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El-Rei. **Tempo**, v. 23, p. 1-20, 2007.
- LANGFUR, Harold; RESENDE, Maria Leônia Chaves de. O ouro vermelho de Minas Gerais. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, p. 58-61, jul. 2006.
- PINTO, Francisco Eduardo. **Potentados e Conflitos nas Sesmarias da Comarca do Rio das Mortes**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.



RIBEIRO, Isaac Cassemiro. **Família e povoamento na comarca do Rio das Mortes: os “Ribeiro da Silva”, fronteira, fortunas e fazendas (Minas Gerais, séculos XVIII e XIX)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2014.

RIBEIRO, Núbia Braga. **Os Povos Indígenas e os Sertões das Minas do Ouro no Século XVIII**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RODRIGUES, André Figueiredo. **Estudo econômico da Conjuração Mineira: análise dos sequestros de bens dos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Jardim das Hespérides: Minas e as visões do mundo natural no século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.